



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO L - Nº 71

SEXTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 1995

BRASÍLIA - DF

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981, DE 28 DE ABRIL DE 1995, QUE "INSTITUI A TAXA DE JUROS DE LONGO PRAZO - TJLP, DISPÕE SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO PIS-PASEP, DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR, DO FUNDO DA MARINHA MERCANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS

EMENDAS NºS.

Deputado CELSO DANIEL

001, 002, 003, 004, 005, 006, 008,
012.

Deputado JAIR MENEGUELLI

009.

Deputado PAULO ROCHA

010.

Deputado SÉRGIO MIRANDA

007, 011.

MP 00981

00001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981, DE 28 DE ABRIL DE 1995

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se a seguinte redação ao artigo 1º da Medida Provisória nº 981:

"Art. 1º - A partir de 1º de dezembro de 1994, o Banco Central do Brasil divulgará a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, apurada de acordo com o disposto nesta Medida Provisória e em normas a serem baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Assistência do Trabalhador, pelo Conselho Diretor do Fundo de Participação PIS-PASEP e pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante."

EXPEDIENTE
Senado Federal

ALEXANDRE DE PAULA DUPEYRAT MARTINS
Diretor-Geral do Senado Federal

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo do Cegraf

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 550 exemplares

JUSTIFICATIVA

A emenda visa assegurar a participação de representantes dos FAT, do PIS/PASEP, do FMM no processo de regulamentação da TJLP e, assim, garantir que as decisões sejam tomadas com o respaldo de todas as entidades envolvidas. Dessa forma, pretendemos conferir maior legitimidade às ações que vierem a ser adotadas, em especial, buscando assegurar que a necessária retomada dos investimentos produtivos não implique em dilapidação do patrimônio dos Fundos referidos.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995.



Dep. Celso Daniel

PT/SP

MP 00981

00002

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981**EMENDA MODIFICATIVA**


Dê-se a seguinte redação ao artigo 2º da Medida Provisória nº 981:

"Art. 2º - A TJLP será calculada a partir da rentabilidade nominal média, em moeda nacional, verificada em período imediatamente anterior de sua vigência, dos títulos da dívida pública externa e interna de aquisição voluntária, bem como a partir da variação acumulada do IPC-r, ou outro índice sucedâneo."

JUSTIFICATIVA

A emenda em tela permitirá que a taxa oficial de variação dos preços seja captada no cálculo da TJLP. Este aspecto torna-se particularmente importante em face de uma eventual utilização dos títulos da dívida externa como referencial para a fixação da TJLP. De fato, tais títulos sujeitam-se a regras de remuneração que não se ajustam a realidade do mercado nacional. Assim, consideramos pertinente introduzir dispositivo que assegure a correção monetária na fixação da TJLP e, conseqüentemente, na própria remuneração dos recursos do PIS-PASEP, do FAT e do FMM, que serão utilizados nas linhas de crédito do BNDES.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995.



Dep. Celso Daniel

PT/SP

RECEBUE

20060927

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981

EMENDA MODIFICATIVA

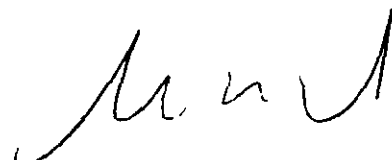
Dê-se a seguinte redação ao artigo 2º da Medida Provisória nº 981:

"Art. 2º - A TJLP será calculada a partir da rentabilidade nominal média, em moeda nacional, verificada em período imediatamente anterior de sua vigência, dos títulos da dívida pública externa e interna de aquisição voluntária, bem como a partir da variação acumulada do IPC-r, ou outro índice sucedâneo."

JUSTIFICATIVA

A emenda em tela permitirá que a taxa oficial de variação dos preços seja captada no cálculo da TJLP. Este aspecto torna-se particularmente importante em face de uma eventual utilização dos títulos da dívida externa como referencial para a fixação da TJLP. De fato, tais títulos sujeitam-se a regras de remuneração que não se ajustam a realidade do mercado nacional. Assim, consideramos pertinente introduzir dispositivo que assegure a correção monetária na fixação da TJLP e, consequentemente, na própria remuneração dos recursos do PIS-PASEP, do FAT e do FMM, que serão utilizados nas linhas de crédito do BNDES.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995



Dep. Celso Daniel
PT/SP

PP 981

981

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981, de 18 de abril de 1995**EMENDA SUPRESSIVA**

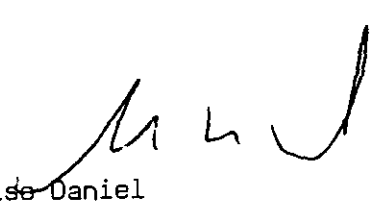
Suprima-se o parágrafo único, do artigo 3º da Medida Provisória nº 981:

JUSTIFICATIVA

A emenda visa assegurar que a concessão de linhas de crédito em condições privilegiadas obedeça a regras previamente discutidas e referendadas pelo Congresso

Nacional. O parágrafo que ora pretendemos suprimir concede ao Conselho Monetário Nacional o poder de estender a aplicação da TJLP para outras hipóteses não previstas na MP. Isso confere ao órgão uma atribuição extremamente importante, que não deve de forma alguma passar ao largo do crivo do Poder Legislativo.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995.



Dep. Celso Daniel
PT/SP

MP 00981

00005

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981, DE 28 DE ABRIL DE 1995

EMENDA MODIFICATIVA

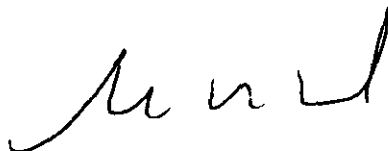
Dê-se a seguinte redação ao inciso V, do artigo 3º da Medida Provisória nº 981:

"V - as proporções em que a rentabilidade nominal média em moeda nacional de cada título e as variações do índice de preços mencionado no art. 2º serão consideradas no cálculo da TJLP."

JUSTIFICATIVA

A emenda visa permitir que a variação dos preços seja captada no cálculo da TJLP. Este aspecto torna-se particularmente importante em face de uma eventual utilização dos títulos da dívida externa como referencial para a fixação da TJLP. De fato, tais títulos sujeitam-se a regras de remuneração que não se ajustam à realidade do mercado nacional. Assim, consideramos pertinente introduzir dispositivo que assegure a correção monetária na fixação da TJLP e, conseqüentemente, na própria remuneração dos recursos do PIS-PASEP, do FAT e do FMM, que serão utilizados nas linhas de crédito do BNDES.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995.



Dep. Celso Daniel

PT/SP

MP 981/95

00000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981, DE 28 DE ABRIL DE 1995

EMENDA MODIFICATIVA

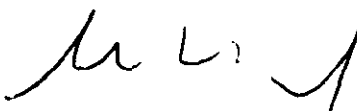
Dê-se a seguinte redação ao inciso V, do artigo 3º da Medida Provisória nº 981:

"V - as proporções em que a rentabilidade nominal média em moeda nacional de cada título e as variações do índice de preços mencionado no art. 2º serão consideradas no cálculo da TJLP."

JUSTIFICATIVA

A emenda visa permitir que a variação dos preços seja captada no cálculo da TJLP. Este aspecto torna-se particularmente importante em face de uma eventual utilização dos títulos da dívida externa como referencial para a fixação da TJLP. De fato, tais títulos sujeitam-se a regras de remuneração que não se ajustam a realidade do mercado nacional. Assim, consideramos pertinente introduzir dispositivo que assegure a correção monetária na fixação da TJLP e, conseqüentemente, na própria remuneração dos recursos do PIS-PASEP, do FAT e do FMM, que serão utilizados nas linhas de crédito do BNDES.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995.



Dep. Celso Daniel

PT/SP

DATA 04 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MP 981	
AUTOR Dep. Sérgio Miranda		Nº PRONTUÁRIO 266	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1/1	ARTIGO 4º	PARÁGRAFO Único	INCISO ALÍNEA

Emenda a MP 981

Modificação do Parágrafo único do art. 4º.

Dê-se ao parágrafo único do art. 4º a seguinte redação:

"O BNDES transferirá, nos prazos legais, ao Fundo de Participação PIS-PASEP e ao Fundo de Amparo ao Trabalhador o valor correspondente a TJLP aludida no *caput* deste artigo.

Justificação

Parte dos recursos do PIS-PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador são utilizados pelo BNDES no financiamento de projetos. Não pode o BNDES eximir-se de restituir aos fundos os valores monetariamente corrigidos. Não há porque restringir ao valor de 6% esta correção.

Ao emprestar esses mesmos recursos, o BNDES cobrará dos domadores a TJLP. não há porque não restituir aos verdadeiros donos dos recursos os valores que cobra pelos financiamentos. Não pode o BNDES capitalizar a diferença, como propõe o texto da MP. Assim procedendo, estaria o BNDES capitalizando-se com recursos que não lhe pertencem, em prejuízo dos Fundos de Participação PIS-PASEP e de Amparo ao Trabalhador.

A limitação em 6% não corresponde a desvalorização dos recursos do Fundo de Assistência ao trabalhador e PIS-PASEP já que estamos num regime de inflação superior a 1% ao mês.

ASSINATURA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 5º.

JUSTIFICATIVA

O art. 5º autoriza a destinação de até 20% dos recursos do FAT repassados ao BNDES para operações de financiamento a empreendimentos e projetos destinados à produção ou comercialização de bens de reconhecida inserção internacional. A

proposta confere um privilégio ao setor exportador que, em nosso entendimento, é desnecessário e pouco condizente com o caráter assumido pelo dispositivo. De fato, a medida provisória preconiza a concessão de financiamentos de longo prazo, a programas de investimento voltados para a geração de empregos e renda. Não há razão para estabelecer tratamento diferenciado para este ou aquele setor, e principalmente, com a vinculação de um significativo volume de recursos, que certamente poderá prejudicar a concessão de incentivos creditícios para outros segmentos de atividade voltados para o mercado interno. Na condução de suas decisões de investimento, o BNDES deve se pautar na escolha de projetos de maior retorno social e financeiro, que podem ou não ser oriundos de empresas do setor exportador. A

hde bas kmoin, 04/07/91

Dep. Celso Daniel

PT/SP

MP 0091

00000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981

EMENDA SUPRESSIVA

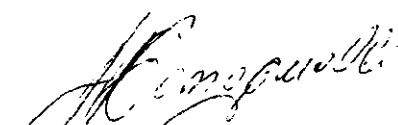
Suprima-se o art. 5º.

JUSTIFICATIVA

O art. 5º autoriza a destinação de até 20% dos recursos do FAT repassados ao BNDES para operações de financiamento a empreendimentos e projetos destinados à produção ou comercialização de bens de reconhecida inserção internacional. A proposta confere um privilégio ao setor exportador que, em nosso entendimento, é desnecessário e pouco condizente com o caráter assumido pelo dispositivo. De fato, a medida provisória preconiza a concessão de financiamentos de longo prazo, a programas de investimento voltados para a geração de empregos e renda. Não há razão para estabelecer tratamento diferenciado para este ou aquele setor, e principalmente, com a vinculação de um significativo volume de recursos, que certamente poderá prejudicar a concessão de

incentivos creditícios para outros segmentos de atividade voltados para o atendimento do mercado interno. Na condução de suas decisões de investimento, o BNDES deve se pautar na escolha de projetos de maior retorno social e financeiro, que podem ou não ser oriundos de empresas do setor exportador. O dispositivo engessa e subverte o sistema de concessão de crédito por parte do BNDES, ao introduzir um novo critério para aprovação de financiamentos que não está necessariamente atrelado aos princípios de racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995



Dep. Jair Meneguelli - PT/SP

JAIR MENEGUELLI

PT/SP

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981

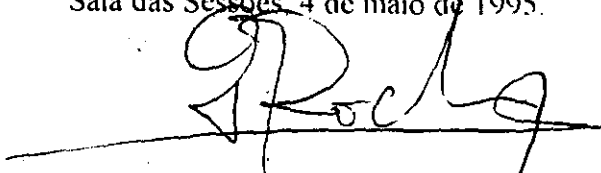
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 6º.

JUSTIFICATIVA

O art. 5º e o art. 6º da Medida Provisória nº 981 estabelecem um tratamento privilegiado ao setor exportador, que a despeito do objetivo meritório de ampliar os incentivos ao comércio exterior, pode representar um sério desequilíbrio em relação a outros setores não menos importantes para a geração de empregos e renda. Os segmentos ligados à produção para o mercado interno podem ser prejudicados no acesso a operações de crédito junto ao BNDES e estariam sujeitos a um tipo de discriminação pouco condizente com os objetivos gerais que nortearam a elaboração da medida.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995.



Dep. Paulo Rocha - PT/PA

PAULO ROCHA PT/PA

MP 981

00011

DATA 04 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO MP 981
----------------------	----------------------

AUTOR Dep. Sérgio Miranda	Nº PRONTUÁRIO 266
------------------------------	----------------------

TIPO				
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA	9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 6º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
-----------------	--------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Emenda a MP 981

Modificação do art. 6º.

Dê-se ao *caput* do art. 6º a seguinte redação:

"Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador aplicados nas operações de financiamento de que trata o art. 5º desta Medida Provisória terão como remuneração a TJLP."

Justificação


O BNDES através de suas políticas de financiamento discriciona o que financiar, contudo, para os trabalhadores e para o FAT, os recursos foram tomados pelo Banco e devem ser remunerados corretamente. Ao criar a TJLP, o governo estabeleceu esta forma.

Não pode o BNDES eximir-se de restituir ao FAT os valores devidamente corrigidos. Não há porque estabelecer a Taxa de Juros para Empréstimos e Financiamentos no Mercado Interbancário de Londres (LIBOR), sabidamente inferior à TJLP, como fator de correção para uma parcela dos recursos do FAT.

Caso o governo resolva cobrar taxas inferiores, para subsidiar ainda mais os exportadores, não deverá fazê-lo em detrimento da devida remuneração dos recursos que compulsoriamente toma emprestado. Os recursos pertencem ao FAT e tem que fazer

face ao seguro desemprego, que hoje atinge boa parte dos trabalhadores brasileiros, parcela que deve inclusive aumentar com a política suicida de altos juros praticados pelo governo.

ASSINATURA



HP 00781

00012

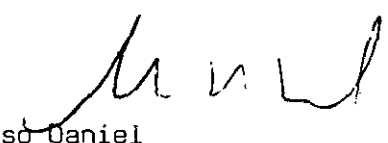
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 981

Suprima-se do artigo 12º, da Medida Provisória nº 981, a expressão ", e os parágrafos 2º e 3º do art. 2º da Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990."

JUSTIFICATIVA

A emenda visa assegurar que o limite de remuneração dos recursos do FAT e do PIS/PASEP sejam mantidos ao nível de 6% a.a., e afasta a possibilidade de que tal percentual seja reduzido por determinação unilateral do Conselho Monetário Nacional.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995.


Dep. Celso Daniel

PT/SP

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 982 DE 28 DE ABRIL DE 1995, QUE CRIA A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO E PRODUTIVIDADE "GDP" DAS ATIVIDADES DE FINANÇAS, CONTROLE, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ.....	021.
DEPUTADO MARCIO R. MOREIRA.....	002,005,007,012,016.
DEPUTADA MARIA LAURA.....	008,009,010,011,013,014, 015,018,019,020.
DEPUTADO RUBEM MEDINA.....	017.
DEPUTADO SÍLVIO ABREU.....	003,004,006.
DEPUTADA YEDA CRUSIUS.....	001.

MP 00982

00001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, DE 28/04/95

EMENDA SUBSTITUTIVA

- Substitua-se pelo texto abaixo, a redação integral da Medida Provisória em epígrafe.

"MEDIDA PROVISÓRIA Nº , DE DE DE 1995.

Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle interno, orçamento e planejamento e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle interno, orçamento e planejamento devida aos ocupantes dos cargos efetivos:

I - da Carreira Finanças e Controle;

II - da Carreira Planejamento e Orçamento;

III - da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental;

IV - de Técnico de Planejamento, P-1500 do Grupo TP-1500;

V - de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA; e

VI - de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Parágrafo único. A Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP, referida neste artigo, será concedida até a pontuação máxima prevista no "caput" do artigo 2º desta Medida Provisória, aos servidores sujeitos à carga horária de quarenta horas semanais e nos casos de carga horária diferente desta, mediante opção do servidor, será concedida até os pontos proporcionais à jornada de trabalho.

Art. 2º Gratificação de Desempenho e Produtividade terá como limite máximo 2.238 pontos por servidor, calculado cada ponto de acordo com os índices e requisitos previstos na Tabela de Incidência da GDP, conforme anexo desta

Medida Provisória, atribuídos sobre o maior vencimento básico, respectivamente, do nível superior e do nível intermediário, observados o disposto no art. 2º da Lei nº 8.477, de 29 de outubro de 1992 e o limite estabelecido no art. 10 da Medida Provisória nº 968, de 12 de abril de 1995.

§ 1º A Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP será calculada a partir da avaliação dos critérios de: a) Desempenho Individual dos servidores, e b) Institucional dos órgãos e entidades; conforme regulamentos expedidos pelos Ministros de Estado da Fazenda, da Administração Federal e Reforma do Estado e do Planejamento e Orçamento, disciplinando a concessão e o pagamento da referida gratificação para os servidores das carreiras e categorias funcionais vinculadas às respectivas pastas ministeriais, no prazo de até sessenta dias, contados da data de publicação desta Medida Provisória.

§ 2º Até 31 de dezembro de 1995, a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP, para os cargos dos níveis superior e intermediário, terá como limite máximo de concessão os fatores previstos no Grupo III, da Tabela de Incidência da GDP, observando-se o disposto nos §§ 4º e 5º do artigo 2º desta Medida Provisória.

§ 3º O Poder Executivo regulamentará em trinta dias, contados da publicação desta Medida Provisória, as hipóteses de restrição à concessão da vantagem de que tratam os arts. 1º e 2º desta Medida Provisória para servidores cedidos a outros órgãos ou entidades dos Poderes da União, ressalvadas as cessões vigentes em 30 de novembro de 1994, não se aplicando qualquer restrição quando o servidor estiver em exercício ou tiver sido requisitado para ocupar função de confiança no âmbito dos seguintes Órgãos:

- a) Ministério da Fazenda;
- b) nos Órgãos que constituem a Presidência da República;
- c) Advocacia-Geral da União;
- d) Ministério do Planejamento e Orçamento; e
- e) no âmbito do Ministério Público da União.

§ 4º A Gratificação de que trata o artigo 1º será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a Gratificação de Atividade de que trata a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, observadas as suas alterações posteriores.

§ 5º A Gratificação de Desempenho e Produtividade será paga, a partir de 1º de maio de 1995, aplicando-se o índice previsto no Grupo IV, constante da tabela anexa a esta Medida Provisória, para os níveis superior e intermediário, até a regulamentação de que trata o § 1º acima.

§ 6º Ficam vedadas, a partir desta data, a transferência e a redistribuição de cargos dos quadros de pessoal de quaisquer órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional, para o IPEA.

Art. 3º Os índices fixados nos grupos I e II do quadro anexo a esta Medida Provisória, para os cargos de nível superior e intermediário,, serão aplicados aos servidores que concluírem curso de aperfeiçoamento e de especialização, níveis II e I, respectivamente, observando-se o processo de avaliação previsto no § 1º do artigo 2º desta Medida Provisória.

§ 1º A carga horária mínima de cada um dos cursos de aperfeiçoamento níveis I e II, será de 360 (trezentos e sessenta) horas-aula, e de especialização I e II, será de 180 (cento e oitenta) horas-aula, assegurando-se ao servidor o direito de participar dos referidos cursos, ministrados ou organizados por órgãos da administração pública, com intervalos máximos de 8 (oito) anos entre um curso e outro, conforme regulamento.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 1996, o tempo de serviço do servidor será computado para fins de cálculo do prazo estabelecido no parágrafo anterior, sendo garantido ao mesmo a GDP, a cada oito anos de efetivo exercício, progressivamente, calculada com base nos índices previstos nos grupos II e I, da tabela de incidência anexa.

§ 3º Serão aproveitados certificados de conclusão de cursos realizados às custas do servidor, desde que observem a carga horária e a correlação de matérias estabelecidas em regulamento.

§ 4º A conclusão do curso de Aperfeiçoamento nível I, para os cargos de nível superior, e de Especialização nível I, para os cargos de nível intermediário, suprirá a exigência do curso de formação, para aqueles servidores que, nesta data, não tenham cumprido esse requisito, sendo facultado aos mesmos receberem a GDP na forma estabelecida nos §§ 2º e 5º do artigo 2º desta Medida Provisória.

§ 5º Os cursos de aperfeiçoamento e de especialização, concluídos na data de publicação desta Medida Provisória, desde que tenham sido custeados, elaborados, ministrados, coordenados ou supervisionados pelos órgãos-centrais dos respectivos sistemas abrangidos por esta Medida Provisória, inclusive o IPEA, poderão ser validados para fins do cálculo da Gratificação de Desempenho e Produtividade com base nos fatores fixados no Grupo II da Tabela de Incidência da GDP, para os cargos de nível superior e intermediário, respectivamente, a partir de

1º de janeiro de 1996, observado o disposto no § 3º acima.

Art. 4º O disposto nesta Medida Provisória aplica-se aos proventos da inatividade e às pensões decorrentes de falecimento de servidor público federal, não se lhes aplicando o disposto no § 2º do artigo 2º desta Medida Provisória, garantindo-se-lhes o pagamento da Gratificação de Desempenho e Produtividade em fatores correspondentes ao grupo I se a aposentadoria ou pensão for paga com base em vencimentos das classes A ou B, e no grupo II se a aposentadoria ou pensão for paga com base em vencimentos das classes C ou D.

Art. 5º Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 957, de 31 de março de 1995.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, de maio de 1995; 174º da Independência e 107º da República.”

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1995

Deputada YEDA CRUSIUS

ANEXO À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982/95

SUBSTITUTIVO

TABELA DE INCIDÊNCIA DA G.D.P.					
Nível Superior			Nível Intermediário		
Grupo	Fator	Requisito	Grupo	Fator	Requisito
I	0,3551	1) Avaliação de Desempenho maior ou igual a 2.014 pontos 2) Conclusão de Curso de Aperfeiçoamento, nível II	I	0,2344	1) Avaliação de Desempenho maior ou igual a 2.014 pontos 2) Conclusão de Curso de Especialização, nível II
II	0,2848	1) Avaliação de Desempenho maior ou igual a 1.790 pontos 2) Conclusão de Curso de Aperfeiçoamento, nível I	II	0,2079	1) Avaliação de Desempenho maior ou igual a 1.790 pontos 2) Conclusão de Curso de Especialização, nível I
III	0,1820	1) Avaliação de Desempenho maior ou igual a 1.566 pontos 2) Conclusão de Curso de Formação	III	0,1439	1) Avaliação de Desempenho maior ou igual a 1.566 pontos 2) Conclusão de Curso de Formação
IV	0,1172	1) Avaliação de Desempenho maior ou igual a 1.342 pontos	IV	0,1030	1) Avaliação de Desempenho maior ou igual a 1.342 pontos
V	0,0651	1) Avaliação de Desempenho menor que 1.342 pontos	V	0,0561	1) Avaliação de Desempenho menor que 1.342 pontos

Justificação

Apresento emenda substitutiva ao texto da Medida Provisória nº 982, de 28 de abril de 1995, com o objetivo de corrigir distorções e por considerar as áreas de controle de gastos públicos, finanças, orçamento e planejamento, de fundamental importância para a Administração Pública Federal, notadamente, na presente fase de estabilização da economia.

2. A falta de uma solução permanente para a questão remuneratória no âmbito desses segmentos, tem ocasionado um alto índice de evasão de quadros profissionais altamente qualificados, repercutindo negativamente nas ações no ciclo da gestão do gasto público.

3. A proposta ora apresentada não representa qualquer gasto adicional comparada com o gasto previsto para o exercício financeiro de 1995, pois a falta de regulamentação da GDP, nos meses de janeiro a maio/95, resultou numa economia de mais de R\$ 2,5 milhões/mês. Valor esse que cobre os gastos resultantes do nosso substitutivo, estimados em R\$ 832 mil/mês.

4. Além do mais, a matéria contida nesta MP é objeto de compromisso assumido pelo Governo Itamar Franco e que até a presente data não foi completamente resgatado.

5. O substitutivo altera a sistemática de cálculo e apuração dos pontos da Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP, devida aos integrantes das Carreiras Finanças e Controle, Orçamento, Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnicos de Planejamento e aos cargos de nível superior e intermediário do IPEA.

6. • Duas são as mudanças na metodologia de apuração:

6.1 Cria-se um duplo requisito para pagamento da GDP: a titulação do servidor permitirá que ele concorra a um fator de cálculo mais elevado, porém, esse fator somente será praticado se ele obtiver uma pontuação mínima fixada para aquele patamar. Prevalecerá sempre, para fins de fixação de fator de cálculo, o índice obtido na Avaliação de Desempenho;

6.2 Em decorrência da inclusão desse novo atributo pessoal, a titulação, cria-se uma Tabela de Incidência da GDP, contendo cinco grupos de fatores, tanto para o nível superior quanto para o intermediário.

7. Todavia, em decorrência de circunstâncias conjunturais, durante o exercício financeiro de 1995, fica estabelecido que o fator máximo de cálculo será o fixado para o grupo III.

8. Uma séria distorção está relacionada com o índice fixado para os cargos de nível intermediário, em vista disso, fez-se um pequeno ajuste comparativamente com o fator fixado na MP-982/95.

8.1 Essa alteração implica num acréscimo mensal de R\$ 832.000,00 (oitocentos e trinta e dois mil reais), em relação à previsão de gastos totais decorrentes da MP-982/95.

8.2 Esse acréscimo será totalmente compensado, no exercício de 1995, em decorrência da economia obtida nos quatro primeiros meses do ano pela não regulamentação da GDP. Essa economia foi da ordem de R\$ 2,5 milhões/mês.

9. Outras pequenas alterações foram introduzidas, de modo a adequar o texto à nova metodologia de avaliação proposta, que congrega Titulação X Avaliação de desempenho.

9.1 Nenhum outro setor da administração pública opera com essa metodologia mista. Uns adotam a titulação, como nas universidades, outros aplicam a avaliação de desempenho. Porém, sempre de modo isolado.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1995.

Deputada YEDA CRUSIUS

MP 00982

20000

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 02 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982 de 28 de Abril de 1995			
AUTOR DEPUTADO MARCIO REINALDO MOREIRA	Nº PRONTUÁRIO			
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 1/2	ARTIGO 12	PARÁGRAFO	INCISO II	ALÍNEA

EMENDA MODIFICATIVA

II - da Carreira de Orçamento

JUSTIFICATIVA

A substituição da expressão Carreira de Planejamento por Carreira de Orçamento, decorre do fato de tramitar na Justiça Federal, Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 722-DF, publicada no Diário de Justiça de 04.05.92, que suspendem por votação unânime a eficácia do art. 27 e parágrafo único da Lei 8.216, de 13.08.91, e do art. 10, § 1º, inciso II e III e 2º, inciso II, da LEI nº 8.270 de 17.12.91 - a emenda à Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 722-DF, publicada no Diário de Justiça de 19-06-92, ratifica a proibição de transformação dos cargos das carreiras de Especialista em políticas Públicas e Gestão Governamental, alcançando o nível superior e médio do IPEA, e de técnico de Planejamento, respectivamente, em técnico e analista de Orçamento;

-A Lei delegada nº 13 de 27.08.1992, em seu art. 4º, refere-se à Carreira de Orçamento;

-A Lei nº 8.460/92, ao dispor sobre a designação de servidores para o exercício de Função Gratificada -FG, também se refere em seu art. 15, à Carreira de Orçamento;

-A Lei nº 8.622, de 19.01.93, refere-se em seu anexo II aos servidores da CARREIRA DE ORÇAMENTO;

-da mesma forma a Lei nº 8.627, de 19.02.93, também se refere aos servidores da CARREIRA DO ORÇAMENTO;

-a partir de janeiro/93, inclusive todas as tabelas publicadas pela SAF referiam-se aos servidores da CARREIRA DE ORÇAMENTO;

- a MP-928, publicada em 02.03.95, refere-se em seu anexo I aos servidores da CARREIRA DO ORÇAMENTO;

A alteração proposta não trará prejuízo para nenhuma das categorias alcançadas pela Medida Provisória nº 982.

MP 00982

00003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05.05.95

Proposição: Medida Provisória nº 982

Autor: Deputado Silvio Abreu

Nº Prontuário: 269

1

☐ Supressiva

2

☐ Substitutiva

3

☐ Modificativa

4

☒ Aditiva

5

☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 1º

Parágrafo:

Inciso: VII

Alínea:

Acrescente-se ao art. 1º a seguinte alínea:

Art. 1º

VII - dos servidores administrativos de nível intermediário e superior da Linha de Arrecadação, Fiscalização, Cobrança e Procuradoria do Instituto Nacional do Seguro Social do INSS, em exercício de atividades de apoio direto à fiscalização e procuradoria, em quantitativo fixado no parágrafo 1º do art. 2º desta Medida Provisória.

JUSTIFICATIVA

A extensão da Gratificação de que trata o § 1º desta MP aos servidores administrativos do INSS, que trabalham nas áreas de Arrecadação, Cobrança e Procuradoria é medida de irretocável justiça, eis que tais servidores conjuntamente com os Fiscais e Procuradores, detentores da GEFA, são responsáveis pela realização da receita da Previdência Social do País.

Cumpra esclarecer, todavia, que estes servidores fazem o suporte administrativo daquelas categorias, que têm como tarefa de desempenho funcional, toda a gama de produtividade do fiscal e do Procurador. Também administram as receitas que o contribuinte promove espontaneamente.

Acresce destacar que estes servidores têm uma responsabilidade de trabalho e complexidade de tarefas equivalentes às do técnico do Tesouro Nacional, estes beneficiados por percentuais de Retribuição Adicional Variável, vantagem paga os Auditores e Técnicos do Tesouro Nacional.

O princípio da Isonomia, consagrado pela Constituição Federal, deve encontrar, na prática, o respeito à regra de que para função igual, igual retribuição. É, pois, justificável e perfeitamente indispensável sua inclusão nesse novo texto que ora se examina no Congresso Nacional.

MP 00792

00004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 05.05.95

Proposição: Medida Provisória nº 982

Autor: Deputado Sílvio Abreu

Nº Prontuário: 269

1

☐

Supressiva

2

☐

Substitutiva

3

☐

Modificativa

4

☒

Aditiva

5

☐Substitutiva
Global

Página: 1

Artigo: 1º

Parágrafo:

Inciso: VIII

Alínea:

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte inciso:

Art. 1º

VIII - Todos os servidores dos níveis auxiliar, intermediário e superior em exercício de atividade de apoio prestado na Secretaria da Receita Federal em quantitativo fixado no § 1º do art. 2º desta MP.

JUSTIFICATIVA

A inclusão dos servidores da Secretaria da Receita Federal é medida de irretocável justiça eis que tais servidores conjuntamente com os Fiscais e Técnicos do Tesouro Nacional detentores da RAV, são responsáveis pela realização da receita de tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal (SRF).

Acresce destacar que estes servidores têm uma responsabilidade de trabalho e complexidade de tarefas próximas às do Técnico do Tesouro Nacional, estes beneficiados por percentual de Retribuição Adicional Variável, vantagem paga aos Auditores do Tesouro Nacional.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 00982

00005

DATA
02 / 05 / 95PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982 de 28 de Abril de 1995AUTOR
DEPUTADO MARCIO REINALDO MOREIRA

Nº PRONTUÁRIO

TIPO
1 ☒ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
1/1ARTIGO PARÁGRAFO INCÍDIO ALÍNEA
2º 2º

TEXTO

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se as alíneas "a" e "b" do § 2º do Art. 2º desta Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

As alíneas acima mencionadas garantiam a manutenção de tratamento diferenciados para os servidores cedidos para ocupar cargos comissionados do grupo DAS, níveis 4, 5 e 6, assegurando-lhe percepção da GDP, enquanto para outros servidores das mesmas carreiras, cedidos igualmente para ocuparem cargos comissionados do grupo DAS, só que dos níveis 1, 2 e 3, a Medida Provisória nega-lhes o recebimento de qualquer percentual da GDP.

O princípio mais justo seria exigir que todos fossem submetidos ao processo de avaliação, os ocupantes de cargos comissionados com maior razão, pois de suas decisões depende o futuro dos sistemas abrangidos pela Medida Provisória. E, do mesmo modo, garantir que as situações de cessões para ocupar cargos de um mesmo grupo, no caso, grupo Direção e Assessoramento Superior - DAS, tenham o mesmo tratamento quanto ao índice da GDP que venham a ter direito.

11P 00982

000005

Data: 05.05.95

Proposição: Medida Provisória nº 982

Autor: Deputado Silvio Abreu

Nº Prontuário: 269

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 2º

Parágrafo: 1º

Inciso:

Alínea:

Dê-se ao § 1º do art. 2º a seguinte redação:

Art. 2º

§ 1º A Gratificação de Desempenho e Produtividade será calculada obedecendo critérios de desempenho individual dos servidores e institucional dos órgãos e entidades, conforme dispuser ato conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda, da Administração Federal e Reforma do Estado, do Planejamento e Orçamento, da Previdência e Assistência Social e Coordenação da Presidência da República, no prazo de até sessenta dias.

JUSTIFICATIVA

Conforme já defendido em outra emenda de minha autoria, a inclusão dos servidores administrativos do INSS, que trabalham nas áreas de Arrecadação, Cobrança e Procuradoria, no rol dos funcionários contemplados com a Gratificação de Desempenho e Produtividade, é medida de irretocável justiça, eis que tais servidores conjuntamente com os Fiscais e Procuradores, detentores da GEFA, são responsáveis pela realização da receita da Previdência Social do País.

Isso porque esses servidores fazem o suporte administrativo daquelas categorias, que têm como tarefa de desempenho funcional, toda a gama de produtividade do fiscal e do Procurador. Também administram as receitas que o contribuinte promove espontaneamente.

É, pois, necessário que se inclua no § 1º do art. 2º os Ministros responsáveis pela área em questão para que baixem os atos necessários à matéria. Por essa razão, incluímos naquele dispositivo os Ministros de Estado da Previdência Social e de Coordenação da Presidência da República.

MP 00982

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 02 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982 de 28 de Abril de 1995		
AUTOR DEPUTADO MARCIO REINALDO MOREIRA	Nº PRONTUÁRIO		
TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1/1	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 2º e 3º	INCIS ALÍNEA

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se os parágrafos 2º e 3º do art. 2º

JUSTIFICATIVA

As restrições constantes dos parágrafos acima mencionados, alcança exclusivamente, à movimentação dos servidores integrantes das categorias funcionais do sistema de Orçamento Finanças e Controle e Planejamento. Para outras categorias funcionais a movimentação de servidores para ocupação de cargos de confiança e comissionado é considerado de relevante exercício para todos os efeitos legais.

ASSINATURA



117 00932

00000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, de 28 de abril de 1995.**EMENDA SUPRESSIVA**

Suprima-se os parágrafos 2º, 3º e 4º do artigo 2º.

JUSTIFICAÇÃO

Os parágrafos 2º e 3º que propomos suprimir tratam de matéria que, a rigor, não deve ser contemplada na Lei. Trata-se de situação - o afastamento de servidores para o exercício de cargo e função de confiança ou equivalentes - que já se acha regida pelos artigos 93 e 102 da Lei nº 8.112 e legislações específicas. Assim, cumpre ao Poder Executivo, ao regulamentar a gratificação, estabelecer eventuais restrições, bem como exceções a elas, de modo a melhor administrar a concessão da vantagem, desde que atendidos os princípios da impessoalidade e da legalidade.

Quanto ao parágrafo 4º, é totalmente desnecessário, à medida que o pagamento das vantagens **em conjunto, de forma não cumulativa** é absolutamente óbvio, já que incidentes sobre bases de cálculo específicas, diferentes e fixadas em lei. Nenhuma interpretação é possível no sentido de propiciar que sejam incidentes uma sobre a outra, o que caracterizaria a cumulatividade. Além disso, o texto pode suscitar dúvidas sobre seu verdadeiro alcance, aí sim vindo a prejudicar a aplicação da norma.

(05)

ble das emen, 04/05/95

ufamp bancar
PT/DF

P R E S I D E N T E

S E N A D O R E S

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação do artigo 2º para a seguinte:

""Art. 2º. A Gratificação de Desempenho e Produtividade terá como limite máximo 2.238 pontos por servidor, correspondendo cada ponto a 0,0447 % do teto aplicável às vantagens a que se refere o art. 8º da Medida Provisória nº 831, de 18 de janeiro de 1995.

§ 1º. Para as categorias de nível intermediário contempladas por esta Lei, o limite máximo de pontos corresponderá a 50 % dos previsto no "caput", incidindo o percentual da gratificação sobre o maior vencimento da tabela do nível.

§ 2º. Para os efeitos de retribuição dos servidores referidos no art. 1º, será observado, para fins de limite de vencimentos, exclusivamente o disposto no art. 2º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994 e suas alterações posteriores.

§ 3º. A Gratificação referida no "caput" não será computada para os efeitos do limite de que trata o art. 12 da Lei nº 8.460, de 1992.

§ 4º. A Gratificação de Desempenho e Produtividade será calculada obedecendo critérios de desempenho individual dos servidores e institucional dos órgãos e entidades, conforme dispuser ato conjunto do Ministro da Fazenda e dos Ministros de Estado do Planejamento e Orçamento e da Administração Federal e Reforma do Estado, no prazo de até 60 dias.

§ 5º. Os servidores titulares de cargos de que trata o art. 1º perceberão a Gratificação de Desempenho e Produtividade nas situações de efetivo exercício previstas no art. 102 da Lei nº 8.112, de 1990, cujo desempenho será aferido, quando couber, na forma do regulamento.

§ 6º. A Gratificação de Desempenho e Produtividade será paga a partir de 1º de dezembro de 1994, em valor equivalente a setenta por cento do previsto no caput e no § 1º, até a regulamentação que trata o § 4º.

§ 7º. Ficam vedadas, a partir desta data, a transferência e a redistribuição de cargos dos quadros de pessoal de quaisquer órgãos da Administração direta, autárquica e fundacional, para o IPEA."

JUSTIFICAÇÃO.

A pontuação máxima original proposta pela Medida (2.238 pontos) não permitirá que as carreiras contempladas possam alcançar equiparação com as carreiras fiscais. As remunerações ficariam na faixa de até R\$ 3.400, enquanto os Auditores Fiscais e outros, pela MP 831 e suas reedições, poderão atingir até R\$ 4.700, sendo R\$ 4.200 de Gratificação. Não se contorna, assim, o grave problema da evasão de quadros atual, que a criação da vantagem visa superar.

A elevação no valor percentual de cada ponto ora proposta permitirá alcançar o mesmo valor de gratificação fixado para as carreiras fiscais, já que limitadas ao mesmo teto. Além disso, a redação original sujeita - desnecessariamente - a Gratificação ao teto de Almirante de Esquadra, ao passo que a MP 747 libera a RAV devida aos fiscais da Receita deste limite, sujeitando-o apenas ao da Lei nº 8.852/94.

A redação original contempla as restrições ao pagamento da GDP em dois parágrafos (2º e 3º), de modo que apenas quem exerça DAS 5, 6 ou Cargo de Natureza Especial fora dos sistemas a perceba integralmente. Quem ocupar DAS-4, receberá 50 % e os demais nada perceberão.

Esta regra, embora possa a princípio contemplar o interesse dos órgãos, gera distorções:

- a) desrespeita o art. 102 do RJU, que define o exercício de cargos em comissão como situação de efetivo exercício, na qual, por definição, se equipara o afastamento ao exercício do cargo efetivo nas condições normais, para todos os fins. Logo, discriminar a retribuição em função do cargo é anti-isonômico, e fere o princípio da equidade e impessoalidade, já que, se afastado para ocupar cargo de confiança, o servidor está atendendo, por definição, ao interesse público;
- b) no caso dos Gestores Governamentais, a carreira foi criada exatamente para propiciar a Administração direta e autárquica de recursos humanos qualificados para o exercício de atividades de direção e assessoramento em todos os níveis e órgãos, sem distinção. A restrição contraria a natureza da Carreira, a Lei nº 7.834, que define suas atribuições, e gera situação anti-isonômica se aplicada: um Gestor Governamental exercendo DAS-4 num órgão teria 50 % da GDP, e outro exercendo DAS-4 no Sistema a Gratificação integral, mas ambos estão no exercício das mesmas atribuições essenciais, próprias da carreira.
- c) um servidor exercendo DAS-2 na Divisão de Serviços Gerais do IPEA receberia a GDP integral - já que o IPEA integra como entidade o Sistema - mas na Divisão de Serviços Gerais do Ministério da Fazenda não a receberia, pois a Sec. de Assuntos Administrativos do Ministério da Fazenda não integra o Sistema, embora o Ministério seja **órgão central do Sistema de Controle**. Um servidor em exercício na Secretaria de Assuntos Internacionais ou de Política Urbana do Ministério do Planejamento não receberia a Gratificação, pois estas secretarias não integram o Sistema, embora o Ministério seja o **órgão central do Sistema de Planejamento**. Mas se estiver no serviço de apoio administrativo da Secretaria de Orçamentos Federais, receberá.

A emenda, portanto, visa substituir os dois parágrafos por um só e definir como situações que dão direito à Gratificação as contempladas como de efetivo exercício pelo art. 102 do RJU. Assim, quando couber, será procedida a avaliação de desempenho dos servidores afastados, para efeito de atribuição da Gratificação, conforme previr o regulamento. Quanto aos atualmente cedidos, trata-se de, à medida que retornem aos respectivos órgãos, serem mais criteriosamente cedidos para cargos em comissão, evitando-se a fuga dos servidores de seus quadros.

Dep. Maria Laura

PT/DF

MP 982/95

000111

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação dos parágrafos 2º, 3º do artigo 2º, substituindo-os pela seguinte:

"Art. 2º...

...

§ 2º. Os servidores titulares de cargos de que trata o art. 1º, quando cedidos para órgãos e entidades da Administração Federal não integrantes dos sistemas referidos nos art. 4º e 11 da Medida Provisória nº 723, de 18 de novembro de 1994, para o exercício de cargos e funções de confiança, perceberão a Gratificação de Desempenho e Produtividade:

a) sem restrições quando para o exercício de cargos em comissão ou funções de confiança de nível DAS-5, DAS-6 e de natureza especial, ou equivalentes, bem assim quando o exercício de atividades de direção e assessoramento superiores constitua-se em atribuição específica da respectiva carreira, e quando em exercício em órgãos integrantes da Presidência da República.

b) limitada a cinquenta por cento do valor previsto no caput, quando para o exercício de cargo de nível DAS-1 a DAS-4 ou equivalentes.

JUSTIFICAÇÃO.

A redação original contempla as restrições ao pagamento da GDP em dois parágrafos, de modo que apenas quem exerça DAS 5, 6 ou Cargo de Natureza Especial fora dos sistemas a perceba integralmente. Quem ocupar DAS-4, receberá 50 % e os demais nada perceberão.

a) desrespeita o art. 102 do RJU, que define o exercício de cargos em comissão como situação de efetivo exercício, na qual, por definição, se equipara o afastamento ao exercício do cargo efetivo nas condições normais, para todos os fins. Logo, discriminar a retribuição em função do cargo é anti-isonômico, e fere o princípio da equidade e impessoalidade, já que, se afastado para ocupar cargo de confiança, o servidor está atendendo, por definição, ao interesse público;

b) no caso dos Gestores Governamentais, a carreira foi criada exatamente para propiciar a Administração direta e autárquica de recursos humanos qualificados para o exercício de atividades de direção e assessoramento em todos os níveis e órgãos, sem distinção. A restrição contraria a natureza da Carreira, a Lei nº 7.834, que define suas atribuições, e gera situação anti-isonômica se aplicada: um Gestor

Governamental exercendo DAS-4 num órgão teria 50 % da GDP, e outro exercendo DAS-4 no Sistema a Gratificação integral, mas ambos estão no exercício das mesmas atribuições essenciais, próprias da carreira.

c) um servidor exercendo DAS-2 na Divisão de Serviços Gerais do IPEA receberia a GDP integral - já que o IPEA integra como entidade o Sistema - mas na Divisão de Serviços Gerais do Ministério da Fazenda não a receberia, pois a Sec. de Assuntos Administrativos do Ministério da Fazenda não integra o Sistema, embora o Ministério seja **órgão central do Sistema de Controle**. Um servidor em exercício na Secretaria de Assuntos Internacionais ou de Política Urbana do Ministério do Planejamento não receberia a Gratificação, pois estas secretarias não integram o Sistema, embora o Ministério seja o **órgão central do Sistema de Planejamento**. Mas se estiver no serviço de apoio administrativo da Secretaria de Orçamentos Federais, receberá.

A proposta, portanto, é de substituir os dois parágrafos originais (2º e 3º) por um só e definir as situações que dão direito à Gratificação, preservando hipóteses de DAS-5, 6 e Cargo de Natureza Especial, requisição para a Presidência da República (hipótese em que a cessão é irrecusável) e quando a própria carreira preveja como atribuição específica o exercício de atividades de direção e assessoramento. No caso dos DAS inferiores a 4, face ao art. 102 do RJU é necessário assegurar pelo menos o mesmo tratamento dado ao DAS-4, ou seja, 50 % da GDP. Quanto aos atualmente cedidos, trata-se de, à medida que retornem aos respectivos órgãos, serem mais criteriosamente cedidos para cargos em comissão, evitando-se a fuga dos servidores de seus quadros.

Sala das Sessões, 04/05/95

afonso brown
PT/DF

PROFESSOR

SECRETARIO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se, ao artigo 2º, o seguinte parágrafo, onde couber:

" § ... A Gratificação de que trata o "caput" terá como limite máximo, a partir de 1º de abril de 1995, 2.238 pontos por servidor, correspondendo cada ponto a 0,3992 % e a 0,1820 % do maior vencimento básico, respectivamente, do nível superior e do nível intermediário, observado o limite estabelecido no art. 2º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora proposta visa fixar mecanismo para a elevação da Gratificação de Desempenho e Produtividade instituída pela Medida Provisória, de modo que a mesma possa alcançar valores mais próximos dos necessários para remunerar adequadamente os seus beneficiários. A defasagem salarial hoje existente nas áreas de controle, orçamento, planejamento e gestão governamental da Administração Federal Direta impede a profissionalização de seus quadros, constantemente prejudicada pela evasão de quadros altamente qualificados. Face a baixa competitividade da remuneração, comparativamente a outros cargos do próprio serviço público e do setor privado, torna-se impossível reter profissionais formados especialmente para o setor público com altos custos para o Estado. Para tanto, faz-se necessária a elevação da vantagem, na forma que ora propomos.

Sala das Sessões,

04/05/95

Alfano Carneiro
PT/DF

MP00982

00012

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

1 DATA 02 / 05 / 95		2 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982 de 28 de Abril de 1995	
3 AUTOR DEPUTADO MARCIO REINALDO MOREIRA		4 Nº PRONTUÁRIO	
5 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
6 PÁGINA 1/1	7 ARTIGO 2º	8 PARÁGRAFO 5º	9 INCISOS ALÍNEA

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

A Gratificação de Desempenho e Produtividade será paga a partir de 1º de março de 1995, em valor equivalente a 70% do previsto no caput deste artigo, até a regulamentação de que trata o § 1º

JUSTIFICATIVA

A redução do percentual da Gratificação de Desempenho e Produtividade de 70% para 36% trará prejuízos financeiros para as categorias funcionais de nível superior alcançados ple M.P. nº 982 de 28/04/95.

O percentual de 70% já está consagrado na M.P. 745, de 02 de dezembro de 1994, que trata do mesmo assunto, bem como nas reedições sucessivas, sem qualquer alteração, o que só foi configurada na M.P. 957 acima citada.

A alteração verificada na M.P. 982, de 28 de Abril. de 1995, em seu art. 2º, §5º, fere o princípio constitucional consagrado no art. 5º, inciso XXXVI, no art. 37, inciso XV, e do art. 40 §4º da Constituição Federal.

MP 00982

00013

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação do § 5º do artigo 2º para a seguinte:

""Art. 2º. ...

...

§ 5º. A Gratificação de Desempenho e Produtividade será paga a partir de 1º de março de 1995 em valor equivalente a setenta por cento do previsto no caput, até a regulamentação que trata o § 1º."

JUSTIFICAÇÃO

Em suas edições anteriores, a MP fixava como limite para pagamento da vantagem o valor de 70% do seu valor máximo, enquanto não fosse regulamentada. Na presente edição, este limite é reduzido, no caso dos cargos de nível superior, para 36 %. A Medida Provisória já está na sua 4ª edição e ainda não foi regulamentada, com evidentes prejuízos para seus beneficiários. Reduzir o limite penaliza ainda mais os servidores, exonerando a Administração de editar o regulamento e preservar o direito daqueles que, se avaliados em seu

desempenho conforme preconiza a MP, poderiam percebê-la em seu valor máximo. A emenda visa, portanto, preservar o percentual da GDP até a regulamentação, permitindo que o aumento da pontuação produza efeitos em relação aos seus beneficiários.

Sala das Sessões, 04/05/95

Ulysses Guimarães
27/05

217 00722

00017

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se, ao artigo 2º, o seguinte parágrafo, onde couber:

"Art. ... O Poder Executivo, quando da edição do ato previsto no § 1º do art. 2º desta Medida Provisória, observará critérios relacionados com a aprovação do servidor em cursos de formação para ingresso na respectiva carreira, com um mínimo de 960 horas-aula, bem como, para promoção no curso da mesma, em cursos de especialização e aperfeiçoamento com cargas-horárias mínimas de 300 horas-aula.

§ 1º. Atendido o requisito de curso de formação, passará o valor de cada ponto percentual a valer 0,2345 % da base de cálculo referida no "caput" do art. 2º.

§ 2º. Atendidos os requisitos de curso de especialização e aperfeiçoamento, passará o valor de cada ponto percentual a valer, sucessivamente, 0,2848 % e 0,3551 % da base de cálculo referida no "caput" do art. 2º.

§ 3º. Os cursos de que trata o "caput" poderão ser supridos mediante o aproveitamento de cursos já realizados pelo servidor, observado o requisito de carga horária e afinidade do conteúdo com as atribuições da respectiva carreira, vedado o pagamento dos percentuais referidos nos §§ 1º e 2º, a partir de 31 de março de 1997, aos que não houverem cumprido os requisitos de formação, especialização e aperfeiçoamento previstos neste artigo."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora proposta visa fixar mecanismo para a elevação da Gratificação de Desempenho e Produtividade instituída pela Medida Provisória, de modo que a mesma possa

alcançar valores mais próximos dos necessários para remunerar adequadamente os seus beneficiários, por meio de sua vinculação ao sistema do mérito e à profissionalização dos quadros das carreiras beneficiadas

A defasagem salarial hoje existente nas áreas de controle, orçamento, planejamento e gestão governamental da Administração Federal Direta impede a profissionalização de seus quadros, constantemente prejudicada pela evasão de quadros altamente qualificados. Face a baixa competitividade da remuneração, comparativamente a outros cargos do próprio serviço público e do setor privado, torna-se impossível reter profissionais formados especialmente para o setor público com altos custos para o Estado. Para tanto, faz-se necessária a elevação da vantagem, na forma que ora propomos, capaz de ao mesmo tempo recompensar a qualificação que é exigida dos seus servidores e avançar no rumo de uma remuneração mais adequada ao contexto em que atuam.

Sala das Sessões, 04/05/95

Ufaio Carneiro
PT/DF

PP 00982

00015

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se, ao artigo 2º, o seguinte parágrafo, onde couber:

" § ... A Gratificação de que trata o "caput" terá como limite máximo, a partir de 1º de abril de 1995, 2.238 pontos por servidor, correspondendo cada ponto a 0,290 % e a 0,1820 % do maior vencimento básico, respectivamente, do nível superior e do nível intermediário, observado o limite estabelecido no art. 2º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora proposta visa fixar mecanismo para a elevação da Gratificação de Desempenho e Produtividade instituída pela Medida Provisória, de modo que a mesma possa alcançar valores mais próximos dos necessários para remunerar adequadamente os seus beneficiários. A defasagem salarial hoje existente nas áreas de controle, orçamento, planejamento e gestão governamental da Administração Federal Direta impede a profissionalização de seus quadros, constantemente prejudicada pela evasão de quadros altamente qualificados. Face a baixa competitividade da remuneração, comparativamente a outros cargos do próprio serviço público e do setor privado, torna-se impossível reter profissionais formados especialmente para o setor público com altos custos para o Estado. Para tanto, faz-se necessária a elevação da vantagem, na forma que ora propomos.

Sala das Sessões, 04/05/95

Ufaio Carneiro
PT/DF

MP 00982

00016

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 02 / 05 / 95		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982 de 28 de Abril de 1995	
4 AUTOR DEPUTADO MARCIO REINALDO MOREIRA		5 Nº PRONTUÁRIO	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1/1	8 ARTIGO 3º	9 PARÁGRAFO	10 INCIS
11 ALÍNEA			

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 3º a seguinte redação:

"Art. 3º O disposto nesta Medida Provisória aplica-se aos proventos de inatividade e às pensões decorrentes do falecimento de servidor público federal."

JUSTIFICAÇÃO

A redação original afirma que os servidores já aposentados receberão a GDP "observado o disposto no regulamento".

Não vejo sentido prático em remeter para regulamento o disciplinamento do índice da GDP para os aposentados posto que os mesmo não estarão sujeitos ao processo de avaliação.

Por outro lado os aposentados têm direito constitucional à percepção de quaisquer vantagens instituídas para aqueles cargos equivalentes aos ocupados por eles quando estavam em atividade. Ora, se o servidor ativo, sujeito ao processo de avaliação poderá atingir 100% de produtividade, terá direito ao recebimento da GDP no seu valor máximo, por que o servidor aposentado não terá direito a esse mesmo índice.

Negar-lhe esse direito é discriminá-lo já que ele não tem condição de concorrer ao índice máximo. Negar esse direito é ferrar a Constituição Federal.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, DE 1995

Cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte artigo, renumerando-se os demais:

"Art. 3º. Ficam transformados em cargos da Carreira de Finanças e Controle os cargos das categorias funcionais de Auditor, Contador e Técnico de Contabilidade, integrantes do Plano de Classificação de Cargos a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ocupados por servidores que, em 23 de dezembro de 1986, estivessem lotados no Ministério da Fazenda, assegurados os efeitos desta transformação aos servidores que naquela data já se encontrassem em inatividade. "

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória nº 982, de 28 de abril de 1995, vem fazer justiça aos servidores que exercem atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, cuja remuneração tem se situado em níveis bem abaixo dos que seriam compatíveis com as funções desempenhadas, típicas da atividade estatal.

Coerentemente com os motivos que inspiraram a edição do diploma em tela, seria esta a oportunidade de se reparar erro ocorrido quando da criação da Carreira de Finanças e Controle.

Este é o propósito da presente emenda, que visa aperfeiçoar o texto da Medida Provisória sob exame e dar tratamento adequado à situação de servidores que, injustamente, não foram considerados na oportunidade da criação dos cargos de Analista de Finanças e Controle e de Técnico de Finanças e Controle pelo Decreto-Lei nº 2.346, de 23 de julho de 1987.

Com efeito, o referido Decreto-Lei, em seu artigo 2º, condicionou a classificação nos novos cargos a que os servidores, integrantes ou não do Grupo de Atividades Específicas de Controle Interno, se encontrassem lotados, em 23 de dezembro de 1986, na Secretaria do Tesouro Nacional - STN ou nos órgãos setoriais ou equivalentes de Controle Interno.

Como consequência, independentemente de formação técnica mais adequada às funções de controle, servidores de outros órgãos, pelo simples fato de, na data estabelecida, estarem em exercício em órgãos setoriais ou equivalentes de controle interno obtiveram o enquadramento previsto no Decreto-Lei.

Dois grupos, compostos por auditores, contadores e técnicos de contabilidade, não foram considerados pelo diploma legal e por tal razão excluídos:

- a) aqueles que, com formação especializada, embora exercendo atividades relacionadas com contabilidade, finanças e orçamento no Ministério da Fazenda, não se encontravam lotados na Secretaria do Tesouro Nacional;
- b) os que, em razão mesmo de notória especialização e excelência de seus serviços, estivessem, por isso mesmo, cedidos a outros órgãos onde prestavam assessoria, justamente em assuntos relacionados com finanças e controle interno.

É esta situação de injustiça com servidores de alta capacitação e desempenho comprovado na área de finanças e controle que a emenda, inspirada no preceito constitucional da isonomia pretende reparar, corrigindo uma lacuna somente explicável por um lapso do legislador.

Acolhida a alteração proposta ela beneficiaria também os servidores já aposentados, por força do que dispõe o art. 40, § 4º da Constituição Federal.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 1995


Deputado **RUBEM MEDINA**

M P 9 8 2

C O 1 5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber:

"Art. Os servidores das carreiras de que tratam os incisos I a V do art. 1º desta Lei, nomeados em decorrência da aprovação em concurso público que sejam, na data da posse, ocupantes de cargos efetivos inacumuláveis na forma da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, perceberão, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada e sujeita aos reajustes gerais, a diferença entre a remuneração do cargo de origem e a do novo cargo.

Parágrafo único. A diferença referida no "caput" será absorvida pela nova remuneração à medida que o servidor obtiver promoção ou progressão na carreira."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa propor à discussão a superação de um problema que atinge hoje, de forma genérica, algumas das carreiras mais relevantes para a Administração Pública Federal.

Trata-se da situação dos servidores que, sendo ocupantes de cargos efetivos, têm remunerações superiores à de cargos de carreira para os quais se qualificam, em razão de concurso público e processos de formação específicos. Ao assumirem os novos cargos, servidores nesta situação e já em fim de carreira sofrem **descenso remuneratório**, já que obrigatoriamente nomeados para os cargos iniciais das novas carreiras.

A emenda tem o objetivo de preservar a situação remuneratória, assegurando a *irredutibilidade* dos vencimentos do servidor que assume, por concurso novo cargo, sem, no entanto, alterar a sua situação na nova carreira, ou seja, permanece o servidor sujeito ao *interstício* necessário para a promoção e para atingir as classes finais da carreira. Com isso, motiva-se os servidores mais qualificados a prestar concurso e assumir novos cargos, com a perspectiva profissional que deve ser assegurada para permitir melhor aproveitamento aos quadros da Administração.

Sala das Sessões, 04/05/95

Ubirajara Cavalcanti

PROPOSTA DE EMENDA

Nº 982

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação do art. 1º para a seguinte:

"Art.. 1º. Fica instituída a Gratificação de Desempenho e Produtividade de Políticas Públicas, Planejamento, Orçamento, Finanças e Controle - GDP, devida aos ocupantes de cargos efetivos:

I - da Carreira Finanças e Controle;

II - da Carreira de Planejamento e Orçamento;

III - da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental;

IV - de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo TP-1500;

V - de nível superior e intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada em exercício de atividades de elaboração de planos e orçamentos públicos, ou de apoio direto a estas atividades."

JUSTIFICAÇÃO

A redação original do artigo 1º pode vir a gerar dúvidas sobre a constitucionalidade da vantagem: em vista da manutenção da Gratificação de Atividade devida aos servidores contemplados pela Medida, a referência feita no artigo às "atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento" a caracteriza, indevidamente, como gratificação de atividade, e não de desempenho. Como gratificação de atividade, não pode variar, tem natureza vencimental e não depende de aferição de desempenho ou produtividade. Como gratificação de desempenho, decorre não da atividade - embora dela dependente como condição essencial - mas de determinado grau de eficácia e eficiência no seu exercício, podendo, portanto, variar de modo a refletir a qualidade do desempenho. E, como gratificação de desempenho, pode ser vinculada ao exercício em determinadas condições que se pretenda priorizar, o que impede a restrição absoluta ao seu pagamento mas permite a relativização da vantagem. Em vista disso, propomos a presistente, emenda, dando maior coerência técnica ao dispositivo.

(06)

ble das Imoen, 04/05/95

Maurício Moura
21/05

P P P P P P P P

P P P P P P

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 982, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber:

"Art. . Fica instituído adicional de vencimento, no percentual de quarenta por cento sobre o vencimento básico, a título de Formação, devido aos servidores, ocupante de cargos efetivos:

- I - da Carreira de Diplomata;
- II - da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental;
- III - de nível superior da Carreira de Finanças e Controle;
- IV - de nível superior da Carreira de Planejamento e Orçamento;
- V - da categoria funcional de Técnico de Planejamento P - 1501, do Grupo-Planejamento TP - 1500;
- VI - de Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

§ 1º. A vantagem de que trata o caput é devida aos servidores que hajam ingressado nos cargos citados neste artigo:

- I - até 1º de março de 1995;
- II - após 1º de março de 1995, mediante concurso público específico e que tenham se submetido a curso de formação para ingresso no respectivo cargo.

§ 2º. Os cursos de formação para ingresso nos cargos a que se refere este artigo terão sua duração fixada em regulamento próprio, com carga horária mínima de 520 (quinhentas e vinte) horas.

§ 3º. Os servidores que não tenham cumprido curso de formação para ingresso nos respectivos cargos deverão obrigatoriamente concluir, com aproveitamento, curso de formação com a duração prevista no parágrafo anterior até 31 de dezembro de 1997, sob pena da cessação do pagamento da vantagem referida no "caput".

§ 3º. O adicional instituído por este artigo integra o vencimento básico para efeito de cálculo das demais vantagens.

§ 4º. O adicional de que trata este artigo será pago a partir de 1º de março de 1995."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa resgatar proposta de instituição de Adicional de Formação para as carreiras do chamado "Ciclo de Gestão", bem assim aos Diplomatas, que, por força de suas especificidades profissionais, devem submeter-se a cursos específicos de formação para ingresso nos respectivos cargos. No entanto, embora obrigados a tais processos de formação por força de seus regulamentos, não é prevista a concessão de adicional de vencimento à semelhança dos devidos às Carreiras de C & T e Magistério, ou aos Militares.

Para chamar a atenção para este problema, cuja solução já foi objeto de análise pelos órgãos competentes do Poder Executivo, propomos a emenda, capaz de permitir a valorização do sistema do mérito em relação às carreiras elencadas.

Sala das Sessões, 04/05/95

Arinaldo Faria de Sá
RT/DF

HP00982

00021

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 03 / 05 / 95		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 982, DE 1995.	
4 AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ		5 Nº PRONTUÁRIO 337	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 REG.NA 01/03	8 ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

9 TEXTO
Acrescente-se onde couber na Medida Provisória em epígrafe, a seguinte redação:

" O inciso I, o artigo 1º da Lei Nº 8.538, de 21 de dezembro de 1992, para a seguinte redação:

I - Servidores lotados no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ocupantes dos cargos efetivos de :

- a) Procurador Autárquico ;
- b) Engenheiro ;
- c) Arquiteto.

JUSTIFICAÇÃO

A redação proposta atende ao princípio da isonomia, ou equidade de vencimentos e salários, para os cargos de atribuições iguais ou correlatas, previstas no parágrafo primeiro, do artigo 39, da Constituição Federal de 1988, uma vez que os Engenheiros e Arquitetos integrantes do Quadro Funcional do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS têm atribuições regimentais relativas à avaliação de bens móveis e imóveis oferecidos em garantia real de débitos previdenciários e/ou avaliação de imóveis para dação em pagamento desses débitos e à fiscalização na construção civil, com a consequente arrecadação de contribuições previdenciárias, e por consequência, com atividades equivalentes às dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias.

Portanto, intimamente vinculada à fiscalização e arrecadação de contribuições previdenciárias, as atribuições funcionais (Regimento Interno - artigo 45 inciso V) e profissionais (artigo 7º - alínea "c", da lei 5.194 de 24-12-66) determinam aos Engenheiros e Arquitetos do Quadro Funcional do INSS a avaliação de bens móveis e imóveis oferecidos em garantia, quando do parcelamento de débitos junto ao INSS, e/ou a avaliação de imóveis para dação em pagamento desses débitos, e ainda o exame e aprovação de laudos periciais relativos à avaliação de bens oferecidos em garantia.

- Assim, aprovada a garantia pela área de Engenharia, as Procuradorias do INSS têm o embasamento técnico para a solicitação de parcelamento do débito através de dação do imóvel avaliado, gerando-se então o pagamento de contribuições previdenciárias em atraso, por falta de liquidez do devedor.

- A fiscalização, classificação, vistorias e avaliações de imóveis e/ou obras são atribuições privadas de Engenheiros e Arquitetos, nos termos da Lei Nº 5.194, de 24-12-66, com aplicação fiscalizada pelos CREA's e CONFEA.

- Embora os Engenheiros e Arquitetos da Previdência Social tenham atribuições regimentais correlatas às dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (artigo 48 - inciso VI - Regimento Interno do INSS) ou seja, as de fiscalização e arrecadação das contribuições previdenciárias, aqueles percebem, a título de remuneração, apenas o valor da referência, sem direito à Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA.

- Se esta situação de injustiça persistir, ela trará flagrante descumprimento da norma constitucional, com irreparáveis prejuízos ao desenvolvimento dos serviços de Engenharia da Previdência Social, provocando constrangimento e desmotivação aos Engenheiros e Arquitetos do INSS que terão que conviver com tamanha desigualdade.

- Ao contrário, se reconhecido o direito , essas vantagens relativas à natureza do trabalho induzirão ao incremento da arrecadação, sem acréscimo da carga fiscal, funcionando como instrumento gerencial de estímulo ao aumento da produtividade e de eficácia das ações desempenhadas.

- Esclareça-se ainda que, além de se tratar de uma reivindicação que se entende das mais justas, a aprovação da Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA para os Engenheiros e Arquitetos do INSS, viria atingir um total de apenas 288 (duzentos e oitenta e oito) funcionários (ativos e inativos), o que representa menos de 2,5% (dois e meio por cento) do efetivo que percebe tal gratificação do INSS, que são os Fiscais e Procuradores.

10

ASSINATURA

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983, DE 28 DE ABRIL DE 1995, QUE "CRIA A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO, A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE PROTEÇÃO AO VÔO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" , (Reedição da Medida Provisória nº 958/95):

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado ALDO REBELO.....	014.
Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ.	023.
Deputado EULER RIBEIRO.....	015.
Deputado HUGO BIEHL.....	003 004.
Senador JONAS PINHEIRO..... 002	022.
Deputado JOSÉ TELES.....	006.
Senador LUCÍDIO PORTELLA.....	009.
Deputada MARIA LAURA.....	011 016 018 020.
Deputado NILSON GIBSON.....	010.
Deputado PAULO MOURÃO.....	013.
Deputado ROBERTO JEFFERSON.	021.
Senador ROMERO JUCÁ.....	001.
Deputado SÉRGIO CARNEIRO.....	007.
Deputado SALOMÃO CRUZ.....	005 017.
Senador VALMIR CAMPELO.....	008 012 019.

MP 983

2001

EMENDA Nº (Modificativa)**À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983, DE 1995****AUTOR: Senador ROMERO JUCÁ**

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 983, de 28 de abril de 1995, a seguinte redação:

Art. 1º - Fica instituída a Gratificação de Atividade Técnica e de Fiscalização devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Engenheiro Agrônomo, Zootecnista, Químico e Farmacêutico do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária e da Fundação Nacional do Índio, em exercício das atividades técnicas e de fiscalização e controle de produtos de origem animal e vegetal.

JUSTIFICATIVA

A iniciativa de apresentar emenda ao Art. 1º da Medida Provisória nº 983, de 28 de abril de 1995, tem por base além do princípio isonômico e a necessidade de assegurar aos profissionais listados nessas categorias, em pleno exercício das atividades técnicas e de fiscalização e controle, garantir padrões de remuneração que sejam compatíveis com as exigências requeridas, pois tais tarefas são complexas e imprescindíveis para os órgãos mencionados.

Acrescente-se a isso que, no caso da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, seus técnicos pertencentes às categorias acima são os primeiros que realizam as atividades técnicas e de fiscalização e controle dos produtos de origem animal e vegetal, de forma que aqueles Grupos Indígenas que já possuem uma atividade de comercialização possam oferecer produtos de boa qualidade ao mercado consumidor.

Ainda no caso dos técnicos da FUNAI, tais trabalhos de fiscalização e controle assumem grande importância, considerando que a atividade de exploração de produto de origem animal e vegetal em áreas indígenas está intimamente relacionada com aspectos sociais desses Grupos e aspectos ambientais de suas terras, ou seja, sua sobrevivência física e cultural.

Sala das Comissões em

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 03 / 05 / 95		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 983 DE 29.4.1995	
4 AUTOR SENADOR JONAS PINHEIRO		5 Nº PRONTUÁRIO	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01	8 ARTIGO 1º	9 PARÁGRAFO --	10 INCISO --

9 TEXTO

Dê-se ao Art. 1º da Medida Provisória nº 983, de 29 de abril de 1995, a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituída a Gratificação de Atividade Técnica e de Fiscalização devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Engenheiro-Agrônomo, Médico-Veterinário, Zootecnista, Químico e Farmacêutico do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, bem como aos Engenheiros-Agrônomos do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, em exercício das atividades técnicas e de fiscalização e controle de produtos de origem animal ou vegetal."

JUSTIFICAÇÃO

A iniciativa de apresentar emenda ao Art. 1º da Medida Provisória nº 983, de 29 de abril de 1995, tem por base o princípio isonômico e a necessidade de assegurar aos profissionais listados nessas categorias, em pleno exercício de suas atividades, padrões de remuneração que sejam compatíveis com as exigências requeridas, já que as tarefas que desenvolvem são complexas e igualmente imprescindíveis para o Ministério e o INCRA.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA 03/ 05/ 95	3	PROPOSIÇÃO EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA 983 de 28/04/95
4	AUTOR DEPUTADO HUGO BIEHL	5	Nº PRONTUÁRIO 1884
6	TIP 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL		
7	PAGINA 01 / 02	8	ARTIGO 1º
PARÁGRAFO			
INCIS			
ALÍNEA			

Dê-se ao Art. 1º a seguinte redação :

"Art. 1º - Fica instituída a gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Engenheiro Agrônomo, Zootecnista, Químico, Farmacêutico, Técnico em Agropecuária, Técnico Agrícola e Agente de Atividades Agropecuárias do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, em exercício das atividades de Fiscalização e controle de produtos de origem animal ou vegetal, bem como aos ocupantes dos cargos efetivos de Fiscal de Cadastro e Tributação Rural, Engenheiro Agrônomo e Técnico de Cadastro Rural do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, autarquia vinculada aquele Ministério."

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa à extensão da Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização aos ocupantes dos cargos de Agente de Atividades Agropecuárias do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, Técnico em Agropecuária, Técnico Agrícola, bem como aos Fiscais de Cadastro e Tributação Rural, Engenheiros Agrônomos e Técnicos de Cadastro Rural do INCRA, não contemplados na Medida Provisória nº 921/95 e em suas versões anteriores.

Considerando que os profissionais acima mencionados, desempenham na área Vegetal e Animal, a mesma função de Agente Fiscal exercida pelos Engenheiros Agrônomos, e também considerado, ainda, que estão submetidos a jornada de trabalho de igual duração.

Considerando também que são possuidores de Carteira Fiscal de Produtos de Origem Vegetal e Animal, atuando nas fiscalizações através de termos de Fiscalização, Auto de Infração, Auto de Interdição, etc ..., contribuindo ao incentivo à arrecadação, porque não conferir tratamento isonômico entre as categorias mencionadas e aquelas já beneficiadas pela Medida Provisória 921/95.

De fato, o INCRA, autarquia vinculada ao MAARA, desenvolve atividade de fiscalização tanto no que se refere à cobrança de tributos, multas e outras cominações legais, quanto à verificação da legitimidade de propriedade de grandes imóveis rurais improdutivos e, portanto, passíveis de desapropriação para reforma agrária. As ações de fiscalização perpassam boa parte das atividades do INCRA, especialmente as que se relacionam ao dimensionamento fundiário, à avaliação da produção animal e vegetal, à verificação de dados relativos a processos de desapropriação, à viabilização técnicas de assentamentos rurais e ao lançamento da taxa de Serviços Cadastrais, indispensáveis à manutenção de um cadastro fidedigno da área rural.

Por fim, no que tange à extensão da gratificação aos agentes de Atividades Agropecuárias do Ministério da Agricultura, é de se lembrar que tais servidores também atuam na fiscalização de produtos de origem vegetal e agroindustrial, principalmente nas Delegacias do Ministério situadas nos Estados. Por exercerem esse tipo de atividade devem ser beneficiados com a referida vantagem tanto quanto as categorias funcionais inicialmente contempladas.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 03/05/95	3 EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA 983 de 28/04/95
4 DEPUTADO HUGO BIEHL	5 1884
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
7 01/01	8 ARTIGO 1º PARÁGRAFO (INCIS) ALÍNEA

Dê-se ao Art. 1º a seguinte redação :

"Art. 1º - Fica instituída a gratificação de Desempenho de atividade de Fiscalização devida aos profissionais do setor público no exercício das

atividades de Fiscalização e controle de produtos de origem animal ou vegetal".

JUSTIFICAÇÃO

A iniciativa objetiva conferir tratamento isonômico entre as categorias, de nível superior e intermediário, que desempenham atividades de fiscalização e controle de produtos.

A extensão da gratificação aos servidores de nível intermediário, pois há de se lembrar que tais servidores também atuam na fiscalização de produtos, principalmente nas delegacias do ministério situadas nos Estados.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2	DATA	02/05/95	3	PROPOSIÇÃO	EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA 983 de 28.04.95	
4	AUTOR	DEPUTADO SALOMAO CRUZ - PFL/RR			5	Nº PRONTUÁRIO
				008		
6	1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL					
7	PÁGINA	8	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
		19				

DE-SE AO ARTIGO DA MEDIDA PROVISÓRIA A SEGUINTE REDAÇÃO:

" ART. 19 - FICA INSTITUIDA A GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO DEVIDA AOS OCUPANTES DOS CARGOS EFETIVOS DE ENGENHEIRO, ZOOTECNISTA, QUÍMICO E FARMACEUTICO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA, AOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA E DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

IBAMA, EM EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL."

JUSTIFICATIVA:

AS TERRAS QUE DESENVOLVEM SÃO COMPLEXAS E IGUALMENTE IMPRESCINDÍVEIS PARA O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INCRA E IBAMA, COM A PRESENTE, ESTENDER A GRATIFICAÇÃO, MAIS DO QUE JUSTA, AOS ENGENHEIROS / AGRÔNOMOS DO INCRA E DO IBAMA, CUJAS ATRIBUIÇÕES SÃO SIMILAR COM AS DOS PROFISSIONAIS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA.

MP 983/95

000000

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA	PROPOSIÇÃO
04/05/95	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983, DE 1995

AUTOR	PRONTUÁRIO
Deputado JOSÉ TELES	

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (x) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 9 () SUBSTITUTIVO GERAL

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	1º (caput)			

TEXTO
<p>Dê-se ao <i>caput</i> do artigo 1º a seguinte redação:</p> <p>"Art. 1º Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Engenheiro Agrônomo, Zootecnista, Químico, Farmacêutico e Médico Veterinário do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, em exercício das atividades de fiscalização e controle de produtos de origem animal ou vegetal.</p> <p>....."</p>

JUSTIFICATIVA

A presente proposição objetiva a extensão da Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, instituída pelo artigo 1º da Medida Provisória, aos ocupantes dos cargos de Médico Veterinário do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária.

Pretende-se, com tal proposta, conferir tratamento isonômico entre as categorias já contempladas e os Médicos Veterinários daquele Ministério, os quais também atuam na fiscalização e inspeção, em todo o território nacional, de produtos e insumos de origem animal, relacionados aos mercados interno e externo, com especial destaque para os trabalhos realizados em portos, aeroportos e postos de fronteiras. A importância de tais funções é indiscutível, não havendo razões plausíveis para a exclusão dos respectivos profissionais do acesso à vantagem assegurada pela Medida Provisória a outros servidores com atribuições semelhantes.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data: 04/05/95

Proposição: MP 983/95

Autor: Deputado SÉRGIO CARNEIRO

Nº Prontuário: 182

1	<input type="checkbox"/>	Supressiva	2	<input type="checkbox"/>	Substitutiva	3	<input checked="" type="checkbox"/>	Modificativa	4	<input type="checkbox"/>	Aditiva	5	<input type="checkbox"/>	Substitutiva Global
---	--------------------------	------------	---	--------------------------	--------------	---	-------------------------------------	--------------	---	--------------------------	---------	---	--------------------------	---------------------

Página: 1/2

Artigo: 1º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da MP 983/95, de 31/03/95:

"Art. 1º - Fica instituída a gratificação de desempenho de atividade de fiscalização aos ocupantes dos cargos efetivos de Engenheiro Agrônomo, Zootecnista, Químico e Farmacêutico do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, em exercício das atividades de fiscalização e controle de produtos de origem animal ou vegetal, e aos Engenheiros Agrônomos, Fiscais de Cadastro e Tributação Rural e Técnicos de Cadastro Rural do INCRA, autarquia integrante deste mesmo Ministério, que desempenham a atividade de fiscalização de imóveis rurais para fins de reforma agrária".

JUSTIFICATIVA

O INCRA tem em todos os seus segmentos, o processo de fiscalização, quer por dimensionamento dos imóveis rurais, quer por avaliação de produção animal e vegetal, quer para verificação de dados desapropriatórios, quer para viabilização técnica de assentamentos rurais, quer, ainda, pelo lançamento de taxa de serviços cadastrais, tributo que lá permanece tendo em vista a necessidade de um cadastro fidedigno da área rural e que se faz pela análise da declaração do proprietário rural com relação a seus imóveis rurais.

O texto atual traz a iniquidade de conceder a Gratificação de Desempenho e Fiscalização apenas aos Agrônomos, Zootecnistas, Químicos e Farmacêuticos do MAARA (Administração Direta), excluindo o pessoal dos órgãos vinculados.

O INCRA é uma Instituição de reconhecida importância social, tendo em seu corpo Engenheiros Agrônomos, Fiscais de Cadastro e Tributação Rural e Técnicos de Cadastro Rural, alguns dos instrumentos mais eficazes de prestação de serviços para Reforma Agrária.

O exercício desses cargos no INCRA não é inferior quanto ao nível de responsabilidade, grau de dificuldade e carga horária em relação ao MAARA, contando, também, com atribuições de Fiscalização mencionado em seu Regimento Interno (Portaria nº 812, de 16/12/93, publicada no DOU do dia 20/12/93).

As atividades de vistoria, avaliação e perícia de imóveis, bem como a administração de Projetos de Assentamento, envolvem conflitos de interesses que não raro, expõe os profissionais do INCRA a riscos de vida.

Por essas razões e para que se garanta pelo menos uma isonomia interna no próprio Ministério, vimos apresentar uma nova redação para a Medida Provisória nº 983/95.

MPV Nº 983, DE 28 DE ABRIL DE 1995**Emenda Modificativa**

Dá nova redação ao Artigo 1º e ao § 2º do Artigo 3º da MPV 983, de 28 de abril de 1995:

"Art. 1º - Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, devida aos ocupantes dos cargos efetivos, quando em atividade fiscalizadora em agricultura, abastecimento e reforma agrária."

Parágrafo Único - . . .

"Art. 3º - . . .

§ 2º - Os servidores titulares de cargos de que trata o Art. 2º, quando cedidos para órgãos e entidades do Governo Federal para o exercício de função de Confiança, perceberão as gratificações:

- a) . . .
- b) . . ."

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa, por uma questão de isonomia, estender o benefício previsto nesta Medida Provisória a todos os servidores do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária quando no exercício efetivo das atividades de Fiscalização.


Senador VALMIR CAMPELO
PTB-DF

MP 983

00000

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983, DE 31.03.95
Autor: **Senador Lucídio Portella**

PROPÕE-SE A SEGUINTE REDAÇÃO AO
ARTIGO 1º DA MP 983, DE 31.03.95:

ARTIGO 1º:

FICA INSTITUÍDA A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO AOS OCUPANTES DOS CARGOS EFETIVOS DE ENGENHEIRO AGRÔNOMO, ZOOTECNISTA, QUÍMICO E FARMACÊUTICO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA, EM EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, OU VEGETAL, E AOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS, ORIENTADORES DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO, FISCAIS DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO RURAL E TÉCNICOS DE CADASTRO RURAL DO INCRA, AUTARQUIA INTEGRANTE DESTES MESMO MINISTÉRIO, QUE DESEMPENHAM A ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO E ASSESSORIA A IMÓVEIS RURAIS PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA.

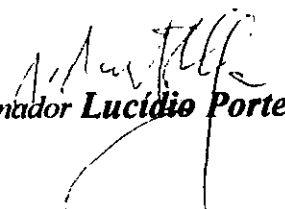
JUSTIFICATIVA

O INCRA tem, em todos os seus segmentos, o processo de fiscalização com a finalidade de realizar dimensionamento dos imóveis rurais, a avaliação de produção animal e vegetal, a verificação de dados desapropriatórios, viabilização técnica de assentamentos rurais e, ainda, o lançamento das taxas de serviços cadastrais.

No entanto, a Medida Provisória nº 983 que define a gratificação de desempenho e a fiscalização para o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, exclui exatamente categorias do órgão que, sendo parte integrante deste Ministério, fiscalizam e assessoram as ações de Reforma Agrária.

Por estas razões e para que se garanta pelo menos uma isonomia interna no próprio Ministério e na Autarquia, venho apresentar esta emenda à M.P. 983.

Brasília, 04 de maio de 1995


Senador **Lucídio Portella**

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

PTP 05072:111

00 00 00 1 00

2 DATA 03 / 05 / 95		3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 983 de 28 de abril de 1995	
4 AUTOR DEPUTADO NILSON GIBSON		5 Nº PRONTUÁRIO 1229-5	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01	8 ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO
9 ALÍNEA			
10 TEXTO			

Acrescente-se à redação do Art 1º:

Art. 1º - Fica instituída a Gratificação de Desempenho e Fiscalização devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Engenheiro Agrônomo, Zootecnista, Químico e Farmacêutico do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, em exercício das atividades de fiscalização de fiscalização e controle de produtos de origem animal e vegetal, bem como aos servidores administrativos de níveis intermediário e superior, em exercício de atividade de apoio direto à fiscalização e procuradoria, lotados na Linha de Arrecadação, Fiscalização, Cobrança e Procuradoria do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS

JUSTIFICATIVA

A inclusão dos servidores administrativos, de níveis intermediário e superior, da Linha de Arrecadação, Fiscalização, Cobrança e Procuradoria é de relevante justiça, tendo em vista que desenvolvem atividades de apoio direto à Fiscalização e Procuradoria, eis que conjuntamente com os Fiscais e Procuradores, hoje detentores da GEFA, Gratificação de Estímulo a Fiscalização e Arrecadação, são responsáveis pela realização da receita da Previdência Social do País.

Cumprе esclarecer, todavia que esses servidores fazem o suporte técnico, de grande complexidade e responsabilidade que compreende execução, cobrança e controle da Arrecadação Previdenciária, envolvendo grau de dificuldade na pesquisa, controle e cobrança, mediante aplicação da Legislação Tributária e Previdenciária e Atos Normativos complementares às situações diversificadas.

Cabe destacar que as responsabilidades desses servidores são e quivalente às dos Técnicos do Tesouro Nacional-TTN, estes agraciados - com percentual de Retribuição Adicional Variável - RAV, vantagem paga aos Auditores do Tesouro Nacional.

A Constituição Federal consagra o princípio da isonomia, portanto deve encontrar, na prática, o respeito à regra de que função igual, igual retribuição.

A proposta ora apresentada não irá ocasionar aumento de despesa e nem afetar o erário, pois dependerá exclusivamente do esforço dos servidores à realização e à elevação da receita.

Sala das Sessões, 03 de maio de 1995

HP 00527

00527

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se, ao artigo 1º, o seguinte parágrafo:

"Art. 2º...

...

§ 2º. A Gratificação de que trata o "caput" é devida, ainda, aos servidores:

I - ocupantes de cargos de Fiscal de Abastecimento e Preços da SUNAB;

II - ocupantes de cargos de Fiscal de Derivados de Petróleo e Óleos Combustíveis do Ministério de Minas e Energia;

III - ocupantes de cargos de Fiscais de Cadastro e Tributação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária;

IV - ocupantes de cargos de Fiscais de Tributos do Açúcar e do Alcool;

V - ocupantes de cargos de Agente de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal.

VI - ocupantes de cargos de nível superior do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária cujas atribuições sejam exclusiva ou comprovadamente principais de fiscalização, vistoria, avaliação e cadastramento de imóveis rurais para fins de reforma agrária.

JUSTIFICAÇÃO

A solução do problema da isonomia não se fará sem que se tenha uma visão do conjunto da Administração. O deferimento de vantagens a categorias específicas ou nem tanto, à guisa de isonomia, exige que sejam consideradas também aquelas que exercem atividades de mesma natureza, especialmente em áreas como a de fiscalização e inspeção federais.

Não há soluções fáceis, nem instantâneas, para um problema que foi agravado ao longo dos últimos 20 anos pela multiplicidade de leis e regulamentos que diferenciaram o que merecia tratamento igual e igualaram o que deveria ser diferenciado.

A presente emenda visa chamar a atenção para o problema, em especial para que sejam consideradas as categorias elencadas também como clientela para eventuais correções remuneratórias que tenham - como ponto de partida - a atribuição de remunerações mais dignas e justas aos servidores, tendo como ponto de partida as suas responsabilidades e tarefas.

Dep. Maria Laura, em 04/05/95

Dep. Maria Laura

PT/DF

MPV Nº 983, DE 28 DE ABRIL

Emenda Aditiva

O Art. 1º e seu Parágrafo Único passam à seguinte redação:

"Art. 1º - Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, devida aos ocupantes dos cargos efetivos de Engenheiro Agrônomo,

Zootecnista, Químico, Farmaceutico e Médico Veterinário do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, em exercício das atividades de fiscalização e controle de produtos de origem animal ou vegetal.

Parágrafo Único - A Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização a que se refere este artigo será concedida aos servidores com carga horária de quarenta horas semanais e, no caso dos Médicos Veterinários será concedida em apenas uma das jornadas de vinte horas."

JUSTIFICATIVA

A Emenda visa incluir os Médicos Veterinários na percepção da gratificação ora instituída.


Senador VALMIR CAMPELO
PTB-DF

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 00983

00013

MEDIDA PROVISÓRIA

983/95

AUTOR

CÓDIGO

DATA

03 / 05 / 95

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

1º

PÁGINA

1/1

TEXTO

Emenda Aditiva

Acrescente-se ao caput do art. 1º a seguinte expressão, logo após "Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária":

"...e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, autarquia vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal".

JUSTIFICATIVA

Intentamos, com a presente emenda, estender a gratificação, mais do que justa, aos Engenheiros Agrônomos do IBAMA, cujas atribuições guardam absoluta similaridade com as dos profissionais do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária na fiscalização e no controle de produtos de origem vegetal, de conformidade com a Constituição Federal no seu § 1º do art. 39, e em especial no Decreto nº 98.816 de 11 de janeiro de 1990, no art. 58, que dispõe:

"A ação fiscalizadora é da competência:

I - dos órgãos federais responsáveis pelos setores de agricultura, saúde e meio ambiente..."

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 04 / 05 / 95		PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA 983/95	
AUTOR Deputado ALDO REBELO			Nº PRONTUÁRIO 331
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1/1	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO -	INCISO -
ALÍNEA -			
TEXTO			

Inclua-se, no caput do artigo 1º, in fine, a expressão: "bem como aos técnicos agrícolas, fiscais de cadastro e tributação rural, técnicos de cadastro rural, topógrafos e engenheiros agrônomos do Incra, que exerçam atividades fiscalizadoras no âmbito da Reforma Agrária."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa corrigir a injustiça perpetrada contra os servidores do INCRA, participantes do processo de fiscalização das ações de reforma agrária. Como o INCRA é órgão integrante do Ministério da Agricultura, trata-se, antes de mais nada, de estabelecer isonomia interna entre esses órgãos.

SALA DAS SESSÕES, EM 04 DE MAIO DE 1995


DEPUTADO ALDO REBELO
LÍDER-PCdoB

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP 983

00015

DATA

03/ 05/ 95

PROPOSIÇÃO

MP 983, de 28 de abril de 1995

AUTOR

Euler Ribeiro

Nº PRONTUÁRIO

039

TIPO

1 ☐

SUPRESSIVA

2 ☒

SUBSTITUTIVA

3 ☐

MODIFICATIVA

4 ☐

ADITIVA

9 ☐

SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

1/1

ARTIGO

2º

PARÁGRAFO

-

INCIS

-

ALÍNEA

-

TEXTO

Medida Provisória nº 983, de 28 de abril de 1995

EMENDA SUBSTITUTIVA

O Art. 2º da MP 983, de 1995, passa a ter a seguinte redação:

" Art 2º: Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, devida aos ocupantes dos cargos efetivos de níveis superior e intermediário do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - DACTA e aos servidores de nível superior e intermediário que desempenham as mesmas atividades, desde que estejam no exercício das funções pelo menos há dez anos, em órgão ou unidade de Controle de Tráfego Aéreo, na forma da Regulamentação."

JUSTIFICATIVA

O Sistema DACTA foi implementado e tem sido operado por servidores de diversas categorias, que executam as mesmas tarefas, e têm as mesmas responsabilidades, a mesma carga horária e o mesmo local de trabalho. É justo, portanto, que lhes seja concedida a Gratificação de Desempenho de Atividades de Proteção ao Voo, que atualmente só é concedida ao Grupo DACTA 1300.

A extensão da gratificação referida se justifica pelos aspectos acima citados, principalmente considerando que são seis servidores públicos civis na área técnico-operacional do Sistema DACTA. O ônus desta extensão será da ordem de 3% do valor total de R\$ 180.542,70 (cento e oitenta mil, quinhentos e quarenta e dois reais e setenta centavos), que corresponde ao valor da aplicação da medida sem a extensão, conforme a tabela em anexo.

É, portanto, fundamental a ampliação do Artigo 2º da MP 983/95, pois é justa e merecida.

Sala de Sessões, em

QUADRO DEMONSTRATIVO DE DESPESAS CONFORME MP 983										REEDITADA EM 28 / 04 / 95	
CATEGORIA	CARGO	C L A S S E S								TOTAL POR CATEGORIA	
		A		B		C		D			
NS DACTA-1301	TÉCNICO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO	012	13.179,36	000	-	011	10.898,91	000	-	24.078,27	
NI DACTA-1302	TÉCNICO EM INFORMAÇÕES AERONÁUTICAS	032	20.775,36	000	-	000	-	000	-	20.775,36	
NI DACTA-1303	CONTROLADOR DE TRÁFEGO AÉREO	142	92.190,66	000	-	000	-	000	-	92.190,66	
NI DACTA-1304	TÉCNICO EM ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES	058	37.655,34	000	-	000	-	000	-	37.655,34	
NI DACTA-1305	TÉCNICO DE METEOROLOGIA AERONÁUTICA	000	-	000	-	000	-	000	-	-	
NI DACTA-1306	TÉCNICO DE PROGRAMAÇÃO E OPERAÇÃO DE DEFESA AÉREA E CONTROLE DE TRÁFEGO AÉREO	009	5.843,07	000	-	000	-	000	-	5.843,07	
		NÚMERO FUNC.		NÚMERO FUNC.		NÚMERO FUNC.		NÚMERO FUNC.	TOTAL	180.542,70	

SERVIDORES DA SUBDIVISÃO DE INFORMÁTICA - CINDACTA I
QUE EXERCEM FUNÇÕES DO GRUPO DACTA-1300

N I V E L	C O D I G O	C A R G O	FUNÇÃOÁRIO	ADMISSÃO	FUNÇÃO	TEMPO NA FUNÇÃO (ANOS)
NS	PRO 1601	ANALISTA DE SISTEMA	ALZIMA BERNARDES DE WISPELAERE	01.03.76	ANALISTA	18
NI	PRO 1603	OP. COMP.	ÁLVARO PAIXÃO CORREIA	01.06.76	OPERADOR DE COMP.	18
NI	PRO 1604	DIGITADOR	GESMAR ALVES DE ALMEIDA	21.07.80	OPERADOR DE COMP.	14
NI	SA-801	AG. ADM.	JOSÉ MARIA SPINDOLA	26.07.78	OPERADOR DE COMP.	12
NI	SA-801	AG. ADM.	JOSÉ ANTONIO DE SOUZA	25.04.80	OPERADOR DE COMP.	12
NI	NM-1045	AG. VIG.	DJALMA SILVA SANTOS	14.02.80	OPERADOR DE COMP.	12

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983, de 28 de abril de 1995.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se os parágrafos 2º, 3º e 4º do artigo 3º.

JUSTIFICAÇÃO

Os parágrafos 2º e 3º que propomos suprimir tratam de matéria que, a rigor, não deve ser contemplada na Lei. Trata-se de situação - o afastamento de servidores para o exercício de cargo e função

de confiança ou equivalentes - que já se acha regida pelos artigos 93 e 102 da Lei nº 8.112 e legislações específicas. Assim, cumpre ao Poder Executivo, ao regulamentar a gratificação, estabelecer eventuais restrições, bem como exceções a elas, de modo a melhor administrar a concessão da vantagem, desde que atendidos os princípios da impessoalidade e da legalidade.

Quanto ao parágrafo 4º, é totalmente desnecessário, à medida que o pagamento das vantagens em conjunto, de forma não cumulativa é absolutamente óbvio, já que incidentes sobre bases de cálculo específicas, diferentes e fixadas em lei. Nenhuma interpretação é possível no sentido de propiciar que sejam incidentes uma sobre a outra, o que caracterizaria a cumulatividade. Além disso, o texto pode suscitar dúvidas sobre seu verdadeiro alcance, aí sim vindo a prejudicar a aplicação da norma.

Sala das Sessões, 04/05/95

refação *[assinatura]*
RT/DF

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

HP 00583

00017

02 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO	
EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983 de 28.04.95		
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO
DEPUTADO SALOMÃO CRUZ - PFL/RR		008
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
ART. 3º	PARÁGRAFO	INCISO
3º		

TEXTO

DE-SE AO ART. 3º DA MEDIDA PROVISÓRIA A SEGUINTE REDAÇÃO:

" ART. 3º AS GRATIFICAÇÕES DE QUE TRATAM OS ARTIGOS 1º e 2º TERÃO COMO LIMITE MÁXIMO 2.238 PONTOS POR SERVIDOR, CORRESPONDENDO CADA PONTO A 0,1820% E 0,0936 DO MAIOR VENCIMENTO BÁSICO, RESPECTIVAMENTE, DO NÍVEL SUPERIOR E DO NÍVEL INTERMEDIÁRIO, OBSERVANDO O DISPOSTO NO ART. 2º DA LEI Nº 8.477 DE 27 DE OUTUBRO DE 1992, E

OS LIMITES ESTABELECIDOS NO ART. 12 DA LEI Nº 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1992, E NO ART. 2º DA LEI Nº 8.852, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1994.

JUSTIFICATIVA:

OS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS, QUÍMICOS, FARMACEUTICOS, ZOOTECNISTAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA, / ENCARRREGADOS DA FISCALIZAÇÃO DE PRODUTO DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL, PLEITEAVAM, JUNTO AO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO A GRATIFICAÇÃO DE ESTÍMULO A FISCALIZAÇÃO E ARRECADAÇÃO - GEFA, CONCEDIDAS AOS FISCALIS DO TRABALHO, FISCALIS DA PREVIDENCIA E AOS AUDITORES FISCALIS. O GOVERNO FEDERAL RESOLVEU ATENDER O PLEITO, DE FORMA PLEATEIVA, ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO, PELA MEDIDA PROVISÓRIA 807, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1994, CONCEDIDA ÀS CARREIRAS DE FINANÇAS E CONTROLE, PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, ESPECIALISTAS EM POLÍTICA E GESTÃO GOVERNAMENTAL, TÉCNICO DE PLANEJAMENTO, NÍVEL SUPERIOR E NÍVEL MÉDIO DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. OCORRE QUE NAS REEDIÇÕES DAS MEDIDAS QUE CRIARAM AS REFERIDAS GRATIFICAÇÕES, ALTEROU-SE A PONTUAÇÃO REFERENTE À GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO E PRODUTIVIDADE DO NÍVEL SUPERIOR, DOBRANDO-A EM RELAÇÃO À GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO.

MP 983

00010

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação do § 2º do art. 3º para a seguinte, suprimindo-se o § 3º:

"Art. 2º. ...

§ 2º. Os servidores titulares de cargos de que tratam os art. 1º e 2º perceberão as Gratificações de que trata esta Lei nas situações de efetivo exercício previstas no art. 102 da Lei nº 8.112, de 1990, cujo desempenho será aferido, quando couber, na forma do regulamento.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa assegurar que a Gratificação ora criada seja deferida aos servidores em todas as hipóteses de efetivo exercício previstas na Lei nº 8.112, de 1990, protegendo-se aqueles que, em razão do interesse público, em especial os que se achem cedidos ou requisitados por outros órgãos no interesse da administração.

Sala das Sessões, 04/05/95

Valmir Campelo
PTB-DF

MPV Nº 983, DE 28 DE ABRIL DE 1995.

Emenda Modificativa

O § 2º do Artigo 3º da MPV 983, de 28 de abril de 1995 passa à seguinte redação, suprimindo-se, em consequência o § 3º:

"Art. 3º - . . .

§ 2º - Os servidores titulares de cargos de que tratam os artigos 1º e 2º, quando cedidos nas situações de efetivo exercício a órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados, Municípios e do Distrito Federal farão jus à gratificação prevista nesta Lei."

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa proteger os servidores que encontram-se cedidos ou requisitados para outros órgãos governamentais, no interesse da administração pública. Tais afastamentos encontram-se previstos no Regime Jurídico Único em seu Art. 102.

Valmir Campelo
Senador VALMIR CAMPELO
PTB-DF

MP 983

00020

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 983, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

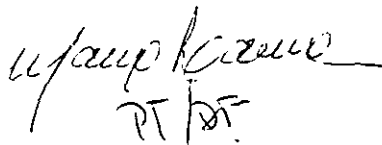
Acrescente-se, ao artigo 3º, o seguinte parágrafo, onde couber:

" § ... A Gratificação de que trata o "caput" terá como limite máximo, a partir de 1º de abril de 1995, 2.238 pontos por servidor, correspondendo cada ponto a 0,1820 % do maior vencimento básico, respectivamente, do nível superior e do nível intermediário, observado o limite estabelecido no art. 2º da Lei nº 8.852, de 4 de fevereiro de 1994."

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora proposta visa igualar a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização e de Proteção ao Voo à Gratificação de Desempenho e Produtividade, cujo valor foi alterado por Medida Provisória editada na mesma data. Trata-se de medida necessária para tratar vantagens de mesma natureza de forma igual, permitindo remunerar adequadamente os seus beneficiários.

Sala das Sessões, 04/05/95


RT/ST

00

MP 983

EMENDA ADITIVA

00021

Deputado ROBERTO JEFFERSON - PTB/RJ.

Cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, e de outras providências.

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

* Art. - Estende-se aos Servidores pertencentes à Categoria funcional Oficial de Justiça Avaliador, no âmbito Federal, a gratificação prevista no art. 10. da Lei 8538, de 21.12.82, nos termos de seu caput, parágrafo 2o. e 3o.

JUSTIFICATIVA

A finalidade da presente emenda aditiva é fazer justiça à categoria funcional dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais, tendo em vista laborarem de forma análoga aos já beneficiados pela gratificação que a eles se quer estender.

Da mesma forma que os Fiscais de Previdência, Fiscais do Trabalho, Médicos da Segurança do Trabalho, Engenheiros da Segurança do Trabalho e Assistentes Sociais da Fiscalização do Trabalho da Mulher e do Adolescente, o desempenho de suas funções é feito externamente, lavram autos como os citados e arrecadam pela penhora e arresto valores e bens devidos de execuções e custas em favor da Fazenda Nacional.

Apesar disso, até a presente data ainda não fazem jus a esta gratificação peculiar às categorias de fiscalizadores e arrecadadores do serviço público federal, daí a denominação de Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA -, para eles ora pretendida.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

PROPOSIÇÃO

PROPOSIÇÃO

DATA

03 / 05 / 95

PROPOSIÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA 983, DE 29.4.1995

SENADOR JONAS PINHEIRO

Nº PRONTUÁRIO

5

1 ☐ - SUPRESSIVA

2 ☐ - SUBSTITUTIVA

3 ☐ - MODIFICATIVA

4 ☒ - ADITIVA

9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

--

ARTIGO

--

PARÁGRAFO

--

INCISO

--

ALÍNEA

--

TEXTO

Inclua-se onde couber, na Medida Provisória nº 983, de 29 de abril de 1995, artigo específico com a seguinte redação.

Art. - Fica instituída a Gratificação de Atividade de Fiscalização aos Geólogos e Engenheiros, do Departamento

Nacional de Produção Mineral - DNPM e aos fiscais de derivados do petróleo e outros combustíveis do Departamento Nacional de Combustíveis - DNC, em exercício de fiscalização das atividades de mineração e derivados do petróleo e outros combustíveis."

JUSTIFICATIVA

A iniciativa de apresentar essa emenda visa corrigir a discriminação sofrida pelos Fiscais do DNPM e DNC que, estando incluído no projeto de Medida Provisória, remetido pela Secretaria de Administração Federal à Casa Civil da Presidência da República, a concessão de gratificação pelo desempenho da atividade de fiscalização, foram excluídos quando da edição das MP 807 e suas reedições subsequentes, que assegurou a manutenção de gratificações a outras categorias de agentes fiscais de outros Ministérios.

Cabe ao DNC a importante tarefa de fiscalizar as empresas do comércio de derivados do petróleo e outros combustíveis, enquanto que ao DNPM compete controlar e fiscalizar as atividades de mineração em todo o território nacional. No total, são 351 servidores lotados no DNPM e DNC que desempenham as atividades de fiscalização.

Esses servidores recebem remunerações inferiores, enquanto outras categorias de servidores exercendo funções semelhantes, são recompensados com gratificações específicas do desempenho da fiscalização.

A inclusão dessa gratificação visa assegurar o princípio da isonomia na administração pública e dar a esses servidores melhores condições, tendo em vista a importância do controle e fiscalização dos recursos minerais e energéticos e a elevada responsabilidade atribuída aos fiscais do DNC e DNPM, sujeitos a pressões e resistências geralmente oferecidos aos agentes fiscalizadores.

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MP00983

00023

DATA 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 983, DE 1995.	
AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ		Nº PRONTUÁRIO 337	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01/03	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO
TEXTO Acrescente-se onde couber na Medida Provisória em epígrafe, a seguinte redação:			

* O inciso I, o artigo 1º da Lei Nº 8.538, de 21 de dezembro de 1992, para a seguinte redação:

I - Servidores lotados no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ocupantes dos cargos efetivos de :

- a) Procurador Autárquico ;
- b) Engenheiro ;
- c) Arquiteto.

JUSTIFICAÇÃO

A redação proposta atende ao princípio da isonomia, ou equidade de vencimentos e salários, para os cargos de atribuições iguais ou correlatas, previstas no parágrafo primeiro, do artigo 39, da Constituição Federal de 1988, uma vez que os Engenheiros e Arquitetos integrantes do Quadro Funcional do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS têm atribuições regimentais relativas à avaliação de bens móveis e imóveis oferecidos em garantia real de débitos previdenciários e/ou avaliação de imóveis para dação em pagamento desses débitos e à fiscalização na construção civil, com a consequente arrecadação de contribuições previdenciárias, e por consequência, com atividades equivalentes às dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias.

Portanto, intimamente vinculada à fiscalização e arrecadação de contribuições previdenciárias, as atribuições funcionais (Regimento Interno - artigo 45 inciso V) e profissionais (artigo 7º - alínea "c", da lei 5.194 de 24-12-66) determinam aos Engenheiros e Arquitetos do Quadro Funcional do

INSS a avaliação de bens móveis e imóveis oferecidos em garantia, quando do parcelamento de débitos junto ao INSS, e/ou a avaliação de imóveis para dação em pagamento desses débitos, e ainda o exame e aprovação de laudos periciais relativos à avaliação de bens oferecidos em garantia.

- Assim, aprovada a garantia pela área de Engenharia, as Procuradorias do INSS têm o embasamento técnico para a solicitação de parcelamento do débito através de dação do imóvel avaliado, gerando-se então o pagamento de contribuições previdenciárias em atraso, por falta de liquidez do devedor.

- A fiscalização, classificação, vistorias e avaliações de imóveis e/ou obras são atribuições privadas de Engenheiros e Arquitetos, nos termos da Lei Nº 5.194, de 24-12-66, com aplicação fiscalizada pelos CREA's e CONFEA.

- Embora os Engenheiros e Arquitetos da Previdência Social tenham atribuições regimentais correlatas às dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (artigo 48 - inciso VI - Regimento Interno do INSS) ou seja, as de fiscalização e arrecadação das contribuições previdenciárias, aqueles percebem, a título de remuneração, apenas o valor da referência, sem direito à Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA.

- Se esta situação de injustiça persistir, ela trará flagrante descumprimento da norma constitucional, com irreparáveis prejuízos ao desenvolvimento dos serviços de Engenharia da Previdência Social, provocando constrangimento e desmotivação aos Engenheiros e Arquitetos do INSS que terão que conviver com tamanha desigualdade.

- Ao contrário, se reconhecido o direito , essas vantagens relativas à natureza do trabalho induzirão ao incremento da arrecadação, sem acréscimo da carga fiscal, funcionando como instrumento gerencial de estímulo ao aumento da produtividade e de eficácia das ações desempenhadas.

- Esclareça-se ainda que, além de se tratar de uma reivindicação que se entende das mais justas, a aprovação da Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA para os Engenheiros e Arquitetos do INSS, viria atingir um total de apenas 288 (duzentos e oitenta e oito) funcionários (ativos e inativos), o que representa menos de 2,5% (dois e meio por cento) do efetivo que percebe tal gratificação do INSS, que são os Fiscais e Procuradores.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 984**, DE 28 DE ABRIL DE 1995, QUE "DISPÕE SOBRE OS QUADROS DE CARGOS DO GRUPO- DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".(Reedição MP959)

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Senador IRIS RESENDE	004.
Deputada MARIA LAURA	001.
Deputado MIRO TEIXEIRA.	002.
Deputado ROBERTO JÉFERSON	003.

MP00984

00001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 984. de 28 de abril de 1995

Dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS da Advocacia Geral da União, do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

"Art. 6º. A partir da vigência desta lei, são funções de confiança a serem providas, à medida que vagarem, exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos regidos pela Lei nº 8.112, 11 de dezembro de 1990, os cargos de direção e chefia do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e Funções Gratificadas inferiores aos dois mais altos níveis hierárquicos da estrutura organizacional de cada órgão ou entidade da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Serão cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração os cargos de Natureza Especial, os de direção e chefia dos dois níveis hierárquicos mais elevados da estrutura organizacional e até quarenta por cento dos cargos de assessoramento, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de cada órgão ou entidade referidos no "caput".

JUSTIFICAÇÃO

A presente edição da MP excluiu a redação anterior dada ao art. 6º, que suspendia a eficácia do art. 6º da Lei nº 8.911, já que havia perdido o sentido com a revogação, pela Medida Provisória nº 831, daquele artigo. Todavia, a sua redação configurou-se, quando editado inicialmente na MP 554, em um autêntico "contrabando palaciano", condicionando a eficácia do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, à implantação de planos de carreira na Administração Federal. O referido parágrafo único do art. 6º da Lei nº 8.911 foi um dos mais notáveis avanços da Administração Pública ao determinar que apenas os cargos de confiança dos dois níveis hierárquicos superiores seriam, doravante, de livre provimento, devendo todos os demais ser providos apenas por servidores ocupantes de cargos efetivos.

É uma condição irracional e absurda e não merece a menor chance de acolhida. Primeiro, por ser matéria estranha ao objetivo da Medida Provisória. Segundo, porque torna letra morta a determinação de que todos os cargos de confiança inferiores aos dois mais elevados níveis hierárquicos da Administração sejam providos exclusivamente por servidores públicos ocupantes de cargos efetivos. Esta regra, que impediria o loteamento fisiológico de cargos de confiança foi um enorme avanço no sentido de propiciar a profissionalização e o fortalecimento dos quadros da administração direta, autárquica e fundacional, obrigando os dirigentes a recrutarem *intra máquina* os dirigentes até o nível de DAS - 4, pelo menos, e foi proposta pelo próprio Executivo. Todavia, manobras palacianas trataram de inviabilizar a sua

aplicação: enquanto os referidos "planos de carreira" não forem aprovados - o que pode levar anos para ocorrer - não se aplica a exclusividade. Além disso, não é necessário estabelecer esta condição: a norma cuja aplicação fica condicionada não guarda relação de dependência com os "planos de carreira", mas sim de complementaridade: já vigora norma que limita o acesso a 50 % dos cargos de DAS 1 a 3 a servidores "do quadro do órgão ou entidade"; em outros casos, há determinação de preferência para provimento de cargos por servidores de determinadas carreiras, conforme o órgão; mas nada justifica uma reserva ampla de cargos num determinado órgão ou entidade para servidores de uma carreira específica, regida por determinado plano. Sob o manto de uma pretensa sujeição a planos de carreira, o que o art. 6º pretendeu fazer foi "melar" indefinidamente a aplicação da regra, que teria como efeito o impedimento de que Ministros de Estado e o Presidente da República possam prover os milhares de cargos de confiança de nível mais baixo com pessoas estranhas ao serviço público, burlando o ingresso por concurso público (já que muitos destes cargos têm sido criados apenas para contratação de técnicos que nenhuma "comissão" exercem) e promovendo uma forma de terceirização completamente irracional.

Propomos, assim, o revigoramento da regra do art. 6º da Lei nº 8.911 de modo a garantir a moralização e a profissionalização do provimento de cargos comissionados na Administração Pública.

Sala das Sessões, 04/05/95 *Luiz Inácio Lula da Silva*
PI / DF

EMENDA Nº

Emenda à MP 984 que dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, e dá outras providências.

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

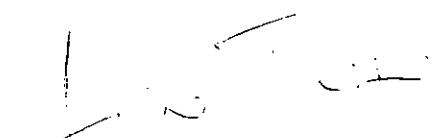
Art. - No prazo de trinta dias o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a remuneração dos demais cargos das carreiras da

Advocacia Geral da União, sobre a estrutura permanente do órgão e sobre as dotações orçamentárias a serem consignadas para o custeio de suas atividades.

JUSTIFICATIVA

A emenda visa determinar prazo para que o Poder Executivo adote as providências necessárias ao funcionamento em caráter definitivo da AGU, para atender a complexidade das atribuições do órgão e prover os meios para possa desincumbir-se de suas tarefas. A Emenda visa, ainda, sanar equívoco técnico decorrente da omissão quanto ao vencimento básico das carreiras funcionais de Procurador da Fazenda Nacional e Assistente Jurídico, também integrantes da AGU, haja visto o insculpido nos artigos 20 e 26 da Lei Complementar nº 73 de 1993.

Brasília, 04 de maio de 1995


Deputado Miro Teixeira
PDT-RJ

MP007B4

00000

EMENDA ADITIVA

Medida Provisória nº. 984/1995.

Deputado ROBERTO JEFFERSON - PTB/RJ.

Dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento-DAS da Advocacia Geral da União, do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo:

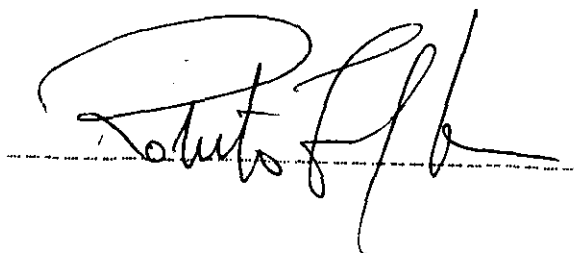
" Art. - No prazo de quarenta dias o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a remuneração dos demais cargos das carreiras da Advocacia-Geral da

União, sobre a estrutura permanente do órgão e sobre as dotações orçamentárias a serem consignadas para o custeio de suas atividades.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda visa atender as necessidades vigentes para que a Advocacia Geral da União possa desincumbir-se de suas atribuições consignadas na Carta Magna vigente, assim como fixar o vencimento básico e a remuneração das carreiras funcionais que a compõem, conforme Art. 20 e 26 da Lei Complementar nro. 73, de 1993.

Brasília,



1995 05 05

1995 05 05

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO DA
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 984, DE
28 DE ABRIL DE 1995.

E M E N D A

Acrescente-se, ao Projeto de Lei de Conversão da Medida Provisória nº 984, de 28 de abril de 1995, artigo com a seguinte redação:

"Art. ... No prazo de sessenta dias o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a remuneração dos cargos das Carreiras, a que alude o art. 20 da Lei Complementar nº 73,

de 10 de fevereiro de 1993, bem assim sobre a estrutura permanente da Advocacia-Geral da União."

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda visa estabelecer prazo para que o Poder Executivo adote as providências necessárias ao funcionamento, em caráter definitivo, da Advocacia-Geral da União, para atender a complexidade das atribuições do Órgão e prover os meios para que o mesmo possa desincumbir-se de suas tarefas, posto que a estrutura permanente da Instituição permanece inexistente, tanto que o art. 15 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, prevê mecanismos para que outros órgãos possam supri-la de meios suficientes para o seu funcionamento.

A Emenda visa, também, possibilitar ao Poder Executivo fixar o vencimento e a remuneração das carreiras que integram a AGU, dando, assim, fiel cumprimento ao disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.



Senador IRIS RESENDE

PMDB - GO

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 985 DE 28 DE ABRIL DE 1995, QUE "DÁ NOVA REDAÇÃO A DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.742, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS	EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO EDUARDO BARBOSA.....	011.
DEPUTADO MIGUEL ROSSETO.....	001,002,003,004,009,010.
DEPUTADO NEDSON MICHELETI.....	006,007,008 012.
DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA.....	005.

MP 00985

00001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 985, de 28 de abril de 1995.

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se, do artigo 1º da Medida Provisória, a alteração proposta ao art. 40 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

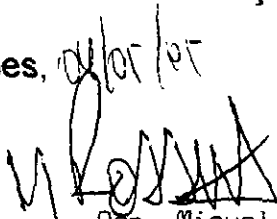
JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta pela Medida Provisória à Lei Orgânica da Assistência Social tem como escopo restringir aos idosos o exercício do direito de requerer a renda mensal vitalícia. Esta alteração guarda relação de dependência com a definição, contida na mesma MP, de que somente a partir de 8 de junho de 95 será pago o benefício de prestação continuada, substitutivo da renda mensal vitalícia.

Além de desnecessária, esta previsão só seria factível se aceitássemos a proposta de adiar a concessão do benefício de prestação continuada contida na mesma MP, o que somente virá prejudicar os idosos a que se destiná o benefício.

Para preservar a integridade da LOAS e dos benefícios que instituiu, propomos a supressão desta alteração.

Sala das Sessões,



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

1995 05 05

1995 05 05

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 985, de 28 de abril de 1995.

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se, do artigo 1º da Medida Provisória, a alteração proposta ao art. 37 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

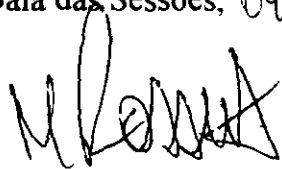
JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta pela Medida Provisória à Lei Orgânica da Assistência Social tem como escopo legalizar o descumprimento da Lei e adiar, ainda mais, os prazos definidos pela LOAS para concessão dos benefícios de prestação continuada.

A LOAS definiu que tais benefícios seriam concedidos **gradualmente e no máximo em até 12 e 18 meses**, para os deficientes e idosos, respectivamente. Ou seja: até no máximo dezembro de 1994, os deficientes deveriam ser totalmente atendidos, e até junho de 1995 a totalidade dos idosos. A alteração determina que, no caso dos idosos, o benefício será concedido somente **a partir de 8 de junho**, ou seja, mesmo que requerido há um ano, somente ao final dos 18 meses será devido, com evidente prejuízo para os beneficiários.

A presente emenda visa, preservar os direitos dos beneficiários nos termos definidos pela LOAS, sem protelações que têm como único objetivo legalizar o descumprimento da Lei e reduzir despesas à custa do abandono dos necessitados.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

PP 00985

000000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 985, de 28 de abril de 1995.

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se, do artigo 1º da Medida Provisória, a alteração proposta ao § 6º do art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta pela Medida Provisória à Lei Orgânica da Assistência Social tem como escopo a exclusão do Conselho Municipal de Assistência Social do processo de credenciamento das equipes multiprofissionais destinadas à comprovação dos deficientes para fins de concessão do benefício de prestação continuada.

A presente emenda visa, preservar a situação prevista na LOAS, mantendo a participação do SUS, do INSS e dos Conselhos Municipais no processo de credenciamento.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

PP 000000
000000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 985, de 28 de abril de 1995.

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se, do artigo 1º da Medida Provisória, a alteração proposta ao art. 40 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

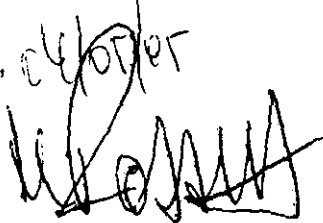
JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta pela Medida Provisória à Lei Orgânica da Assistência Social tem como escopo restringir aos idosos o exercício do direito de requerer a renda mensal vitalícia. Esta alteração guarda relação de dependência com a definição, contida na mesma MP, de que somente a partir de 8 de junho de 95 será pago o benefício de prestação continuada, substitutivo da renda mensal vitalícia.

Além de desnecessária, esta previsão só seria factível se aceitássemos a proposta de adiar a concessão do benefício de prestação continuada contida na mesma MP, o que somente virá prejudicar os idosos a que se destina o benefício.

Para preservar a integridade da LOAS e dos benefícios que instituiu, propomos a supressão desta alteração.

Sala das Sessões,



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

MP 00985
00005

DATA 04 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MP 985	
AUTOR Dep. Sérgio Miranda		NR. PRONTUÁRIO 266	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 19	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

Emenda a MP 985

Modifique-se o art. 1º da MP 985, para que a redação proposta ao art. 37 da lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, assuma o seguinte teor:

"Art. 37 - Os benefícios de prestação continuada serão devidos a partir da aprovação do respectivo requerimento.

§ 1º A decisão sobre o requerimento não poderá ultrapassar o prazo de trinta dias a contar da data de sua protocolização.

§ 2º O decurso do prazo estabelecido no parágrafo anterior importará na imediata concessão do benefício, em caráter provisório.

Justificação

Os prazos estabelecidos pela Lei 8.742/93 para a concessão desses benefícios expiraram-se. É a partir de MP's sucessivas, editadas desde o ano passado, que o governo tem se eximido dos pagamentos desses benefícios. Infelizmente, não há mais como reparar essa protelação, já que tratam-se de créditos alimentícios não concedidos.

A modificação pretendida nesta emenda visa impedir que os beneficiados, idosos e portadores de deficiência física que são incapazes de prover, por si ou pela própria família, a sua sobrevivência, sejam prejudicados em mais três meses.

IMPRESSÃO
FOTOCOPIADA

Medida Provisória Nº 985, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

**inclua-se a seguinte redação ao parágrafo 6º do art 20,
do art. 1º da MP**

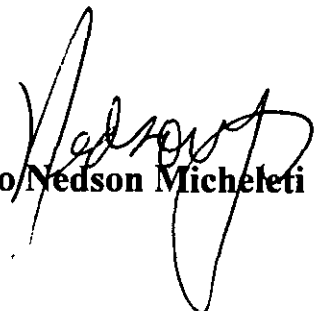
Parágrafo 6º "A deficiência e as doenças crônicas degenerativas serão comprovadas mediante avaliação e laudo expedido por equipe multiprofissional do Sistema Único de Saúde - SUS, do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ou de entidades ou organizações credenciadas para este fim específico, na forma estabelecida em regulamento."

Justificativa:

Inclusão dos portadores de doenças crônicas degenerativas nos benefícios de prestação continuada.

Brasília, 4 de maio de 1995

Deputado Nedson Micheletti



1995 05 04

000007

Medida Provisória Nº 985, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

inclua-se a seguinte redação no artigo 1º

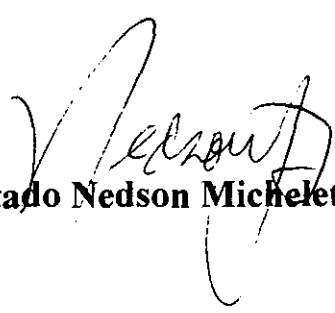
“O Art. 20, o parágrafo 6º do Art. 20, o Art. 37 e o Art. 40 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:”

Art 20 “O benefício da prestação continuada é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de necessidades especiais, doenças crônicas degenerativas e aos idosos com 70 anos ou mais que não possuam meios para prover a própria manutenção.”

Justificativa:

Inclusão dos portadores de doenças crônicas degenerativas nos benefícios da prestação continuada, assegurando-lhes e aos demais beneficiários a renda mínima mensal de um salário mínimo.

Brasília, 4 de maio de 1995


Deputado Nedson Micheleti

MP 00955

00000

Medida Provisória Nº 985, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

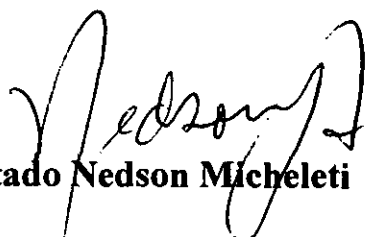
Modifique-se a redação do art. 2º da MP para

Art. 2º “Os órgãos envolvidos nas ações mencionadas no parágrafo 6º do art. 20 e no art. 37 da Lei nº 8.742, de 1993, deverão, até 30 de setembro de 1995, adaptar-se e organizar-se para atender ao que consta daqueles dispositivos.”

Justificativa:

Reduzir o prazo de adaptação e organização dos órgãos envolvidos, a fim de reduzir o prazo para o início da concessão dos benefícios.

Brasília, 4 de maio de 1995


Deputado Nedson Micheleti

217 10 05 11

000000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 985, de 28 de abril de 1995.

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao artigo 2º, a seguinte redação:


"Art. 2º. Cabe ao Instituto Nacional do Seguro Social e ao Ministério da Previdência e Assistência Social a prestação dos benefícios de que tratam os art. 20 e 37 da Lei nº 8.742, de 1993, devendo para tanto, se necessário, contar com a colaboração de outros órgãos e entidades da Administração Pública."

JUSTIFICAÇÃO

A redação dada ao art. 2º pela MP é desnecessária, face à definição de competências fixada na estrutura ministerial vigente, em que o Ministério da Previdência e Assistência Social assumiu as competências do extinto Min. do Bem Estar Social e da LBA no tocante à assistência social. Por outro lado, tem o condão de exonerar o MPAS e o INSS, sua autarquia executiva dos serviços previdenciários, de atender ao pagamento dos benefícios em prazo anterior a 1º de janeiro de 1996, com o que não podemos concordar, uma vez que a Lei Orgânica da Assistência já havia fixado prazo para este pagamento.

Para preservar a integridade da LOAS e dos benefícios que instituiu, propomos a alteração do dispositivo, na forma supra.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

PROVISORIA Nº 985

28 de abril de 1995

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 985, de 28 de abril de 1995.

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 3º da Medida Provisória.

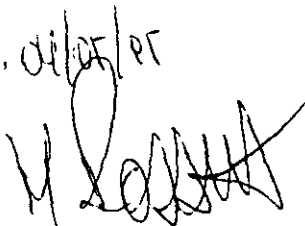
JUSTIFICAÇÃO

O artigo 3º, que propomos suprimir, visa sujeitar o requerimento dos benefícios de prestação continuada à observância de um prazo que não tem justificação: somente a partir de 1º de janeiro de 1996 os beneficiários poderão protocolizar seus requerimentos. A alteração proposta pela Medida Provisória à Lei Orgânica da Assistência Social tem como escopo restringir aos idosos o exercício do direito de requerer a renda mensal vitalícia. Esta alteração guarda relação de dependência com a definição, contida na mesma MP, de que somente a partir de 8 de junho de 95 será pago o benefício de prestação continuada, substitutivo da renda mensal vitalícia.

Além de desnecessária, esta previsão só seria factível se aceitássemos a proposta de adiar a concessão do benefício de prestação continuada contida na mesma MP, o que somente virá prejudicar os idosos a que se destina o benefício.

Para preservar a integridade da LOAS e dos benefícios que instituiu, propomos a supressão desta alteração.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS,

MP 00985

00011

2 DATA 04 / 05/ 95		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 985/95	
4 AUTOR DEPUTADO EDUARDO BARBOSA		5 Nº PRONTUÁRIO 230	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1/1	8 ARTIGO 3º	9 PARÁGRAFO	10 INCIS
11 ALÍNEA			

TEXTO

EMENDA MODIFICATIVA

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1.993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

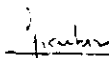
Dê-se ao Art. 3º da Medida Provisória nº 985 a seguinte redação:

" Art. 3º - O requerimento de benefício de prestação continuada, de que trata o Art. 37 da Lei nº 8.742, de 1.993, será protocolizada a partir de 1º de maio de 1.995."

JUSTIFICATIVA

Entendemos que a matéria trata da estrutura social do país, e por isso os benefícios nela previstos devem vigorar a partir da Medida Provisória.

ASSINATURA



Medida Provisória Nº 985, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Modifique-se a redação do art. 3º da MP para

Art. 3º “O requerimento de benefício de prestação continuada, de que trata o art. 37 da Lei nº 8.742, de 1993, será protocolizado a partir de 1º de outubro de 1995.

Justificativa:

Reduzir o prazo de início da concessão dos benefícios aos deficientes e portadores de doenças crônicas degenerativas.

Brasília, 4 de maio de 1995


Deputado Nedson Micheleti

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 986, DE 28 DE ABRIL DE 1995, QUE "FIXA CRITÉRIOS PARA A PROGRESSIVA UNIFICAÇÃO DAS TABELAS DE VENCIMENTOS DOS SERVIDORES, ALTERA O ANEXO II DA LEI Nº 8.237, DE 30 DE SETEMBRO DE 1991, PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ISONOMIA A QUE SE REFERE O § 1º DO ART. 39 DA CONSTITUIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONGRESSISTAS

EMENDAS NºS.

Deputada MARIA LAURA

002, 003.

Deputado ARNALDO FARIA DE SÁ

004.

Deputado SÉRGIO MIRANDA

001.

MP 00986

00001

DATA 04 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MP 986	
AUTOR Deo. Sérgio Miranda		Nº PORTUÁRIO 266	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSÃO 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICAÇÃO 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 4º	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			
TEXTO			

Emenda a MP 986/95

Modificação do *caput* do art. 4º.Dá-se nova redação ao *caput* do art. 4º desta Medida Provisória.

"Art. 4º. Fica reconstituída a Comissão a que se refere o art. 6º da Lei nº 8.852, de 1994, com a composição, prazos e as atribuições nela previstas, cabendo-lhe promover estudos que objetivem, especialmente."

Justificação

A alteração feita ao art. 4º da presente Medida Provisória faz-se necessária uma vez que o art. 6º, § 4º da Lei 8.852, de 1994, estabelece prazos para o início das atividades e de seu encerramento. Como esta Medida Provisória estabelece a reconstituição desta Comissão, nada mais correto de que se estabeleçam os mesmos prazos previstos na Lei supra citada.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 986, de 28 de abril de 1995..

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se o artigo 5º da Medida Provisória e seus Anexos VII e VIII para o seguinte:

"Art. 5º. Os vencimentos básicos dos servidores civis ativos, inativos e pensionistas da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo da União, a partir de 1º de dezembro de 1994, passam a ser os constantes dos Anexos VII e VIII desta Medida Provisória.

Parágrafo único. No prazo de 90 dias a contar da publicação desta Lei, o Poder Executivo, ouvida a Comissão Especial de que trata o art. 4º desta Lei e os órgãos competentes, proporá ao Congresso Nacional a instituição de matriz isonômica de vencimentos, aplicável aos servidores públicos civis dos Poderes da União, bem as demais medidas necessárias à continuidade do processo de implementação isonomia."

ANEXO VII DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 986, de 28 de abril de 1995.

TABELA DO ANEXO II - LEI 8.460

CLASSE	PADRAO	SUPERIOR		INTERMEDIARIO		AUXILIAR	
		(40 horas)	(30 horas)	(40 horas)	(30 horas)	(40 horas)	(30 horas)
A	III	489,88	367,41	289,60	217,20	171,49	128,62
	II	458,38	343,78	277,48	208,11	163,29	122,46
	I	428,33	321,25	265,87	199,40	155,49	116,61
B	VI	376,48	282,36	254,76	191,07	148,07	111,05
	V	354,13	265,59	244,13	183,09	141,02	105,76
	IV	343,90	257,92	233,94	175,45	134,32	100,74
	III	333,98	250,48	224,19	168,14	127,95	95,96
	II	324,34	243,26	214,86	161,14	121,89	91,42
	I	314,99	236,24	205,92	154,44	116,13	87,10
C	VI	305,92	229,44	197,37	148,02	110,66	82,99
	V	297,11	222,83	189,18	141,88	105,46	79,09
	IV	288,55	216,41	181,33	136,00	100,51	75,38
	III	280,25	210,19	173,83	130,37	95,81	71,86
	II	272,19	204,14	166,64	124,98	91,34	68,50
	I	264,37	198,27	159,76	119,82	87,09	65,32
D	V	256,77	192,58	153,17	114,88	83,05	62,29
	IV	249,40	187,05	146,87	110,15	79,21	59,41
	III	242,25	181,69	140,83	105,62	75,56	56,67
	II	235,30	176,48	135,05	101,28	72,09	54,07
	I	228,56	171,42	129,51	97,13	68,79	51,59

ANEXO VII - A DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 986, de 28 de abril de 1995.**TABELA DO ANEXO III DA LEI Nº 8.460, DE 1992**

CLASSE	PADRAO	SUPERIOR		INTERMEDIARIO		AUXILIAR	
		(40 horas)	(30 horas)	(40 horas)	(30 horas)	(40 horas)	(30 horas)
A	III	443,59	332,69	217,47	163,10	153,31	114,98
	II	418,56	313,92	209,87	157,40	146,34	109,75
	I	394,42	295,81	202,54	151,90	139,69	104,77
B	VI	336,52	252,39	195,47	146,60	133,36	100,02
	V	314,48	235,86	188,65	141,49	127,33	95,50
	IV	303,40	227,55	182,08	136,56	121,58	91,19
	III	292,72	219,54	175,75	131,81	116,11	87,08
	II	282,42	211,82	169,64	127,23	110,89	83,16
	I	272,50	204,37	163,75	122,81	105,91	79,43
C	VI	262,92	197,19	158,07	118,55	101,17	75,88
	V	253,69	190,27	152,60	114,45	96,66	72,49
	IV	244,79	183,59	147,32	110,49	92,35	69,26
	III	236,21	177,15	142,23	106,67	88,25	66,19
	II	227,93	170,95	137,32	102,99	84,34	63,26
	I	219,96	164,97	132,59	99,44	80,62	60,46
D	V	212,26	159,20	128,03	96,02	77,07	57,80
	IV	204,85	153,64	123,63	92,72	73,69	55,27
	III	197,70	148,27	119,39	89,54	70,47	52,85
	II	190,80	143,10	115,30	86,47	67,40	50,55
	I	184,16	138,12	111,36	83,52	64,47	48,35

ANEXO VII - B DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 986, de 28 de abril de 1995.

TRIBUNAL MARÍTIMO	
DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO BÁSICO
JUIZ-PRESIDENTE	489,88
JUIZ	458,38

ANEXO VII - C DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 986, de 28 de abril de 1995.**ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO**

DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO BÁSICO	GRAT. (ART. 7º DA LEI 8460/92)
ADVOGADO DA UNIÃO DE CATEGORIA ESPECIAL	489,88	170,92
ADVOGADO DA UNIÃO DE PRIMEIRA CATEGORIA	458,38	163,38
ADVOGADO DA UNIÃO DE SEGUNDA CATEGORIA	428,33	156,17
•		
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL DE CATEGORIA ESPECIAL	489,88	170,92
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL DE 1ª CATEGORIA	458,38	163,38
PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL DE 2ª CATEGORIA	428,33	156,17
ASSISTENTE JURÍDICO DE CATEGORIA ESPECIAL	489,88	170,92
ASSISTENTE JURÍDICO DE 1ª CATEGORIA	458,38	163,38
ASSISTENTE JURÍDICO DE 2ª CATEGORIA	428,33	156,17

ANEXO VIII DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 986, de 28 de abril de 1995.

TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS APLICÁVEIS AOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO SUPERIOR			
CLASSE	NÍVEL	20 HORAS	40 HORAS
		GRADUADO	GRADUADO
TITULAR	U	244,94	489,88
ADJUNTO	4	195,95	391,91
	3	186,62	373,24
	2	177,73	355,47
	1	169,27	338,54
ASSISTENTE	4	153,88	307,77
	3	146,56	293,11
	2	139,58	279,15
	1	132,93	265,86
AUXILIAR	4	120,85	241,69
	3	115,09	230,18
	2	109,61	219,22
	1	104,39	208,78

ANEXO VIII - A DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 986, de 28 de abril de 1995.

TABELA DE VENCIMENTOS BÁSICOS APLICÁVEIS AOS PROFESSORES DO MAGISTERIO DE 1º E 2º GRAUS			
CLASSE	NIVEL	20 HORAS	40 HORAS
		GRADUADO	GRADUADO
TITULAR	U	226,59	453,19
E	4	188,83	377,65
	3	179,84	359,67
	2	171,27	342,54
	1	163,12	326,23
D	4	148,29	296,57
	3	141,23	282,45
	2	134,50	269,00
	1	128,10	256,19
C	4	120,85	241,69
	3	115,09	230,18
	2	109,61	219,22
	1	104,39	208,78
B	4	98,48	196,96
	3	93,79	187,58
	2	89,33	178,65
	1	85,07	170,14
A	4	80,26	160,51
	3	76,44	152,87
	2	72,80	145,59
	1	69,33	138,66

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória tem, em seu artigo 5º, a intenção, essencialmente, de conceder acréscimo de vencimentos aos servidores da Tabela III da Lei nº 8.460/92, por meio da unificação desta com a Tabela II da mesma Lei. Ao mesmo tempo, nenhum acréscimo de vencimento é concedido aos servidores incluídos nessa Tabela, permanecendo, portanto, a diferença existente em relação à tabela do Legislativo e Judiciário.

No entanto, mesmo esta "unificação" de valores resulta inconsistente, à medida que permanecem diferenciações injustificadas, à luz do critério de unificação, como entre as tabelas do Magistério superior e de 1º e 2º Graus.

É relevante lembrar que os reajustes propostos pela MP destinam-se, na verdade, a reduzir a diferença entre as tabelas dos 3 Poderes gerada pela concessão aos servidores militares de aumento diferenciado de 28,86 %, posteriormente aplicado aos servidores civis do Legislativo e Judiciário. Apenas os civis do Executivo não foram contemplados com este aumento, rompendo-se o equilíbrio firmado pela Lei nº 8.460/92.

A proposta, assim, é de substituir-se as tabelas propostas por tabelas correspondentes ao valor de agosto de 1994 somado aos 28.86 % de defasagem, o que resulta em valores superiores aos propostos pela MP, deixando-se a questão da unificação de tabelas para a ocasião de implantação da **matriz isonomica**. Para tanto, fixa-se o prazo de 90 dias, de modo a dar-se cumprimento ao disposto na MP 709, relativamente ao prosseguimento dos trabalhos da Comissão Especial de isonomia e ao estabelecimento de vencimentos, em cada caso, ajustados aos cargos cujas atribuições sejam iguais ou assemelhadas, respeitados os seus requisitos de complexidade das tarefas, critérios de desenvolvimento, promoção, progressão e qualificação, conforme estabelece o art. 5º da MP 709.

Sala das Sessões, em 04/05/95

Ufaio Kraus
RT/DF

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 986, de 28 de abril de 1995..

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber:

"Art. . Será concedido adicional de vencimento aos servidores pelos cursos realizados, com aproveitamento, inerentes ou essenciais ao ingresso e promoção nas respectivas Carreiras.

§ 1º. O adicional a que se refere o "caput" será devido a partir da conclusão, com aproveitamento, do curso correspondente.

§ 2º. São fixados os seguintes percentuais de adicional, incidentes sobre o vencimento básico:

I - 10 %, no caso de curso de aperfeiçoamento, especialização ou formação previstos em regulamento com carga horária de 200 a 1.200 horas;

II - 18 %, no caso de curso de aperfeiçoamento, especialização ou formação previstos em regulamento com carga horária entre 1.200 e 2.000 horas;

III - 35 % no caso de curso de formação previsto em regulamento com carga horária superior a 2.000 horas, ou curso de mestrado, aperfeiçoamento ou especialização específicos, previstos em regulamento;

IV - 70 % no caso de curso de doutorado ou de altos estudos, previstos em regulamento;

§ 3º. Ressalvados os casos previstos em regulamento, será devido ao servidor que possuir mais de um curso o adicional de maior valor.

§ 4º. Os adicionais de titulação, e as gratificações de habilitação profissional e de habilitação policial atualmente vigentes serão ajustadas ao disposto neste artigo, vedada a percepção cumulativa das devidas por mais de um curso."

JUSTIFICAÇÃO

Se aos servidores militares são estendidas e majoradas Gratificações de Habilitação e Indenizações de Representação, é evidente que aos servidores civis podemos conceder os mesmos direitos.

A presente emenda visa, portanto, estender aos servidores civis Gratificações de Habilitação Profissional, hoje atribuídas a algumas carreiras e categorias, de modo a incentivar o processo de profissionalização pela via da sujeição a cursos de formação e treinamento.

É esta a premissa que justifica que todos os servidores militares sejam contemplados com tais gratificações. O mesmo princípio deve ser aplicado aos civis, apenas tendo-se o cuidado de regulamentar a concessão destas vantagens para evitar distorções e o aproveitamento de situações como os chamados "cursinhos Walitta" para a atribuição indiscriminada de vantagens.

Sala das Sessões, 04/07/95

Ufpa/PA
PT/DF

MP 986

00000

DATA 03 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 986, DE 1995.
AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	Nº PRONTUÁRIO 337
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 01/03	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

Acrescente-se onde couber na Medida Provisória em epígrafe, a seguinte redação:

" O inciso I, o artigo 1º da Lei Nº 8.538, de 21 de dezembro de 1992, para a seguinte redação:

I - Servidores lotados no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ocupantes dos cargos efetivos de :

- a) Procurador Autárquico ;
- b) Engenheiro ;
- c) Arquiteto.

JUSTIFICAÇÃO

A redação proposta atende ao princípio da isonomia, ou equidade de vencimentos e salários, para os cargos de atribuições iguais ou correlatas, previstas no parágrafo primeiro, do artigo 39, da Constituição Federal de 1988, uma vez que os Engenheiros e Arquitetos integrantes do Quadro Funcional do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS têm atribuições regimentais relativas à avaliação de bens móveis e imóveis oferecidos em garantia real de débitos previdenciários e/ou avaliação de imóveis para dação em pagamento desses débitos e à fiscalização na construção civil, com a consequente arrecadação de contribuições previdenciárias, e por consequência, com atividades equivalentes às dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias.

Portanto, intimamente vinculada à fiscalização e arrecadação de contribuições previdenciárias, as atribuições funcionais (Regimento Interno - artigo 45 inciso V) e profissionais (artigo 7º - alínea "c", da lei 5.194 de 24-12-66) determinam aos Engenheiros e Arquitetos do Quadro Funcional do

INSS a avaliação de bens móveis e imóveis oferecidos em garantia, quando do parcelamento de débitos junto ao INSS, e/ou a avaliação de imóveis para dação em pagamento desses débitos, e ainda o exame e aprovação de laudos periciais relativos à avaliação de bens oferecidos em garantia.

- Assim, aprovada a garantia pela área de Engenharia, as Procuradorias do INSS têm o embasamento técnico para a solicitação de parcelamento do débito através de dação do imóvel avaliado, gerando-se então o pagamento de contribuições previdenciárias em atraso, por falta de liquidez do devedor.

- A fiscalização, classificação, vistorias e avaliações de imóveis e/ou obras são atribuições privadas de Engenheiros e Arquitetos, nos termos da Lei Nº 5.194, de 24-12-66, com aplicação fiscalizada pelos CREA's e CONFEA.

- Embora os Engenheiros e Arquitetos da Previdência Social tenham atribuições regimentais correlatas às dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias (artigo 48 - inciso VI - Regimento Interno do INSS) ou seja, as de fiscalização e arrecadação das contribuições previdenciárias, aqueles percebem, a título de remuneração, apenas o valor da referência, sem direito à Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA.

- Se esta situação de injustiça persistir, ela trará flagrante descumprimento da norma constitucional, com irreparáveis prejuízos ao desenvolvimento dos serviços de Engenharia da Previdência Social, provocando constrangimento e desmotivação aos Engenheiros e Arquitetos do INSS que terão que conviver com tamanha desigualdade.

- Ao contrário, se reconhecido o direito , essas vantagens relativas à natureza do trabalho induzirão ao incremento da arrecadação, sem acréscimo da carga fiscal, funcionando como instrumento gerencial de estímulo ao aumento da produtividade e de eficácia das ações desempenhadas.

- Esclareça-se ainda que, além de se tratar de uma reivindicação que se entende das mais justas, a aprovação da Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA para os Engenheiros e Arquitetos do INSS, viria atingir um total de apenas 288 (duzentos e oitenta e oito) funcionários (ativos e inativos), o que representa menos de 2,5% (dois e meio por cento) do efetivo que percebe tal gratificação do INSS, que são os Fiscais e Procuradores.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº.987 DE 28 DE ABRIL DE 1995, QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E DOS MINISTÉRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONGRESSISTAS		EMENDAS NÚMEROS
DEPUTADO	ANTÔNIO CARNEIRO.....	070,071.
DEPUTADO	ARNALDO FARIA DE SÁ.....	064.
DEPUTADO	CUNHA BUENO.....	017.
DEPUTADO	EDUARDO BARBOSA.....	012.
DEPUTADO	ELIAS MURAD.....	025.
DEPUTADO	EURICO MIRANDA.....	029.
DEPUTADO	EXPEDITO JÚNIOR.....	004,005,049.
DEPUTADO	FLÁVIO ARNS.....	003,013,022,024,030.
DEPUTADO	GONZAGA PATRIOTA.....	065.
DEPUTADO	JAIR SOARES.....	002.
SENADOR	JONAS PINHEIRO.....	044.
DEPUTADO	IBRAHIM ABI-ACKEL.....	045.
DEPUTADO	LEONEL PAVAN.....	068,069.
DEPUTADO	LUIZ MOREIRA.....	047,053,054.
DEPUTADO	MARQUINHO CHEDID.....	023,031,035,056,057.
DEPUTADO	MARCELO BARBIERI.....	048.
DEPUTADA	MARISA SERRANO.....	014,015,016,021,027,037, 041,063.
DEPUTADO	MALULY NETTO.....	051.
DEPUTADO	MIGUEL ROSSETO.....	006,007,008,009,010,011, 018,019,020,026,028,032, 033,034,036,038,039,040, 042,043,046,052,055,058, 059,061,062.
DEPUTADO	NILSON GIBSON.....	066.
SENADOR	PEDRO SIMON.....	001.
DEPUTADO	ROBERTO JEFFERSON.....	067.
SENADOR	ROMEU TUMA.....	050.
DEPUTADO	SEVERIANO ALVES.....	060.

PUBLIQUE-SE, EM
05/05/95
11/05/95

PP 00 00 00

EMENDA MODIFICATIVA À
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, DE 28/04/95
que "Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos
Ministérios, e dá outras providências."
(Reedição das MP nº 813, 886, 931 e 962, de 01/01, 30/01, 01/03 e
30/03/95)

000001

Façam-se as seguintes modificações na supracitada Medida Provisória, com vistas a substituir as ministeriais Secretarias de Controle Interno do Poder Executivo por uma Auditoria da Presidência da República, extirpando, paralelamente, organismos supérfluos relacionados à auditoria dos serviços públicos:

No art. 1º, *caput*): Acrescente-se a Auditoria-Geral na Presidência da República (na qualidade de organismo central de auditoria sobre a administração direta e indireta do Poder Executivo, atividade que precisa ser prestigiada em nível presidencial para ser eficaz na prevenção e combate da má gestão pública, inclusive em razão de fraudes e desperdícios).

No art. 3º, inciso VI): Substitua-se a Secretaria de Controle Interno, da Secretaria-Geral da Presidência da República, por uma Secretaria de Contabilidade, específica da mesma Secretaria-Geral, à semelhança de cada Ministério, (de vez que a função auditorial pertence ao nível presidencial, mas sem despojar os órgãos administrativos dos instrumentos contábeis necessários ao acompanhamento da gestão e à prestação de contas).

Após os arts. 2º a 6º e dentro do Capítulo I, Seção II - Das Finalidades e da Organização da Presidência da República): Adite-se o seguinte

"Art. À Auditoria da Presidência da República compete assistir direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, especialmente exercendo a fiscalização superior da gestão financeira, patrimonial e operacional da administração federal."

No art. 13, Parágrafo único): Acrescente-se na posição de Ministro de Estado o Auditor-Geral da Presidência da República (o qual é por natureza assistente da maior autoridade).

auditorial está sendo transferida para a Presidência da República, enquanto o controle gerencial precisa ser preservado nos respectivos administradores).

No art. 14, inciso XI - Ministério da Justiça): Suprima-se a alínea *j*, que indica competência imprópria de "ouvidoria-geral" (que é, por definição, um organismo julgador e não de controle administrativo).

No art. 15, *caput* - estrutura básica de cada Ministério Civil): Adite-se sob inciso IV a Secretaria de Contabilidade (que é órgão imprescindível para o acompanhamento da gestão e a prestação de contas, não podendo ser confundido com um órgão auditorial).

No art. 16, inciso VII - Ministério da Fazenda):

a) suprima-se na alínea *f* o Conselho Consultivo do Sistema de Controle Interno (porquanto é uma excrescência na função auditorial, cerceia a operacionalização da mesma e dificulta a fixação de responsabilidades);

b) substitua-se na alínea *p* a Secretaria Federal de Controle (que erradamente teria função mista, ou seja, gerencial e auditorial) pela Secretaria Federal de Contabilidade (que atende à necessidade de uma contadoria, totalmente distinta de uma auditoria).

No art. 16, inciso IX - Ministério da Justiça): Suprima-se a alínea *r*, que prevê uma Ouvidoria Geral da República (porquanto, além de ser só da União, sequer pode existir no Poder Executivo em sua natural função julgadora e, por outro lado, duplicaria atividades e custos, conflitante e periculosamente, se voltada ao controle administrativo).

No art. 24 - criação de cargos de natureza especial na Presidência da República): Acrescente-se o cargo de Auditor-Geral da Presidência da República, em consequência da criação do respectivo órgão.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda objetiva corrigir basilares deformações concernentes ao controle auditorial, erradamente misturado com o controle hierárquico no chamado controle interno do Poder Executivo.

O principal conserto consiste em instituir um órgão de auditoria revestido de requisitos para exercer efetiva e imparcial

fiscalização sobre toda a administração federal, o que exige seu posicionamento debaixo da maior autoridade do Poder Executivo, mais a descentralização operacional devido à dimensão do País. Optou-se, outrossim, por uma denominação de respeito e inconfundível com outros órgãos do próprio Governo Federal ou de outros Poderes da União e mesmo dos Estados.

Afastou-se a errônea e formal criação de um confuso "sistema de controle" que, descabidamente, mistura na auditoria interna diversos órgãos gerenciais e servidores seus só porque também fazem controles específicos a suas atividades e que precisam atender a si e aos superiores. Há que assegurar total separação entre o controle auditorial e os controles de competência das chefias nos diversos níveis hierárquicos.

Fixou-se a competência da Auditoria da Presidência da República, sintetizada no exercício da fiscalização superior da gestão financeira, patrimonial e operacional na administração federal, o que exclui daquela os controles inerentes à hierarquia administrativa.

Esta emenda estabelece o essencial para organizar a auditoria interna no Poder Executivo e foi elaborada em consonância com a doutrina e a prática em organismos de grande porte. Limita-se ao essencial, objetivando suprir efetiva deficiência e grave disfunção no sistema em vigor e que vêm impedindo a prevenção e a apuração de vultosas fraudes cometidas contra o erário federal, ao lado de outras irregularidades, comprovadas em sucessivas Comissões Parlamentares de Inquérito.

Sala das Sessões, 03 de maio de 1995


Senador PEDRO SIMON

HPOOPET

C 2 2 2 2

2 DATA 04/05/95		3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 982 de 28 de abril de 1995	
4 AUTOR Deputado Jair Soares		5 Nº PRONTUÁRIO 499	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 FOLHA 01	8 ARTIGO 1º e 2º	9 PARÁGRAFO (Art. 2º) 1º	10 INCISOS VII

EMENDA À MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 982 DE 28/04/95

Acrescenta-se à redação do Art. 1º, e parágrafo 1º, do Art. 2º.:

Art. 1º. - Fica instituída a Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP das atividades de finanças, controle, orçamento, planejamento, arrecadação, fiscalização, cobrança e procuradoria devida aos ocupantes dos cargos efetivos:

-
-
-

VII - dos servidores administrativos de nível intermediário e superior da Linha de Arrecadação, Fiscalização, Cobrança e Procuradoria do Instituto Nacional do Seguro Social do INSS, em exercício de atividades de apoio direto à fiscalização e procuradoria, em quantitativo fixado no parágrafo 1º, do art. 2º, desta Medida Provisória.

Art. 2º. - A Gratificação de Desempenho e Produtividade terá como limite...

Parágrafo 1º. - A Gratificação de Desempenho e Produtividade será calculada obedecendo critérios de desempenho individual dos servidores e institucional dos órgãos e entidades, conforme dispuser o conjunto dos Ministros de Estado da Fazenda, da Administração Federal e Reforma do Estado, do Planejamento e Orçamento, da Previdência e Assistência Social e Coordenação da Presidência da República, no prazo de até sessenta dias.

JUSTIFICATIVA

A inclusão dos servidores administrativos do INSS, que trabalham nas áreas de Arrecadação, Cobrança e Procuradoria é medida de irrefutável justiça, eis que tais servidores conjuntamente com os Fiscais e Procuradores, detentores da GEFA, são responsáveis pela realização da receita da Previdência Social do País.

Cumpre esclarecer, todavia que esses servidores fazem o suporte administrativo daquelas categorias, que têm como tarefa de desempenho funcional, além de toda a gama de produtividade do fiscal e do Procurador, também administraram as receitas que o contribuinte promove espontaneamente.

Acresce destacar que esses servidores tem uma responsabilidade de trabalho e complexidade de tarefas equivalente a do Técnico do Tesouro Nacional, estes beneficiados por percentual de Retribuição Adicional Variável, vantagem paga aos Auditores do Tesouro Nacional.

O princípio da Isonomia, consagrado pela constituição Federal, deve encontrar, na prática, o respeito à regra de que para função igual, igual retribuição. É, pois, justificável e perfeitamente indispensável sua inclusão nesse novo texto que ora se examina no congresso nacional.

MP 985/95

00003

1 DATA 04 / 05 / 95		2 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 985/95	
4 AUTOR DEPUTADO FLÁVIO ARNS		5 Nº PRONTUÁRIO 447	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1 / 1	8 ARTIGO 3º	PARÁGRAFO	INCISO
9 TEXTO			

EMENDA MODIFICATIVA

Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

Ôe-se ao Art. 3º da Medida Provisória nº 985 a seguinte redação:

" Art.3º - O requerimento de benefício de prestação continuada, de que trata o Art. 37 da Lei nº 8.742, de 1993, será protocolizada a partir de 1º de maio de 1995."

JUSTIFICATIVA

Entendemos que a matéria trata da estrutura social do país, e por isso os benefícios nela previstos devem vigorar a partir da Medida Provisória.

MP 00987

00004

2 DATA
04 / 05 / 953 PROPOSIÇÃO
MP nº 987/95, de 28 de abril de 1995.4 AUTOR
Deputado EXPEDITO JÚNIOR5 Nº PRONTUÁRIO
0486 TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL7 PÁGINA
8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

9 TEXTO

Acresça-se ao artigo 3º o tópico:

VII - Subsecretaria de Inteligência

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda integra de forma explícita a Subsecretaria de Inteligência na estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República até que seja criada a Agência Brasileira de Inteligência.

Com isso, corrige-se, a luz do direito administrativo, a situação anômala do artigo 33, § 2º, que prevê indevidamente a supervisão da Subsecretaria de Inteligência pelo Secretário-Geral da Presidência da República, não obstante aquela estar subordinada ao Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

MP 00987

00005

2 DATA
04 / 05 / 953 PROPOSIÇÃO
MP nº 987/95, de 28 de abril de 19954 AUTOR
Deputado EXPEDITO JÚNIOR5 Nº PRONTUÁRIO
0486 TIPO
1 ☒ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL7 PÁGINA
01/01
8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

9 TEXTO

Suprima-se do artigo 5º o item III - Subsecretaria de Inteligência, renumerando-se os demais itens, que passam a ser:

- I - Gabinete;
- II - Subsecretaria-Executiva;
- III - Subsecretaria de Programas e Projetos;
- IV - Subsecretaria de Análise e Avaliação;
- V - Centro de Estudos Estratégicos;
- VI - Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a
Segurança das Comunicações.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda está coerente com a modificação proposta pela emenda apresentada ao artigo 3º, que inclui a Subsecretaria de Inteligência na estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao artigo 5º, a seguinte redação:

"Art. 5º. À Secretaria de Assuntos Estratégicos compete assistir direta e imediatamente o Presidente da República na análise e avaliação estratégicas, na definição de estratégias de desenvolvimento, na coordenação e controle de planos, programas e projetos de natureza estratégica, assim caracterizados pelo Presidente da República, inclusive no tocante a informações e ao macrozoneamento geopolítico e econômico, executar as atividades permanentes necessárias ao exercício do Conselho de Defesa Nacional, coordenar, em articulação com o Ministério do Planejamento e do Orçamento a formulação do planejamento estratégico nacional, coordenar a formulação e acompanhar a execução da Política Nuclear, em articulação com outros órgãos da Administração Federal, tendo como estrutura básica:

"

JUSTIFICAÇÃO

A Secretaria de Assuntos Estratégicos tem competências concorrentes com o Ministério do Planejamento e Orçamento, no tocante à formulação do planejamento estratégico nacional. Além disso, foram omitidas as competências da SAE relativas à coordenação, formulação e acompanhamento da execução da política nuclear, bem como a competência relativa a produção de informações estratégicas. No entanto, foi mantida a vinculação da autarquia Comissão Nacional de Energia Nuclear à SAE, bem como a Secretaria de Inteligência em sua estrutura, o que indica a necessidade da adequação do dispositivo.

Sala das Sessões, 06/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

01/05/95

000000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

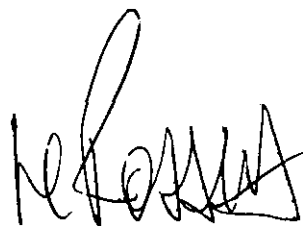
Dê-e, ao artigo 8º, a seguinte redação:

"Art. 8º. À Advocacia-Geral da União compete executar atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo, uniformizar a jurisprudência administrativa federal e coordenar, supervisionar e controlar as atividades do serviço jurídico da Administração Pública Federal, representar a União judicial e extrajudicialmente, bem como desempenhar as demais atribuições previstas na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993."

JUSTIFICAÇÃO

A redação original do artigo comete impropriedade ao confundir a instituição *Advocacia Geral da União*, cujas competências são as de representar a União judicial e extrajudicialmente e executar atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo (art. 1º da Lei Complementar nº 73/93) com o seu titular, ao qual a Lei Complementar atribuiu *assessorar o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica*.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

RECEBIDO

20/05/95

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, no artigo 12, os seguintes parágrafos:

"Art. 12. ...

...

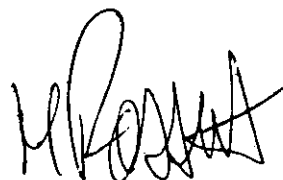
§ 2º. O Conselho do Programa Comunidade Solidária contará com uma Secretaria Executiva, diretamente subordinada ao Ministro-Chefe da Casa Civil.

§ 3º. Fica criado um cargo de natureza especial de Secretário-Executivo, o qual responderá pela Secretaria Executiva referida no parágrafo anterior."

JUSTIFICAÇÃO

Apesar de ser um dos mais relevantes instrumentos na política social do novo Governo, o Programa Comunidade Solidária não teve prevista, originalmente, na MP 813, uma estrutura ou responsável pela sua Secretaria Executiva. Na presente reedição, foi prevista, embora não expressamente, a existência da Secretaria Executiva e criados os cargos necessários, exceto o de **Secretário Executivo**, essencial ao seu funcionamento. Criado o órgão, é indispensável prever o cargo do seu titular, sob pena de incoerência.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

PROFESSOR

PROFESSOR

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, à alínea "h" do inciso X do art. 14 a seguinte redação:

"Art. 14. ...

...
X - ...

...
h) política comercial relativa ao café, açúcar e álcool."

JUSTIFICAÇÃO

A alínea em tela prevê para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo competência relativa a "política relativa ao café, açúcar e álcool". A

fim de elucidar em que nível se dá esta competência, evitando-se conflito de competência com o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, torna-se necessária a presente emenda.

Sala das Sessões, 04/07/95

Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

IMPRESSÃO

04/07/95

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, à alínea "f" do inciso XV do art. 14, a seguinte redação:

"Art. 14. ...

...

XV - ...

f) formulação, implementação e coordenação de políticas nacionais de desenvolvimento urbano."

JUSTIFICAÇÃO

A redação original do inciso define, em função da transferência das competências das Secretarias de Habitação e Saneamento do Min. do Bem Estar Social para o Ministério do Planejamento e Orçamento, de maneira muito sucinta as competências de Ministério nesta área, referindo-se exclusivamente ao planejamento e coordenação. Não menciona quem será responsável pela **implementação** das políticas, o que determina a necessidade da emenda para que se assegure a responsabilidade federal no setor.

Sala das Sessões, 04/07/95

Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

MP 00987

00012

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, no artigo 14, inciso XVIII, a seguinte alínea:

"Art. 14. ...

...

XVIII - ...

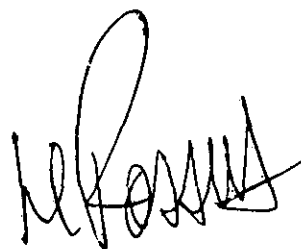
...

i) ordenação da formação de recursos humanos na área de saúde."

JUSTIFICAÇÃO

O inciso XVIII omite no Min. da Saúde a competência relativa ao ordenamento da formação de recursos humanos na área da saúde, que lhe foi atribuída pela Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde).

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

MP 00987

00012

1 DATA 04 / 05 / 95		2 PROPOSTA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28/04/95.	
4 AUTOR DEPUTADO EDUARDO BARBOSA		5 Nº PROPOSTA 230	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PAGINA 1/1	8 ARTIGO 14 e 16	9 PARÁGRAFO	10 INCISO
11 ALÍNEA			
12 TEXTO <p>EMENDA ADITIVA</p> <p>Acrescente-se no inciso XXI ao Art.14:</p> <p>XXI - MINISTÉRIO DE ASSUNTOS SOCIAIS:</p>			

- a) política nacional de assistência social;
- b) atenção à infância;
- c) atenção ao idoso;
- d) atenção à pessoa portadora de deficiência;
- e) apoio à família e a projetos comunitários;

e

XVIII ao Art. 16:

- a) Secretaria de Atenção à Infância;
- b) Secretaria de Atenção ao Idoso;
- c) Secretaria de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência;
- d) Secretaria de Apoio à Família e a Projetos Comunitários;
- e) Secretaria de Desenvolvimento Institucional

Por consequência, devem ser suprimidos do Art. 16, XIII, alínea "h", e Art. 14, inciso XVI, alínea "c".

JUSTIFICATIVA

Os países desenvolvidos, e o Brasil precisam caminhar neste sentido, possuírem um Ministério de Assuntos Sociais, ou equivalente, para o atendimento de populações marginalizadas, como o menor, o portador de deficiência e o idoso.

Acriação deste Ministério no Brasil proporcionará a organização de política nacional para a área, bem como ações coordenadas nas várias esferas públicas.

MP 00957

00013

DATA 04 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28/04/95	
AUTOR DEPUTADO FLÁVIO ARNS		Nº PROTOCOLO 447	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1/1	ARTIGO 14 e 16	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se no inciso XXI ao Art. 14:

XXI - MINISTÉRIO DE ASSUNTOS SOCIAIS:

- a) política nacional de assistência social;
- b) atenção à infância;
- c) atenção ao idoso ;
- d) atenção à pessoa portadora de deficiência;
- e) apoio à família e a projetos comunitários

XVIII ao Art. 16:

- a) Secretaria de Atenção à Infância;
- b) Secretaria de Atenção ao Idoso;
- c) Secretaria de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência;
- d) Secretaria de Apoio à Família e a Projetos Comunitários;
- e) Secretaria de Desenvolvimento Institucional

Por consequência, devem ser suprimido o Art. 16, XIII, alínea "h", e o Art. 14, inciso XVI, alínea "c".

JUSTIFICATIVA

Os países desenvolvidos, e o Brasil precisa caminhar neste sentido, possuem um Ministério de Assuntos Sociais, ou equivalente, para o atendimento de populações marginalizadas, como o menor, o portador de deficiência e o idoso.

A criação deste Ministério no Brasil proporcionará a organização de política nacional para a área, bem como ações coordenadas nas várias esferas públicas.

IMPRESSÃO

IMPRESSÃO

DATA	PROPOSIÇÃO
04/05/95	MEDIDA PROVISORIA Nº 987, de 28 de abril de 1995

AUTOR	PRONTUÁRIO
Deputada MARISA SERRANO	

1 (X) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 9 () SUBSTITUTIVO GERAL

PÁGINA	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	14		VII	

TEXTO

Suprima-se a expressão "e do desporto" no art. 14, inciso VII e nos demais dispositivos onde há referência ao Ministério da Educação e do Desporto

JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista que o art. 18, inciso XI, alíneas "b" e "c" transfere as competências do Conselho Nacional do Desporto, da Secretaria de Desportos e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo para o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto que, segundo se depreende do art. 46 da MP 987, estará afeta ao Ministro Extraordinário dos Esportes, é injustificável manter-se a expressão "e do Desporto" no nome do Ministério que ora perde as competências ligadas à área.

Entendemos que a permanência da referida expressão significará um equívoco no organograma do Poder Executivo, uma vez que, segundo princípios básicos da Administração, ao nome de um órgão sempre há atribuições e competências correspondentes

MP 987
00215

DATA	PROPOSIÇÃO
04/05/95	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995

AUTOR	PRONTUARIO
Deputada MARISA SERRANO	

1 (x) SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 9 () SUBSTITUTIVO GERAL

PAGINA	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA
1/1	14		VII	"a"

TEXTO

Suprima-se do art. 14, inciso VII, alínea "a", a expressão "e política nacional do desporto".

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de "organização da Presidência da República e dos Ministérios, objeto da MP 982, prevê, pelo art. 19 inciso VII, alíneas "a" e "b", a extinção, no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), da estrutura operacional (Secretaria de Desportos e Conselho Superior de Desporto) necessária à formulação e a execução da política nacional dos

Esportes, enquanto, por outro lado, cria o cargo de Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes (art. 26) que assume as atribuições da área

Entendemos que, como decorrência natural de tal reorganização administrativa, as competências ligadas à "política nacional de desporto" previstas no art. 14, inciso VII, deverão ficar afetas àquele Ministro, ao qual estará afeto o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP).

A permanecer a estrutura proposta podemos antever dois problemas: a) a impossibilidade operacional do MEC em desincumbir-se adequadamente da tarefa, e b) conflitos de competência entre o MEC e o INDESP.

Vale destacar que através de emenda aditiva, passamos a competência de "definir a política nacional do desporto" ao Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes (art. 26).

41100927

000016

DATA	PROPOSIÇÃO			
04/05/95	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de 04 de 1995			
AUTOR			PRONTUARIO	
Deputada MARISA SERRANO				
1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 (X) MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 9 () SUBSTITUTIVO GERAL				
PAGINA	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA
1/1	14		VII	b) e c)
TEXTO				

Inclua-se a alinea b) na c), do art. 14 Inciso VII, dando-lhe a seguinte redação:

"b) educação em seus diversos níveis e modalidades: educação infantil, educação fundamental, educação média, educação superior, educação especial, educação indígena, educação tecnológica e educação de jovens e adultos, exceto ensino militar;"

JUSTIFICAÇÃO

A educação pré-escolar é considerada a primeira etapa da educação básica, nos sistemas de ensino de inumeros países. Ela já se integra ao conjunto das ações do órgão responsável pela educação. Por essa razão, vemos como mais coerente que faça parte dos níveis e modalidades de educação referidos na letra c) do Inciso VII do art. 14 da MP 987, em vez de constituir algo separado.

As expressões "ensino fundamental", "ensino médio", "ensino superior" e "ensino supletivo" constituem uma redação nas áreas de competência do Poder Executivo. A Constituição Federal determina, em seu art. 205, que a educação (e não o ensino) é dever do Estado. Por essa razão, propugnamos pela substituição dos termos "ensino" por "educação", este muito mais rico e amplo que o anterior. Além do mais, não há razão para o emprego de expressões como ensino fundamental e educação tecnológica, como consta da referida MP.

Se a MP 987 em seu art. 14, Inciso VII, quer explicitar as modalidades de ensino (por ex. educação especial), por coerência deve citar também a modalidade da educação indígena. A expressão "educação de jovens e adultos" vem sendo usada modernamente em substituição a "ensino supletivo, razão porque nossa Emenda propõe sua adoção

2 DATA 4 / 5 / 95		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987 DE 28 DE ABRIL DE 1995	
4 AUTOR Deputado CUNHA BUENO		5 Nº PRONTUÁRIO	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1/2	8 ARTIGO 14	PARÁGRAFO	9 INCISO XII
9 TEXTO			

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso XII do artigo 14, da Medida Provisória nº 987 de 28 de abril de 1995, a seguinte redação:

"Art. 14 -
.....

XII - Ministério da Marinha:

- a) política naval e doutrina militar naval;
- b) constituição, organização, efetivos e aprestamento das forças navais;
- c) planejamento estratégico e emprego das Forças Navais na defesa do País;
- d) orientação e realização de pesquisas e desenvolvimento do interesse da Marinha;
- e) política marítima nacional;
- f) orientação e controle da Marinha Mercante e demais atividades correlatas, no interesse da segurança da navegação ou da defesa nacional;
- g) segurança da navegação marítima, fluvial e lacustre;
- h) adestramento militar e supervisão de adestramento civil no interesse da segurança da navegação nacional;
- i) polícia naval
- j) implementação e fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos, no mar e águas interiores;
- l) contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao mar; e
- m) participação no preparo e na execução da mobilização e desmobilização nacionais.

JUSTIFICATIVA

Ao submeter aos meus pares a presente Emenda Modificativa à Medida Provisória que dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, tive o propósito de melhor adequar todas as competências atribuídas ao Ministério da Marinha pela Lei Complementar nº 69, de 23 de julho de 1991, pelo Decreto-lei nº 200 de 25 de fevereiro de 1967, e pelo Decreto nº 967, de 29 de outubro de 1993, que estabeleceu a Estrutura Básica da Organização do Ministério da Marinha, mantidas em vigor pelas Disposições do artigo 16, Parágrafo 1º, da Medida Provisória.

Do mesmo modo procurei incorporar às atribuições da Marinha, a que se refere ao planejamento estratégico e execução das ações relativas à defesa do País.

712 42 742 7

0 2 0 1 2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, no artigo 15, o seguinte inciso:

"Art. 15. ...

...

IV - Secretaria de Controle Interno."

JUSTIFICAÇÃO

Ao fixar a estrutura básica dos Ministérios, a Medida Provisória omitiu a Secretaria de Controle Interno, em vista do disposto no art. 5º da Medida Provisória em vigor que disciplina o Sistema de Controle Interio e define as CIsETs como integrantes da Secretaria Federal de Controle. No entanto, as Consultorias Jurídicas são consideradas como integrantes da estrutura básica ministerial apesar de, ao teor do art. 2º, II da Lei Complementar nº 73, integrarem a AGU como órgãos de execução, subordinadas administrativamente ao Ministro de Estado. Pelo mesmo princípio, as CIsETs deveriam ser mencionadas no art. 15, ou omitidas ambas. Para evitar confusões decorrentes da omissão, é necessário explicitá-las como órgãos básicos, embora sistemicamente vinculados à Secretaria Federal de Controle.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

PP 0 0 5 8 7

0 0 0 1 5

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao artigo 16, I a seguinte redação:

"16. ...

I - no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado:

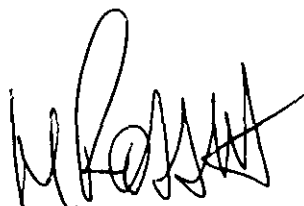
- a) Secretaria de Recursos Logísticos;
- b) Secretaria de Organização e Informática;
- c) Secretaria de Recursos Humanos;
- d) Secretaria de Reforma do Estado.

JUSTIFICAÇÃO

Na presente edição da MP, é cometido um erro grave de formulação que revela, na melhor das hipóteses, o desconhecimento da missão institucional do Ministério da Administração e Reforma do Estado e que lembra a desastrada tentativa do Governo Itamar de dividir a área de recursos humanos da ex-SAF em "Secretaria de Recursos Humanos" e "Secretaria de Remuneração e Carreiras". O dispositivo emendado fez o mesmo, só que, desta vez, retirando da Secretaria de Recursos Humanos as competências relativas a desenvolvimento de recursos humanos e colocando-as numa nova Secretaria, que substitui a Secretaria de Organização e Informática. Com uma só mudança, desarticula-se dois órgãos estratégicos do Ministério, sem qualquer justificativa consistente.

A presente emenda visa evitar a descontinuidade e o prejuízo que inevitavelmente decorrerão desta alteração despropositada, preservando a situação anterior à edição atual da MP.

Sala das Sessões, 04/07/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, no inciso IX do art. 16, as seguintes alíneas:

"16. ...

IX - ...

...

...) Departamento de Polícia Rodoviária Federal;

...) Departamento de Polícia Ferroviária Federal;

...) Coordenação para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;

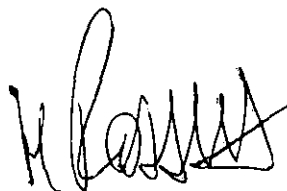
JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa corrigir omissões da Medida Provisória, relativamente ao Ministério da Justiça.

Com a extinção da Secretaria de Trânsito do Min. da Justiça, e sendo mantidas as suas competências relativas a polícia rodoviária e ferroviária federais, é necessário manter na estrutura ministerial órgãos específicos para estas tarefas, uma vez que a Secretaria de Planejamento de Ações de Segurança Pública deve ser direcionada, como indica o nome, um órgão de formulação, coordenação articulação de políticas na área de segurança pública e assuntos penitenciários.

Além disso, foram absorvidas pelo Min. da Justiça as competências da Coordenação para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, órgão autônomo do Min. do Bem Estar Social. No entanto, a CORDE não foi expressamente extinta, nem transferida, nem integrada ao MJ. Seria aconselhável haver referência expressa à sua situação, para que se evitem questionamentos sobre sua efetiva destinação;

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

MP 987

00021

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, DE 1995**EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se alínea f, no inciso XII, do artigo 16, com a seguinte redação, reordenando-se as demais:

"Art. 16.

XII -

f) Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste;".

JUSTIFICAÇÃO

A inclusão do Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste entre os órgãos colegiados vinculados à estrutura superior do Ministério do Planejamento e Orçamento impõe-se em face de

sua nova composição e do novo papel que desempenhará, propostos em Emenda aditiva de nossa autoria ao texto oriundo do Poder Executivo.

Com a nova composição proposta do Conselho Deliberativo desse Fundo, não cabe mantê-lo integrado à estrutura administrativa da Secretaria Especial de Políticas Regionais, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Sala das Sessões, em de de 1995.

Referência
Deputada **MARISA SERRANO**

DATA 04 / 05/95		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28/04/95	
AUTOR DEPUTADO FLÁVIO ARNS		Nº PRONTUÁRIO 447	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1/2	ARTIGO 16	PARÁGRAFO IX	ALÍNEA "s"
TEXTO			

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao Art. 16, inciso IX, da Medida Provisória nº 987, de 28 de abril de 1995, a alínea "s" com a denominação "Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE.

JUSTIFICATIVA

Quando da edição da Medida Provisória nº 987, de 28 de abril de 1995, houve a transferência dos assuntos que constituem área de competência da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, para o Ministério da Justiça, conforme estabelece o Art.14, inciso XI, alínea "e", ficando claro o espírito da reforma, de apenas transferir a subordinação da CORDE do extinto Ministério do Bem-Estar Social para o Ministério da Justiça.

Todavia, verificou-se a ocorrência de um equívoco na redação do Art. 18, inciso VIII, da citada MP, e, até o mesmo de sua desnecessidade, uma vez que a proposta de transferência da CORDE já estava devidamente explicitada na redação do Art. 14, inciso XI, conforme abordagem anterior.

Neste caso, seria suficiente apenas adicionar ao Art.16, inciso IX, uma alínea "s" com a denominação Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE.

Com efeito significa tão somente promover as devidas correções na estrutura da reforma administrativa, porquanto a proposta efetiva do legislador não foi a de extinguir a CORDE, tanto assim, que foram mantidas as suas competências e seus cargos, ao contrário do que ocorreu com outros órgãos cuja transformação e/ou extinção encontra-se claramente definida nos Art. 19,21 e 22 da referida MP.

Diante do exposto, propõe-se essa emenda aditiva.

<p>PROPOSIÇÃO</p>			
2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
04 / 05 / 95		EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987	
4			5
AUTOR			Nº PRONTUÁRIO
DEPUTADO MARQUINHO CHEDID			377
6			
TIP			
<input type="checkbox"/> 1 - SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> 2 - SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> 3 - MODIFICATIVA <input checked="" type="checkbox"/> 4 - ADITIVA <input type="checkbox"/> 9 - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7			
PÁGINA		ARTIGO	
1/1		16	
8		ALÍNEA	
		VI	
9			
TEXTO			

Esta emenda visa incluir uma alínea no inciso VI do artigo 16, reorganizando as demais passando a ter a seguinte redação.

"Art. 16 - São órgãos específicos dos Ministérios:

VI - no Ministério da Educação e do Desporto:

- a)
- b) Conselho Nacional do Desporto;
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- k)

J U S T I F I C A T I V A

Esta emenda tem como objetivo manter o Conselho Nacional do Desporto como órgão específico do Ministério da Educação e do Desporto.

2 DATA 04 / 05 / 95		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995	
4 AUTOR DEPUTADO FLÁVIO ARNS		5 Nº PRONTUÁRIO 447	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1/1	8 ARTIGO 16	PARÁGRAFO	INCISO IX
9 ALÍNEA "t"			
10 TEXTO			

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao Art. 16 inciso IX, da MP nº 987, de 28/04/95 a alínea "t" com a denominação Conselho Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências, estabelece no seu Art. 13, que a CORDE, órgão coordenador das ações governamentais e das medidas que se refiram às pessoas portadoras de deficiência, contará com o assessoramento de órgão colegiado, o Conselho Consultivo da CORDE.

Diante do exposto, propõe-se essa emenda aditiva.

DATA 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987	
AUTOR Deputado ELIAS MURAD		Nº PRONTUÁRIO CART. 231	
TIP 1 <input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01/02	ART. 3º 17	PARÁGRAFO VI	ALÍNEA A
TEXTO			

Suprima-se da MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987 de 28/04/95 a ALÍNEA "a" do INCISO VI, ARTIGO 17 do CAPÍTULO III.

Justificativa

O propósito buscado com o Artigo 17 da Medida Provisória 987 em seu Inciso VI, Alínea "a" de se transformar a recentemente instalada Secretaria Nacional de Entorpecentes em mero Departamento da Secretaria Nacional de Segurança Pública trará desastrosas consequências para a política nacional de drogas no País.

Com fim da autonomia da citada Secretaria que perderá seu poder decisório como Órgão Central de Coordenação e Controle, a questão das drogas passará a ser encarada primordialmente sob a ótica da repressão em detrimento das políticas de prevenção, tratamento e recuperação que têm se mostrado tão ou mais eficazes na solução dos problemas ligados à área. Há que se considerar que com tal medida, a questão da repressão estará ligada à Segurança Pública e ao encargo dos agentes policiais que se encarregariam de reprimir a oferta de drogas e pouco ou nada se faria para a diminuição da demanda, ou seja, a procura e o uso que são a consequência da existência de usuários dispostos a pagar pelo seu consumo.

Isto posto, julgamos de vital importância a manutenção da estrutura originalmente proposta para a Secretaria Nacional de Entorpecentes como Órgão autônomo, com plenos poderes de decisão e responsável pelas ações de controle e coordenação da política de drogas para o País. Para tanto faz-se imprescindível a supressão dos citados Inciso e Alínea.

2004-09-10

000000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

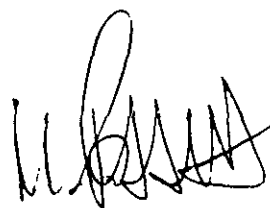
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a alínea "b" do inciso XI do art. 17.

JUSTIFICAÇÃO

Em vista de emenda modificativa anterior por nós oferecida ao art. 16, inciso I, que trata da estrutura do Min. da Administração Federal e Reforma do Estado, a fim de manter a estrutura em vigor anterior à atual edição da MP, é necessária a supressão da alínea "b" do inciso XI do art. 17, que transforma da Secretaria de Organização e Informática em Secretaria de Desenvolvimento de Recursos Humanos.

Sala das Sessões, 04/07/95



HP00907

00027

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, DE 1995

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do art. 18 o parágrafo único.

JUSTIFICAÇÃO

A supressão desse dispositivo faz-se necessária para compatibilizar o texto da Medida Provisória com as emendas aditivas de nossa autoria, que apresentam novo arranjo institucional, relativamente à gestão dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO.

Com a nova composição proposta do Conselho Deliberativo desse Fundo, não cabe mantê-lo integrado à estrutura administrativa da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Sala das Sessões, em de de 1995.


Deputada **MARISA SERRANO**

MP 987/95

00023

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

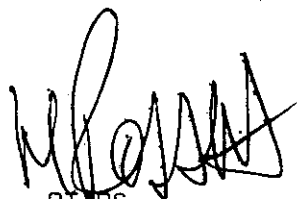
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se as alíneas "b" e "c" do inciso XI do art. 18.

JUSTIFICAÇÃO

Face à inconstitucionalidade do art. 37, que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto sob a forma de autarquia, é necessária a supressão deste dispositivo, mantendo-se os órgãos atuais até que lei específica disponha sobre o tema.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

11200927

00027

DATA

PROPOSIÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, DE 28 DE ABRIL DE 1995

AUTOR

PRONTUÁRIO

Deputado EURICO MIRANDA

1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 () ADITIVA 9 () SUBSTITUTIVO GERAL

PAGINA

01 de 01

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Suprimam-se a alínea b do inciso XI do artigo 18 e alínea a do inciso VIII do artigo 19.

JUSTIFICAÇÃO

Conforme o artigo 5º da Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, o Conselho Superior de Desporto é **órgão colegiado de caráter consultivo e normativo, representativo da comunidade desportiva brasileira**. A Medida Provisória nº 987, de 28 de abril de 1995, o extingue e determina a transferência de suas competências para o Conselho deliberativo do Instituto Nacional de Desenvolvimento de Desporto - INDESPE, autarquia em se transforma, por força desta mesma Medida Provisória, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo - FUNDESP, **sem qualquer garantia de que será representativo da comunidade desportiva brasileira**. Entendemos que é demasiada extinção, transferência e transformação para pouca ou nenhuma promoção do desporto. Restabeleça-se, pois, o Conselho Superior de Desporto, com as competências e a composição previstas, respectivamente, nos artigos 5º e 6º da Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993.

MP 987

00000

2 DATA 04 / 05 / 95		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28/04/95	
4 AUTOR DEPUTADO FLÁVIO ARNS		5 Nº PRONTUÁRIO 447	
6 TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1/2	8 ARTIGO 18 (18)	9 PARÁGRAFO	10 INCISO VIII
11 ALÍNEA			

EMENDA SUPRESSIVA

Suprime-se do Art. 18, o inciso VIII e renumere-se os demais

JUSTIFICATIVA

Quando da edição da Medida Provisória nº 987, de 28 de abril de 1995, houve a transferência dos assuntos que constituem área de competência da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, para o Ministério de Justiça, conforme estabelece o Art. 14, inciso XI, alínea "e", ficando claro o espírito da reforma, de apenas transferir a subordinação da CORDE do extinto Ministério de Bem-Estar Social para o Ministério da Justiça.

Todavia, verificou-se a ocorrência de um equívoco na redação do Art.18, inciso VIII, da citada MP, e, até o mesmo da sua desnecessidade, uma vez que a proposta de transferência da CORDE já estava devidamente explicitada na redação do Art.14, inciso XI, conforme abordagem anterior.

Neste caso, seria suficiente apenas adicionar ao Art.16, inciso IX, uma alínea "s" com a denominação Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoa Portadora de deficiência - CORDE.

Com efeito significa tão somente promover as devidas correções na estrutura da reforma administrativa, porquanto a proposta efetiva do legislador não foi a de extinguir a CORDE, tanto assim, que foram mantidas as suas competências e seus cargos, ao contrário do que ocorreu com outros órgãos cuja transformação e/ou extinção encontra-se claramente definida nos Art. 19, 21 e 22 da referida Medida Provisória.

Diante do exposto, propõe-se essa emenda supressiva.

3 DATA 04 / 05 / 95		3 PROPOSIÇÃO EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987	
4 AUTOR DEPUTADO MARQUINHO CHEDID		5 Nº PRONTUÁRIO 377	
6 TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PAGINA 1/1	8 ARTIGO 18	9 PARÁGRAFO XI	10 ALÍNEA b
9 TEXTO			

Esta emenda visa suprimir a alínea "b" do inciso XI do artigo 18 sendo que o mesmo passa a ter a seguinte redação.

"Art. 18 - Ficam transferidas as competências:

.....

XI - No Ministério da Educação e do Desporto:

a) do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - PRONAICA, de que trata a Lei nº 8.642, de 31 de março de 1993, para a Secretaria de Educação Fundamental;

b) da Secretaria de Desportos e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo - FUNDESP, para o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP."

J U S T I F I C A T I V A

Esta emenda visa suspender a transferência de competência do Conselho Superior de Desporto, para o Conselho Deliberativo do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP. Tal suspensão deve-se ao facto de que, o Conselho Superior de Desporto não deve ser extinto, conforme emenda por mim apresentada nesse sentido.

PP 000007

000002

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao parágrafo único do art. 18, a seguinte redação:

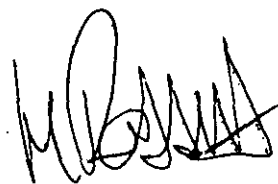
"Art. 18...

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, órgão integrante do Ministério do Planejamento e Orçamento, será presidido pelo Secretário-Executivo da Câmara de Políticas Regionais do Conselho de Governo."

JUSTIFICAÇÃO

O parágrafo único do art. 18 define que o Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste passa a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas Regionais, do Ministério do Planejamento e Orçamento. Todavia, o mesmo Conselho é órgão da estrutura específica do Ministério, logo vinculado diretamente ao Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento. Trata-se de uma incorreção da Medida Provisória cuja solução propomos através da presente emenda, assegurando a participação do Secretário de Políticas Regionais na condição de Presidente do Conselho.

Sala das Sessões, 04/05/95



11 00 00 00

00 00 00

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso X do artigo 18 a seguinte redação:

"Art. 18....

...

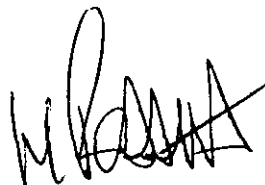
X - relativas a modernização administrativa, informação e informática, recursos humanos e serviços gerais das Secretaria de Administração Geral para a Subsecretaria de Assuntos Administrativos da Secretaria Executiva, em cada Ministério, e as relativas a planejamento, orçamento e finanças das Secretaria de Administração Geral para a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento da Secretaria Executiva, em cada Ministério."

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 18, ao fazer a transferência de competências, não define as divisão de competências das SAGs entre as subsecretarias criadas na estrutura da Secretaria Executiva e que tem a finalidade de substituí-las. Para evitar solução de continuidade, faz-se necessária a presente previsão legal.

Sala das Sessões,

04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

MP 987/95

987/95

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, no inciso XI do art. 18, a seguinte alínea:

"18.

...

XI - no Ministério da Educação e do Desporto:

...) das Secretaria de Projetos Educacionais Especiais para a Secretaria de Educação Fundamental.

JUSTIFICAÇÃO

Face à inconstitucionalidade do art. 37, que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto sob a forma de autarquia, é necessária a supressão deste dispositivo, já que se destina a transferir competências de órgãos do Ministério da Educação e do Desporto para a referida autarquia.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

MP 00987

00035

3 / 5 / 95

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA 987

DEPUTADO MARQUINHO CHEDID

377

1 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

1/1

19

VIII

a

Esta emenda visa suprimir a alínea "a" do inciso VIII do artigo 19 sendo que o mesmo passa a ter a seguinte redação.

"Art. 19 - Ficam extintos:

VIII - no Ministério da Educação e do Desporto:

- a) a Secretaria de Desportos;
- b) a Secretaria de Projetos Educacionais Especiais."

JUSTIFICATIVA

Esta emenda tem como objetivo evitar que seja extinto o Conselho Superior de Desporto, considerando que, com a extinção do mesmo seja criado o Conselho Deliberativo, de livre nomeação do Presidente da República, impedindo a participação democrática quando necessária, dos segmentos desportivos.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se a alínea "b" do inciso VIII do art. 19.

JUSTIFICAÇÃO

Face à inconstitucionalidade do art. 37, que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto sob a forma de autarquia, é necessária a supressão deste dispositivo, mantendo-se a Secretaria de Desportos na estrutura do Ministério até que lei específica disponha sobre o tema.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

117 009 007

000000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, DE 1995**EMENDA ADITIVA**

Acrescente-se artigo 20, com a seguinte redação, renumerando-se os demais:

"Art. 20. O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO passa a ser normatizado e supervisionado por Conselho Deliberativo composto pelos Governadores do Distrito Federal e dos Estados de Goiás, de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, pelos Ministros de

Estado do Planejamento e Orçamento, da Fazenda, da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, e da Indústria, do Comércio e do Turismo e por 4 (quatro) representantes das classes patronais e de trabalhadores da Região Centro-Oeste.

§ 1º A presidência do Conselho será exercida por um dos Governadores membros, em sistema rotativo anual.

§ 2º Os representantes classistas serão nomeados pelo Presidente da República, mediante indicação encaminhada, em sistema rotativo anual, pelas respectivas Federações estaduais ao Ministro do Planejamento e Orçamento.

§ 3º A representação classista contará, permanentemente, com a participação das 4 (quatro) Unidades da Federação integrantes da Região Centro-Oeste, observada a alternância anual e a seguinte distribuição:

- I - um representante da classe patronal dos setores agropecuário e de mineração;
- II - um representante dos trabalhadores da agricultura, pecuária e mineração;
- III - um representante da classe patronal da indústria, incluída a agroindústria;
- IV - um representante dos trabalhadores da indústria, incluída a agroindústria.

§ 4º Competirá ao Ministério do Planejamento e Orçamento prestar todo o apoio técnico e administrativo

necessário ao funcionamento do Conselho, através da Secretaria Especial de Políticas Regionais, que exercerá a função de secretaria-executiva do colegiado, proporcionando-lhe os meios necessários ao exercício de sua competência.

§ 5º Pelas atividades exercidas no Conselho seus membros não serão remunerados.

§ 6º As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus dos respectivos órgãos e entidades representadas.

§ 7º As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria absoluta de votos, observada presença mínima para votação de 8 (oito) membros, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

§ 8º Cada membro titular fará a indicação de suplente, que, para os Ministérios representados, serão seus respectivos Secretários-Executivos e, no caso dos representantes classistas, membros das respectivas entidades de classe.

§ 9º O próprio Conselho disporá em regimento interno, no prazo de 90 (noventa) dias, sobre suas demais normas de funcionamento, observadas as atribuições constantes do art. 14 da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989."

JUSTIFICAÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO constitui importante instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste.

A destinação dos recursos desse Fundo, tanto para o financiamento direto dos setores industrial, extrativo mineral, agropecuário e agroindustrial, como para a melhoria da infra-estrutura regional reveste-se de caráter estratégico para as Unidades da Federação que compõem a Região.

Com a extinção da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste - SUDECO, com base no art. 1º da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, gerou-se distorção na administração dos recursos, que, por mandamento constitucional, são destinados ao financiamento das atividades produtivas da Região Centro-Oeste.

O Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste previsto na Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, nunca chegou a ser efetivamente implantado.

Como resultado, no tocante à gestão do FCO, a Região Centro-Oeste passou, a partir de 1990, a ser tutelada pelo Banco do Brasil.

Mesmo reconhecendo toda a enorme contribuição dessa centenária instituição financeira para o desenvolvimento da Região, especialmente em sua área rural, não podemos deixar de admitir a urgente necessidade de promover a modernização da gestão do FCO - a exemplo de outros Fundos federais - e, principalmente, de voltar a conceder tratamento equânime às três macrorregiões menos desenvolvidas do País, devolvendo ao Centro-Oeste o forum representativo, que lhe foi retirado no Governo iniciado em 1990.

Urge, ainda mais, que se dê à gestão do FCO a transparência, a agilidade e a racionalidade que as classes produtoras do Centro-Oeste justificadamente reivindicam.

Para tanto, propõe-se, pela presente Emenda, nova composição e normas de funcionamento para o Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, com a participação dos Governadores das Unidades da Federação integrantes da Região, bem como dos Ministros de Estado cujas Pastas têm sua atuação diretamente relacionada com o fomento às atividades produtivas, passando, ainda, a contar o Colegiado com representantes de trabalhadores e empresários do Centro-Oeste.

A nova composição do Conselho Deliberativo passa a ter representatividade compatível com a importância

estratégica de que hoje se reveste o Fundo em questão para a economia da Região, e deverá ensejar a otimização da alocação de seus recursos, mediante debate aberto e transparente sobre a forma e as condições de sua aplicação, à luz dos mais elevados interesses regionais.

O novo Conselho devolverá, ainda, ao Centro-Oeste um órgão colegiado onde poderão ser debatidos e equacionados, da forma mais abrangente, os graves problemas que afligem a Região, a exemplo do que já acontece com as Regiões Norte e Nordeste.

Sala das Sessões, em de de 1995.

16-10-95
Deputada **MARISA SERRANO**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o inciso V do art. 21.

JUSTIFICAÇÃO

Face à inconstitucionalidade do art. 37, que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto sob a forma de autarquia, é necessária a supressão deste

dispositivo, mantendo-se cargo de Secretário de Desportos até que lei específica disponha sobre o tema.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

MP 987/95

05/05/95

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se ao inciso VII do art. 21 a seguinte redação:

"Art. 21...

...

VIII - de Secretário de Serviços Gerais em Secretário de Recursos Logísticos, no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado."

JUSTIFICAÇÃO

Face à emenda por nós oferecida ao art. 16, inciso I, é necessário corrigir-se o art. 21, VIII, mantendo-se o cargo de Secretário de Organização e Informática do Min. da Administração Federal e Reforma do Estado.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

P R O P O S T A

C O M M U N I C A D O

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao parágrafo único do artigo 24, a seguinte redação:

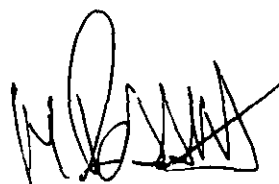
"Art. 24. ...

Parágrafo único. Os cargos de que trata este artigo conferem aos seus titulares todos os direitos, deveres e prerrogativas de Ministro de Estado, bem assim o tratamento a este dispensado."

JUSTIFICAÇÃO

A atribuição aos titulares dos órgãos da Presidência e ao titular da Secretaria-Executiva da Câmara de Políticas Regionais do Conselho de Governo das "prerrogativas, garantias, vantagens e direitos equivalentes aos de Ministro de Estado" (art. 24) é inconstitucional: fere tanto o art. 37, XIII, que veda a vinculação de vencimentos para o efeito de remuneração de pessoal, quanto o art 102, I, "d" que prevê forum privilegiado para o julgamento dos Ministros de Estado. A extensão desta prerrogativa não pode ser feita a não ser que o titular do cargo tenha o "status" ministerial pleno. Além disso, não pode o titular destes cargos delegar as atribuições previstas no art. 85 a quem não tenha a condição de Ministro de Estado (art. 85, § único). No caso da AGU, foi atribuído ao Advogado-Geral da União "os direitos, deveres e prerrogativas de Ministro de Estado, bem assim o tratamento a este dispensado". Assim, ao Advogado-Geral da União se atribuiu o **status pleno** de Ministro de Estado, e não apenas as "prerrogativas, garantias, vantagens e direitos". A emenda visa dar redação que assegure a mesma regra, o que contorna as objeções constitucionais apontadas. Quanto à atribuição ao Secretário-Executivo da Câmara de Políticas Regionais do mesmo **status**, não nos parece conveniente que, sendo o mesmo também titular da Secretaria Especial de Políticas Regionais, deva ter o tratamento de Ministro de Estado, já que esta é órgão do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Sala das Sessões, 04/05/95



HP 00987

00041

DATA	PROPOSIÇÃO
04/05/95	MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995

AUTOR	PRONTUARIO
Deputada MARISA SERRANO	

1 () SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	9 () SUBSTITUTIVO GERAL
------------------	--------------------	--------------------	---------------	--------------------------

PAGINA	ARTIGO	PARAGRAFO	INCISO	ALINEA
1/1	26		VII	

TEXTO
<p>Acrescente-se ao art. 26, como inciso I, renumerando-se os demais, o seguinte:</p> <p>"I - definir a politica nacional do desporto."</p>
JUSTIFICAÇÃO
<p>A criação do cargo de Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes, a quem estarão ligados os órgãos responsáveis pela operacionalização da politica nacional de esportes (art. 46), bem como a extinção da Secretaria de Desportos e do Conselho Superior de Desporto (art. 19, inciso VIII, alíneas "a" e "b"), anteriormente ligadas ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC) sugerem que a definição da politica nacional do desporto não poderá continuar afeta ao MEC.</p> <p>Entendemos que tais definições deverão ocorrer no âmbito dos órgãos específicos (Instituto Nacional de Desenvolvimento do Esporte e de seu Conselho Deliberativo) vinculados ao Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes, pelo que apresentamos esta emenda.</p>

117 0 0 9 0 2

00 00 00 00

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao § 2º do art. 27, a seguinte redação:

"Art. 27...

...

§ 2º. O Presidente da República encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei para incluir o Secretário-Executivo da Câmara de Políticas Regionais nos Conselhos Deliberativos da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e no Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA."

JUSTIFICAÇÃO

O § 2º do art. 27, ora emendado, determina que o Poder Executivo envie ao Congresso Projeto de Lei Complementar para incluir o Secretário de Políticas Regionais nos Conselhos Deliberativos da SUDENE, SUFRAMA e SUDAM, de acordo com o art. 43, § 1º, II da Constituição. Todavia, a Constituição não exige que se trate da organização ou dos conselhos destas entidades por lei complementar, mas da composição de **organismos regionais** destinados à execução dos planos regionais integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social **aprovados conjuntamente com estes**. Ou seja: os Planos definirão organismos regionais específicos, que não são as entidades autárquicas mencionadas, mas **órgãos específicos a serem criados**. Assim, a melhor solução é pela via de lei ordinária, e incluindo-se o Secretário-Executivo da Câmara de Políticas Regionais do Conselho de Governo, cargo criado pelo art. 27 cujo titular acumulará as funções de titular da Secretaria Especial de Políticas Regionais do Ministério do Planejamento, para a qual não foi criado o cargo de titular.

Sala das Sessões,

04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

011 0 0 722 21

- 0 0 0 0 0

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, no artigo 28, o seguinte inciso:

"Art. 28. ...

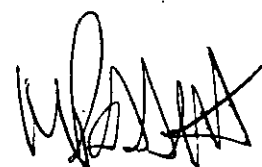
...

... - de Ouvidor-Geral da República, código DAS-101.6 e de Ouvidor-Geral da República Adjunto-DAS-101.5, no Ministério da Justiça."

JUSTIFICAÇÃO

Apesar de previsto o órgão Ouvidoria Geral da República no Ministério da Justiça, não foram criados os cargos de Ouvidor-Geral e Ouvidor-Geral Adjunto destinados à sua implantação. Estes cargos foram, entretanto, objeto de proposta nos termos de Projeto de Lei enviado ao Congresso em 29 de dezembro de 1994.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

DATA 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 987, DE 1995	
AUTOR SENADOR JONAS PINHEIRO		Nº PRONTUÁRIO	
TIP 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01	ARTIGO 30	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

9 TEXTO

Emenda Modificativa à Medida Provisória nº 987, de 29 de abril de 1995, que "dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências".

Dê-se ao artigo 30 a seguinte redação:

"Art. 30 - O acervo patrimonial dos órgãos referidos no Art. 19 desta Medida Provisória será transferido para os Ministérios e órgãos que tiverem absorvido as correspondentes atribuições, facultando o Poder Executivo a alienar o excedente ou doá-los aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou, mediante autorização legislativa específica, a instituições de Educação, de Saúde ou de Assistência Social, sem fins lucrativos, reconhecidas na forma da Lei".

JUSTIFICATIVA

A exigência constante no art. 30, da Medida Provisória, de somente alienar o excedente ou doar aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a instituições sem fins lucrativos do acervo patrimonial dos órgãos extintos "após inventário", condicionará essas doações e alienações à conclusão total do inventário, ficando, portanto, na dependência de um complexo trabalho burocrático.

Ora, existem bens que não são de interesse direto dos Ministérios ou órgãos que absorveram as funções das entidades extintas e que, pelas características poderão ser doados tão logo sejam identificados, dando-se a eles utilidade social imediata.

Além do mais, ao se postergar as doações ou alienações se estará certamente, dispendendo recursos financeiros com a manutenção de bens desnecessários, permitindo que sejam deteriorados pela não conservação adequada e pelo desgaste natural da não utilização, além de correrem o risco de se tornarem obsoletos, no tempo.

MP 987

00045

2 DATA 04/05/95		3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória 987, de 28/04/95 (DOU de 29/04/95)	
4 AUTOR Ibrahim Abi-Ackel		5 Nº PRONTUÁRIO 238	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1/2	8 ARTIGO 30	PARÁGRAFO 1º, 2º e 3º	INCISO ALÍNEA

Dê-se ao art. 30 e seus parágrafos, a seguinte redação:

"Art. 30 - Os acervos patrimoniais dos órgãos referidos nos incisos do art. 19 desta Medida Provisória terão a seguinte destinação:

I - por doação, a ser efetivada em ato do Poder Executivo, aos Estados, Distrito Federal e Municípios onde estejam localizados os órgãos referidos no inciso I daquele artigo, desde que haja manifes

tação oficial de interesse em recebê-los para dar continuidade aos serviços sociais prestados;

II - aos Ministérios ou repartições que tiverem absorvido as competências dos órgãos referidos nos incisos II a IX do mesmo artigo.

Parágrafo 1º - O acervo patrimonial remanescente do Conselho Superior de Desporto, depois de identificado, terá sua destinação determinada por ato do Ministro Supervisor.

Parágrafo 2º - O quadro de servidores efetivos dos órgãos de que trata o "caput" deste artigo será transferido para os Ministérios e repartições que tiverem absorvido as correspondentes competências, ficando o Poder Executivo autorizado a ceder a Estados, Distrito Federal e Municípios, com ônus para o Governo Federal, e por período não superior a 24 meses, os servidores necessários a continuidade dos serviços.

Parágrafo 3º - Durante o processo de inventário, o inventariante dos órgãos e entidades extintos, mediante autorização do Ministro Supervisor, poderão manter ou prorrogar contratos ou convênios cujo prazo de vigência não ultrapasse 31 de dezembro de 1995, desde que preenchidos pelo contratado ou conveniado os requisitos previstos na legislação pertinente.

JUSTIFICAÇÃO

A LBA possui inúmeras creches e centros de convivência para idosos, espalhados pelo Brasil, os quais, mercê da extinção da Fundação, vêm sendo pretendidos pelas Prefeituras Municipais e até por Governos Estaduais, no sentido de ser mantida a continuidade do atendimento à população carente.

Considerando que a redação original do texto da MP dispunha que a cessão dos acervos somente poderia ocorrer depois de encerrado o inventário, e como isto não deverá ocorrer em prazo curto, o referido atendimento às classes menos favorecidas ficará seriamente prejudicado, o que recomenda a mudança ora proposta.

MP 00987

00016

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao artigo 33 e seu parágrafo segundo, a seguinte redação:

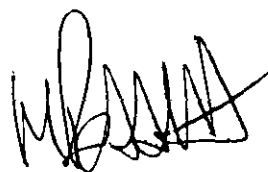
"Art. 33. O Poder Executivo submeterá ao Congresso Nacional, no prazo de 180 dias a contar da publicação desta Lei, projeto de lei propondo a criação da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, autarquia federal vinculada à Presidência da República destinada a planejar e executar atividades de natureza permanente relativas ao levantamento, coleta e análise de informações estratégicas, planejar e executar atividades de contra-informação e executar atividades de natureza sigilosa necessárias à segurança do Estado e da sociedade.

...
§ 2º. Enquanto não for constituída a Agência Brasileira de Inteligência, as atividades exercidas pela Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República serão supervisionados pelo Secretário de Assuntos Estratégicos."

JUSTIFICAÇÃO

A redação original é inconstitucional ao conceder ao Poder Executivo delegação legislativa para a criação de entidade autárquica, o que, ao teor do art. 37, XIX, que exige **lei específica** para esta finalidade. Além disso, o § 2º determina que as atividades da Subsecretaria de Inteligência da SAE, enquanto não for criada a Agência Brasileira de Inteligência, serão supervisionadas pela Secretaria Geral da Presidência. No entanto, a Secretaria Geral está no mesmo nível hierárquico da SAE, que é a autoridade superior à referida subsecretaria. Além disso, a supervisão *ministerial* somente deve incidir sobre órgãos e entidades do próprio ministério, nunca sobre os de outro órgão.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

DATA 04 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987 DE 28/04/95	
AUTOR DEPUTADO LUIZ MOREIRA		Nº PRONTUÁRIO 207	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATNA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1/2	ARTIGO 33	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

TEXTO

Dê-se ao Art. 33 e seus parágrafos a seguinte redação:

"Art. 33" - O Presidente da República encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de 60 dias, projeto de lei propondo a criação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), autarquia federal, de natureza civil, vinculada à Presidência da República, com a finalidade de planejar e executar atividades de caráter permanente relativas a coleta, análise e difusão de informações estratégicas, planejar e executar atividades de contra-inteligência, e executar atividades de natureza sigilosa necessárias à defesa do Estado democrático e da sociedade.

Parágrafo Único - A Agência Brasileira de Inteligência terá um Presidente, nomeado pelo Presidente da República após aprovação do seu nome pelo Senado Federal, e até quatro diretores de livre nomeação.

JUSTIFICAÇÃO

Na forma como está redigido, o art. 33 incide em inconstitucionalidade ao conferir ao Poder Executivo delegação para a

criação de autarquia, pois a Constituição, em seu Art. 37, XIX, exige lei específica para esse fim. Colide, também, com os princípios constitucionais da delegação legislativa, previstos no Artigo 68. Além disso, a criação de uma entidade dessa natureza requer a apreciação do Congresso Nacional, o mesmo ocorrendo com relação à nomeação do seu dirigente.

Julgo desnecessária a manutenção do § 2º, considerando que, por força do Decreto-Lei 200, a supervisão ministerial deve ser exercida pelo titular da Secretaria de Assuntos Estratégicos, órgão ao qual pertence a Subsecretaria de Inteligência.

2 DATA 03 / 05 / 95		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISORIA 987 DE 28 DE ABRIL DE 1995	
4 AUTOR DEPUTADO MARCELO BARBIERI		5 Nº PRONTUÁRIO 376	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PAGINA 1 / 2	8 ARTIGO 33	PARÁGRAFO	INCISO
9 ALÍNEA			

Dê-se ao Art. 33 e seus parágrafos a seguinte

redação:

"Art. 33 - O Presidente da República encaminha
rá ao Congresso Nacional, no prazo de 90(noventa) dias a contar
da publicação desta Lei, projeto de lei propondo a criação da
Agência Brasileira de Inteligência(ABIN), autarquia federal de
natureza civil, diretamente subordinada ao Presidente da Repúbli-
ca, com a finalidade de planejar e executar, em caráter permanen-

te, atividades sigilosas de inteligência e contra-inteligência indispensáveis à defesa do Estado democrático e da sociedade.

§ 1º - A Agência Brasileira de Inteligência será criada por absorção da Subsecretaria de Inteligência e do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para Segurança da Comunicações, órgãos integrantes da estrutura básica da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

§ 2º - A ABIN será dirigida por um Presidente, que ocupará cargo de natureza especial, nomeado pelo Presidente da República após aprovação de seu nome, em sessão secreta, pelo Senado Federal, e terá até cinco diretores, de livre nomeação.

§ 3º - O projeto de lei de criação da ABIN disporá sobre o campo de atuação da atividade inteligência e contra-inteligência, a fiscalização interna e o controle externo a ser exercido pelo Poder Legislativo.

§ 4º - O Projeto de Criação da ABIN facultará aos servidores do quadro efetivo da Secretaria de Assuntos Estratégicos, bem como aos requisitados de outros órgãos, o direito de opção pela permanência no quadro da Secretaria ou de transposição para o novo órgão, independentemente da lotação atual.

§ 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos servidores em exercício na ABIN gratificação especial de representação, pelo desempenho de atividades típicas de Estado na Presidência da República.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A redação original constante do caput do Art. 33 da referida Medida Provisória é inconstitucional, por contrariar os princípios estabelecidos nos artigos 37, XIX e 68 da Carta Magna. Estes dispositivos exigem lei específica para a criação de autarquias e estabelecem os limites e procedimentos da delegação

legislativa. A criação de um organismo novo de Inteligência por Decreto não é o melhor caminho para conferir legalidade, legitimidade e o indispensável controle do Poder Legislativo sobre o exercício de tão relevante atividade para o Estado brasileiro. A proposição que ora apresento aponta as linhas mestras que, no meu entender, devam balisar a criação de um organismo moderno de Inteligência, segundo manifestação do próprio Presidente da República.

2 DATA 04 / 05 / 95		3 PROJ. Nº MP nº 987/95, de 28 de abril de 1995.	
4 AUTOR Deputado EXPEDITO JÚNIOR		5 Nº PRONTUÁRIO 048	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO	9 PARÁGRAFO	10 INCISO
11 ALÍNEA			

O artigo 33 passa a ter a redação que se segue:

Art. 33 - O Poder Executivo submeterá ao Congresso Nacional, no prazo de 90 dias a contar da publicação desta lei, projeto de lei de criação da Agência Brasileira de Inteligência - (ABIN).

JUSTIFICAÇÃO

Em decorrência das alterações propostas aos artigos 3º e 5º, a redação do artigo 33 também é reajustada.

Além disso, corrigem-se as imperfeições jurídico-administrativas e de entendimento do que sejam as ações de inteligência em um regime democrático, constantes da proposta governamental.

DATA 03/05/95		PROPO MP Nº 987/95, de 28 de abril de 1995	
AUTOR SENADOR ROMÉU TUMA		Nº PRONTUÁRIO	
TIP 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO 33	PARÁGRAFO	INCIS
ALÍNEA			
TEXTO			

Dê-se ao artigo 33 a seguinte redação:

"Art. 33 - O Poder Executivo submeterá ao Congresso Nacional, no prazo de 120 dias a contar da publicação desta Lei, Projeto de Lei propondo a criação da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN.

Parágrafo único - Enquanto não for constituída a Agência Brasileira de Inteligência, a Subsecretaria de Inteligência, que integra a estrutura da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, fica supervisionada pelo Secretário-Geral da Presidência da República".

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa deixar claro que as principais definições sobre a Agência Brasileira de Inteligência, tais como atribuições, estrutura, áreas de atuação, controles e ajustes administrativos pertinentes, deverão necessariamente ser discutidas e referendadas pelo Poder Legislativo, a exemplo do que ocorre nos países democráticos.

MP Nº 987/95

46951

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO
/	/	MP Nº 987/95, de 28 de abril de 1995	
4	AUTOR	5	Nº PRONTUÁRIO
DEPUTADO MALULY NETTO		95.375	
6	TÍT		
1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7	PÁGINA	8	ARTIGO
		33	PARÁGRAFO
			INCISA
			ALÍNEA

Dê-se ao artigo 33 a seguinte redação:

"Art. 33 - O Poder Executivo submeterá ao Congresso Nacional, no prazo de 120 dias a contar da publicação desta Lei, projeto de lei propondo a criação de uma estrutura de inteligência para a Presidência da República.

Parágrafo único - Enquanto não for constituída a estrutura de inteligência da Presidência da República, a Subsecretaria de Inteligência, que integra a estrutura da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República", fica supervisionada pelo Secretário-Geral da Presidência da República.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa deixar claro que as principais definições sobre a estrutura de inteligência da Presidência da República, tais como atribuições, organograma, áreas de atuação, controles e ajustes administrativos pertinentes deverão necessariamente ser discutidas e referendadas pelo Poder Legislativo, tendo em vista, principalmente, adequar

as ações de inteligência às necessidades de preservação dos direitos e das liberdades individuais, características essenciais do regime democrático.

Visa permitir, também, que o próprio Executivo reformule, caso julgue pertinente, a natureza jurídica da estrutura (autarquia, secretaria, etc), a demasiada amplitude de ações da estrutura e a sua própria designação, motivo de protestos, por exemplo, da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao artigo 34, a seguinte redação:

"Art. 34. O Poder Executivo submeterá ao Congresso Nacional, no prazo de 180 dias a contar da publicação desta Lei, projeto de lei propondo a criação da Fundação Nacional de Pesquisa, mediante a absorção dos Institutos referidos nas alíneas "g", "h" e "i" do inciso III do art. 16 desta Lei."

JUSTIFICAÇÃO

A redação original é inconstitucional ao conceder ao Poder Executivo delegação legislativa para a criação de entidade fundacional, o que, ao teor do art. 37, XIX, que exige lei específica para esta finalidade.

Sala das Sessões, 04/05/95



PR 987/95

207

2 DATA 04 / 05 / 95		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987 DE 28/04/95	
4 AUTOR DEPUTADO LUIZ MOREIRA		5 Nº PRONTUÁRIO 207	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1/1	8 ARTIGO 34	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

Dê-se ao art. 34, a seguinte redação:

"Art. 34 - O Presidente da República encaminhará ao Congresso Nacional, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Lei propondo a criação da Fundação Nacional de Pesquisa, que irá absorver os institutos de que tratam as alíneas "g", "h" e "i", do inciso III do art. 16 desta Medida Provisória."

JUSTIFICAÇÃO

A proposição tem por objetivo corrigir vício de inconstitucionalidade, considerando que a Constituição Federal, em seu art. 37, XIX, exige lei específica para a criação de fundação pública.

PL 987/1995

05084 1

2 DATA 04 / 05 / 95		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987 de 28/04/95	
4 AUTOR DEPUTADO LUIZ MOREIRA		5 Nº PRONTUÁRIO 207	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1/1	8 ARTIGO 37	PARÁGRAFO	INCISO
9 ALÍNEA			

Dê-se ao art. 37 a seguinte redação:

"Art. 37 - O Presidente da República enviará ao Congresso Nacional, no prazo de 90(noventa) dias, projeto de lei propondo a transformação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo - FUNDESP, instituído pelo art. 42 da Lei 8.672, de 6 de julho de 1993, em Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP, autarquia federal, com a finalidade de promover e desenvolver a prática do desporto.

JUSTIFICAÇÃO

A redação original do art. 37 incorre em inconstitucionalidade, ao criar, por transformação de um "Fundo", uma Autarquia Federal. O art. 37, inciso XIX, da Constituição, exige lei específica para essa finalidade. A redação proposta dispensa a manutenção dos dois parágrafos originais, os quais deverão constar no projeto de lei a ser enviado pelo Executivo.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao artigo 37, a seguinte redação:

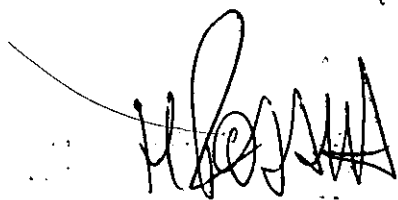
"Art. 37. O Poder Executivo submeterá ao Congresso Nacional, no prazo de 180 dias a contar da publicação desta Lei, projeto de lei propondo a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP, sob a forma de autarquia federal, com a finalidade de desenvolver a prática do desporto.

Parágrafo único. Até à publicação da lei resultante do projeto referido no "caput", a Secretaria de Desportos do Ministério da Educação e do Desporto se vinculará tecnicamente ao Ministro Extraordinário dos Esportes e prestará o apoio técnico e administrativo necessários ao seu desempenho."

JUSTIFICAÇÃO

A redação original é inconstitucional ao promover a criação de entidade autárquica, o que, ao teor do art. 37, XIX, somente pode se processar por **lei específica** para esta finalidade. Além disso, foi omitido o dispositivo que previa a competência da Secretaria de Desportos para prestar apoio técnico e administrativo ao Ministro Extraordinário dos Esportes, já que a Secretaria foi extinta simultaneamente à criação da autarquia.

Sala das Sessões, 01/05/95



DDep. Miguel Rosseto - PT/RS

04 / 05 / 95

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987

DEPUTADO MARQUINHO CHEDID

Nº PRONTUÁRIO
3771 ☐ SUPRESSIVA 2 ☒ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
1/1ARTIGO
37PARÁGRAFO
1º e 2º

TEXTO

Esta emenda visa substituir do artigo 37 os parágrafos 1º e 2º, passando a ter a seguinte redação.

§ 1º - O Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP, disporá em sua estrutura básica de um Conselho Deliberativo e uma Diretoria.

§ 2º - O Conselho Deliberativo será composto de dez membros, designados pelo Presidente da República, dentre os quais um Presidente.

§ 3º - Ao Conselho Deliberativo compete:

a) baixar normas administrativas relativas à organização e à operacionalização do INDESP;

b) aprovar, no âmbito da sua área de competência, as prestações de contas anuais da Autarquia;

c) aprovar programas de trabalho;

d) exercer outras atribuições constantes da legislação em vigor.

§ 4º - A Diretoria terá um Presidente, nomeado pelo Presidente da República.

§ 5º - Os órgãos que integram a estrutura regimental do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP, e suas respectivas competências, serão fixadas por lei."

J U S T I F I C A T I V A

Esta emenda tem como objetivo emprestar ao INDESP um estrutura operacional transparente e, por isso mesmo, mais sensível ao desenvolvimento do desporto brasileiro, representando assim as aspirações da comunidade desportiva brasileira.

11-00-2127

00-200

ATA		PROPOSIÇÃO	
3 / 5 / 95	EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA 987		
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO	
DEPUTADO MARQUINHO CHEDID		377	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCIS
1/3	37	§ 1º e 2º	

Esta emenda visa substituir o artigo 37 e os parágrafos 1º e 2º, passando a ter a seguinte redação:

"Art. 37 - Fica o Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo - FUNDESP, instituído pelo art. 42 da Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993, transformado em Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP, Autarquia Federal, com a finalidade de promover e desenvolver a prática do desporto, e disporá da seguinte estrutura básica: Conselho Superior de Desportos - CSD; Conselho Deliberativo e Diretoria.

§ 1º - Ao Conselho Superior de Desportos - CSD, órgão colegiado de caráter normativo e consultivo, representativo da comunidade desportiva brasileira, cabe:

- a) aprovar o Plano Nacional do Desporto - PND;
- b) emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais;
- c) aprovar os códigos de justiça desportiva e suas alterações;
- d) estabelecer normas, sob a forma de resoluções, que garantam os direitos e impeçam a utilização de meios ilícitos nas práticas desportivas;
- e) propor prioridades para os planos de aplicação dos recursos do INDESP;
- f) exercer outras atribuições constantes da legislação desportiva.

§ 2º - O Conselho Superior de Desportos, será presidido pelo Ministro Extraordinário de Esportes, e composto de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, discriminadamente:

I - dois, de reconhecido saber desportivo, indicados pelo Ministro Extraordinário de Esportes;

- II - um representante do Comitê Olímpico Brasileiro;
- III - um representante de entidades de administração federal do desporto profissional;
- IV - um representante de entidades de administração federal do desporto não-profissional;
- V - um representante das entidades de prática do desporto profissional;
- VI - um representante das entidades de prática do desporto não-profissional;
- VII - um representante dos atletas profissionais;
- VIII - um representante dos atletas não-profissionais;
- IX - um representante dos árbitros;
- X - um representante dos treinadores desportivos;
- XI - um representante da imprensa desportiva;
- XII - um representante da Câmara dos Deputados;
- XIII - um representante do Senado Federal.

§ 3º - A escolha dos membros do Conselho dar-se-á por eleição ou indicação dos segmentos e setores interessados, na forma da regulamentação desta Lei.

§ 4º - Quando segmentos e setores desportivos tornarem-se relevantes e influentes, o Conselho, por deliberação de dois terços de seus membros, poderá ampliar a composição do colegiado até o máximo de vinte e dois Conselheiros;

§ 5º - O mandato dos Conselheiros será de três anos, permitida uma recondução.

§ 6º - Os Conselheiros terão direito a passagem e diária para comparecimento às reuniões do Conselho.

§ 7º - Ao Conselho Deliberativo compete:

a) baixar normas administrativas relativas à organização e à operacionalização do INDESP;

b) aprovar, no âmbito da sua área de competência, as prestações de contas anuais da Autarquia;

c) aprovar programas de trabalho;

d) exercer outras atribuições constantes da legislação em vigor.

§ 8º - O Conselho Deliberativo será composto de dez membros, designados pelo Presidente da República, dentre os quais um Presidente.

§ 9º - A Diretoria terá um Presidente, nomeado pelo Presidente da República.

§ 10 - Os órgãos que integram a estrutura regimental do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP, e suas respectivas competências, serão fixadas em decreto."

J U S T I F I C A T I V A

A mensagem presidencial que encaminhou à consideração do Congresso Nacional, o anteprojeto em que se transforma a Lei nº 8.672, de 06 de julho de 1993, foi submetido a amplo debate na Comissão da Educação e Desporto da Câmara dos Deputados. A discussão envolveu todos os segmentos do desporto nacional, através da presença naquela Comissão, por seu conceito, de várias personalidades que fazem o esporte brasileiro. No final, encontrou-se uma solução concensual, que com a sanção do então Presidente Itamar Franco se transformou na mencionada Lei.

Do texto daquela Lei consta o Conselho Superior de Desportos - CSD, integrado, democraticamente, por representantes dos vários setores do desporto nacional. A composição eclética, do Conselho Superior de Desportos, representa, por isso mesmo, um órgão eminentemente democrático.

Pela sua competência, explicitamente formalizada no texto legal - "órgão colegiado de caráter consultivo e normativo, representativo da comunidade desportiva brasileira" - fazem cumprir e preservar os princípios e preceitos legais, bem como dirimir conflitos de superposição e autonomia, conclui-se da necessidade da sua preservação.

Já agora, o Poder Executivo, através de Medida Provisória, extingue o Conselho Superior de Desportos e cria um Conselho Deliberativo, de livre nomeação do Presidente da República, o que obviamente, impede a participação democrática quanto necessária, dos segmentos desportivos.

Estamos de acordo com a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP, mas com a preservação necessária do Conselho Superior de Desporto.

De outro lado, a presente emenda empresta ao INDESP uma estrutura operacional transparente e, por isso mesmo, mais sensível ao desenvolvimento do desporto brasileiro.

Seguramente, a emenda representa as aspirações da comunidade desportiva brasileira, manifestada, por ocasião da elaboração e votação da Lei nº 8672.

P R E S I D E N T E

S E N A D O R

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

E M E N D A M O D I F I C A T I V A

Dê-se, ao artigo 38, a seguinte redação:

"Art. 38. Enquanto não dispuserem de dotação de pessoal permanente suficiente, aplicam-se ao servidores em exercício no Ministério do

Planejamento e Orçamento e no Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado a legislação e as normas regulamentares vigentes para os servidores em exercício nos órgãos da Presidência da República, em especial as referidas no art. 20 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991, e no § 4º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991."

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória prevê no art. 38 que **até que sejam aprovados os planos de carreira da Administração Pública** aplicam-se aos servidores requisitados pelo Min. da Administração e Reforma do Estado e pelo Min. do Planejamento e Orçamento as regras de requisição de servidores aplicáveis à Presidência da República. É um horizonte de tempo **impreciso e indefinido**, que não significa absolutamente nada: enquanto não for aprovado o último plano da última carreira, a faculdade estará em vigor... É mais adequado fixar esta faculdade **até que os órgãos sejam dotados de quadro de pessoal próprio suficiente**, horizonte que, embora discricionário, é de mais fácil mensuração.

Sala das Sessões,

04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao artigo 39, a seguinte redação, suprimindo-se o seu parágrafo único:


"Art. 39. As entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta serão vinculadas aos órgãos da Presidência e aos Ministérios, segundo as

normas constantes do parágrafo único do art. 4º e parágrafo 2º do art. 5º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e sujeitas à supervisão exercida por Ministro de Estado ou pelo Presidente da República, mantidas as extinções e dissoluções de entidades realizadas ou em fase final de realização, com base na autorização concedida pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990."

JUSTIFICAÇÃO

O art. 39 permite a supervisão de entidades da administração indireta por titulares de órgãos de assistência imediata ao Presidente da República e Ministros de Estado, enquanto o parágrafo único permite que a supervisão seja feita por órgão da estrutura do Ministério. A rigor, o dispositivo fere o art. 87 da Constituição Federal, que permite apenas que os Ministros de Estado exerçam a supervisão de órgãos e entidades da Administração.

ble da mão, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

Dep. Miguel Rosseto

Dep. Miguel Rosseto

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, DE 1995

Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao artigo 42.

"Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos de Assistente Jurídico do extinto Ministério do Bem-Estar Social serão lotados na Advocacia Geral da União, à qual caberá também o pagamento dos proventos dos servidores que tiverem sido aposentados nos referidos cargos daquele Ministério".

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem o propósito de definir a situação dos Assistentes Jurídicos do extinto Ministério do Bem-Estar Social, transferindo-os para a Advocacia Geral da União que a instituição a quem cabe efetuar a lotação e distribuição dos seus membros efetivos.

Sala da Comissão, em de de 1995


Deputado SEVERIANO ALVES

APROVADO

1995

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se, ao artigo 43, a seguinte redação:

"Art. 43. Os cargos efetivos vagos da Fundação Legião Brasileira de Assistência e da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência são considerados extintos a partir da vigência desta Lei.

§ 1º. Os cargos efetivos atualmente ocupados das entidades referidas no "caput" serão considerados extintos, à medida que vagarem.

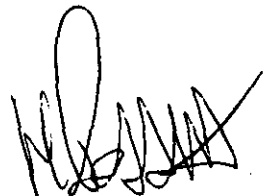
§ 2º. Os cargos efetivos vagos e ocupados dos demais órgãos e entidades extintas por esta Lei serão alocados na forma do § 1º do art. 30, facultado ao Ministério da Administração e Reforma do Estado promover a sua redistribuição para outros órgãos e entidades da Administração Federal."

JUSTIFICAÇÃO

A redação dada ao art. 43 prevê que os cargos vagos ou que venham a vagar nos ministérios e entidades extintos sejam remanejados para o Ministério da Administração e Reforma do Estado e redistribuídos de acordo com o interesse da Administração. A formulação é inadequada: se os cargos ocupados são redistribuídos para os órgãos que absorveram as funções (já que são necessários para a continuidade de suas ações), é equivocado remanejá-los obrigatoriamente, quando vagarem, para o Min. da Administração. Se pertencem ao quadro de pessoal do novo órgão enquanto estão providos, é melhor que estejam disponíveis para novo preenchimento. No caso do Min. do Bem Estar Social, por exemplo, que foi extinto, os cargos ocupados serão realocados no Min. do Planejamento e Orçamento. Se vagarem, deve ser avaliado se interessa que sejam novamente preenchidos pelo próprio ministério. Já quanto aos cargos da LBA e CBIA, cujas atribuições executivas devem ser extintas simultaneamente ao processo de descentralização, devem ser extintos assim que vagarem, uma vez que não faz sentido a administração determinar nova lotação ou seu provimento se o processo de descentralização visa, dentre outros objetivos, exonerar a Administração Federal do ônus da manutenção de um quadro de pessoal para estas finalidades.

Sala das Sessões, 06/05/95

Dep. Miguel Rosseto - PT/RS



MP 00987

00062

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995.

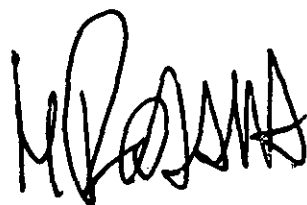
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o artigo 46.

JUSTIFICAÇÃO

Face à inconstitucionalidade do art. 37, que cria o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto sob a forma de autarquia, é necessária a supressão deste dispositivo, já que se destina a permitir a requisição de servidores para a nova entidade por prazo determinado.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 987, DE 1995
EMENDA MODIFICATIVA

O artigo 49 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 49. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992."

JUSTIFICAÇÃO

A revogação expressa dos dispositivos constantes da Lei nº 7.827/89, alterados pelo novo texto que propusemos, em emendas aditivas, supressiva e modificativa, para a Medida Provisória em apreço, visa a evitar dúvidas de interpretação que poderiam conduzir a superposição de atribuições entre órgãos ou entidades, ou, ainda, a lacunas na operação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Sala das Sessões, em de de 1995.


Deputada **MARISA SERRANO**

03 / 05 / 95

EMENDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1995

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - PPR/SP

337

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

01/01

EMENDA ADITIVA

Inclua-se onde couber, um art., com a seguinte redação:

Art... Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal do Ministério da Justiça, os Policiais Ferroviários que, encontravam-se em exercício, no dia 05 de outubro de 1988 e, continuam responsáveis pelo Patrulhamento Ostensivo das ferrovias federais.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem a finalidade de corrigir a situação fragmentada que se encontra à Polícia Ferroviária Federal, pois existe no âmbito do Ministério da Justiça, o Departamento de Polícia Ferroviária Federal, porém sem contar com os policiais ferroviários, devido ao descaso das autoridades a fetas a situação, permanece esse hiato, portanto, é inadiável o remanejamento destes abnegados homens, pois só assim a Sociedade Brasileira, poderá contar em sua plenitude, com este órgão de polícia especializada.

Nº 987

00000

2 DATA
03 / 05 / 953 PROPOSIÇÃO
EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA, Nº 987, de 28 de abril de 19954 AUTOR
DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA - PSB/PE5 Nº PRONTUÁRIO
1436 TIPO
1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL7 FÓRMULA
8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

9 TEXTO

EMENDA ADITIVA

Cria-se um art. onde couber com o seguinte dispositivo:

Art... Fica o Poder Executivo autorizado, transferir para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal da Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em consonância com o disposto no Art. 39 desta Lei, os policiais ferroviários.

J U S T I F I C A T I V A

A Emenda em foco, tem a finalidade de adequar os arts. 21 inciso XIV, 22 inciso XXII e 144, item III, § 3º da Constituição Federal, pois o DPFF, continua sem contar com os policiais ferroviários, devido ao vínculo dos mesmos ainda ser do Ministério dos Transportes, ocorrendo um hiato, devido a omissão no Texto Constitucional, pois não previu o remanejamento dos Policiais Ferroviários para a transformada Instituição, portanto, é imperioso que, através desta Emenda, corrija-se essa VERGONHA NACIONAL.

MP 987/95

000000

DATA
03 / 05 / 95PROPOSIÇÃO
EMENDA PROVISÓRIA Nº 987, de 28 de abril de 1 995AUTOR
DEPUTADO NILSON GIBSON - PMN/PENº PRONTUÁRIO
1229-5TIP
1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

EMENDA ADITIVA

Inclua-se onde couber, um art., nesta Medida Provisória, com a seguinte redação:

Art... Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal da Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública do Ministério da Justiça, em consonância ao Art. 39 desta Medida Provisória, os policiais ferroviários.

JUSTIFICATIVA

A Constituição Federal, transformou a Polícia Ferroviária em Polícia Ferroviária Federal, porém omitiu a situação funcional dos componentes daquela Corporação.

Hoje, aqueles abnegados servidores, estão impedidos de atuarem no que tange, as cobranças das multas, impostas aos infratores do RTF (Decreto nº 90.959), pois existe um hiato governamental.

Portanto, devido o tratamento das autoridades afetas ao assunto, a União esta deixando de arrecadar milhares de Reais.

Acreditamos, se esta proposta for aceita, estaremos contribuindo, infinitamente, para amenizar o déficit interno do nosso Brasil.

1995 05 03

1995 05 03

2 03 / 05 / 95

3 EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA, Nº 987, de 28 de abril de 1995

4 DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON - PTB/RJ

5 Nº PRONTUÁRIO
3236 1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 FOLHA

8 ARTIGO

EMENDA ADITIVA

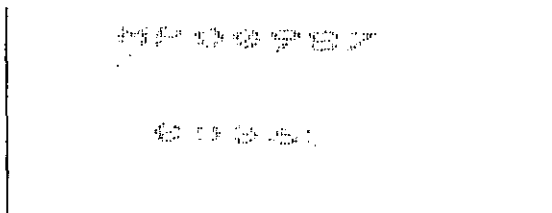
Inclua-se no Capítulo IV, da Medida Provisória, nº 987, de 28 de abril de 1995, um art. com a seguinte redação:

Art... Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar para o Departamento de Polícia Ferroviária Federal da Secretaria de Planejamento de Ações Nacionais de Segurança Pública do Ministério da Justiça, os servidores que, em 05 de outubro de 1988, exerciam atividades no Policiamento Ferroviário Nacional, e continuam responsáveis pelo patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem a finalidade de compatibilizar os dispositivos dos Arts. 21, inciso XIV, 22, inciso XXII, e 144, item III, § 3º da Constituição Federal, pois existe no Ministério da Justiça, o Departamento de Polícia Ferroviária Federal, sem contar com os policiais ferroviários. É inadmissível que esta situação continue, devido a Polícia Ferroviária Federal, ter a missão Constitucional de Patrulhar Ostensivamente as Ferrovias Federais.

Ademais, na forma atual, o DPFF/SEPLANSEG/MJ, está impedido de proceder as autuações aos infratores do Regulamento dos Transportes Ferroviários (RTF), conseqüentemente, deixa a União de arrecadar centenas de milhares de reais.

**Data:** 05/05/95**Proposição:** Medida Provisória nº 987/95**Autor:** Deputado Leonel Pavan**Nº Prontuário:** 477

1 <input type="checkbox"/>	Supressiva	2 <input type="checkbox"/>	Substitutiva	3 <input type="checkbox"/>	Modificativa	4 <input checked="" type="checkbox"/>	Aditiva	5 <input type="checkbox"/>	Substitutiva Global
----------------------------	------------	----------------------------	--------------	----------------------------	--------------	---------------------------------------	---------	----------------------------	---------------------

Página: 1/1	Artigo: 14	Parágrafo:	Inciso: III	Alinea: "p"
--------------------	-------------------	-------------------	--------------------	--------------------

Texto:
Acrescente-se ao Art. 14, da Medida Provisória nº 987/95, o seguinte inciso "p":

Art. 14 - (...)

III - Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária:

a)

p) pesquisa, planejamento, ordenamento e o fomento das atividades de pesca e aquicultura, bem como a promoção de seu desenvolvimento;

JUSTIFICAÇÃO

A presente propositura visa atribuir competência à Secretaria Nacional de Pesca e Aquicultura, também decorrente de emenda (aditiva) ao art. 16, inciso II, da Medida Provisória nº 987/95, objetivando adequá-las ao disposto no art. 187, parágrafo 1º, da Constituição Federal, que "incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais."

Ainda que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis - **IBAMA** tenha fundido, na sua criação (1989), a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - **SUDEPE**, procedeu-se uma fragmentação administrativa que ateu-se ao controle dos estoques e a manutenção do equilíbrio ecológico, enquanto a pesca, como atividade industrial, principalmente aquela derivada da aquicultura, era tenuamente acompanhada como atividade de apoio, marginal no âmbito gestional.

da nova instituição. Daí nossa propositura; ao incluir a Secretaria Nacional de Pesca e Aquicultura como órgão específico do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária que, sem antagonizar com o IBAMA - como órgão de manutenção dos recursos naturais renováveis - propiciará a adequação e o ordenamento das atividades de pesca e aquicultura às reais necessidades do setor no plano das políticas públicas contemporâneas.

Data: 05/05/95

Proposição: Medida Provisória nº 987/95

Autor: Deputado Leonel Pavan

Nº Prontuário: 477

1

☐

Supressiva

2

☐

Substitutiva

3

☐

Modificativa

4

☒

Aditiva

5

☐Substitutiva
Global

Página: 1/1

Artigo: 16

Parágrafo:

Inciso: II

Alínea: "h"

Texto:

Acrescente-se ao Art. 16, inciso II, da Medida Provisória nº 987/95, a seguinte alínea "h":

Art. 16 - (...)

II - no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária:

- a)
h) Secretaria Nacional de Pesca e Aquicultura;

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por escopo adequá-la ao disposto no art. 187, parágrafo 1º, da Constituição Federal, que "incluem-se no planejamento agrícola as atividades agroindustriais, agropecuárias, pesqueiras e florestais."

Ainda que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e Renováveis - IBAMA tenha fundido, na sua criação em 1989, a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, procedeu-se uma fragmentação administrativa que ateu-se ao controle dos estoques e a

manutenção do equilíbrio ecológico, enquanto a pesca, como atividade industrial, principalmente aquela derivada da aquicultura, era tenuemente acompanhada como atividade de apoio, marginal no âmbito gestional da nova instituição. Daí nossa propositura, ao incluir a Secretaria Nacional de Pesca e Aquicultura como órgão específico do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária que, sem antagonizar com o IBAMA - como órgão de manutenção dos recursos naturais renováveis - propiciará a adequação e o ordenamento das atividades de pesca e aquicultura às reais necessidades do setor no plano das políticas públicas contemporâneas.

Data: 04/05/95

Proposição: Medida Provisória nº 987/95

Autor: Deputado Antônio Sérgio Carneiro

Nº Prontuário: 182

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☐ Modificativa 4 ☒ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 16

Parágrafo:

Inciso: IX

Alínea: S

Texto:

Acrescente-se ao Art. 16, inciso IX, da Medida Provisória nº 987/95, a alínea "s":

"Art. 16. (...)

IX - no Ministério da Justiça:

s) Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

JUSTIFICAÇÃO

Quando da edição da Medida Provisória nº 813, de 01 de janeiro de 1995, reeditada pela MP nº 886 (reeditado conjuntamente às MP's 752, 797, 800 e 813), de 30 de janeiro de 1995; 931 (reedição das MP's 752, 797, 800, 813 e 886/95), de 01 de março de 1995; 962 (reedição das MP's 752, 797, 800/94 e 931/95), de 30 de março de 1995, e MP 987 (reedição das MP's 752, 797, 800, 931, 962), de 28 de abril de 1995, que "dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências", houve a transferência dos assuntos que constituem área de competência da Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - **CORDE**, então subordinado ao Ministério do Bem-Estar Social, para o Ministério da Justiça, conforme estabelece o Art. 14, inciso XI, alínea "e", ficando claro o espírito da reforma de apenas transferir a subordinação da **CORDE**.

Assim, apresentamos ao art. 16, inciso IX, a adição da alínea "s", com a denominação supra-proposta.

A emenda atende à solicitação da Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais - **FEBIEX**, entidade da sociedade civil de reconhecido e significativos serviços prestados ao País.

Portanto, presta-se a presente emenda a promover a devida correção na estrutura da reforma administrativa, porquanto a proposta efetiva do legislador não foi a de extinguir a **CORDE**, tanto assim que foram mantidas as suas competência e seus cargos, ao contrário do que ocorreu com outros órgãos cuja transformação e/ou extinção encontra-se claramente definida nos arts. 19, 21 e 22 da Medida Provisória nº 987/95.

MP 00987

00071

Data: 04/05/95

Proposição: Medida Provisória nº 987/95

Autor: Deputado Antônio Sérgio Carneiro

Nº Prontuário: 182

1 ☒

Supressiva

2 ☐

Substitutiva

3 ☐

Modificativa

4 ☐

Aditiva

5 ☐Substitutiva
Global

Página: 1/1

Artigo: 18

Parágrafo:

Inciso: VIII

Alínea:

Texto:

Suprima-se o inciso VIII, do art. 18, da Medida Provisória nº 987, renumerando-se os demais:

JUSTIFICAÇÃO

Quando da edição da Medida Provisória nº 813, de 01 de janeiro de 1995, reeditada pela MP nº 886 (reeditado conjuntamente às MP's 752, 797, 800 e 813), de 30 de janeiro de 1995; e 931 (reedição das MP's 752, 797, 800, 813 e 886/95), de 01 de março de 1995; 962 (reedição das MP's 752, 797, 800/94 e 931/95), de 30 de março de 1995, e MP 987 (reedição das MP's 752, 797, 800, 931, 962, e 987/95), de 28 de abril de 1995, que "dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências", houve a transferência dos assuntos que constituem área de competência da Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - **CORDE**, então subordinado ao Ministério do Bem-Estar Social, para o Ministério da Justiça, conforme estabelece o Art. 14, inciso XI, alínea "e", ficando claro o espírito da reforma de apenas transferir a subordinação da **CORDE**.

Observamos, contudo, um equívoco na redação do art. 18, inciso VIII, das citadas MP's, e, até mesmo de sua não necessidade, uma vez que a proposta de transferência da **CORDE** já estava devidamente explicitada na redação do art. 14, do inciso XI, conforme já explicitado.

Sendo assim, apresentamos a supressão do referido inciso que atende, também, à solicitação da Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais - **FEBIEX**, entidade da sociedade civil de reconhecidos e significativos serviços prestados aos portadores de deficiência física e ao País.

Portanto, presta-se, a presente a promover a devida correção na estrutura da reforma administrativa, porquanto a proposta efetiva do legislador não foi a de extinguir a **CORDE**, tanto assim que foram mantidas as suas competência e seus cargos, ao contrário do que ocorreu com outros órgão cuja transformação e/ou extinção encontra-se claramente definida nos arts. 19, 21 e 22 da referida Medida Provisória nº 987/95.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 988**, DE 28 DE ABRIL DE 1995, QUE "DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DAS MENSALIDADES ESCOLARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS" , (Reedição da Medida Provisória nº 963/95):

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs				
Deputado CARLOS MAGNO.....	067	068.			
Deputada ESTHER GROSSI.....	003	013	016.		
Deputado JERÔNIMO REIS.....	069	070.			
Deputado JOÃO HENRIQUE.....	012	026	035	053	054
	055	078	089	090	103
	109	121	122	134.	
Deputado JOSÉ TELES.....	062	073.			
Deputado LINDBERG FARIAS.....	004	014	015	058	094
	125.				
Deputada MARIA ELVIRA.....	010	030	045	046	047
	048	076	087	091	101
	106	117	118	132.	
Deputado MIRO TEIXEIRA.....	021	060.			
Deputado NELSON MARCHEZAN...	044	075	086	131.	
Senador ODACYR SOARES.....	008	027	028	061	079
	097	113	127.		
Deputado OSMÂNIO PEREIRA.....	007	024	034	037	038
	039	063	064	071	080
	083	098	104	114	115
	126.				

Deputado PAULO BAUER.....	006	022	033	041	042
	043	074	081	084	099
	105	111	112	128	129.
Deputado PAULO LIMA.....	009	023	029	031	032
	036	040	072	082	085
	100	107	110	116	130.
Deputado PEDRO WILSON.....	017.				
Deputado ROBERTO JEFFERSON..	011	025	049	050	051
	052	077	088	092	102
	108	119	120	133.	
Deputado RICARDO GOMYDE.....	001	018	019	057	093
	095	124.			
Deputado SALATIEL CARVALHO....	065	066.			
Deputado SÉRGIO MIRANDA.....	005	056	059	096	123.
Deputado WOLNEY QUEIROZ.....	002	020.			

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

2 DATA 03 / 05 / 95		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 988/95	
4 AUTOR DEPUTADO RICARDO GOMYDE			5 Nº PRONTUÁRIO 466
6 TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO 1º	PARÁGRAFO -	INCIS. -
ALÍNEA -			

Suprima-se do Art. 1º da MP 988/95, a seguinte expressão:

“ou até a data base dos professores do estabelecimento de ensino, em 1995, caso esta venha a ocorrer primeiro.”

JUSTIFICATIVA

O texto original da MP fere flagrantemente o dispositivo constitucional do direito adquirido, além de quebrar um ato jurídico perfeito. Este direito fora estabelecido pelo Artigo 4º da MP 751/94, que dispunha sobre as regras para a conversão, em Real, das mensalidades escolares nos estabelecimentos particulares de ensino.

Diz o artigo da MP 751/94:

"Art. 4º - Os valores convertidos, na forma dos artigos anteriores, não sofrerão reajustes pelo prazo de doze meses".

Ao suprimir esta parte do Art. 1º, se estara fazendo valer um direito adquirido e um ato jurídico perfeito, estatuído pelo Art. 5º, inciso XXXVI:

"A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito

Data: 04/05/95

Proposição: ... 988/95

Autor: Deputado Wolney Queiroz

Nº Prontuário: 163

1 ☒

Supressiva

2 ☐

Substitutiva

3 ☐

Modificativa

4 ☐

Aditiva

5 ☐

Substitutiva
Global

Página: 1/1

Artigo: 1º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Texto:

Suprima-se do Art. 1º, da MP 988/95, a seguinte expressão:

"Art. 1º. ou até a data dos professores do estabelecimento de ensino, em 1995, caso esta venha a ocorrer primeiro".

JUSTIFICATIVA

O Supremo Tribunal Federal, ao acatar Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1236, por maioria de votos, resolveu:

"... conferir ao art. 1º da Medida Provisória nº 988/95, a interpretação segundo a qual o dispositivo não pode alcançar o ato jurídico perfeito..."

O texto final do art. 1º da MP continua a ferir o dispositivo constitucional do direito adquirido e do ato jurídico perfeito, direito este assegurado pelo Artigo 4º da MP 751/95, que dispunha sobre as regras para a conversão, em Real, das Mensalidade escolares nos estabelecimentos particulares de ensino.

Diz o artigo da MP 751/9

"Art. 4º Os valores convertidos, na forma dos artigos anteriores, não sofrerão reajustes pelo prazo de doze meses".

Ao suprimir esta parte do Art. 1º, se estará fazendo valer um direito adquirido e um ato jurídico perfeito, estatuído pelo Art. 5º, inciso XXXVI:

"Art. 5º. A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito..."

MP nº 988

28 de abril de 1995

MEDIDA PROVISÓRIA 988

(28 de abril de 1995)

EMENDA SUPRESSIVA DE PARTE DO ARTIGO 1º

Súprime-se do Art. 1º da Medida Provisória 988, de 28 de abril de 1995, a expressão "ou até a data base dos professores do estabelecimento de ensino, em 1995, caso esta venha a ocorrer primeiro".

JUSTIFICATIVA

De acordo com o Plano Real as tarifas dos serviços, e aí estão incluídas as mensalidades escolares, só poderiam ser reajustadas um ano depois da vigência da nova moeda, ou seja, à partir de primeiro de julho de 1995. Pelo definido na medida provisória em questão, a mensalidade seria reajustada agora, no mês de março, o que contraria o Plano Real.

Sala da Sessões, 03 de maio de 1995.


Deputada Esther Grossi - PT/RS.

HP 00988

00134

2 DATA 04/05/95		3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória 988/85	
4 AUTOR Deputado LINDBERG FARIAS		5 Nº PRONTUÁRIO 313	
6 TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1/1	8 ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

Emenda Supressiva ao art. 1º

Suprima-se do artigo 1º a expressão:

"ou até a data-base dos professores do estabelecimento de ensino, em 1995, caso esta venha a ocorrer primeiro".

JUSTIFICATIVA

A manutenção deste dispositivo, que vem sendo reeditado desde a MP 932/95, 963/95 e agora na MP 988/95 *ferre o ato jurídico perfeito* previsto na Constituição Federal, artigo 5º, inciso XXXVI, uma vez que este direito fora estabelecido pelo artigo 4º da MP 751/94 que dispõe sobre as regras para a conversão, em Real, das mensalidades escolares nos estabelecimentos particulares de ensino.

"artigo 4º - Os valores convertidos, na forma dos artigos anteriores, não sofrerão reajustes pelo prazo de doze meses".


LINDBERG FARIAS
Deputado Federal

MP 988

00005

DATA 04 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MP 988	
AUTOR Dep. Sérgio Miranda		Nº PRONTUÁRIO 266	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1/1	ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			
TEXTO			

Emenda a MP 988

Suprima-se do art. 1º da MP 988/95 a seguinte expressão:

"ou até a data base dos professores do estabelecimento de ensino, em 1995, caso esta venha a ocorrer primeiro."

Justificação

Esta supressão faz-se necessária uma vez que o texto original da Medida Provisória é inconstitucional ferindo o direito adquirido e quebrando um ato jurídico perfeito. Este direito fora adquirido na Medida Provisória 751/94 que tratava das regras para a conversão das mensalidades escolares nos estabelecimentos de ensino particular em Real.

Com este mesmo entendimento, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação fez diversas alterações na Proposta de Emenda Constitucional da Previdência (PEC 33) justamente por ferir estes direitos adquiridos, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, não podendo esta Casa aprovar uma MP que tenha os estes mesmos defeitos.

MP 988

00000

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995		
AUTOR 4 PAULO PAULIN		NO PRONTUÁRIO 5		
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO 2º	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se do § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte expressão:

“...Sempre que necessário”.

JUSTIFICATIVA

Suprimir a expressão “sempre que necessário”, porque quando houver dúvidas da parte das respectivas Secretarias elas poderão solicitar as informações necessárias evitando-se que o estabelecimento de ensino sistematicamente seja convocado a explicar-se sobre o mesmo assunto.

DATA 03/05/95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de		
AUTOR 4 OSMÂNIO PEREIRA		Nº 5		
6				
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO 2º	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se do § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte expressão:

"...Sempre que necessário".

JUSTIFICATIVA.

Suprimir a expressão "sempre que necessário", porque quando houver dúvidas da parte das respectivas Secretarias elas poderão solicitar as informações necessárias evitando-se que o estabelecimento de ensino sistematicamente seja convocado a explicar-se sobre o mesmo assunto.

DATA 03/05/95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de		
AUTOR 4		Nº 5		
6				
1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO 2º	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se do § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte expressão:

"...Sempre que necessário".

JUSTIFICATIVA

Suprimir a expressão “sempre que necessário”, porque quando houver dúvidas da parte das respectivas Secretarias elas poderão solicitar as informações necessárias evitando-se que o estabelecimento de ensino sistematicamente seja convocado a explicar-se sobre o mesmo assunto.

MP 00988

000000

DATA
203/05/95PROPOSIÇÃO
3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abrilAUTOR
4 DEP. PAULO LIMA

5

6
1 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
7 01 de 01ARTIGO
2 2ºPARÁGRAFO
2º

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

9

Suprima-se do §. 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte expressão:

“Sempre que necessário”.

JUSTIFICATIVA

Suprimir a expressão “sempre que necessário”, porque quando houver dúvidas da parte das respectivas Secretarias elas poderão solicitar as informações necessárias evitando-se que o estabelecimento de ensino sistematicamente seja convocado a explicar-se sobre o mesmo assunto.

P17 00 00 11 13

000010

DATA 203 / 05 / 95 PROPOSIÇÃO 2 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de

AUTOR 4 Deputada Maria Elvira 5

6 1 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA 01 de 01 8 ARTIGO 20 PARÁGRAFO 20 INCISO ALÍNEA

TEXTO

9

Suprima-se do § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte expressão:

...Sempre que necessário”

JUSTIFICATIVA

Suprimir a expressão “sempre que necessário”, porque quando houver dúvidas da parte das respectivas Secretarias elas poderão solicitar as informações necessárias evitando-se que o estabelecimento de ensino sistematicamente seja convocado a explicar-se sobre o mesmo assunto.

P17 00 00 11 13

000010

DATA 203 / 05 / 95 PROPOSIÇÃO 2 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de

AUTOR 4 Deputado ROBERTO JEFFERSON 5

6 1 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA 01 de 01 8 ARTIGO 20 PARÁGRAFO 20 INCISO ALÍNEA

TEXTO

9

Suprima-se do § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte expressão:

“...Sempre que necessário”.

JUSTIFICATIVA

Suprimir a expressão “sempre que necessário”, porque quando houver dúvidas da parte das respectivas Secretarias elas poderão solicitar as informações necessárias evitando-se que o estabelecimento de ensino sistematicamente seja convocado a explicar-se sobre o mesmo assunto.

DATA 203 / 05 / 95 PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril

AUTOR 4 Dep. João Henrique 5

6 1 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA 01 de 01 8 ARTIGO 2º PARÁGRAFO 2º INCISO ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se do § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte expressão:

“...Sempre que necessário”.

JUSTIFICATIVA

Suprimir a expressão “sempre que necessário”, porque quando houver dúvidas da parte das respectivas Secretarias elas poderão solicitar as informações necessárias evitando-se que o estabelecimento de ensino sistematicamente seja convocado a explicar-se sobre o mesmo assunto.

24-05-95 10:00

24-05-95 10:00

MEDIDA PROVISÓRIA 988
(28 de abril de 1995)

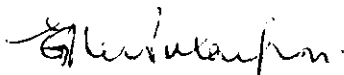
EMENDA SUPRESSIVA A PARTE DO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 2º

Suprima-se do Parágrafo 4º do Art. 2º da Medida Provisória 988, de 28 de abril de 1995, a expressão "ou omissiva"

JUSTIFICATIVA

Para compatibilizar o texto geral do Projeto de Conversão com outra emenda proposta por nós no parágrafo 3º deste mesmo artigo que inverte o decurso de prazo.

Sala das Sessões, 03 de maio de 1995



Deputada Esther Grossi

HP 00988

00011

DATA
04 / 05 / 95PROPOS
3 Medida Provisória 988/95AUTOR
Deputado Lindberg Farias

Nº PRONTUÁRIO

313

TIPO
1 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
1 / 1ARTIGO
2º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do artigo 2º, os seus parágrafos e
dá-se ao caput a seguinte redação:

*Artigo 2º - Completados doze meses da conversão tratada no artigo anterior, o valor da mensalidade escolar será ajustado pela variação de 70% do IPC+ ocorrida entre 1º de julho de 1994 e o mês do reajuste, dividido em duas parcelas mensais, sucessivas, incidindo sobre o valor convertido em 1994. A primeira parcela não pode ser superior a sessenta por cento da variação acumulada pelo IPC+.

JUSTIFICATIVA

O atual governo vem exigindo de toda sociedade um grande esforço para se alcançar a estabilização da economia. Neste sentido, é inconcebível que os empresários do ensino tenham tratamento diferenciado de toda a economia, permitindo-lhes aumentos acima da inflação e ferindo o próprio espírito do Plano Real.

LINDBERG FARIAS
Deputado Federal

2 DATA
04 / 05 / 953 PROPOSIÇÃO
Medida Provisória 988/954 AUTOR
Deputado LINDBERG FARIAS5 Nº PRONTUÁRIO
3136 1 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GERAL7 PÁGINA
1 / 28 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA
2º9 TEXTO
EMENDA SUPRESSIVA, ao artigo 2º, suprimindo os seguintes parágrafos :

"Artigo 2º - ...

§ 1º - Nos estabelecimentos onde o ajuste não refletir a elevação ponderada dos custos, o excedente será repassado às mensalidades em duas parcelas mensais e sucessivas, de igual valor desde que decorra o prazo de sessenta dias, contados a partir da data em se tornar exigível a primeira parcela de ajuste a que alude o parágrafo precedente.

§ 2º - Sempre que necessário, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Justiça, no âmbito de suas atribuições, poderão exigir comprovação documental que justifique o excedente da ponderada.

§ 3º - Apresentada integralmente a documentação requerida, o Ministério da Fazenda manifestar-se-á no prazo máximo de trinta dias, findo dos quais, sem manifestação, entender-se-á legitimado o reajuste.

§ 4º - A partir da data em que recebida a comunicação de que trata o parágrafo 2º e enquanto não ocorrida manifestação comissiva ou omissiva do Ministério da Fazenda, é vedado ao estabelecimento de ensino exigir mensalidade em que computada a parcela relativa ao excedente da elevação ponderada.

JUSTIFICATIVA

O atual governo vem exigindo de toda sociedade um grande esforço para se alcançar a estabilização da economia. Neste sentido, é inconcebível que os empresários do ensino tenham tratamento diferenciado de toda a economia, permitindo-lhes aumentos acima da inflação e ferindo o próprio espírito do Plano Real.



LINDBERG FARIAS
Deputado Federal

MEDIDA PROVISÓRIA 988
(28 de abril de 1995)

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 2º

O parágrafo 3º do Artigo 2º da Medida Provisória 988 de 28 de abril de 1995 passa a ter a seguinte redação: "Apresentada integralmente a documentação requerida, o Ministério da Fazenda manifestar-se-á no prazo máximo de sessenta dias, sendo que a falta da manifestação impede a vigência do reajuste."

JUSTIFICATIVA

Todos os reajustes deverão ocorrer em data próxima. De acordo com o texto original da Medida Provisória a não manifestação do Ministério da Fazenda em tempo hábil os legitimaria. Isso, devido às reconhecidas dificuldades estruturais do Executivo, provocaria a automática validação de todos os reajustes.

Sala das Sessões, 03 de maio de 1995



Deputada Esther Grossi-PT/RS

712 00733

00017

MEDIDA PROVISÓRIA 988
(28 de abril de 1995)

EMENDA SUBSTITUTIVA AO ARTIGO 2º

O Artigo 2º da Medida Provisória 988 de 28 de abril de 1995 passa a vigorar com o seguinte texto:

Art. 2º - Decorridos os doze meses da conversão para unidade real de valor ou real, a mensalidade escolar poderá ter seu valor ajustado com base em negociação entre o estabelecimento de ensino e a entidade própria de representação dos alunos, pais ou responsáveis, respeitado o limite máximo da variação percentual acumulada do IPC-r ocorrida entre 1º de julho de 1994 e o mês do reajuste.

§ 1º - Nos estabelecimentos onde não haja associação representativa dos alunos, pais ou responsáveis, a proposição de ajuste do valor da mensalidade escolar deverá ser homologada junto à repartição regional do Ministério da Fazenda.

§ 2º - No caso dos estabelecimentos caracterizados no parágrafo anterior, o pedido de homologação deverá ser instruído, diretamente pelo interessado, com toda a documentação fiscal e contábil que suporte e justifique a pretensão de ajuste.

§ 3º - O estabelecimento de ensino somente poderá partir o ajuste de valor da mensalidade escolar após concluída a negociação com as associações de representação dos interessados ou manifestada a homologação referida no § 1º.

JUSTIFICATIVA

As modificações pretendem tornar mais clara e efetiva a participação dos alunos, pais ou responsáveis no processo de definição das mensalidades escolares.

Sala das Sessões, 03 de maio de 1995


Deputado Pedro Wilson - PT / GO.

2 DATA 03 / 05 / 95		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 988/95	
4 AUTOR DEPUTADO RICARDO GOMYDE		5 Nº PRONTUÁRIO 466	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO 2º	PARÁGRAFO -	INCISO -
ALÍNEA -			

Dê-se ao Caput do artigo 2º da MP 988/95 a seguinte redação, suprimindo "in fine" os demais parágrafos:

"Art. 2º - Completados os doze meses da conversão tratado no artigo anterior, o valor da mensalidade escolar será ajustado por até setenta por cento da variação acumulada do IPC-r ocorrido entre 1º de julho de 1994 e o mês do reajuste, dividido em duas parcelas mensais iguais e sucessivas, incidindo sobre o valor convertido em 1994."

JUSTIFICATIVA

É fato que as mensalidades escolares sempre tiveram uma variação superior a inflação nacional, medida por diversos Institutos. O ensino privado transformou-se, assim, no negócio mais lucrativo do país.

É urgente que esta Medida Provisória coíba os abusos nos reajuste das mensalidades, fazendo valer o discurso da manutenção da estabilidade econômica do país.

É inconcebível que os empresários do ensino adotem um tratamento diferenciado do restante dos segmentos econômicos, praticando aumentos acima da inflação, ferindo o Plano Real.

A definição de um reajuste de até setenta por cento do IPC-r é, concretamente, o que corresponde a realidade do atual momento econômico do país.

MP 988/95

00017

2 DATA
03 / 05 / 953 PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA 988/954 AUTOR
DEPUTADO RICARDO GOMYDE5 Nº PRONTUÁRIO
4666 TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☒ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATNA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL7 PÁGINA
01/01

8 ARTIGO 2º PARÁGRAFO 2º INCISO - ALÍNEA -

9 TEXTO

Dê-se ao § 2º, do artigo 2º do MP 988/95, a seguinte redação:

“Art. 2º...

“§ 2º - A Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda juntamente com a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, no âmbito de suas respectivas atribuições, nos termos da Lei nº 8.880/95, poderão solicitar documentação comprobatória da elevação ponderada de custos, exceto nos casos em que houve fixação dos valores das mensalidades escolares através de negociação entre o estabelecimento de ensino e associações de pais e alunos, ou ainda alunos, legalmente constituídas.”

JUSTIFICATIVA

Conforme recente decisão do Supremo Tribunal Federal, o ato jurídico perfeito não pode ser alcançado por medidas posteriores. Se houve negociação de valores das mensalidades escolares entre pais, alunos e escolas, a garantia dos acordos deve ser mantido nada impedindo que as Secretarias de Acompanhamento e de Direito Econômico continuem a exigir daqueles estabelecimentos de ensino que reajustarem seus valores acima do permitido, as comprovações que justifiquem o assunto.

MP 988/95

66022

Data: 04/05/95

Proposição: MP 988/95

Autor: Deputado Wolney Queiroz

Nº Prontuário: 163

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 1/1

Artigo: 2º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Texto:

Dê-se ao Caput do artigo 2º a seguinte redação, suprimindo-se os parágrafos:

"Art. 2º - Completados os doze meses da conversão tratado no artigo anterior, o valor da mensalidade escolar será ajustado por até setenta por cento da variação acumulada do IPC-r ocorrido entre 1º de julho de 1994 e o mês do reajuste, dividido em duas parcelas mensais iguais e sucessivas, incidindo sobre o valor convertido em 1994".

JUSTIFICATIVA

O discurso oficial e as medidas governamentais no plano econômico, em geral, tem apontado para um esforço no sentido de estabilizar a economia, evitando a prática abusiva do aumento dos preços.

É fato que as mensalidades escolares sempre tiveram uma variação superior a inflação nacional, medida por diversos Institutos, inclusive no atual momento de economia estável. O ensino privado transformou-se, assim, no negócio mais lucrativo do país.

É urgente que se coíba os abusos nos reajustes das mensalidades escolares, fazendo valer o discurso da manutenção da estabilidade econômica do país.

É inconcebível que se adote um tratamento diferenciado do restante dos segmentos econômicos, praticando aumentos acima da inflação, ferindo o Plano Real.

A definição de um reajuste de até 70% (setenta por cento) do IPC-r é, concretamente, o que corresponde a realidade do atual momento econômico do país.

MP 988/95

04/05/95

Data: 04/05/95

Proposição: Medida Provisória nº 988/95

Autor: Deputado Miro Teixeira

Nº Prontuário: 317

1	<input type="checkbox"/>	Supressiva	2	<input type="checkbox"/>	Substitutiva	3	<input checked="" type="checkbox"/>	Modificativa	4	<input type="checkbox"/>	Aditiva	5	<input type="checkbox"/>	Substitutiva Global
---	--------------------------	------------	---	--------------------------	--------------	---	-------------------------------------	--------------	---	--------------------------	---------	---	--------------------------	---------------------

Página: 1/1

Artigo: 2º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Dê-se aos §§ 2º e 3º do art. 2º a seguinte redação.

"Art. 2º.....

§ 2º As escolas encaminharão à Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda documentação necessária à comprovação da necessidade de reajuste superior à variação do IPC-r.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a escola somente poderá praticar o reajuste após autorizado pela Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda.

JUSTIFICATIVA

Os reajustes das mensalidades escolares têm sido ao longo do tempo objeto de atrito tanto entre escolas e alunos quanto entre aquelas e o poder público na sua função regulamentadora. Os jornais têm noticiado ultimamente a disposição das escolas particulares em reajustar em percentuais estratosféricos as mensalidades escolares. A regra estabelecida pelo poder público para coibir os abusos é ineficaz. Estabelecer o prazo fatal de 30 dias para que o Ministério da Fazenda manifeste-se, sem o que o reajuste será considerado legítimo, é totalmente inócuo do ponto de vista de defesa do consumidor, ou seja, do aluno. Ainda mais em se tratando de verificar no exíguo prazo de 30 dias a correta aplicação de um reajuste que será dado ao mesmo tempo por todo o setor. É importante, pois, que seja suprimida a possibilidade de legitimação pelo poder público do reajuste por decurso de prazo. Ao contrário, é fundamental que se lhe dê condições de examinar caso a caso a real necessidade do reajuste evitando os abusos.

De outro lado, a competência de examinar reajustes é da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. A Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça cabe a análise do aumento abusivo de preços nos casos de abuso de posição dominante, ou seja, nos casos em que uma empresa atua sem concorrência, o que não é o caso presente.

00000000

DATA 23 / 05 / 94

PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 29 de abril de

AUTOR 4 PAUL PAUL

110 PROPONENTE 5

6

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 7

ARTIGO 8 20

PARÁGRAFO 20

INCISO

ALÍNEA

TEXT0

Acrescente-se ao § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“...exceto dos estabelecimentos de ensino que firmaram acordo com associações de pais e alunos, ou ainda de alunos, legalmente constituídas.”

JUSTIFICATIVA

Não se pode desconsiderar os acordos firmados entre as escolas e associações de pais e alunos, ou alunos, por se tratarem de ato jurídico perfeito e acabado, garantido pelo inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal.

Além disso, a alta Corte de Justiça de nosso País, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, sobre a MP 932, de 1995, acatando pedido de liminar, decidiu garantir o direito adquirido pelos pais, alunos e escolas que, através de associações fizeram acordos ou contratos.

MP 988

988

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril		
AUTOR 4 DEP. PAULOLIMA		Nº PRONTUÁRIO 5		
C 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO 2º	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

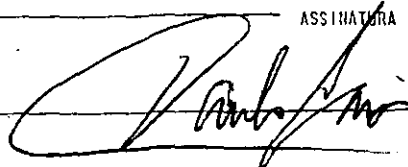
“...exceto dos estabelecimentos de ensino que firmaram acordo com associação, legalmente constituída, de pais e alunos, ou alunos, no caso de ensino superior.”

JUSTIFICATIVA

Não se pode desconsiderar os acordos firmados entre as escolas e associações de pais e alunos, ou alunos, por se tratarem de ato jurídico perfeito e acabado, garantido pelo inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal.

Além disso, a alta Corte de Justiça de nosso País, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, sobre a MP 932, de 1995, acatando pedido de liminar, decidiu garantir o direito adquirido pelos pais, alunos e escolas que, através de associações fizeram acordos ou contratos.

ASSINATURA



HP 00783

00024

DATA 203/ 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril c
AUTOR 4 OSMÂNIO PEREIRA	5 256

6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	---	---	---	--

7 PÁGINA 01 de 01	8 ARTIGO 29	PARÁGRAFO 29	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“...exceto dos estabelecimentos de ensino que firmaram acordo com associação, legalmente constituída, de pais e alunos, ou alunos, no caso de ensino superior.”

JUSTIFICATIVA

Não se pode desconsiderar os acordo firmados entre as escolas e associações de pais e alunos, ou alunos, por se tratarem de ato jurídico perfeito e acabado, garantido pelo inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal.

Além disso, a alta Corte de Justiça de nosso País, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, sobre a MP 932, de 1995, acatando pedido de liminar, decidiu garantir o direito adquirido pelos pais, alunos e escolas que, através de associações fizeram acordos ou contratos.

ASSINATURA

MP 932

00020

1 DATA 2 03 / 05 / 95	3 PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril
4 AUTOR 4 Deputado ROBERTO JEFFERSON	5

6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	---	---	---	--

7 PÁGINA 01 de 01	8 ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 2º	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, in fine, a seguinte expressão:

“...exceto dos estabelecimentos de ensino que firmaram acordo com associação, legalmente constituída, de pais e alunos, ou alunos, no caso de ensino superior.”

JUSTIFICATIVA

Não se pode desconsiderar os acordo firmados entre as escolas e associações de pais e alunos, ou alunos, por se tratarem de ato jurídico perfeito e acabado, garantido pelo inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal.

Além disso, a alta Corte de Justiça de nosso País, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, sobre a MP 932, de 1995, acatando pedido de liminar, decidiu garantir o direito adquirido pelos pais, alunos e escolas que, através de associações fizeram acordos ou contratos.

10 ASSINATURA



14120993

320210

DATA
203/ 05 / 95PROPOSIÇÃO
3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril deAUTOR
4 Dep. João HenriqueNº 1
5 115

6
1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA
7 01 de 01

ARTIGO
8 2º

PARÁGRAFO
2º

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

9
Acrescente-se ao § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

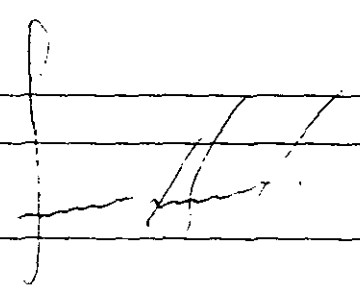
“...exceto dos estabelecimentos de ensino que firmaram acordo com associação, legalmente constituída, de pais e alunos, ou alunos, no caso de ensino superior.”

JUSTIFICATIVA

Não se pode desconsiderar os acordos firmados entre as escolas e associações de pais e alunos, ou alunos, por se tratarem de ato jurídico perfeito e acabado garantido pelo inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal

Além disso, a alta Corte de Justiça de nosso País, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, sobre a MP 932, de 1995, acatando pedido de liminar, decidiu garantir o direito adquirido pelos pais, alunos e escolas que, através de associações fizeram acordos ou contratos.

10 ASSINATURA



111 40 95 8

00027

DATA 03 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de
AUTOR 4 Sen. José Sarney	Nº PROPOSTO 5

6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de respeitar o preceito constitucional que determinou a autonomia das universidades justifica a importância da aprovação desta emenda.

10	ASSINATURA 
----	---

1-9 00 00 00

9 0 0 0 0

DATA 23 / 05 / 94	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 29 de abril
AUTOR 4	Nº FOLHA 5

6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	---	---	---	--

7 PÁGINA	8 ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 2º	INCISO	ALÍNEA
----------	----------------	-----------------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“...exceto dos estabelecimentos de ensino que firmaram acordo com associações de pais e alunos, ou ainda de alunos, legalmente constituídas.”

JUSTIFICATIVA

Não se pode desconsiderar os acordo firmados entre as escolas e associações de pais e alunos, ou alunos, por se tratarem de ato jurídico perfeito e acabado, garantido pelo inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal.

Além disso, a alta Corte de Justiça de nosso País, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, sobre a MP 932, de 1995, acatando pedido de liminar, decidiu garantir o direito adquirido pelos pais, alunos e escolas que, através de associações fizeram acordos ou contratos.

10	SINATURA
----	----------

DATA 23 / 05 / 94	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 29 de abril
AUTOR DEP. PAULO LIMA	Nº PRONTUÁRIO 5

6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	---	---	---	--

7 PÁGINA	8 ARTIGO 29	PARÁGRAFO 29	INCISO	ALÍNEA
----------	----------------	-----------------	--------	--------

TEXTO

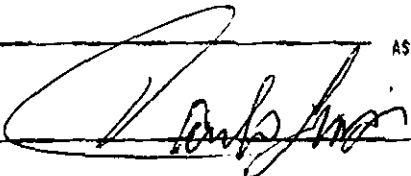
Acrescente-se ao § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“...exceto dos estabelecimentos de ensino que firmaram acordo com associações de pais e alunos, ou ainda de alunos, legalmente constituídas.”

JUSTIFICATIVA

Não se pode desconsiderar os acordos firmados entre as escolas e associações de pais e alunos, ou alunos, por se tratarem de ato jurídico perfeito e acabado, garantido pelo inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal.

Além disso, a alta Corte de Justiça de nosso País, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, sobre a MP 932, de 1995, acatando pedido de liminar, decidiu garantir o direito adquirido pelos pais, alunos e escolas que, através de associações fizeram acordos ou contratos.

10	ASSINATURA 
----	---

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril	
AUTOR 4 Deputada Maria Elvira		Nº PRECATORIO 5 249	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO 2º	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao § 2º do art. 2º, da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“...exceto dos estabelecimentos de ensino que firmaram acordo com associação, legalmente constituída, de pais e alunos, ou alunos, no caso de ensino superior.”

JUSTIFICATIVA

Não se pode desconsiderar os acordo firmados entre as escolas e associações de pais e alunos, ou alunos, por se tratarem de ato jurídico perfeito e acabado, garantido pelo inciso XXXVI do art. 5º da Constituição Federal.

Além disso, a alta Corte de Justiça de nosso País, em Ação Direta de Inconstitucionalidade, sobre a MP 932, de 1995, acatando pedido de liminar, decidiu garantir o direito adquirido pelos pais, alunos e escolas que, através de associações fizeram acordos ou contratos.

ASSINATURA

MP 988

98831

DATA
203 / 05 / 95PROPOSIÇÃO
3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril deAUTOR
4 PAULO LIMANº F
5

6

1	<input type="checkbox"/>	SUPRESSIVA	2	<input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVA	3	<input type="checkbox"/>	MODIFICATIVA	4	<input checked="" type="checkbox"/>	ADITIVA	5	<input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	--------------------------	------------	---	--------------------------	--------------	---	--------------------------	--------------	---	-------------------------------------	---------	---	--------------------------	---------------------

PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
7 01 de 01	8 29			

TEXTO

9

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

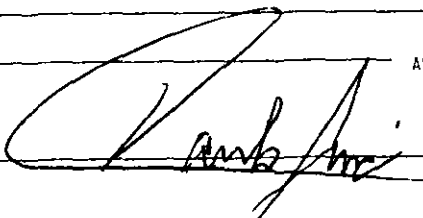
JUSTIFICATIVA

Com a revogação da Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1991, seu art. 6º perdeu a vigência, ao igualar as universidades às demais instituições de ensino superior. Isso poderá redundar em desrespeito ao art. 207 da Constituição Federal.

O objetivo desta emenda é garantir a autonomia das universidades, o que justifica sua aprovação.

ASSINATURA

10



11700700

00000000

DATA 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de		
AUTOR 4 DEP; PAULO LIMA		Nº PRONTUÁRIO 5		
6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA
				5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Nas Universidades, havendo necessidade de negociações, elas ocorrerão no âmbito de seus conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aprovação desta emenda para que haja respeito à prerrogativa constitucional que determinou a autonomia das universidades.

11700700

00000000

DATA 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de		
AUTOR 4 PAULO LIMA		Nº PRONTUÁRIO 5		
6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA
				5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Nas Universidades, havendo necessidade de negociações, elas ocorrerão no âmbito de seus conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aprovação desta emenda para que haja respeito à prerrogativa constitucional que determinou a autonomia das universidades.

DATA 03 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995			
AUTOR 4 OSMÂNIO PEREIRA	5			
6				
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Nas Universidades, havendo necessidade de negociações, elas ocorrerão no âmbito de seus conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aprovação desta emenda para que haja respeito à prerrogativa constitucional que determinou a autonomia das universidades.

MP 00988

DATA 03 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de
AUTOR 4 Dep. JOAO HENRIQUE	Nº 5 115

6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Nas Universidades, havendo necessidade de negociações, elas ocorrerão no âmbito de seus conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aprovação desta emenda para que haja respeito à prerrogativa constitucional que determinou a autonomia das universidades.

MP 00988

DATA 03 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de
AUTOR 4 DEP. PAULO LIMA	Nº PROPRIETÁRIO 5

6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de respeitar o preceito constitucional que determinou a autonomia das universidades justifica a importância da aprovação desta emenda.

DATA 23/05/95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995		
AUTOR 4 OSMÂNIO PEREIRA		5		
6				
1	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA
4	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA				

TEXTO

9 Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

Com a revogação da Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1991, seu art. 6º perdeu a vigência, ao igualar as universidades às demais instituições de ensino superior. Isso poderá redundar em desrespeito ao art. 207 da Constituição Federal.

O objetivo desta emenda é garantir a autonomia das universidades, o que justifica sua aprovação.

DATA 203 / 05 / 95 PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril

AUTOR 4 OSMÂNIO PEREIRA 5

6 1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 7 01 de 01 ARTIGO 8 29 PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

9 Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

A aprovação desta emenda se faz necessária por ser ela uma decorrência da prerrogativa prevista no art. 207 da Constituição Federal.

11-00988

DATA 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995		
AUTOR 4 OSMÂNIO PEREIRA		5 256		
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 20	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

9 Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de respeitar o preceito constitucional que determinou a autonomia das universidades justifica a importância da aprovação desta emenda.

11-00988

DATA 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995		
AUTOR 4 DEP. PAULO LIMA		5		
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 20	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

3 Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

A aprovação desta emenda se faz necessária por ser ela uma decorrência da prerrogativa prevista no art. 207 da Constituição Federal.

DATA 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1º		
AUTOR 4 Paulo Baccelli		NO PR 5		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de respeitar o preceito constitucional que determinou a autonomia das universidades justifica a importância da aprovação desta emenda.

715 00 928

00002

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril		
AUTOR 4 PAULO BACER		Nº PRONTUÁRIO 5		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

Com a revogação da Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1991, seu art. 6º perdeu a vigência, ao igualar as universidades às demais instituições de ensino superior. Isso poderá redundar em desrespeito ao art. 207 da Constituição Federal.

O objetivo desta emenda é garantir a autonomia das universidades, o que justifica sua aprovação.

DATA 2 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de	
AUTOR 4		Nº 5	
6		7	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA
		5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 2º	
		PARÁGRAFO	
		INCISO	
		ALÍNEA	

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

A aprovação desta emenda se faz necessária por ser ela uma decorrência da prerrogativa prevista no art. 207 da Constituição Federal.

988

988

2 DATA
04 / 05 / 953 PROPOSIÇÃO -
MEDIDA PROVISÓRIA 988, DE 28 DE ABRIL DE 19954 AUTOR
DEPUTADO NELSON MARCHEZAN

5 Nº PRONTUÁRIO

6 TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL7 PAGINA
01/018 ARTIGO
2ºPARÁGRAFO
acréscimo

INCÍDIO

ALÍNEA

9 TEXTO

- Acrescente-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1.995, o seguinte parágrafo:

"Art. 2º

§ 6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários."

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta Emenda é garantir a autonomia das Universidades, prerrogativa prevista no art. 207 da Constituição Federal.

DATA 03/05/95 PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de

AUTOR 4 Deputada Maria Elvira Nº 5 249

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 7 01 de 01 ARTIGO 8 2º PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º. - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de respeitar o preceito constitucional que determinou a autonomia das universidades justifica a importância da aprovação desta emenda.

DATA 03/05/95 PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril

AUTOR 4 Deputada Maria Elvira Nº 5 249

1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 7 01 de 01 ARTIGO 8 2º PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

A aprovação desta emenda se faz necessária por ser ela uma decorrência da prerrogativa prevista no art. 207 da Constituição Federal.

APROVADO

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de	
AUTOR 4 Deputada Maria Elvira		Nº 5 2	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA
5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

Com a revogação da Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1991, seu art. 6º perdeu a vigência, ao igualar as universidades às demais instituições de ensino superior. Isso poderá redundar em desrespeito ao art. 207 da Constituição Federal.

O objetivo desta emenda é garantir a autonomia das universidades, o que justifica sua aprovação.

P P 0 0 9 4 3 3

DATA 03 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 2 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1
AUTOR 4 Deputada Maria Elvira	Nº 1 5 249

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> CONSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Nas Universidades, havendo necessidade de negociações, elas ocorrerão no âmbito de seus conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aprovação desta emenda para que haja respeito à prerrogativa constitucional que determinou a autonomia das universidades.

P P 0 0 9 4 3 3

DATA 03 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 2 Medida Provisória nº 988, de 28 de abr
AUTOR 4 Deputado ROBERTO JEFFERSON	Nº 1 5

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> CONSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Nas Universidades, havendo necessidade de negociações, elas ocorrerão no âmbito de seus conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aprovação desta emenda para que haja respeito à prerrogativa constitucional que determinou a autonomia das universidades.

MP 988/95

1995		PROPOSIÇÃO	
03/05/95		Medida Provisória nº 988, de 28 de abril d	
AUTOR			
4 Deputado ROBERTO JEFFERSON		5	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPLENTIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA		ARTIGO	
7 01 de 01		8 2º	
PARÁGRAFO		INCISO	
		ALÍNEA	

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de respeitar o preceito constitucional que determinou a autonomia das universidades justifica a importância da aprovação desta emenda.

7527-05-1995

0000000000

1 03 / 05 / 95		2 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de	
3 Deputado ROBERTO JEFFERSON		4 NO PROPOSTO	
5			
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA
		5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
6 PÁGINA	7 ARTIGO	8 PARÁGRAFO	9 INCISO
01 de 01	20		

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

Com a revogação da Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1991, seu art. 6º perdeu a vigência, ao igualar as universidades às demais instituições de ensino superior. Isso poderá redundar em desrespeito ao art. 207 da Constituição Federal.

O objetivo desta emenda é garantir a autonomia das universidades, o que justifica sua aprovação.

DATA 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 2 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril	
AUTOR 4 Deputado ROBERTO JEFFERSON		Nº PROPOSTA 5	
6 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 29	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

A aprovação desta emenda se faz necessária por ser ela uma decorrência da prerrogativa prevista no art. 207 da Constituição Federal.

DATA 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de	
AUTOR 4 Dep. João Henrique		Nº 5 113	
6 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 29	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

A aprovação desta emenda se faz necessária por ser ela uma decorrência da prerrogativa prevista no art. 207 da Constituição Federal.

$$P^{\frac{1}{2}}(t) = \left[\begin{array}{cc} P_{11}(t) & P_{12}(t) \\ P_{21}(t) & P_{22}(t) \end{array} \right] \quad (6)$$

DATA 23 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995
AUTOR 4 Dep. João Henrique	Nº 5 115
6 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º
PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA	

TEXT

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988 de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de respeitar o preceito constitucional que determinou a autonomia das universidades justifica a importância da aprovação desta emenda.

MP 00788

00055

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de		
AUTOR 4 Dep. João Henrique		Nº 5 115		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 2º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o seguinte parágrafo:

Art. 2º...

§6º - Havendo necessidade de negociação nas Universidades, ela ocorrerá no âmbito dos respectivos conselhos universitários.

JUSTIFICATIVA

Com a revogação da Lei 8.170, de 17 de janeiro de 1991, seu art. 6º perdeu a vigência, ao igualar as universidades às demais instituições de ensino superior. Isso poderá redundar em desrespeito ao art. 207 da Constituição Federal.

O objetivo desta emenda é garantir a autonomia das universidades, o que justifica sua aprovação.

RECEBIDO

SECRETARIA

DATA 04 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MP 988	
AUTOR Dep. Sérgio Miranda		Nº PRONTUÁRIO 266	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1/1	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO 6º	INCISO ALÍNEA

TEXTO

Emenda a MP 988

Inclua-se o § 6º no artigo 2º da MP 988, com a seguinte redação:

"Art. 2º ...

§ 6º - Nos casos em que houve fixação dos valores das mensalidades escolares através de negociação entre o estabelecimento de ensino e associações de pais e alunos, ou entidades estudantis, legalmente constituídas, não serão admitidos reajustamentos superiores aos pactuados."

Justificação

A alteração proposta por esta emenda à MP 988 faz-se necessária pois, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, o ato jurídico perfeito não pode ser alcançado por medidas posteriores. Se houve negociação de valores das mensalidades escolares entre pais, alunos e escolas, a garantia dos acordos deve ser mantida.

MP 988/95

00057

2 DATA
03 / 05 / 953 PROPOSIÇÃO
MEDIDA PROVISÓRIA 988/954 AUTOR
DEPUTADO RICARDO GOMYDE5 Nº PRONTUÁRIO
4666 TIPO
1 ☒ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL7 PAGINA
01/018 ARTIGO
4ºPARÁGRAFO
-INCISO
-ALÍNEA
-

9 TEXTO

Suprima-se do Art. 4º da MP 988/95, a seguinte expressão:

“Art. 4º ... salvo inadimplemento ou outra causa expressamente prevista no regimento do estabelecimento de ensino, ...”

JUSTIFICATIVA

A emenda visa assegurar no texto da Medida Provisória o que garante o Art. 42 e o Art. 39 inciso II, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, que estabelece que na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, sem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.

“Art. 42 - Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça.”

“Art. 39 - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços:

“II - Recusar atendimento às demandas dos consumidores na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes.”

1995 05 05 14:30

1995 05 05 14:30

DATA

04 / 05 / 95

PROPOSIÇÃO

Medida Provisória 988/95

AUTOR

Deputado LINDBERG FARIAS

Nº PRONTUÁRIO

313

TIPO

1 ☒ - SUPRESSIVA2 ☐ - SUBSTITUTIVA3 ☐ - MODIFICATIVA4 ☐ - ADITIVA9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

1 / 2

ARTIGO

4º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

EMENDA SUPRESSIVA do artigo 4º**Suprima-se do artigo 4º a seguinte expressão:**

"Artigo 4º - ... salvo inadimplimento ou outra causa expressamente prevista no regimento do estabelecimento de ensino ..."

JUSTIFICATIVA

O Supremo Tribunal Federal, considerou inconstitucional parte do artigo 5º da MP 932/95 que dispunha sobre as penalidades aplicadas aos alunos inadimplentes. Este texto, *"ou administrativas, por motivo de inadimplências, por razão não superior a sessenta dias"*, não foi reeditado na presente MP 963/95.

A expressão que estamos retirando do artigo 4º, *"salvo inadimplimento ou outra causa expressamente prevista no regimento do estabelecimento de ensino"*, também estipula sanções já condenadas pelo Supremo Tribunal Federal que penaliza ao alunos inadimplentes e que não poderia ter sido

reeditada nesta medida provisória. Mesmo porque, fere, também, o artigo 42 e o 39 inciso II, da lei 8.078/90 - Código do Consumidor, os quais estabelecem:

"artigo 42 - Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça".

"artigo 39 - É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços:

inciso II - Recusar atendimento às demandas dos consumidores na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes".

LINDBERG FARIAS
Deputado Federal

DATA 04 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MP 988	
AUTOR Dep. Sérgio Miranda		Nº PRONTUÁRIO 266	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 4º	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

Modifique-se o art. 4º da MP 988 nos seguintes termos:

Art. 4º. Os alunos já matriculados terão a preferência na renovação das matrículas para o período subsequente não sendo permitido recusar a renovação sobre quaisquer argumentos."

Justificação

A emenda visa assegurar no texto da MP o que assegura o art. 42 e o art. 39 inciso II, da Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, que estabelece que na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem submetido a qualquer constrangimento ou ameaça como exposto nos artigos abaixo transcritos:

"Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça."

"Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços:

II - recusar atendimento às demandas dos consumidores na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes."

MP 988/95

000000

Data: 04/05/95

Proposição: Medida Provisória nº 988/95

Autor: Deputado Miro Teixeira

Nº Prontuário: 317

1 ☐ Supressiva 2 ☐ Substitutiva 3 ☒ Modificativa 4 ☐ Aditiva 5 ☐ Substitutiva Global

Página: 171

Artigo: 5º

Parágrafo:

Inciso:

Alínea:

Texto:

Dê-se ao art. 5º, da Medida Provisória nº 988/95, a seguinte redação:

Art. 5º - São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares, inclusive os de transferência, ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas ou administrativas, por motivo de inadimplência.

JUSTIFICAÇÃO

A modificação proposta através da presente emenda visa clarificar a redação dada ao dispositivo da Medida Provisória nº 988/95, uma vez que houve supressão da expressão "ou administrativas, por motivo de inadimplência, por prazo não superior a sessenta dias", contida no texto da MP nº 932/95.

Concordamos com a supressão "por prazo não superior a sessenta dias", pois entendemos que sua manutenção possibilitava às escolas, vencido o referido prazo, reter documentos e aplicar outras penalidades aos alunos inadimplentes. Todavia, a supressão da expressão "ou administrativas, por motivo de inadimplência (...)", cria precedente substancialmente mais perigoso, visto que tudo que não está expresso em lei é permitido.

A supressão da expressão "ou administrativas, por motivo de inadimplência", possibilitará, salvo melhor juízo, sanções aos alunos (inadimplentes), por não colimar (entendimento das escolas) com os princípios, normas e funções ordenadoras da gestão das escolas, já que não encontra amparo em dispositivo na MP nº 988/93. A inadimplência, ou seja, a falta de cumprimento de determinada obrigação, deve ser resolvida pela via própria, isto é, via judicial ou extra-judicial, não podendo possibilitar às escolas, em face da inadimplência, aplicar outras penalidades, inclusive retenção de documentos que se nos afigura absolutamente inconstitucional, ferindo a garantia prevista no inciso XIV, do art. 5º, da Constituição Federal.

01 02 03 04 05

06 07 08 09 10

DATA 203 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril			
AUTOR 4 SEN. CADEYR SUPPE		5		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 5º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao art. 5º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“por motivo de inadimplência”.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa complementar o dispositivo da Medida Provisória, uma vez que só se justifica a proibição nele contida nos casos de inadimplência.

MP 988/95

988/95

2	DATA 03/05/95	3	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 988/95
---	------------------	---	--

4	AUTOR DEPUTADO JOSÉ TELES	5	Nº PRONTUÁRIO 178
---	------------------------------	---	----------------------

6	TIPO								
1	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	9	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL

7	PÁGINA 01	8	ARTIGO ART. 5º	9	PARÁGRAFO	10	INCIS	11	ALÍNEA
---	--------------	---	-------------------	---	-----------	----	-------	----	--------

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 988/95**EMENDA ADITIVA**Art. 5º

Incluir, no final do art. 5º, a expressão:

"por inadimplência, se garantida a quitação do débito por título de crédito ou outro instrumento permitido por lei".

JUSTIFICAÇÃO

A escola se mantém com a receita auferida das anuidades escolares. Sem garantia de seu recebimento, ficará inviabilizada por inadimplências individual ou coletiva.

PROPOSIÇÃO

256

2 DATA 03 / 05 / 95	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995.			
4 AUTOR OSMANIO PEREIRA	5 Nº PRONTUÁRIO 256			
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
7 PÁGINA 01 de 01	8 ARTIGO 5º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 988/95**EMENDA ADITIVA****Art. 5º**

Incluir, no final do art. 5º, a expressão:

"por inadimplência, se garantida a quitação do débito por título de crédito ou outro instrumento permitido por lei".

JUSTIFICAÇÃO

A escola se mantém com a receita auferida das anuidades escolares. Sem garantia de seu recebimento, ficará inviabilizada por inadimplências individual ou coletiva.

DATA 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995.	
AUTOR OSMÂNIO PEREIRA		Nº PRONTUÁRIO 256	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 de 01		ARTIGO 5º	PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 988/95**EMENDA ADITIVA**Art. 5º

Acrescentar, no final do art. 5º, a expressão:

"por inadimplência inferior a 60 (sesenta) dias."

JUSTIFICAÇÃO

Como redigida a medida provisória, o aluno pode fazer dentro da escola o que quiser e o estabelecimento de ensino, que é particular e se mantém com a receita das anuidades, ficará sem recursos e terá que tolerar indefinidamente a inadimplência e descumprimento da obrigação de pagar do aluno, individual ou generalizada mente.

22 00 989

00045

2 DATA
1 / 1

3 PROPOSIÇÃO

4 AUTOR
DEP SALATIEL CHAGALHO5 Nº PRONTUÁRIO
1586 TIPO
1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 9 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL7 PÁGINA
8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

9 TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 988/95**EMENDA ADITIVA**Art. 5º

Acrescentar, no final do art. 5º, a expressão:

"por inadimplência inferior a 60 (sesenta) dias."

JUSTIFICAÇÃO

Como redigida a medida provisória, o aluno pode fazer dentro da escola o que quiser e o estabelecimento de ensino, que é particular e se mantém com a receita das anuidades, ficará sem recursos e terá que tolerar indefinidamente a inadimplência e descumprimento da obrigação de pagar do aluno, individual ou generalizada mente.

DATA		PROPOSIÇÃO							
/ /		3							
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO							
DEP SALATIEL CARVALHO		15º							
TIPO									
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL									
PÁGINA		ARTIGO		PARÁGRAFO		INCISO		ALÍNEA	
7		5							
TEXTO									

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 988/95**EMENDA ADITIVA****Art. 5º**

Acrescentar, no final do art. 5º, a expressão:

"por inadimplência inferior a 60 (sesenta) dias."

JUSTIFICAÇÃO

Como redigida a medida provisória, o aluno pode fazer dentro da escola o que quiser e o estabelecimento de ensino, que é particular e se mantém com a receita das anuidades, ficará sem recursos e terá que tolerar indefinidamente a inadimplência e descumprimento da obrigação de pagar do aluno, individual ou generalizada mente.

MF 00988

00067

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO						
4	AUTOR		5	Nº PRONTUÁRIO					
DEPUTADO CARLOS MAGNO									
6	TIPO								
1	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4	<input type="checkbox"/> ADITIVA	9	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
7	PÁGINA	8	ARTIGO	9	PARÁGRAFO	10	INCISO	11	ALÍNEA

TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 988/95**EMENDA ADITIVA**Art. 5º

Incluir, no final do art. 5º, a expressão:

"por inadimplência, se garantida a quitação do débito por título de crédito ou outro instrumento permitido por lei".

JUSTIFICAÇÃO

A escola se mantém com a receita auferida das anuidades escolares. Sem garantia de seu recebimento, ficará inviabilizada por inadimplências individual ou coletiva.

DATA		PROPOSIÇÃO	
/ /			
AUTOR		Nº PRONTUÁRIO	
DEPUTADO CARLOS MAGNO			
TIPO			
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
ARTIGO		PARÁGRAFO	
INCIS		ALÍNEA	

TEXTO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 988/95**EMENDA ADITIVA****Art. 5º**

Acrescentar, no final do art. 5º, a expressão:

"por inadimplência inferior a 60 (sesenta) dias."

JUSTIFICAÇÃO

Como redigida a medida provisória, o aluno pode fazer dentro da escola o que quiser e o estabelecimento de ensino, que é particular e se mantém com a receita das anuidades, ficará sem recursos e terá que tolerar indefinidamente a inadimplência e descumprimento da obrigação de pagar do aluno, individual ou generalizada mente.

PROPOSIÇÃO Nº 988/95

01/01

2	DATA	3	PROPOSIÇÃO			
4	AUTOR		5	Nº PRONTUÁRIO		
		DEPUTADO JERONIMO REIS	177			
6	TIPO					
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL						
7	DATA	8	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
01/01						

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 988/95

EMENDA ADITIVA

Art. 5º

Incluir, no final do art. 5º, a expressão:

"por inadimplência, se garantida a quitação do débito por título de crédito ou outro instrumento permitido por lei".

JUSTIFICAÇÃO

A escola se mantém com a receita auferida das anuidades escolares. Sem garantia de seu recebimento, ficará inviabilizada por inadimplências individual ou coletiva.

1		PP 00999	
2		000000	
3		PROPOSIÇÃO	
4		AUTOR	
DEPUTADO JERONIMO REIS		5	
		Nº PRONTUÁRIO	
		177	
6		TIPO	
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA		2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	
3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA		4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	
5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7		8	
PÁGINA		ARTIGO	
01/01		PARÁGRAFO	
		INCISO	
		ALÍNEA	

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 988/95**EMENDA ADITIVA****Art. 5º**

Acrescentar, no final do art. 5º, a expressão:

"por inadimplência inferior a 60 (sesenta) dias."

JUSTIFICAÇÃO

Como redigida a medida provisória, o aluno pode fazer dentro da escola o que quiser e o estabelecimento de ensino, que é particular e se mantém com a receita das anuidades, ficará sem recursos e terá que tolerar indefinidamente a inadimplência e descumprimento da obrigação de pagar do aluno, individual ou generalizada_{mente}.

PP 0-2582

PP 0-2582

DATA 203 / 05 / 95 PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril

AUTOR 4 OSMÂNIO PEREIRA 5

6 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 7 01 de 01 ARTIGO 8 5º PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

9

Acrescente-se ao art. 5º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“por motivo de inadimplência”.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa complementar o dispositivo da Medida Provisória, uma vez que só se justifica a proibição nele contida nos casos de inadimplência.

PP 0-2582

DATA 203 / 05 / 95 PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de

AUTOR 4 DEP. PAULOLIMA 5 NC

6 1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 7 01 de 01 ARTIGO 8 5º PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao art. 5º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“por motivo de inadimplência”.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa complementar o dispositivo da Medida Provisória, uma vez que só se justifica a proibição nele contida nos casos de inadimplência.

2 DATA 03 / 95 / 95		3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 988/95	
4 AUTOR DEPUTADO JOSÉ TELES		5 Nº PRONTUÁRIO 178	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01	8 ARTIGO ART. 5º	9 PARÁGRAFO	10 INCISO
11 ALÍNEA			

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 988/95

EMENDA ADITIVA

Art. 5º

Acrescentar, no final do art. 5º, a expressão:

"por inadimplência inferior a 60 (sesenta) dias."

JUSTIFICAÇÃO

Como redigida a medida provisória, o aluno pode fazer dentro da escola o que quiser e o estabelecimento de ensino, que é particular e se mantém com a receita das anuidades, ficará sem recursos e terá que tolerar indefinidamente a inadimplência e descumprimento da obrigação de pagar do aluno, individual ou generalizada mente.

115 00913

000000

DATA 203 / 05 / 95 PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril

AUTOR 4 PAULO BALER 5

6 1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 7 01 de 01 ARTIGO 8 5º PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao art. 5º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“por motivo de inadimplência”.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa complementar o dispositivo da Medida Provisória, uma vez que só se justifica a proibição nele contida nos casos de inadimplência.

115 00913

000000

DATA 2 04 / 05 / 95 PROPOSIÇÃO 3 MEDIDA PROVISÓRIA 988, DE

AUTOR 4 DEPUTADO NELSON MARCHEZAN 5 Nº PRONTUÁRIO

6 1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 5 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 7 01/01 ARTIGO 8 5º PARÁGRAFO caput INCISO ALÍNEA

9 TEXTO - Acrescente-se ao art. 5º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1.995, in finis, a expressão "por motivo de inadimplência", ficando o dispositivo assim redigido:

"Art. 5º. São proibidas a suspensão de provas escolares, a retenção de documentos escolares, inclusive os de transferência, ou a aplicação de quaisquer outras penalidades pedagógicas, por motivo de inadimplência."

JUSTIFICAÇÃO

Esta Emenda visa complementar o dispositivo da Medida Provisória, uma vez que só se justifica a proibição nele contida nos casos de inadimplência.

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abr.							
AUTOR 4 Deputada Maria Elvira		5							
6									
1	<input type="checkbox"/> CORRETTIVA	2	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 5º		PARÁGRAFO		INCISO		ALÍNEA	

TEXTO

Acrescente-se ao art. 5º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

"por motivo de inadimplência".

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa complementar o dispositivo da Medida Provisória, uma vez que só se justifica a proibição nele contida nos casos de inadimplência.

MP 988

00077

203 / 05 / 95

3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril

4 **Deputado ROBERTO JEFFERSON**

5

6
1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL7 PÁGINA
01 de 018 ARTIGO
5º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

9

Acrescente-se ao art. 5º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“por motivo de inadimplência”.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa complementar o dispositivo da Medida Provisória, uma vez que só se justifica a proibição nele contida nos casos de inadimplência.

MP 988

00078

203 / 05 / 95

3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril

4 **Dep. João Henrique**

5

115

6
1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL7 PÁGINA
01 de 018 ARTIGO
5º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

9

Acrescente-se ao art. 5º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“por motivo de inadimplência”.

JUSTIFICATIVA

Esta emenda visa complementar o dispositivo da Medida Provisória, uma vez que só se justifica a proibição nele contida nos casos de inadimplência.

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril							
AUTOR 4		5							
6									
1	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 69		PARÁGRAFO		INCISO		ALÍNEA	

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o parágrafo único.

Parágrafo único- São legitimados para a propositura da ação prevista neste artigo, qualquer pai ou responsável, associações de pais do estabelecimento de ensino, associação estadual de pais, federação nacional de pais ou entidades de representação estudantil, legalmente constituídas, no caso de estabelecimentos particulares de ensino superior, sendo indispensável em qualquer caso o apoio de pelo menos 10%(dez por cento) dos pais ou estudantes do estabelecimento de ensino.

JUSTIFICATIVA

O percentual mínimo exigido para a propositura de ação, dá aos Poderes constituídos, maior legitimidade, quando de sua análise e tomada de decisão.

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995	
AUTOR 4 OSMÂNIO PEREIRA		N.º 5 256	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 6º	
PARÁGRAFO		INCISO	
ALÍNEA			

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o parágrafo único.

Parágrafo único- São legitimados para a propositura da ação prevista neste artigo, qualquer pai ou responsável, associações de pais do estabelecimento de ensino, associação estadual de pais, federação nacional de pais ou entidades de representação estudantil, legalmente constituídas, no caso de estabelecimentos particulares de ensino superior, sendo indispensável em qualquer caso o apoio de pelo menos 10%(dez por cento) dos pais ou estudantes do estabelecimento de ensino.

JUSTIFICATIVA

O percentual mínimo exigido para a propositura de ação, dá aos Poderes constituídos, maior legitimidade, quando de sua análise e tomada de decisão.

DATA

203 / 05 / 95

PROPOSIÇÃO

Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de

AUTOR

PAZ

Nº

5

1

☐

SUPRESSIVA

2

☐

SUBSTITUTIVA

3

☐

MODIFICATIVA

4

☒

ADITIVA

5

☐

SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

01 de 01

ARTIGO

6º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

9

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o parágrafo único.

Parágrafo único- São legitimados para a propositura da ação prevista neste artigo, qualquer pai ou responsável, associações de pais do estabelecimento de ensino, associação estadual de pais, federação nacional de pais ou entidades de representação estudantil, legalmente constituídas, no caso de estabelecimentos particulares de ensino superior, sendo indispensável em qualquer caso o apoio de pelo menos 10%(dez por cento) dos pais ou estudantes do estabelecimento de ensino.

JUSTIFICATIVA

O percentual mínimo exigido para a propositura de ação, dá aos Poderes constituídos, maior legitimidade, quando de sua análise e tomada de decisão.

PPPPPP

OOOOO

DATA 203/ 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abr
----------------------	--

AUTOR 4 DEP; PAULO LIMA	Nº PROTOUÁRIO 5
----------------------------	--------------------

6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	---	---	---	--

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 6º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o parágrafo único.

Parágrafo único- São legitimados para a propositura da ação prevista neste artigo, qualquer pai ou responsável, associações de pais do estabelecimento de ensino, associação estadual de pais, federação nacional de pais ou entidades de representação estudantil, legalmente constituídas, no caso de estabelecimentos particulares de ensino superior, sendo indispensável em qualquer caso o apoio de pelo menos 10%(dez por cento) dos pais ou estudantes do estabelecimento de ensino.

JUSTIFICATIVA

O percentual mínimo exigido para a propositura de ação, dá aos Poderes constituídos, maior legitimidade, quando de sua análise e tomada de decisão.

NP 00783

DATA: 203/ 05 / 95

PROPOSIÇÃO: 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril

AUTOR: 4 OSMÂNIO PEREIRA

5

6

1 ☐ SUPRESSIVA

2 ☐ SUBSTITUTIVA

3 ☐ MODIFICATIVA

4 ☒ ADITIVA

5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA: 7 01 de 01

ARTIGO: 8 69

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

9

TEXTO

Acrescente-se ao art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“sendo indispensável, em qualquer caso, o apoio de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos pais de alunos, ou alunos, do estabelecimento de ensino”.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aprovação desta emenda porque é imprescindível dar-se legitimidade à parte que peticionar na Justiça. Caso contrário, poder-se-ia estar favorecendo o acúmulo de ações no Poder Judiciário, sem o devido respaldo de representação da comunidade de pais ou alunos.

NP 00783

DATA: 203/ 05 / 95

PROPOSIÇÃO: 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril

AUTOR: 4 PAULO BAUER

5

6

1 ☐ SUPRESSIVA

2 ☐ SUBSTITUTIVA

3 ☐ MODIFICATIVA

4 ☒ ADITIVA

5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA: 7 01 de 01

ARTIGO: 8 69

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“sendo indispensável, em qualquer caso, o apoio de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos pais de alunos, ou alunos, do estabelecimento de ensino”.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aprovação desta emenda porque é imprescindível dar-se legitimidade à parte que peticionar na Justiça. Caso contrário, poder-se-ia estar favorecendo o acúmulo de ações no Poder Judiciário, sem o devido respaldo de representação da comunidade de pais ou alunos.

2017 10 05 09 01 18

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril		VOTO	
AUTOR 4 DEP. PAULO LIMA		5			
6					
1	<input type="checkbox"/>	SUPRESSIVA	2	<input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVA
3	<input type="checkbox"/>	MODIFICATIVA	4	<input checked="" type="checkbox"/>	ADITIVA
5	<input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 3 69	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Acrescente-se ao art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“sendo indispensável, em qualquer caso, o apoio de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos pais de alunos, ou alunos, do estabelecimento de ensino”.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aprovação desta emenda porque é imprescindível dar-se legitimidade à parte que peticionar na Justiça. Caso contrário, poder-se-ia estar favorecendo o acúmulo de ações no Poder Judiciário, sem o devido respaldo de representação da comunidade de pais ou alunos.

PROPOSTA DE EMENDA

Nº 988

DATA

04 / 05 / 95

PROPL

MEDIDA PROVISÓRIA 988, DE 28 DE ABRIL DE 1.995

AUTOR

DEPUTADO NELSON MARCHEZAN

Nº PRONTUÁRIO

TIPO

1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☒ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

01/01

ARTIGO

6º

PARÁGRAFO

acréscimo

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

- Acrescente-se ao art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1.995, os seguintes parágrafos:

"Art. 6º

§ 1º - São legitimados para a propositura da ação prevista neste artigo, qualquer pai ou responsável, associações de pais do estabelecimento de ensino, associação estadual de pais, federação nacional de pais ou entidades de representação estudantil, legalmente constituídas, no caso de estabelecimentos particulares de ensino superior.

§ 2º - Quando a ação não é proposta por entidade legalmente constituída, o proponente deverá ter o apoio de pelo menos 10% (dez por cento) dos pais de alunos, ou alunos, quando se tratar de estabelecimento de ensino de até quinhentos alunos, e de 5% (cinco por cento), pelo menos, nos casos de estabelecimentos com matrícula superior a quinhentos alunos.

JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se a aprovação desta Emenda porque é imprescindível dar-se legitimidade à parte que peticionar na Justiça. Caso contrário, poder-se-ia estar favorecendo o acúmulo de ações no Poder Judiciário, sem o devido respaldo de representação da comunidade de pais ou alunos.

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril d							
AUTOR 4 Deputada Maria Elvira		Nº PRONTUÁRIO 5 249							
6									
1	<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3	<input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4	<input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5	<input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 6º		PARÁGRAFO		INCISO		ALÍNEA	

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o parágrafo único.

Parágrafo único- São legitimados para a propositura da ação prevista neste artigo, qualquer pai ou responsável, associações de pais do estabelecimento de ensino, associação estadual de pais, federação nacional de pais ou entidades de representação estudantil, legalmente constituídas, no caso de estabelecimentos particulares de ensino superior, sendo indispensável em qualquer caso o apoio de pelo menos 10%(dez por cento) dos pais ou estudantes do estabelecimento de ensino.

JUSTIFICATIVA

O percentual mínimo exigido para a propositura de ação, dá aos Poderes constituídos, maior legitimidade, quando de sua análise e tomada de decisão.

203' 05 / 95

3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril

AUTOR

4 Deputado ROBERTO JEFFERSON

5

6

1 ☐ SUPRESSIVA2 ☐ SUBSTITUTIVA3 ☐ MODIFICATIVA4 ☒ ADITIVA5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA

01 de 01

ARTIGO

6º

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

9

Acrescente-se ao Art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o parágrafo único.

Parágrafo único- São legitimados para a propositura da ação prevista neste artigo, qualquer pai ou responsável, associações de pais do estabelecimento de ensino, associação estadual de pais, federação nacional de pais ou entidades de representação estudantil, legalmente constituídas, no caso de estabelecimentos particulares de ensino superior, sendo indispensável em qualquer caso o apoio de pelo menos 10%(dez por cento) dos pais ou estudantes do estabelecimento de ensino.

JUSTIFICATIVA

O percentual mínimo exigido para a propositura de ação, dá aos Poderes constituídos, maior legitimidade, quando de sua análise e tomada de decisão.

Nº 00752

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de		00029	
AUTOR 4 Dep. João Henrique		Nº 5 1.			
6					
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL					
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 6º		PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA	

TEXTO

Acrescente-se ao Art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, o parágrafo único.

Parágrafo único- São legitimados para a propositura da ação prevista neste artigo, qualquer pai ou responsável, associações de pais do estabelecimento de ensino, associação estadual de pais, federação nacional de pais ou entidades de representação estudantil, legalmente constituídas, no caso de estabelecimentos particulares de ensino superior, sendo indispensável em qualquer caso o apoio de pelo menos 10%(dez por cento) dos pais ou estudantes do estabelecimento de ensino.

JUSTIFICATIVA

O percentual mínimo exigido para a propositura de ação, dá aos Poderes constituídos, maior legitimidade, quando de sua análise e tomada de decisão.

DATA
203/ 05 / 95

PROPOSIÇÃO
3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de

AUTOR
4 Dep. João Henrique

Nº 1
5 1

6
1 ☐ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☒ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA
7 01 de 01

ARTIGO
8 69

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

9

Acrescente-se ao art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“sendo indispensável, em qualquer caso, o apoio de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos pais de alunos, ou alunos, do estabelecimento de ensino”.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aprovação desta emenda porque é imprescindível dar-se legitimidade à parte que peticionar na Justiça. Caso contrário, poder-se-ia estar favorecendo o acúmulo de ações no Poder Judiciário, sem o devido respaldo de representação da comunidade de pais ou alunos.

MP 00998

00091

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril												
AUTOR 4 Deputada Maria Elvira		5 249												
6														
1	<input type="checkbox"/>	SUPRESSIVA	2	<input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVA	3	<input type="checkbox"/>	MODIFICATIVA	4	<input checked="" type="checkbox"/>	ADITIVA	5	<input type="checkbox"/>	SUBSTITUTIVO GLOBAL
FOLHA 7 01 de 01		ARTIGO 8 69		PARÁGRAFO		INÍCIO		ALÍNEA						

TEXTO

Acrescente-se ao art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, in fine, a seguinte expressão:

“sendo indispensável, em qualquer caso, o apoio de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos pais de alunos, ou alunos, do estabelecimento de ensino”.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aprovação desta emenda porque é imprescindível dar-se legitimidade à parte que peticionar na Justiça. Caso contrário, poder-se-ia estar favorecendo o acúmulo de ações no Poder Judiciário, sem o devido respaldo de representação da comunidade de pais ou alunos.

DATA 03/05/95	PROPOSIÇÃO Medida Provisória nº 988, de 28 de abril
AUTOR 4 Deputado ROBERTO JEFFERSON	5

6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	---	---	---	--

7 PÁGINA 01 de 01	8 ARTIGO 6º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Acrescente-se ao art. 6º da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, in finis, a seguinte expressão:

“sendo indispensável, em qualquer caso, o apoio de, pelo menos, 10% (dez por cento) dos pais de alunos, ou alunos, do estabelecimento de ensino”.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a aprovação desta emenda porque é imprescindível dar-se legitimidade à parte que peticionar na Justiça. Caso contrário, poder-se-ia estar favorecendo o acúmulo de ações no Poder Judiciário, sem o devido respaldo de representação da comunidade de pais ou alunos.

DATA 03/05/95	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA
AUTOR DEPUTADO RICARDO GOMYDE	Nº PRONTUÁRIO 466

1 <input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA	9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL
--	---	---	--------------------------------------	--

PÁGINA 01/01	ARTIGO 7º	PARÁGRAFO -	INCISO -	ALÍNEA -
-----------------	--------------	----------------	-------------	-------------

TEXTO

Suprima-se do Art. 7º da MP 988/95, a seguinte expressão:

"Art. 7º

"XI - ... ou contratualmente estabelecido"

JUSTIFICATIVA

A manutenção do texto, na forma original, legitima as práticas abusivas e as cláusulas "leoninas" contidas nos contratos escolares, nos quais os pais e estudantes são praticamente obrigados a aderirem ao contrato, sob pena de não efetivarem suas matrículas no referido período letivo.

MP 988/95

2 DATA 04 / 05 / 95	3 PROPOSIÇÃO Medida Provisória 988/95			
4 AUTOR Deputado LINDBERG FARIAS	5 Nº PRONTUÁRIO 313			
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
7 PÁGINA 1 / 1	8 ARTIGO 7º	PARÁGRAFO	INCISO XI	ALÍNEA

EMENDA MODIFICATIVA

do inciso XI do artigo 7º, o qual passará a ter a seguinte redação:

"artigo 7º -

XI - aplicar fórmula ou índice do reajuste diverso do legal".

JUSTIFICATIVA

A manutenção do texto, na forma original, *legitima* as práticas abusivas e "leoninas" contidas nos contratos escolares, nos quais os pais e estudantes são praticamente obrigados a aderirem ao contrato, sob pena de não efetivarem suas matrículas no referido período letivo.

LINDBERG FARIAS
Deputado Federal

PP-988/95

00095

2 03 / 05 / 95	3 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 988/95			
4 AUTOR DEPUTADO RICARDO GOMYDE			5 Nº PRONTUÁRIO 466	
6 TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL				
7 PÁGINA 01/01	8 ARTIGO 9º	PARÁGRAFO -	INCISO -	ALÍNEA -

Dê-se ao Art. 9º da MP 988/95, a seguinte redação:

“Art. 9º - As instituições referidas no artigo 213 da Constituição e os estabelecimentos particulares de ensino que descumprirem o disposto nesta Medida Provisória, ficarão impedidas de firmar convênios, receber recursos públicos, bem como terão cassados seus Certificados de Utilidade Pública, se deles forem detentores, cuja fiscalização e as penalidades ficarão ao encargo do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça.”

JUSTIFICATIVA

A maioria das instituições de ensino se auto-intitulam “filantrópicas”, “sem fins lucrativos”, “de interesse da comunidade”, etc. No entanto, a esmagadora maioria delas se transformou no óbvio e lucrativo negócio.

É preciso que se estabeleça rigores na lei, para impedir que as escolas particulares exorbitem no seu papel e pratiquem aumentos que superam as regras estabelecidas pela Medida Provisória e pela média do mercado.

DATA 04 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MP 988	
AUTOR Dep. Sérgio Miranda		Nº PRONTUÁRIO 266	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 9º	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

Emenda a MP 988

Dá-se ao art. 9º da MP 988/95 a seguinte redação:

"Art. 9º. Considerar-se-á crime contra a economia popular o descumprimento do estabelecido neste dispositivo, ficando os infratores impedidos de, firmar convênios, receber recursos públicos, bem como terão cassados seus Certificados de Utilidade Pública, se deles forem detentores, cuja fiscalização e as penalidades ficarão ao encargo do Ministério da Educação e do Ministério da Justiça além de outras penalidades legais, judiciais ou administrativas."

Justificação

Ao praticar aumentos abusivos, as instituições prejudicam o controle de preços e da inflação, como também causam prejuízos irreparáveis ao já caótico e deprimente quadro da educação brasileira.

MP 988/95

000000

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de		
AUTOR 4		Nº PROTOUÁRIO 5		
6 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 100		PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se o art. 10 da MP 988, de 28 de abril de 1995.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um dispositivo desnecessário, pois o texto está claro e não necessita de mais instruções para o seu cumprimento. Manter o art. 10 seria sugerir mais regulamentações por parte do Poder Executivo, com riscos de inconstitucionalidades e de ingerência do Poder Público na iniciativa privada, o que já foi, inclusive, condenado pelo Supremo Tribunal Federal.

MP 988/95

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de		
AUTOR 4 OSMÂNIO PEREIRA		Nº 256		
6 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 100		PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se o art. 10 da MP 988, de 28 de abril de 1995.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um dispositivo desnecessário, pois o texto está claro e não necessita de mais instruções para o seu cumprimento. Manter o art. 10 seria sugerir mais regulamentações por parte do Poder Executivo, com riscos de inconstitucionalidades e de ingerência do Poder Público na iniciativa privada, o que já foi, inclusive, condenado pelo Supremo Tribunal Federal.

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1º		
AUTOR 4 PAULO PAULA		NO PRONTUÁRIO 5		
6 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUESTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 100	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Suprima-se o art. 10 da MP 988, de 28 de abril de 1995.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um dispositivo desnecessário, pois o texto está claro e não necessita de mais instruções para o seu cumprimento. Manter o art. 10 seria sugerir mais regulamentações por parte do Poder Executivo, com riscos de inconstitucionalidades e de ingerência do Poder Público na iniciativa privada, o que já foi, inclusive, condenado pelo Supremo Tribunal Federal.

MP 988/95

DATA
203 / 05 / 95PROPOSIÇÃO
3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril deAUTOR
4 DEP. PAULO LIMANº
5

6

1 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA
7 01 de 01ARTIGO
8 109

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

9

Suprima-se o art. 10 da MP 988, de 28 de abril de 1995.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um dispositivo desnecessário, pois o texto está claro e não necessita de mais instruções para o seu cumprimento. Manter o art. 10 seria sugerir mais regulamentações por parte do Poder Executivo, com riscos de inconstitucionalidades e de ingerência do Poder Público na iniciativa privada, o que já foi, inclusive, condenado pelo Supremo Tribunal Federal.

MP 988/95

DATA
203 / 05 / 95PROPOSIÇÃO
2 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril deAUTOR
4 Deputada Maria ElviraNº
5 249

6

1 ☒ SUPRESSIVA 2 ☐ SUBSTITUTIVA 3 ☐ MODIFICATIVA 4 ☐ ADITIVA 5 ☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA
7 01 de 01ARTIGO
8 109

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

9

Suprima-se o art. 10 da MP 988, de 28 de abril de 1995.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um dispositivo desnecessário, pois o texto está claro e não necessita de mais instruções para o seu cumprimento. Manter o art. 10 seria sugerir mais regulamentações por parte do Poder Executivo, com riscos de inconstitucionalidades e de ingerência do Poder Público na iniciativa privada, o que já foi, inclusive, condenado pelo Supremo Tribunal Federal.

MP 988/95

00102

11/03/05/95		PROPOSIÇÃO	
3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995			
4 Deputado ROBERTO JEFFERSON		5	
6 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 01 de 01		8 ARTIGO 109	
		PARÁGRAFO	
		INCISO	
		ALÍNEA	

TEXTO

Suprima-se o art. 10 da MP 988, de 28 de abril de 1995.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um dispositivo desnecessário, pois o texto está claro e não necessita de mais instruções para o seu cumprimento. Manter o art. 10 seria sugerir mais regulamentações por parte do Poder Executivo, com riscos de inconstitucionalidades e de ingerência do Poder Público na iniciativa privada, o que já foi, inclusive, condenado pelo Supremo Tribunal Federal.

MP 988/95

DATA 203 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de
AUTOR 4 Dep. João Henrique	Nº 5 115

1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
--	---	---	------------------------------------	--

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 109	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	-----------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Suprima-se o art. 10 da MP 988, de 28 de abril de 1995.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de um dispositivo desnecessário, pois o texto está claro e não necessita de mais instruções para o seu cumprimento. Manter o art. 10 seria sugerir mais regulamentações por parte do Poder Executivo, com riscos de inconstitucionalidades e de ingerência do Poder Público na iniciativa privada, o que já foi, inclusive, condenado pelo Supremo Tribunal Federal.

MP 988/95

DATA 203 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de
AUTOR 4 OSMÂNIO PEREIRA	Nº 5

1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---------------------------------------	--	---	------------------------------------	--

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Substitua-se, no Art. 11 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a expressão "180 dias" por "120 dias".

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de se acelerar a elaboração de uma lei definitiva sobre as anuidades escolares.

HP 007135

DATA 23 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de		00105	
AUTOR 4 PAULO BALEIA		Nº 5			
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL					
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 11		PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA	

TEXTO

Substitua-se, no Art. 11 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a expressão "180 dias" por "120 dias".

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de se acelerar a elaboração de uma lei definitiva sobre as anuidades escolares.

PP 000000

DATA 03 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril
AUTOR 4 Deputada Maria Elvira	5
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 2 11	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TEXTO				

Substitua-se, no Art. 11 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a expressão "180 dias" por "120 dias".

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de se acelerar a elaboração de uma lei definitiva sobre as anuidades escolares.

PP 000000

DATA 03 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de
AUTOR 4 DEP: PAULO LIMA	5
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 2 11	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
TEXTO				

Substitua-se, no Art. 11 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a expressão "180 dias" por "120 dias".

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de se acelerar a elaboração de uma lei definitiva sobre as anuidades escolares.

MP 0091312

0091312

DATA 23 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1		
AUTOR 4 Deputado ROBERTO JEFFERSON		Nº FRONTEIRÁRIO 5		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

9

Substitua-se, no Art. 11 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1 995, a expressão "180 dias" por "120 dias".

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de se acelerar a elaboração de uma lei definitiva sobre as anuidades escolares.

MP 0091314

0091314

DATA 23 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1		
AUTOR 4 Dep. João Henrique		Nº FRONTEIRÁRIO 5 115		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

9

Substitua-se, no Art. 11 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1 995, a expressão "180 dias" por "120 dias".

JUSTIFICATIVA

Há necessidade de se acelerar a elaboração de uma lei definitiva sobre as amidades escolares.

PP 00988

00111

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de	
AUTOR 4 DEP. PAULO LIMA		Nº 5	
6			
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA
			5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO
		INCISO	ALÍNEA

TEXTO

9

Altere-se o prazo de 180 dias previsto no Art. 11 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, para 90 dias, ficando o artigo com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Executivo, no prazo de 90 dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se ter uma lei definitiva regulamentando a matéria é assunto que não deve mais ser protelado.

1995 05 05 14:15

0000000000

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril		
AUTOR 4 PAULO BACER		5		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 11		PARÁGRAFO
		INCISO		ALÍNEA

TEXTO

9
Altere-se o prazo de 180 dias previsto no Art. 11 da MP nº 988, de 28 de abril de 1995, para sessenta dias, ficando o artigo com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, encaminhará ao congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se ter uma lei definitiva regulamentando a matéria é assunto que não deve mais ser protelado e o prazo de sessenta dias é o mais adequado para se favorecer, quando necessário, pais e alunos, sem causar maiores prejuízos às instituições de ensino.

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de	
AUTOR 4 PAULO BARRA		Nº 5	
6			
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA
			5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------	--------	--------

TEXTO

9 Altere-se o prazo de 180 dias previsto no Art. 11 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, para 90 dias, ficando o artigo com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Executivo, no prazo de 90 dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se ter uma lei definitiva regulamentando a matéria é assunto que não deve mais ser protelado.

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1	
AUTOR 4		Nº P 5	
6			
1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA
			5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Altere-se o prazo de 180 dias previsto no Art. 11 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, para 90 dias, ficando o artigo com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Executivo, no prazo de 90 dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se ter uma lei definitiva regulamentando a matéria é assunto que não deve mais ser protelado.

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1	
AUTOR 4 OSMÂNIO PEREIRA		Nº PF 5 230	
6 1 <input type="checkbox"/> RECESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

TEXTO

Altere-se o prazo de 180 dias previsto no Art. 11 da MP nº 988, de 28 de abril de 1995, para sessenta dias, ficando o artigo com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, encaminhará ao congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se ter uma lei definitiva regulamentando a matéria é assunto que não deve mais ser protelado e o prazo de sessenta dias é o mais adequado para se favorecer, quando necessário, pais e alunos, sem causar maiores prejuízos às instituições de ensino.

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de		
AUTOR 4 OSMÂNIO PEREIRA*		Nº 5 256		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Altere-se o prazo de 180 dias previsto no Art. 11 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, para 90 dias, ficando o artigo com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Executivo, no prazo de 90 dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se ter uma lei definitiva regulamentando a matéria é assunto que não deve mais ser protelado.

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1		
AUTOR 4 DEP. PAULO LIMA		Nº PR 5		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Altere-se o prazo de 180 dias previsto no Art. 11 da MP nº 988, de 28 de abril de 1995, para sessenta dias, ficando o artigo com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, encaminhará ao congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se ter uma lei definitiva regulamentando a matéria é assunto que não deve mais ser protelado e o prazo de sessenta dias é o mais adequado para se favorecer, quando necessário, pais e alunos, sem causar maiores prejuízos às instituições de ensino.

PP 00 988

DATA 203/ 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de	PP 00 988
AUTOR 4 Deputada Maria Elvira		Nº 5
5 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL		
PÁGINA 1 01 de 01	ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO INÍCIO ALÍNEA

TEXTO

Altere-se o prazo de 180 dias previsto no Art. 11 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, para 90 dias, ficando o artigo com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Executivo, no prazo de 90 dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se ter uma lei definitiva regulamentando a matéria é assunto que não deve mais ser protelado.

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 2 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1							
AUTOR 4 Deputada Maria Elvira		Nº PI 5 445							
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL									
PÁGINA 7 01 de 01		ARTIGO 8 11		PARÁGRAFO		INCISO		ALÍNEA	

TEXTO

Altere-se o prazo de 180 dias previsto no Art. 11 da MP nº 988, de 28 de abril de 1995, para sessenta dias, ficando o artigo com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, encaminhará ao congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se ter uma lei definitiva regulamentando a matéria é assunto que não deve mais ser protelado e o prazo de sessenta dias é o mais adequado para se favorecer, quando necessário, pais e alunos, sem causar maiores prejuízos às instituições de ensino.

MP 988/95

00115

DATA 203/ 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995
AUTOR 4 Deputado ROBERTO JEFFERSON	Nº PROTOCOLO 5

6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------	--------	--------

TEXTO

9 Altere-se o prazo de 180 dias previsto no Art. 11 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, para 90 dias, ficando o artigo com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Executivo, no prazo de 90 dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se ter uma lei definitiva regulamentando a matéria é assunto que não deve mais ser protelado.

MP 988/95

00115

DATA 203/ 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995
AUTOR 4 Deputado ROBERTO JEFFERSON	Nº PROTOCOLO 5

6	1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA	2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA	3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA	4 <input type="checkbox"/> ADITIVA	5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL
---	---------------------------------------	---	--	------------------------------------	--

PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
----------------------	----------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Altere-se o prazo de 180 dias previsto no Art. 11 da MP nº 988, de 28 de abril de 1995, para sessenta dias, ficando o artigo com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, encaminhará ao congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se ter uma lei definitiva regulamentando a matéria é assunto que não deve mais ser protelado e o prazo de sessenta dias é o mais adequado para se favorecer, quando necessário, pais e alunos, sem causar maiores prejuízos às instituições de ensino.

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril c		
AUTOR 4 Dep. João Henrique		Nº FOLHETÁRIO 5 115		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

9
Altere-se o prazo de 180 dias previsto no Art. 11 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, para 90 dias, ficando o artigo com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Executivo, no prazo de 90 dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se ter uma lei definitiva regulamentando a matéria é assunto que não deve mais ser protelado.

DATA 203/ 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de		
AUTOR 4 Dep. João Henrique		Nº PRONTUÁRIO 5 115		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 11	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Altere-se o prazo de 180 dias previsto no Art. 11 da MP nº 988, de 28 de abril de 1995, para sessenta dias, ficando o artigo com a seguinte redação:

Art. 11 - O Poder Executivo, no prazo de sessenta dias, encaminhará ao congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino.

JUSTIFICATIVA

A necessidade de se ter uma lei definitiva regulamentando a matéria é assunto que não deve mais ser protelado e o prazo de sessenta dias é o mais adequado para se favorecer, quando necessário, pais e alunos, sem causar maiores prejuízos às instituições de ensino.

DATA 4 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MP 988	
AUTOR Dep. Sérgio Miranda		Nº PRONTUÁRIO 266	
TIPO 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 11º	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

Emenda a MP 988

Dá-se nova redação ao artigo 11 da MP 988/95.

"Art. 11. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei disciplinando a prestação de serviços escolares por estabelecimentos particulares de ensino até o dia 15 de agosto de 1995."

Justificação

O texto da MP estabelece um prazo de 180 dias que vem se renovando a cada reedição da Medida Provisória. É importante estabelecermos um prazo fixo

DATA 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA 988/95	
AUTOR DEPUTADO RICARDO GOMYDE		Nº PRONTUÁRIO 466	
TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 01 / 01	ARTIGO 12	PARÁGRAFO -	INCISO - ALÍNEA -

Suprima-se, "in fine", o Art. 12 da MP 988/95.

JUSTIFICATIVA

Os atos praticados pela Medida Provisória 963/95 revelaram uma prática de não respeitar o ato jurídico perfeito e o direito adquirido, constitucionalmente assegurados, que no seu texto estatui:

"Art. 5º - ...

"XXXVI - a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada."

2 DATA -
04 / 05 / 95

3 PROPOSIÇÃO ---
Medida Provisória 988/95

4 AUTOR
Deputado LINDBERG FARIAS

5 Nº PRONTUÁRIO
313

6 TIPO
1 ☒ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☐ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBAL

7 PÁGINA
1/2

8 ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA
12

9 TEXTO
EMENDA SUPRESSIVA do artigo 12.
"Suprime-se o artigo 12 da Medida Provisória"

JUSTIFICATIVA

Cabe apenas ao Congresso Nacional a atribuição de se convalidar os atos praticados por Medidas Provisórias que tenham perdido sua eficácia, como disciplina claramente a Constituição Federal em seu artigo 62 parágrafo único:

"Artigo 62 - parágrafo único - As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, senão forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo o Congresso Nacional disciplinar as relações jurídicas delas decorrentes".

Desta maneira, fica evidente que a aplicação sumária que o Poder Executivo vem praticando é absolutamente inconstitucional, uma vez que vem tomando para si atribuições exclusivas do Congresso Nacional.


LINDBERG FARIAS
Deputado Federal

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 19	
AUTOR 4 OSMÂNIO PEREIRA		NO PRO 5	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 14	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

TEXTO

Dê-se ao art. 14 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte redação:

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Nao tem sentido a revogaçãqo total das Leis nº 8.170,de 1991, e 8.747, de 1993, tendo em vista que o art. 11 desta MP prevê o envio, pelo Executivo, ao Legislativo, de uma nova lei para regulamentar de forma efetiva e definitiva a matéria. Após a aprovação da nova legislação, aí sim deverá haver a revogação das citadas leis.

MP 988/95

203/05/95

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995		
AUTOR 4 PAULO BAUER		NO PRONTUÁRIO 5		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 14	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao art. 14 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte redação:

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Não tem sentido a revogação total das Leis nº 8.170, de 1991, e 8.747, de 1993, tendo em vista que o art. 11 desta MP prevê o envio, pelo Executivo, ao Legislativo, de uma nova lei para regulamentar de forma efetiva e definitiva a matéria. Após a aprovação da nova legislação, aí sim deverá haver a revogação das citadas leis.

MP 988/95

203/05/95

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995		
AUTOR 4 PAULO BAUER		NO PRONTUÁRIO 5		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 14	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao Art. 14 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte redação:

Art. 14- Revogam-se a Lei nº 8.170, de 17 de janeiro de 1991, a Lei 8.747 de 09 de dezembro de 1993 e as demais disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Assim procedendo, as revogações tornam-se mais abrangentes, permitindo atender melhor os ditames da Medida Provisória, principalmente em razão dos termos conflitantes de dispositivos legais, existentes nas áreas Federal e Estadual.

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 19		
AUTOR 4 PAULO BAIÃO		NO PRO. 5		
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 14	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

TEXTO

Dê-se ao art. 14 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte redação:

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Não tem sentido a revogação total das Leis nº 8.170, de 1991, e 8.747, de 1993, tendo em vista que o art. 11 desta MP prevê o envio, pelo Executivo, ao Legislativo, de uma nova lei para regulamentar de forma efetiva e definitiva a matéria. Após a aprovação da nova legislação, aí sim deverá haver a revogação das citadas leis.

MP 00953

00130

DATA 03 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de	
AUTOR 4 DEP. PAULO LIMA		Nº 5	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 14	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

TEXTO

2 Dê-se ao art. 14 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte redação:

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Não tem sentido a revogação total das Leis nº 8.170, de 1991, e 8.747, de 1993, tendo em vista que o art. 11 desta MP prevê o envio, pelo Executivo, ao Legislativo, de uma nova lei para regulamentar de forma efetiva e definitiva a matéria. Após a aprovação da nova legislação, aí sim deverá haver a revogação das citadas leis.

MP 00953

00131

DATA 2 04 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 MEDIDA PROVISÓRIA Nº	
AUTOR 4 DEPUTADO NELSON MARCHEZAN		Nº PRONTUÁRIO 5	
6 1 <input type="checkbox"/> - SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> - MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> - ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> - SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01/01	ARTIGO 8 14	PARÁGRAFO caput	INCISO
ALÍNEA			

TEXTO

9 - Dê-se ao art. 14 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1.995, a seguinte redação:

"Art. 14. Revogam-se a Lei nº 8.170, de 17 de janeiro de 1.991, a Lei nº 8.747, de 09 de dezembro de 1.993, e as demais disposições em contrário."

JUSTIFICAÇÃO

Assim procedendo, as revogações tornam-se mais abrangentes, permitindo melhor atender os ditames da Medida Provisória, principalmente em razão dos termos conflitantes de dispositivos legais, existentes nas áreas federal e estadual.

249 249 249 249

249 249 249 249

DATA 203 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995	
AUTOR 4 Deputada Maria Elvira		Nº PROMITIDO 5 249	
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 14	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

TEXTO

Dê-se ao art. 14 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte redação:

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Não tem sentido a revogação total das Leis nº 8.170, de 1991, e 8.747, de 1993, tendo em vista que o art. 11 desta MP prevê o envio, pelo Executivo, ao Legislativo, de uma nova lei para regulamentar de forma efetiva e definitiva a matéria. Após a aprovação da nova legislação, aí sim deverá haver a revogação das citadas leis.

MP 00988

00133

DATA 203 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 19
AUTOR 4 Deputado ROBERTO JEFFERSON	Nº PRONTUÁRIO 5
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 14
PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA	

TEXTO

9 Dê-se ao art. 14 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte redação:

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Não tem sentido a revogação total das Leis nº 8.170, de 1991, e 8.747, de 1993, tendo em vista que o art. 11 desta MP prevê o envio, pelo Executivo, ao Legislativo, de uma nova lei para regulamentar de forma efetiva e definitiva a matéria. Após a aprovação da nova legislação, aí sim deverá haver a revogação das citadas leis.

MP 00988

DATA 203 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO 3 Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 19
AUTOR 4 Dep. João Henrique	Nº PROI 5 115
6 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 7 01 de 01	ARTIGO 8 14
PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA	

TEXTO

9 Dê-se ao art. 14 da Medida Provisória nº 988, de 28 de abril de 1995, a seguinte redação:

Art. 14 - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

Não tem sentido a revogação total das Leis nº 8.170, de 1991, e 8.747, de 1993, tendo em vista que o art. 11 desta MP prevê o envio, pelo Executivo, ao Legislativo, de uma nova lei para regulamentar de forma efetiva e definitiva a matéria. Após a aprovação da nova legislação, aí sim deverá haver a revogação das citadas leis.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA, DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989**, DE 28 DE ABRIL DE 1995, QUE "ALTERA AS LEIS Nºs 8.019, DE 11 DE ABRIL DE 1990, E 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".(Reedição da MP 964)

CONGRESSISTAS	EMENDAS Nºs
Deputado EDUARDO JORGE	003, 007, 010, 014, 015.
Deputado MARCIO REINALDO MOREIRA. .	004.
Deputado MIGUEL ROSSETO.	001, 006, 012, 013, 016.
Deputado SÉRGIO MIRANDA.	002, 005, 008, 009, 011.

MP 00989

00001

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989, de 28 de abril de 1995.

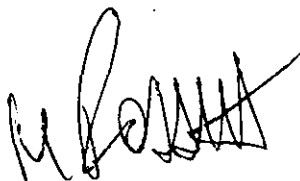
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 1º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo que ora se propõe suprimir visa afastar a obrigatoriedade de que os recursos ao FAT sejam repassados dentro dos mesmos prazos legais estabelecidos para a distribuição dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados, DF e Municípios. Com isso, o Tesouro Nacional poderá reter, indevidamente, os recursos do PIS PASEP destinados ao custeio do seguro-desemprego, obrigando-se somente a repassá-los **quando julgar necessário** para atender os gastos do FAT, "de acordo com a programação financeira", causando o colapso e a perda de liquidez do Fundo de Amparo ao Trabalhador, já tantas vezes atingindo por empréstimos a órgãos da Administração cujo retorno é duvidoso.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

MP 989
PROPOSTA

2 DATA 04 / 05 / 95		3 PROPOSIÇÃO MP 989	
4 AUTOR Dep. Sérgio Miranda			5 Nº PRONTUÁRIO 266
6 TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
7 PÁGINA 1 / 1	8 ARTIGO 1º	PARÁGRAFO	INCISO ALÍNEA

Emenda a MP 989
Suprimir o artigo 1º

Justificação

A supressão do artigo 1º faz-se necessária uma vez que a redação proposta ao artigo 6º da Lei nº 8.019/90 nesta Medida Provisória deixa em dúvida se o FAT seria responsável pela programação financeira para o atendimento dos gastos feitos pelo Fundo com o seguro-desemprego, abono salarial e programas de desenvolvimento

econômico do BNDES. Além disso, não está claro se o repasse a ser feito pelo Tesouro Nacional seria suficiente.

A supressão proposta é indispensável para que o FAT possa desenvolver as atividades para as quais foi criado.

RECEBUEMOS

2000000

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989, de 28 de maio de 1995

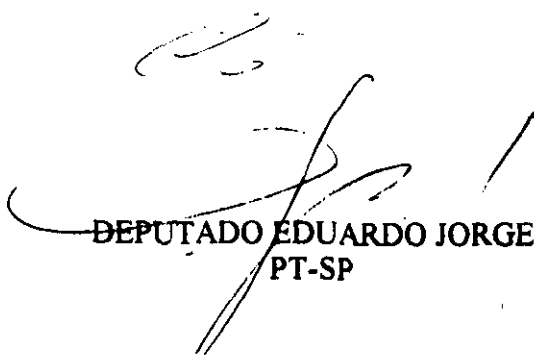
EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 1º da Medida Provisória.

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo que ora se propõe suprimir visa afastar a obrigatoriedade de que os recursos ao FAT sejam repassados dentro dos mesmos prazos legais estabelecidos para a distribuição dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados, DF e Municípios. Com isso, o Tesouro Nacional poderá reter, indevidamente, os recursos do PIS PASEP destinados ao custeio do seguro-desemprego, obrigando-se somente a repassá-los **quando julgar necessário** para atender os gastos do FAT, "de acordo com a programação financeira", causando o colapso e a perda de liquidez do Fundo de Amparo ao Trabalhador, já tantas vezes atingindo por empréstimos a órgãos da Administração cujo retorno é duvidoso.

Sala das Sessões, 04/05/95


DEPUTADO EDUARDO JORGE
PT-SP

1 DATA 02 / 05 / 95		2 PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989 de 28 de Abril de 1995	
3 AUTOR DEPUTADO MARCIO REINALDO MOREIRA		4 Nº PRONTUÁRIO	
5 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
6 PÁGINA 1/1	7 ARTIGO 19	8 PARÁGRAFO	9 INCISOS
10 ALÍNEA			

EMENDA MODIFICATIVA

Art. 19 . O art. 6º da Lei nº 8019, de 11 de abril de 1990, passa a ter a seguinte redação: -

"Art. 6º. O Tesouro Nacional repassará mensalmente os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT."

JUSTIFICATIVA

A forma proposta visa corrigir incorreção constante da Medida Provisória que não define o repasse dos recursos do FAT que financiam os programas de Geração de Emprego e Renda, de Intermediação e Reciclagem de Mão-de-Obra, e capacitação de recursos humanos na área de fomento ao trabalho.

1 DATA 04 / 05 / 95		2 PROPOSIÇÃO MP 989	
3 AUTOR Dep. Sérgio Miranda		4 Nº PRONTUÁRIO 266	
5 TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
6 PÁGINA 1/1	7 ARTIGO 19	8 PARÁGRAFO	9 INCISOS
10 ALÍNEA			

Emenda a MP 989

Modifica-se o artigo 1º da MP 989, para que a redação proposta ao artigo 6º da Lei 8.019, de 11 de abril de 1990, assumo o seguinte teor:

Art. 6º - O FAT elaborará mensalmente uma proposta financeira com previsão das despesas que serão necessárias para atender a integralidade de seus compromissos com seguro-desemprego, abono salarial e programas de desenvolvimento econômico do BNDES.

Parágrafo Único - O Tesouro Nacional repassará até o dia 20 do mês anterior a integralidade dos recursos destinados a cobrir as despesas citadas no *caput* deste artigo.

Justificação

A modificação à Medida Provisória sugerida por esta emenda visa melhorar a técnica legislativa para que não parem dúvidas de que o FAT seja o responsável pela elaboração do cronograma de despesas do Fundo com o seguro-desemprego, abono salarial e programas de desenvolvimento econômico do BNDES e de que o Tesouro Nacional seja responsável pelo repasse dos recursos próprios do Fundo para cobrir estas despesas.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989, de 28 de abril de 1995.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do art. 2º a alteração proposta ao art. 17 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta ao art. 17 da Lei nº 8.212, pelo art. 2º da MP, visa permitir que a União possa valer-se dos recursos da Seguridade para custear os Encargos Previdenciários da União em limite superior ao previsto na Lei de Custeio, que fixa o limite de 10 % dos EPU, em 1995, que poderiam ser custeados com recursos da Seguridade. A flexibilização do limite permitirá que a despesa com EPU à conta da Seguridade seja limitada apenas pela disponibilidade de recursos oriundos de contribuição das empresas sobre o faturamento e o lucro.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

1995 - 05 - 04

1995 - 05 - 04

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989, de 28 de abril de 1995.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se do art. 2º a alteração proposta ao art. 17 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta ao art. 17 da Lei nº 8.212, pelo art. 2º da MP, visa permitir que a União possa valer-se dos recursos da Seguridade para custear os Encargos Previdenciários da União em limite superior ao previsto na Lei de Custeio, que fixa o limite de 10 % dos EPU, em 1995, que poderiam ser custeados com recursos da Seguridade. A flexibilização do limite permitirá que a despesa com EPU à

conta da Seguridade seja limitada apenas pela disponibilidade de recursos oriundos de contribuição das empresas sobre o faturamento e o lucro.

Sala das Sessões, 04/05/95

DEPUTADO EDUARDO JORGE
PT-SP

MP 989

04/05/95

DATA 04 / 05 / 95	PROPOSIÇÃO MP 989			
AUTOR Dep. Sérgio Miranda	Nº PRONTUÁRIO 266			
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input checked="" type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 5 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

Emenda a MP 989

Modifica-se o artigo 2º da MP 989, para que a redação proposta ao art 17 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, assuma o seguinte teor:

"Art. 17. Para pagamento dos encargos previdenciários da União poderão contribuir os recursos da Seguridade Social referidos na alínea "d" do parágrafo único do art. 11 desta Lei, na forma da Lei Orçamentária anual, assegurada a destinação de recursos para as ações de Saúde e Assistência Social.

Parágrafo Único - Para 1995, os pagamentos a que se refere este artigo realizados à conta dos recursos referidos na alínea "d" do parágrafo único do art. 11 não poderão ser superiores a 10% do total desses recursos.

Justificação

A Lei Orçamentária Anual, a partir de 1996, poderá até disciplinar esta questão com maior precisão, contudo, é importante reestabelecemos os limites para este ano, já que a LOA de 1995 não se preocupou em fazê-lo por já estar este parâmetro estabelecido na Lei 8.212. Parâmetro este que o governo revoga com esta Medida Provisória.

MP 989

00005

DATA
04 / 05 / 95PROPOSIÇÃO --
MP 989AUTOR
Dep. Sérgio MirandaNº PRONTUÁRIO
266TIPO
1 ☐ - SUPRESSIVA 2 ☐ - SUBSTITUTIVA 3 ☒ - MODIFICATIVA 4 ☐ - ADITIVA 9 ☐ - SUBSTITUTIVO GLOBALPÁGINA
1/1ARTIGO
2º

TEXTO

Emenda a MP 989

Modifica-se o art. 2º para que a redação proposta ao art. 17 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, assuma o seguinte teor:

"Art. 17. Para pagamento dos encargos previdenciários da União, poderão contribuir os recursos da Seguridade Social referidos na alínea "d" do parágrafo único do art. 11 desta Lei, na forma da Lei Orçamentária anual, assegurado o repasse financeiro necessário para o pleno atendimento às carências das áreas de saúde e assistência social."

Justificação

A modificação proposta por esta emenda visa assegurar o atendimento financeiro à saúde e à assistência social, evitando assim que recursos destinados à estas áreas sejam utilizados para fins diversos, gerando maiores carências nestes setores.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989, de 28 de al

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se, do art. 2º da Medida Provisória, a alteração proposta ao art. 19 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta pela MP ao art. 19 da Lei de Custeio permitirá que o Tesouro Nacional retenha os recursos da Seguridade Social oriundos de contribuições de empresas sobre o faturamento e o lucro e a receita de concursos de prognósticos por períodos de 30 dias, exonerando-se de proceder o repasse a cada 10 dias, ou seja, nos mesmos prazos fixados para o repasse aos Estados e Municípios dos recursos dos Fundos de Participação. Além disso, desobriga-se totalmente de repassar os demais recursos destinados ao custeio da Seguridade, como determina a redação original do art. 19, dando a entender que somente se obriga a repassar recursos de fontes específicas, ou seja, persiste na tentativa de exonerar o Tesouro de cobrir eventuais deficits da Seguridade, como havia feito com a edição da malfadada MP 935.

Tais medidas revelam a verdadeira intenção do Executivo de gerar uma situação insustentável relativa à gestão e custeio da Seguridade, inviabilizando o sistema e produzindo um caos que permita justificar a suas propostas de reforma.

Sala das Sessões, *de 1995*


DEPUTADO EDUARDO JORGE
PT-SP

MP 989

00011

DATA 04 / 05 / 95		PROPOSIÇÃO MP 989	
AUTOR Dep. Sérgio Miranda		Nº PRONTUÁRIO 256	
TIPO 1 <input checked="" type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL			
PÁGINA 1 / 1	ARTIGO 2º	PARÁGRAFO	INCISO
ALÍNEA			

Emenda a MP 989

Suprimir no art. 2º a referência ao artigo 19 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991

Justificação

As modificações propostas ao art. 19 da Lei 8212, de 24 de julho de 1991, acabam com a periodicidade quinzenal dos repasses financeiros, com a obrigatoriedade do Tesouro Nacional de atualizar monetariamente os recursos no caso de atrasos nos repasses e com a imposição de que os recursos da seguridade só poderem ser utilizados para atender as ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

Estas modificações não podem ser aceitas por esta Casa. O governo poderá atrasar o repasse e ainda utilizar os recursos da seguridade tal qual está fazendo com o Fundo Social de Emergência.

MP 989

00011

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989, de 28 d

EMENDA SUPRESSIVA

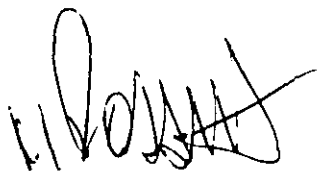
Suprima-se, do art. 2º da Medida Provisória, a alteração proposta ao art. 19 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta pela MP ao art. 19 da Lei de Custeio permitirá que o Tesouro Nacional retenha os recursos da Seguridade Social oriundos de contribuições de empresas sobre o faturamento e o lucro e a receita de concursos de prognósticos por períodos de 30 dias, exonerando-se de proceder o repasse a cada 10 dias, ou seja, nos mesmos prazos fixados para o repasse aos Estados e Municípios dos recursos dos Fundos de Participação. Além disso, desobriga-se totalmente de repassar os demais recursos destinados ao custeio da Seguridade, como determina a redação original do art. 19, dando a entender que somente se obriga a repassar recursos de fontes específicas, ou seja, **persiste na tentativa de exonerar o Tesouro de cobrir eventuais deficits da Seguridade**, como havia feito com a edição da malfadada MP 935.

Tais medidas revelam a verdadeira intenção do Executivo de gerar uma situação insustentável relativa à gestão e custeio da Seguridade, inviabilizando o sistema e produzindo um caos que permita justificar a suas propostas de reforma.

Sala das Sessões. 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação proposta ao art. 17 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 pelo art. 2º da Medida Provisória para a seguinte:

"Art. 17. ...

...

IV - até 10 % (dez por cento), de janeiro a junho de 1995;

V - zero por cento, a partir de julho de 1995."

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta pela MP ao art. 17 da Lei nº 8.212/91 permite que sejam utilizados recursos da Seguridade Social para o custeio de EPU sem qualquer limite percentual, uma vez que a Lei de Custeio fixava, a partir de 1995, limite de 10 % da despesa total com aposentados e pensionistas do serviço público federal. O único limite será a disponibilidade de recursos oriundos da contribuição de empresas sobre o faturamento e o lucro.

Esta medida vai na linha totalmente oposta da que foi discutida pelo Congresso quando da aprovação da Lei de Custeio da Seguridade Social, que era a de **reduzir** progressivamente estas despesas no âmbito do Orçamento da Seguridade.

Para preservar a proposta original, levando-a, inclusive, às últimas conseqüências, propomos a presente emenda, vedando que, a partir de julho de 1995, os Encargos Previdenciários da União sejam custeados pelos recursos da Seguridade Social, já insuficientes - segundo próprio Executivo - para cobrir as despesas com benefícios de seus próprios contribuintes.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

RECEBIDO

1995

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989, de 28 de abril de 1995.

EMENDA MODIFICATIVA

Altere-se a redação proposta ao art. 17 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 pelo art. 2º da Medida Provisória para a seguinte:

"Art. 17. ...

IV - até 10 % (dez por cento), de janeiro a junho de 1995;

V - zero por cento, a partir de julho de 1995."

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta pela MP ao art. 17 da Lei nº 8.212/91 permite que sejam utilizados recursos da Seguridade Social para o custeio de EPU sem qualquer limite percentual, uma vez que a Lei de Custeio fixava, a partir de 1995, limite de 10 % da despesa total com aposentados e pensionistas do serviço público federal. O único limite será a disponibilidade de recursos oriundos da contribuição de empresas sobre o faturamento e o lucro.

Esta medida vai na linha totalmente oposta da que foi discutida pelo Congresso quando da aprovação da Lei de Custeio da Seguridade Social, que era a de **reduzir** progressivamente estas despesas no âmbito do Orçamento da Seguridade.

Para preservar a proposta original, levando-a, inclusive, às últimas consequências, propomos a presente emenda, vedando que, a partir de julho de 1995, os Encargos Previdenciários da União sejam custeados pelos recursos da Seguridade Social, já insuficientes - segundo próprio Executivo - para cobrir as despesas com benefícios de seus próprios contribuintes.

Sala das Sessões,



DEPUTADO EDUARDO JORGE
PT-SP

MP 989/95

000157

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989, de 28 de al

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

Art. ... O "caput" e os parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 33. Ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) compete arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento das contribuições sociais previstas

nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11, cabendo-lhe promover a respectiva cobrança e aplicar as sanções previstas legalmente.

§ 1º. É prerrogativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o exame da contabilidade da empresa, não prevalecendo para esse efeito o disposto nos artigos 17 e 18 do Código Comercial, ficando obrigados a empresa e o segurado a prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados.

§ 3º. Ocorrendo recusa ou sonegação de qualquer documento ou informação, ou sua apresentação deficiente, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pode, sem prejuízo da penalidade cabível, inscrever de ofício importância que reputar devida, cabendo à empresa ou ao segurado o ônus da prova em contrário."

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta pela MP ao artigo 19 da Lei nº 8.212 não pode ser concretizada sem que se atribua, ao INSS, a competência exclusiva pela arrecadação e fiscalização de todas as receitas da Seguridade Social. Somente assegurando ao INSS esta prerrogativa, em caráter exclusivo, se estará garantindo que o Tesouro Nacional não poderá promover a retenção dos recursos destinados ao custeio da seguridade social. A presente emenda retira, portanto, da Secretaria da Receita Federal, a competência de fiscalizar e arrecadar as contribuições sobre o faturamento e o lucro e as receitas de concursos de prognósticos, transferindo-a ao INSS de modo a garantir a autonomia da Seguridade Social no tocante à administração financeira.

Sala das Sessões, 04/05/95

DEPUTADO EDUARDO JORGE
PT-SP

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 989, de 28 de abr

EMENDA ADITIVA

Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

Art. ... O "caput" e os parágrafos 1º e 3º do artigo 33 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 33. Ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) compete arrecadar, fiscalizar, lançar e normatizar o recolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas ‘a’ a ‘d’ do parágrafo único do art. 11, cabendo-lhe promover a respectiva cobrança e aplicar as sanções previstas legalmente.

§ 1º. É prerrogativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o exame da contabilidade da empresa, não prevalecendo para esse efeito o disposto nos artigos 17 e 18 do Código Comercial, ficando obrigados a empresa e o segurado a prestar todos os esclarecimentos e informações solicitados.

§ 3º. Ocorrendo recusa ou sonegação de qualquer documento ou informação, ou sua apresentação deficiente, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pode, sem prejuízo da penalidade cabível, inscrever de ofício importância que reputar devida, cabendo à empresa ou ao segurado o ônus da prova em contrário.”

JUSTIFICAÇÃO

A alteração proposta pela MP ao artigo 19 da Lei nº 8.212 não pode ser concretizada sem que se atribua, ao INSS, a competência exclusiva pela arrecadação e fiscalização de todas as receitas da Seguridade Social. Somente assegurando ao INSS esta prerrogativa, em caráter exclusivo, se estará garantindo que o Tesouro Nacional não poderá promover a retenção dos recursos destinados ao custeio da seguridade social. A presente emenda retira, portanto, da Secretaria da Receita Federal, a competência de fiscalizar e arrecadar as contribuições sobre o faturamento e o lucro e as receitas de concursos de prognósticos, transferindo-a ao INSS de modo a garantir a autonomia da Seguridade Social no tocante à administração financeira.

Sala das Sessões, 04/05/95



Dep. Miguel Rosseto - PT/RS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 52ª SESSÃO, EM 04 DE MAIO DE 1995

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Senhor Presidente da República

– Nº 153, de 1995 (nº 484/95, na origem), de 3 do corrente, restituindo autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1994 (nº 3.590/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Procuradorias da República em Municípios e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.035, de 3 de maio de 1995;

– Nº 154, de 1995 (nº 489/95, na origem), de 3 do corrente, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real relativo ao trimestre janeiro/março de 1995, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

Submetendo à deliberação do Senado Federal a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

– Nº 155, de 1995 (nº 491/95, na origem), de 3 do corrente, referente à indicação da Senhora Thereza Maria Machado Quintella, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com a função de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer a função de Embaixadora do Brasil junto à República da Belarus.

1.2.2 – Leitura de Propostas de Emenda à Constituição

– Nº 22, de 1995, de autoria do Senador João França e outros Srs. Senadores, que altera os arts. 20 e 231 da Constituição Federal.

– Nº 23, de 1995, de autoria do Senador João França e outros Srs. Senadores, que suprime o parágrafo 7º do artigo 231 da Constituição Federal.

– Nº 24, de 1995, de autoria do Senador João França e outros Srs. Senadores, que altera os arts. 49 e 231 da Constituição Federal.

1.2.3 – Requerimento

– Nº 667, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, solicitando ao Ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, informações que menciona.

1.2.4 – Comunicação da Presidência

– Designação dos Senadores Ronaldo Cunha Lima e Humberto Lucena para participarem do Fórum de Secretários Estaduais da Fazenda, a realizar-se em João Pessoa-PB, no período de 22 a 24 do corrente.

1.2.5 – Discurso do Expediente

SENADOR PEDRO SIMON – Crise no complexo coreio-calçadista do País.

1.2.6 – Comunicações da Presidência

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 972, de 20 de abril de 1995, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, que altera a legislação tributária federal, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 973, de 20 de abril de 1995, que dispõe sobre a instituição de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, para ressarcimento do valor PIS/PASEP e COFINS nos casos que especifica, e dá outras providências; designação da Co-

missão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 974, de 20 de abril de 1995, que autoriza o Poder Executivo a contratar com a ITAIPU Binacional pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional com títulos da dívida externa brasileira, denominados BRAZIL INVESTMENT BOND – BIB, em valor correspondente a até US\$ 92.800.000.00 (noventa e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América); designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 975, de 20 de abril de 1995, que dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 976, de 20 de abril de 1995, que dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera disposições das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 977, de 20 de abril de 1995, que dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994 e nº 8.541, de 23 de dezembro de 1992, que alteram a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 978, de 20 de abril de 1995, que dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 979, de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre a nota do Tesouro Nacional – NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera o art. 3º da Lei nº 8.249/91.; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 980, de 25 de abril de 1995, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 981, de 28 de abril de 1995, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dispõe sobre a remuneração dos re-

ursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 982, de 28 de abril de 1995, que cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade – GDP das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 983, de 28 de abril de 1995, que cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 984, de 28 de abril de 1995, que dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

– Edição, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 985, de 28 de abril de 1995, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências; designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.

1.2.7 – Requerimentos

– Nº 668, de 1995, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando que seja considerada como licença autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa, nos dias 03, 17 e 28 de abril de 1995. **Aprovado.**

– Nº 669, de 1995, de autoria do Senador Vilson Kleinübing, solicitando que seja considerada como licença autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa no período de 17 a 19/04/95. **Aprovado.**

1.2.8 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR BERNARDO CABRAL, como Líder – Indignação com a decisão do Governo de limitar a cota anual de importação da Zona Franca de Manaus, através do Decreto nº 1.475, de 1995.

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Falta de infra-estrutura no Nordeste para melhorar as condições de saúde na região. Necessidade de criação de um polo de saúde em Pernambuco, aproveitando o exemplo do Hospital do Câncer de Pernambuco.

1.2.9 – Leitura de projetos

– Projeto de Lei do Senado nº 145, de 1995, de autoria do Senador Gilberto Miranda, que veda as operações de emissão e venda a termo de Letras do Banco Central do Brasil às instituições financeiras estaduais.

– Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1995, de autoria do Senador Júlio Campos, que institui o Conselho Curador dos Recursos das Cadernetas de Poupança e dá outras providências.

1.2.10 – Requerimento

– Nº 670, de 1995, de autoria do Senador Roberto Requião, solicitando ao Ministro das Minas e Energia informações que menciona.

1.3 – ORDEM DO DIA

– Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1993 (nº 218/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Letras de Câmbio, Notas Promissórias e Faturas, concluída na Cidade do Panamá, em 30 de janeiro de 1975, durante a I Conferência Espe-

cializada Interamericana de Direito Internacional Privado. **Rejeitado** o projeto, após usarem da palavra os Srs. Bernardo Cabral, Hugo Napoleão e Ronaldo Cunha Lima. Ao Arquivo.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1993 (nº 117/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 170, da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho, adotada pela 77ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1990. **Aprovado.** A Comissão Diretora para redação final.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1994 (nº 329/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviço Móvel Celular entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República Argentina, o Governo da República do Paraguai e o Governo da República Oriental do Uruguai, celebrado em Las Leñas, em 27 de junho de 1992. **Aprovado.** A Comissão Diretora para redação final.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 1994 (nº 223/92, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do Acordo-Quadro de Cooperação e de seu Anexo, celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia, em 1992. **Aprovado.** A Comissão Diretora para redação final.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 1994 (nº 279/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Meio Ambiente, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, em Brasília, em 10 de outubro de 1990. **Aprovado.** A Comissão Diretora para redação final.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1995 (nº 220/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Internacional sobre a Utilização de Estações Terrenas de Bordo da INMARSAT em Águas Territoriais e em Portos, concluído em Londres, em 16 de outubro de 1985, e assinado pelo Brasil, em 29 de janeiro de 1987. **Aprovado.** A Comissão Diretora para redação final.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1995 (nº 284/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevidéu, em 28 de dezembro de 1992. **Aprovado.** A Comissão Diretora para redação final.

– Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1995 (nº 433/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 16 de outubro de 1993. **Aprovado.** A Comissão Diretora para redação final.

– Parecer nº 89, de 1995, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Diversos nº 22, de 1995, e seu adendo (Representação nº 1), concluindo pela admissibilidade de instauração de processo parlamentar para apurar os fatos atribuídos ao Senador Ernandes Amorim, com base nas representações formuladas pelo Partido dos Trabalhadores, e nos dados de prova já colhidos ou que vierem a ser obtidos. **Rejeitado** o parecer, após usarem da palavra os Srs. Romeu Tuma, Epitácio Cafeteira, José Ignácio Ferreira, Romero Jucá, Sérgio Machado, Eduardo Suplicy, Antônio Carlos Magalhães, Júnia Marise, Pedro Simon, Ademir Andrade, Roberto Freire, Elcio Alvares, Ney Suassuna, Iris Rezende, Jader Barbalho, Hugo Napoleão e Josaphat Marinho. Ao arquivo.

– Mensagem nº 145, de 1995 (nº 457/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1991 (nº 4.787/90, na Casa de origem), de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

IAPAS a doar ao Governo do Estado do Rio de Janeiro o imóvel que especifica. **Aprovada**, devendo o projeto ser arquivado.

1.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

– Redações finais dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 9, 6 e 5, de 1995; nºs 88, 83 e 59, de 1994; e 53, de 1993, apreciados na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovadas**, nos termos dos Requerimentos nºs 672 a 678, de 1995. **A promulgação.**

1.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR EDISON LOBÃO – Regozijo pela dotação mensal que o Ministério dos Transportes passará a receber, destinada à conservação das rodovias federais.

SENADOR JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA – Considerações sobre as discrepâncias tributárias estabelecidas pelo INCRA, referentes aos valores da terra nos municípios capixabas.

1.3.3 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão.

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

– Do Senador Iris Rezende, pronunciado na sessão de 19.04.95 (republicação).

3 – RETIFICAÇÃO

– Ata da 51ª Sessão, realizada em 3 de maio de 1995, e publicada no DCN– Seção II, de 4.5.95.

4 – ATOS DO PRESIDENTE

– Nº 100 e 106, de 1995 (republicação)

– Nº 242 e 243 de 1995

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

– Nº 31, 73, 85, 98, 111, 135, 136, 151, 157, 196 e 246, de 1995 (republicação).

6 – ATA DE COMISSÃO

– 9ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 25 de abril de 1995.

7 – MESA DIRETORA

8 – CORREGEDOR E CORREGEDORES SUBSTITUTOS

9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 52ª Sessão, em 4 de maio de 1995

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Júlio Campos e Levy Dias

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Ademir Andrade – Antônio Carlos Magalhães – Antônio Carlos Valadares – Arlindo Porto – Artur da Távola – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Darcy Ribeiro – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emília Fernandes – Epitácio Cafeteira – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Humberto Lucena – Iris Rezende – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Roberto Arruda – José Bianco – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Lúdio Coelho – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suassuna – Odacir Soares – Osmar Dias – Pedro Piva – Pedro Simon – Ramez Tebet – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sérgio Machado – Teotonio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinübing – Waldeck Orelas.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A lista de presença acusa o comparecimento de 74 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

MENSAGENS

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 153, de 1995 (nº 484/95, na origem), de 3 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 1994 (nº 3.590/93, na Casa de origem), que dispõe sobre a criação de Procuradorias da República em Municípios e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.035, de 3 de maio de 1995.

Nº 154, de 1995 (nº 489/95, na origem), de 3 do corrente, encaminhando o demonstrativo das emissões do Real relativo ao trimestre janeiro/março de 1995, as razões delas determinadas e a posição das reservas internacionais a elas vinculadas.

À Comissão de Assuntos Econômicos, para conhecimento.

SUBMETENDO À DELIBERAÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DE NOME INDICADO PARA CARGO CUJO PROVIMENTO DEPENDER DE SUA PRÉVIA AQUIESCÊNCIA:

MENSAGEM Nº 155, DE 1995

(Nº 491/95, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 39, inciso I, alínea a, e no art. 40 do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, da Senhora Thereza Maria Machado Quintella, Ministra de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Belarus.

Os méritos da Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, que me induziram a escolhê-la para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 3 de maio de 1995. – **Fernando Henrique Cardoso.**

EM Nº 237/MRE/G/SRC/DSE/DP/APES

Brasília, 27 de abril de 1995

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso VII, da Constituição, e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, no art. 39, inciso I, alínea a, e no art. 40, do Anexo I ao Decreto nº 99.578, de 10 de outubro de 1990, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação da Senhora Thereza Maria Machado Quintella, Ministra de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para, cumulativamente com o cargo de Embaixadora do Brasil junto à Federação da Rússia, exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto à República da Belarus.

2. O Itamaraty elaborou o *Curriculum Vitae* da Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, será apresentado ao Senado Federal para exame de seus ilustres membros.

Respeitosamente, — Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

INFORMAÇÃO

Curriculum Vitae

Embaixadora THEREZA MARIA MACHADO QUINTELLA
Rio de Janeiro/RJ, 27 de maio de 1938.

Filha de Moacyr Machado e Clélia Mendes Machado.
Licenciatura em Letras Neolatinas, Instituto Santa Úrsula.
CPCD, IRBr.

Terceira Secretária, 06 de outubro de 1961.

1965. Segunda Secretária, merecimento, 03 de novembro de 1965.

Primeira Secretária, merecimento, 30 de junho de 1972.

Conselheira, merecimento, 14 de julho de 1977

1980. Ministra de Segunda Classe, merecimento, 26 de junho de 1980.

Ministra de Primeira Classe, merecimento, 17 de dezembro de 1987.

Assistente do Secretário-Geral-Adjunto para Assuntos Econômicos, 1961

1963. Chefe, interino, da Divisão de Transportes e Comunicações, 1963.

Assistente do Chefe da Divisão de Transportes e Comunicações, 1963.

Assistente do Chefe da Divisão da Ásia e Oceania, 1967.

Assessora do Chefe do Departamento de Organismos Regionais Americanos, 1977.

Chefe da Divisão da ALALC, 1978.

Chefe da Divisão de Imigração, 1979.

1975. Chefe da Coordenadoria Técnica, do Departamento de Comunicações e Documentação, 1980/82.

Diretora do Instituto Rio Branco, 1987/91.

Baia Blanca, Vice-Cônsul 1964/65.

Baia Blanca, Cônsul, 1965/66.

Baia Blanca, Encarregada, 1964 e 1965.

Bruxelas, CEE, Segunda Secretária, 1969/72.

Bruxelas, CEE Primeira Secretária, 1972/73.

Montevideu, ALALC, Primeira Secretária, 1973/77.

1975. Montevideu, ALALC, Encarregada de Negócios, 1974 e 1975.

Londres, Cônsul-Geral, 1982/86.

Londres, Representação junto aos Organismos Econômicos Multilaterais, Ministra Conselheira, 1986.

Viena, Embaixadora, 1991/95.

Viena, Representante Residente junto à AIEA, 1991/95.

Viena, Representante Permanente junto à UNIDO, 1991/95.

Viena, Representante Permanente junto aos 76 Estados das Nações Unidas ali sediados, 1991/95.

XIV Assembléia Geral da OACI, Roma, 1962 (membro).

Comissão de Estudos Relativos à CERNAT, Rio de Janeiro, 1963 e 1964 (representante-suplente do MRE).

II Reunião de Consulta do Acordo sobre Transportes Aéreos Brasil-Espanha, Rio de Janeiro, 1964 (delegada).

Seminário da ONU sobre a Participação das Mulheres na Vida Pública de seus Países, Moscou, 1970 (representante).

Reunião Preparatória das Negociações Coletivas da ALALC, Montevideu, 1974 (delegada).

I, II, III e IV Reuniões de Negociações Coletivas da ALALC, Buenos Aires, (1974), Quito (1974), Montevideu (1974 e 1975), (delegada).

XIV, XV, XVI e XVIII Períodos de Sessões Ordinárias da Conferência das Partes Contratantes do Tratado de Montevideu, 1974, 1975, 1976 e 1978 (delegada).

Reunião do Comitê com Representantes dos Governos, Montevideu, 1975 (delegada).

Comissão Nacional para os Assuntos da ALALC (CNAALALC), do MRE, Brasília, 1978/79 (Secretária Executiva).

Conferência Mundial de Revisão e Avaliação dos Progressos Alcançados na Década das Nações Unidas para a Mulher, Nairobi, 1985 (chefe da delegação).

XXXVIII Reunião Anual da Comissão Internacional da Baleia, Malmö, Suécia, 1986 (chefe da delegação).

Sessão especial da Comissão das Nações Unidas sobre a situação da Mulher, Nova Iorque, 1987 (chefe da delegação).

XVI, XVII, XVIII e XIX Reuniões Anuais de Diretores de Escolas Diplomáticas e de Institutos de Relações Internacionais, Viena, 1987, Genebra 1988, Washington 1989 e Cairo, 1990 (Representante).

XXXII, XXXIV e XXXV Sessões da Comissão das Nações Unidas sobre a Situação da Mulher, Viena, 1988, 1990 e 1991.

II Reunião de Diretores de Escolas Diplomáticas da América Latina, Buenos Aires, 1988.

XXIV, XXV e XVI Assembléias Gerais de Delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres da OEA, Washington, 1988, 1990 e 1992 (delegada titular).

IV Conferência Geral da UNIDO, Viena, 1991 (chefe da delegação).

XXXV e XXXVI Conferências Gerais da AIEA, Viena, 1991 e 1992.

IX e X Sessões da Junta de Desenvolvimento Industrial da UNIDO, Viena, 1992 (chefe da delegação).

Publicações:

"Teoria da Integração Econômica" — Coleção Gerson Augusto da Silva, Escola de Administração Fazendária, Ministério da Fazenda, Brasília, 1982.

"O Tratado de Montevideu" — Coleção Gerson Augusto da Silva, Escola de Administração Fazendária, Ministério da Fazenda, Brasília, 1982.

Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz, Brasil.

Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Militar, Grande Oficial, Brasil.

Ordem do Mérito Aeronáutico, Comendador, Brasil.

Ordem do Mérito de Brasília, Comendador, Brasil.

Medalha Mérito Tamandaré.

Medalha Mérito Santos Dumont.

Ordem Nacional "Al Mérito", Grã-Cruz, Equador.

Ordem de Bernardo O'Higgins, Grã-Cruz, Chile.

Ordem do Tesouro Sagrado, Cavaleiro, Japão.

A Embaixadora Thereza Maria Machado Quintella encontra-se nesta data no exercício de suas funções de Embaixadora do Brasil junto à República da Áustria.

Stélio Marcos Amarante, Chefe do Departamento do Serviço Exterior.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, propostas de emendas à Constituição que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda.

São lidas as seguintes

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 22, DE 1995

Altera os arts. 20, e 231 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XI do art. 20 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20.....

XI – as terras ocupadas pelos índios."

Art. 2º O art. 231 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:"

Art. 231

§ 1º São terras ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, observados os direitos dos não-índios.

§ 2º As terras ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O enfoque conferido pela Constituição Federal de 1988 à questão indígena tem contribuído para tornar tensas relações antes amistosas entre as populações índias e não-índias. Os direitos concedidos às populações indígenas pela Carta Magna resultam da idealização de situações abstratas que não encontram correspondências com a diversidade de relações resultantes das mais diferentes formas de contatos interétnicos mantidas pelos índios com a sociedade envolvente.

Exemplo desse fato é o conceito de terras tradicionalmente ocupada pelos índios, de tão ampla abrangência que induz à concessão de terras desproporcionalmente vastas em comparação com o número de índios que nelas habitam.

Dessa forma, alguns Estados brasileiros têm comprometido o seu processo de desenvolvimento, em virtude da redução de significativas áreas dos seus territórios que, na realidade, deveriam, ser destinadas à produção econômica.

Roraima é um caso expressivo dessa situação. Estado cuja economia assenta-se marcadamente na mineração e na agropecuária, tem-se defrontado com a interdição de considerável parcela do seu território.

Segundo informações propiciadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, em 1994, dos 807 requerimentos de pesquisa mineral relativas a Roraima, cerca de 70% incidem sobre terras dos índios. De outra parte, a demarcação da Área Indígena Raposa Serra do Sol, se vier a ocorrer nas bases propostas, acarretará a subtração de 1,3 milhão de hectares das melhores terras para a pastagem existente em Roraima, onde se situam cerca de 350 fazendas agropecuárias.

A presente Proposta de Emenda à Constituição oferece nova redação aos parágrafos 1º e 2º do artigo 231, com o fim de corrigir os excessos constantes do texto original e tornar realistas os direitos concedidos aos índios. A nosso ver, de nada vale conferir direitos ideais, mas irrealizáveis. Com efeito, devem-se garantir os direitos que assegurem a reprodução física e cultural dos índios e que, ao mesmo tempo, observem os interesses da sociedade envolvente, vale dizer, o direito de a sociedade abrangente superar, pela via do desenvolvimento, a pobreza e a marginalidade tão expressivas na sociedade brasileira.

Estamos convictos da acolhida desta proposição pelos membros das duas casas do Congresso Nacional, em face da necessidade de compatibilizar a garantia dos direitos indígenas com o imprescindível desenvolvimento econômico e social do País.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – Senadores – João França – José Fogaça – José Alves – Rames Tebet – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Coutinho Jorge – Lucídio Portella – Ernandes Amorim – Epitácio Cafeteira – José Bianco – Antônio Carlos Valadares – Joel de Hollanda – Fernando Bezerra – Carlos Bezerra – Sérgio Machado – Leomar Quintanilha – Osmar Dias – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Esperidião Amin – Emília Fernandes – Benedita da Silva – Vilson Kleinuging – Freitas Neto – Bello Parga – Iris Resende – Lúdio Coelho – Jonas Pinheiro – Jader Barbalho – Francelino Pereira – Lúcio Alcântara – Ronaldo Cunha Lima – Humberto Lucena – Josaphat Marinho – Casildo Maldaner – José Agripino – Flaviano Melo – Bernardo Cabral – Marluce Pinto – Valmir Campelo – Guilherme Palmeira – Júnia Marise – Roberto Requião – Pedro Piva – Romeu Tuma – Jefferson Peres – Júlio Campos – Ademir Andrade – Antônio Carlos Magalhães – Gerson Camata – Pedro Simon.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 1995

Suprime o parágrafo 7º do artigo 231 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É suprimido o parágrafo 7º do art. 231 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Sabidamente, a geração de postos de trabalho em número compatível com o crescimento da força de trabalho disponível é um dos principais problemas que encontra a economia capitalista. Essa situação mostra-se ainda mais grave nos países de menor desenvolvimento, notadamente em suas regiões mais pobres.

No Norte do Brasil, as dificuldades vêm-se acentuando, uma vez que, nas últimas décadas, os Estados da região receberam elevados contingentes de brasileiros de outras áreas, incentivados

pela política governamental de expansão da fronteira econômica. Evidentemente, os trabalhadores que para lá se deslocaram representavam força de trabalho disponível em outras áreas, quer em decorrência da forte pressão sobre a terra no meio rural – no Sudeste e no Sul, principalmente –, quer como resultado dos elevados índices de desemprego ou subemprego dessas regiões.

A esse respeito, é significativo o fato de a população de Roraima ter-se elevado de 40.885 habitantes, em 1970, para 215.950, em 1991. O contingente populacional praticamente duplicou na década de 70 (aumento de 94%), enquanto quase triplicou nos anos 80 (incremento de 173%). Em 20 anos, o número de habitantes de Roraima mais que quintuplicou, aumentando 428%.

Reconhecidamente, não há condições de integrar à economia mão-de-obra resultante de aumento populacional tão elevado, ainda mais em meio à conjuntura de crise econômica dos últimos decênios. Da mesma forma, seria impossível o Poder Público estadual investir na infra-estrutura de serviços, de maneira a superar com a necessária presteza o quadro de pobreza endêmica que se agravou drasticamente.

No que se refere especificamente à categoria dos garimpeiros, em meados da década de 80, cerca de 45 mil desses trabalhadores, oriundos das mais diversas localidades brasileiras, invadiram parte do território ocupado pelos Yanomami, em Roraima. Retirados da área indígena, os garimpeiros e suas famílias engrossaram o caudal dos setores colocados à margem das condições mínimas de sobrevivência nas cidades de Roraima.

Conscientes da necessidade de criar incentivos aos setores econômicos que utilizam intensivamente a mão-de-obra, o constituinte de 1988 determinou que o Estado favorecesse a organização da atividade garimpeira em cooperativas. O artigo 174 da Constituição Federal contempla tal ordenamento nos seguintes termos:

"Art. 174.

§ 3º O Estado favorecerá a organização da atividade garimpeira em cooperativas, levando em conta a proteção do meio ambiente e a promoção econômico-social dos garimpeiros.

§ 4º As cooperativas a que se refere o parágrafo anterior terão prioridade na autorização ou concessão para pesquisa e lavra dos recursos e jazidas de minerais garimpáveis, nas áreas onde estejam atuando, e naquelas fixadas de acordo com o art. 21 XXV, na forma da lei."

Entretanto, a seguir, constituinte vedou a aplicação dos incentivos no caso de as jazidas minerais se encontrarem nas terras indígenas, conforme o disposto no artigo 231, § 7º:

"Art. 231.

§ 7º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º."

Tal vedação é incompreensível, uma vez que, se o garimpo for realizado em conformidade com as normas que regulam a exploração mineral, particularmente em áreas indígenas, não há por que não se permitir tal atividade nessas áreas.

A presente Proposta de Emenda à Constituição Federal tem o fim de corrigir tal distorção, fazendo suprimir o dispositivo citado. Estamos convencidos de que os membros do Congresso Nacional acolherão favoravelmente esta iniciativa, que, a par de restabelecer o alcance desejável do artigo 174 da Carta Magna, objetiva criar possibilidades de ocupação para um elevado contingente de brasileiros impedidos de trabalhar para vencer as precárias condições de sobrevivência de suas famílias.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – Senadores João França – Gilberto Miranda – Leomar Quintanilha – Epitácio Cafeteira – Esperidião Amin – Ramez Tebet – Gilvam Borges – Ernandes Amorim – Coutinho Jorge – José Bianco – Vilson

Kleinubing – Bernardo Cabral – Antônio Carlos Valadares – Jader Barbalho – Fernando Bezerra – Osmar Dias – Carlos Patrocínio – Joel de Hollanda – Emília Fernandes – Lucídio Portella – Freitas Neto – Bello Parga – Íris Rezende – Lúcio Coelho – Francelino Pereira – Roberto Requião – José Fogaça – José Agripino – Lúcio Alcântara – Ronaldo Cunha Lima – Humberto Lucena – Pedro Simon – Josaphat Marinho – Gerson Camata – Guilherme Palmeira – Pedro Piva – Antônio Carlos Valadares – Sérgio Machado – Carlos Wilson – Flávia – Melo – José Alves – Ademir Andrade – Júnia Marise – Romeu Tuma – Jefferson Peres – Júlio Campos – Carlos Bezerra – Cassido Maldaner – Jonas Pinheiro – Marluce Pinto – Valmir Campelo.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 24, DE 1995

Altera os arts. 49 e 231 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso XVI do art. 49 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49.

XVI – aprovar o processo de demarcação das terras indígenas e nelas autorizar a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa a lavra de riquezas minerais".

Art. 2º O caput do art. 231 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos sobre as terras que ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens e ao Congresso Nacional aprovar o processo de demarcação de suas terras

....."

Art. 3º Esta Emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Entre as inovações da Constituição Federal de 1988 figura a fundamentação dada aos direitos indígenas sobre suas terras, baseada nas categorias de direitos originários e ocupação tradicional. Em decorrência da enorme abrangência dessas categorias, têm sido concedidas aos índios brasileiros áreas desproporcionalmente mais extensas que as de que eles efetivamente necessitam.

Exemplo por demais eloquente dessa realidade é a demarcação de 9,4 milhões de hectares como terra Yanomami, dos quais 5,7 milhões de hectares situam-se em Roraima. De fato, caso sejam demarcadas todas as áreas reivindicadas pelos povos indígenas do Estado, Roraima terá suas possibilidades de desenvolvimento seriamente ameaçadas.

A nossa compreensão, é imprescindível que a política de demarcação das terras indígenas seja executada em consonância com a realidade concreta das relações mantidas entre índios e não índios, sem descuidar do importante fato de que o desenvolvimento é condição para o progresso e o bem-estar de todos, inclusive das populações indígenas.

Por isso, elaborou bem o constituinte de 1988, ao permitir o aproveitamento de recursos hídricos, a pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas, desde que essas atividades se deem mediante autorização do Congresso Nacional.

A Proposta de Emenda Constitucional que ora submetemos à apreciação das duas Casas Legislativas objetiva estender tal concepção ao processo de demarcação das terras dos índios. Assim, após o Poder Executivo efetuar os procedimentos relativos ao reconhecimento de um território com área indígena e a sua delimitação, deve submeter o processo ao Congresso Nacional, a quem caberá apreciá-lo e aprová-lo, autorizando, pois, a sua execução.

Além disso, propomos seja a redação do caput do artigo 231 escoimada das imperfeições que têm permitido a demarcação de áreas indígenas e extensões desproporcionais às necessidades das populações a que se destinam.

Temos a expectativa de que o Congresso Nacional será receptivo à Proposição que submetemos a sua consideração, na certeza de que seus membros serão sensíveis à necessidade de harmonizar os direitos indígenas com o direito de toda a sociedade ao progresso e ao bem-estar.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – Senadores João França – Coutinho Jorge – Gilberto Miranda – Epitácio Cafeteira – Leomar Quintanilha Joel de Hollanda – Emília Fernandes – Freitas Neto – José Agripino – Gilvan Borges – Ernandes Amorim – José Bianco – Antônio Carlos Valadares – Esperidião Amin – Osmar Dias – Carlos Patrocínio – Fernando Bezerra – Ramez Tebet – Lucídio Portella – Vilson Kleinubing – Bello Parga – Iris Resende – Lúdio Coelho – Francélio Pereira – Lúcio Alcântara – Ronaldo Cunha Lima – Humberto Lucena – Josaphat Marinho – Casildo Maldaner – Jonas Pinheiro – Flaviano Melo – Bernardo Cabral – Gerson Camata – Jefferson Peres – Carlos Bezerra – Jader Barbalho – Guilherme Palmeira – Júnia Marise – Roberto Requião – Ademir Andrade – José Alves – Antônio Carlos Magalhães – Pedro Piva – Carlos Wilson – Sérgio Machado – Romeu Tuma – José Fogaça – Júlio Campos – Pedro Simon – Marluce Pinto – Valmir Campelo.

(A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – As propostas de emendas à Constituição que acabam de ser lidas estão sujeitas às disposições específicas constantes do art. 354 e seguintes do Regimento Interno.

As matérias vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 667, DE 1995

Nos termos do disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o previsto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas, ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, as seguintes informações referentes à reposição florestal obrigatória:

Demonstrativo dos valores arrecadados, anualmente, em todo o País, através da conta Recursos Especiais a Aplicar – Optantes de Reposição Obrigatória, desde a criação do fundo;

Destinação dada aos recursos aplicados, em todo o País, por Estado, no período 1989/1994;

Demonstrativo dos valores arrecadados e aplicados, por Estado, no mesmo período;

Situação atual da conta.

Justificação

A partir da Portaria IBAMA nº 001/80, do antigo IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o Governo Federal permitiu, aos consumidores de madeira e carvão vegetal, a opção pelo recolhimento do valor equivalente à reposição florestal, à conta "Recursos Especiais a Aplicar – Optantes de Reposição Florestal". Ou seja, em vez de realizar o plantio florestal, essas pessoas físicas e jurídicas poderiam simplesmente recolher, ao IBAMA, o valor correspondente ao custo da reposição.

Desde 1989, essa opção foi mantida apenas para os consumidores que utilizassem um volume de madeira inferior a 12.000 estéreos/ano.

Há informações de que um enorme volume de recursos foi captado com essa sistemática. Todavia, não se tem conhecimento, a nível público, do montante captado e do modo como esses recursos foram distribuídos entre as diversas unidades da Federação; desconhece-se, também, se esses valores foram efetivamente aplicados de acordo com a destinação prevista na Portaria IBAMA nº 441/89 – plantio, pesquisa e fomento na área florestal e aquisição de áreas para implantação de florestas nacionais.

O presente pedido de informações se prende à necessidade de se garantir transparência no emprego de recursos que pertencem a toda a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – Senador Ernandes Amorim, PDT – RO

(A Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O requerimento lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 216 do Regimento Interno.

A Presidência designa os Senadores Ronaldo Cunha Lima e Humberto Lucena para participar do Fórum dos Secretários Estaduais de Fazenda, a realizar-se em João Pessoa, no período de 22 a 24 do corrente.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, venho a esta tribuna debater um assunto específico que vive o Rio Grande do Sul e um setor muito importante da economia brasileira. O Governador Antônio Britto, prefeitos, parlamentares e empresários da região vêm debatendo, profundamente, o que se chama crise do complexo coureiro-calçadista em nosso País. Várias análises têm sido feitas nesse sentido.

Recebi um estudo, acompanhado de uma carta muito carinhosa daquele que, para alegria minha, foi Secretário de Indústria e Comércio quando eu era Governador do Rio Grande do Sul, o atual Diretor-Superintendente da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Gilberto Mosmann. Passo a lê-la:

"Distinto Senador:

Apelo a sua tribuna no Senado Federal.

Apelo para que a use a fim de mostrar ao Governo e à Nação o que ocorre em termos de crise em um setor empresarial que era, até bem pouco, motivo de orgulho ao Rio Grande do Sul e ao País.

Apelo para que diga sobre o problema e diga da necessidade de medidas governamentais efetivas que restabeleçam a parceria sempre havida entre Governo e exportadores.

Apelo porque a situação é realmente crítica, conforme demonstra o detalhado relatório que lhe alcanço.

Apelo por sua ação firme, lastrada na sua reconhecida liderança.

Subscrevo-me, grato e respeitosamente,
Gilberto Mosmann."

Em seguida, ele apresenta uma análise detalhada da situação do setor, cujos dados são impressionantes. Passo a lê-los:

"1. O QUE É ESTE COMPLEXO E OS PRIMEIROS NÚMEROS DA CRISE

Trata-se da cadeia produtivo-comercial do calçado e dos artefatos de couro. No País, é composto de 43.000 empresas e é responsável por um milhão de empregos diretos. Senão, vejamos:

Empresas

Indústrias de couros e peles.....	560
Indústrias de componentes.....	300
Indústrias de máquinas e equipamentos.....	140
Indústrias de calçados e artefatos.....	4.000
Serviços afins.....	3.000
Lojas de calçados e artefatos.....	35.000

Mão-de-Obra:

Indústrias de couros e peles.....	60.000
Indústrias de componentes.....	25.000
Indústrias de máquinas e equipamentos.....	20.000
Indústrias de calçados e artefatos.....	350.000
Serviços afins.....	30.000
Lojas de calçados e artefatos.....	165.000
Indiretos.....	350.000

(...)

O Rio Grande do Sul é responsável por um terço da produção calçadista nacional, mas por 80% a 85% do total das exportações brasileiras de calçados. E esse setor compreende 30% da mão-de-obra industrial do meu Estado. Em janeiro de 1994, só o setor de calçados – no qual é manufaturado o produto de ponta mais representativo desse complexo, havia 153.000 empregados, em termos de empregos diretos. Hoje, esse número está reduzido a 111.500 – com a redução de 42.000 empregos em curto período, com a política que estamos vendo e sentindo no nosso País. Isso sem falar em outros Estados do País.

Em Franca, São Paulo, já houve mais de 10.000 dispensas no setor.

No Rio Grande do Sul, já há 69 falências e concordatas. Sem contar cerca de 100 empresas, no País, que cerraram suas portas, encerrando suas atividades.

Em Estância Velha, RS, cidade que sempre se caracterizou como "Capital Brasileira do Couro", dado o grande parque industrial de curtumes e empresas acabadoras de couro, havia 5.200 desempregados (março/95).

O que mais marca a crise nos setores calçadista e correlatos (curtumes, acabadores de couros, componentes, máquinas-equipamentos) é a geral diminuição da produção, com uma ociosidade, nas linhas de fabricação, no chão das fábricas, de 30% a 50%, conforme o grau de dificuldade de cada uma.

É, pois, compreensível que 16 municípios gaúchos tenham decretado "estado de emergência" (26/04/95).

Num tempo em que o Governo Federal fala em política de geração de empregos, a prioridade deveria ser a parceria com setores em dificuldades, de modo a se manter empregos – e evitar o desemprego.

2. DETALHAMENTO DA CRISE

1º FATOR DA CRISE – No setor de calçados, embora tenha havido uma certa melhoria nos negócios, no mercado interno, a partir do segundo semestre de 1994, jamais chegou a haver aquecimento.

O aquecimento se tem restringido a automóveis, aos eletroeletrônicos e eletrodomésticos, além de alimentos.

Então, o mercado interno de calçados amarga baixo desempenho há longo tempo.

2º FATOR DA CRISE – Há um expressivo refluxo de indústrias exportadoras para o mercado interno.

Com as dificuldades para vender ao exterior, muitas empresas que se dedicavam, há largos anos, integralmente às exportações, tentam a disputa do mercado interno, através de parte de suas linhas de produção.

Resultado: sem aumentar o tamanho e o consumo do mercado interno, há mais produtores disputando o mesmo mercado.

3º FATOR DA CRISE – Começam a assustar as importações, particularmente da China.

Em 1994, chegaram a US\$258.000.000 as autorizações para importar calçados. A efetiva importação atingiu US\$80.000.000 até dezembro último. O restante, em relação às guias autorizadas, deve ter ingressado no País nos meses já transcorridos de 1995.

Dai resulta a constatação de que os fabricantes dedicados ao mercado interno passam a sofrer a desleal concorrência de sapatos de baixo preço da China: a previsão das entidades empresariais do setor é de que haja US\$550 milhões de importações em 1995. Desleal porque, sabidamente, o preço vil que a China cobra resulta de práticas subsidiadas e sub-remuneração dos mais variados fatores de produção.

4º FATOR DA CRISE – Em 1992, o Brasil exportou US\$1,475 bilhão em calçados. Naquele ano, perdeu-se, no mercado dos EUA, para a China, o fornecimento de um tipo de sapato de baixo preço (os *huarachis*, de estilo indígena-mexicano), com cotação de até US\$4,00 por par.

A essa perda o setor reagiu, passando a vender sapatos de maior valor agregado, a ponto de, em 1993, se ter atingido US\$1,945 bilhão em exportações de calçados. Houve, pois, um *up grade* – melhor qualificação do produto exportado. O Anexo 1 mostra que o setor tem melhorado em preço médio.

Em 1994, caíram as exportações calçadistas para US\$1,624 bilhão.

E, em 1995, a expectativa é de apenas US\$1,200 bilhão em vendas de sapatos ao exterior. (...)

Resultado: a balança comercial setorial, neste ano, deverá ser magra, como se demonstra:

Exportações

De calçados.....	US\$1,200 bilhão
De couro (a).....	US\$400 milhões
De máquinas-equipamentos e componentes (b).....	US\$200 milhões

Importações

De calçados.....	US\$550 milhões
De couros (a).....	US\$400 milhões
De máquinas-equipamentos e componentes (b).....	US\$200 milhões

Saldo, de apenas..... US\$550 milhões (...)

5º FATOR DA CRISE – Em que reside a causa dessa queda nas exportações?

Um fator, exógeno, refere-se à expressiva desvalorização da lira e da peseta, em 1994, com o que a Itália e a Espanha, que estavam pouco competitivas, voltaram a disputar exitosamente o mercado europeu. Já o Brasil, com sua moeda sobrevalorizada, está perdendo quase toda a fatia mercadológica européia que tinha conquistado ao longo de muitos anos.

6º FATOR DA CRISE – Totalmente interno, refere-se este fator à madrastra consequência da política de câmbio, afetando direta e incisivamente a exportação de bens de menor valor agregado.

Disseque-mo-la:

- a) Defasagem acumulada antes do Plano Real: cerca de 8%;
- b) Deságio, hoje na ordem de 10%;
- c) Defasagem pós-Real: medida pelo IPCr, praticamente 25% de inflação não repassada à taxa cambial.

Ora, como formar preços internacionalmente competitivos com esses mais de 35% de atraso no câmbio, particularmente para bens de baixo valor agregado?

Em produtos, como o calçado, com preço médio de US\$10 nas exportações, há limite para a qualificação do produto, para a racionalização de custos e para a melhoria de índices de produtividade, para compensar tamanhas perdas no câmbio.

7º FATOR DA CRISE – Tributos internos embutidos nos produtos exportados constituem errada prática brasileira, de longa data, contrariando a regra universal da desgravação.

Pois esse efeito se expressa ainda mais agora, em função da sobrevalorização cambial, porque ele se soma como dificuldade na formação de preços concorrenciais no mercado internacional.

Tirantes os encargos sociais, só nos dois primeiros elos da cadeia produtiva do sapato vai este fator a mais de 10% sobre o preço de venda. Se examinada toda a cadeia, devem aproximar-se dos 15% esses descabidos tributos internos, onerando as vendas ao exterior.

8º FATOR DA CRISE – A Argentina, em tempo de Mercosul, se protege e prejudica o Brasil.

Incluído em sua lista de adequação/exceção, o sapato brasileiro paga 27% de Imposto de Importação naquele país; já o sapato argentino, aqui, tem alíquota zerada.

Ademais:

a) Nós liberalizamos a venda de nosso couro semi-acabado (*wet blue*), ao ponto de, em 94, infelizmente, ter-se vendido ao exterior mais *wet blue* do que couro acabado;

b) A Argentina simplesmente não permite a exportação, para país nenhum, de seu couro em estágio de *wet blue*, protegendo essa sua matéria-prima.

9º FATOR DA CRISE – O "efeito China" expressa-se em três estágios:

a) Em 92, levou-nos a perder a fatia do *low price shoe*;

De certo modo, isso era previsível, porque, a partir de 1970, desbancamos a Espanha nos EUA nesse mesmo tipo de sapato; ora, em 92, outra nação emergente (China) tomou para si essa parcela, fazendo o mesmo conosco.

Afetou ela os nossos exportadores, com práticas injustas; mais, como já vimos, reagimos, em 93, com o *grow up* de nosso sapato exportado;

b) na atualidade, a China é perigo concreto para os fornecedores brasileiros do nosso mercado interno, principalmente em tênis, conforme já demonstrado.

Se não forem tomadas medidas preventivas de contenção, o Brasil amargará uma importação de meio bilhão de dólares de calçados chineses, em 1995, dando emprego lá, em detrimento de crescentes demissões aqui.

O que, em nome do bom senso, não faz sentido.

c) A China, quase certamente, concorrerá na atual faixa em que o Brasil opera no mercado internacional de calçados, à medida em que aprender a bem produzir sapatos de couro – no que, no geral, ainda não se sai bem o país oriental. Por isso, teremos que praticar um novo *up grade* produtivo-comercial, indo do atual preço médio de US\$10 para o dobro, ou impedir que a China continue

praticando injustiça por meio de custos de produção subsidiados e sub-remunerados.

3. COMPLEMENTOS RELEVANTES SOBRE A CRISE

Quanto às empresas:

– Um ponto de transcendental relevância é a "lição de casa" que o setor tem feito, qualificando fornecedores e o produto, enxugando custos e aumentando os índices de produtividade;

– As "gorduras" que o setor calçadista teria acumulado ao longo dos exitosos anos das exportações crescentes são seguidamente alegadas, até por autoridades, mas nunca comprovadas;

A verdade é que, salvo algumas poucas grandes empresas capitalizadas, o setor é atomizado em médios e pequenos empreendimentos, como o prova o total do número de empresas, bem ao início discriminado;

Via de regra, todos sempre reinvestiram seus ganhos nas próprias atividades empresariais.

– Para o capital de giro, sempre se contou com o aporte bancário. Hoje, como efeito colateral da crise do setor, as empresas estão desoxigenadas quanto ao capital de trabalho, e os bancos se afastam do setor, como se todo ele estivesse doente, o que é um absurdo, já que no mínimo 75% das empresas são sadias e viáveis.

– As entidades empresariais dos vários setores que compõem o complexo coureiro-calçadista uniram-se, em meados de 94, em torno de uma ação conjunta e permanente – o Programa Calçado do Brasil –, com a finalidade de ajudar as empresas a continuar a fazer, sempre melhor, a "lição de casa" e a pleitear junto às autoridades de forma organizada e com uma só voz.

Quanto aos pleitos:

– O Programa Calçado do Brasil já realizou 26 reuniões, com autoridades (Anexo 3) e já formulou 32 pleitos (Anexo 4), estes não atendidos.

– Quanto à prometida e demorada desgravação do PIS e da COFINS, sempre se ponderou, em Brasília, que, para o caso do calçado, não caberia a compensação via IPI, porque o sapato não é gravado por esse tributo.

Exatamente como não se esperava, a MP 948 criou a compensação através do IPI!

Agora, luta-se por uma melhoria redacional para viabilizar, sem dificuldade de interpretação de texto, o ressarcimento em espécie pelo setor calçadista.

Quanto a outras ações:

– Foi criada uma articulação com cerca de 50 parlamentares federais, visando apoio aos nossos pleitos básicos;

– Foi divulgado 'Manifesto à Sociedade Brasileira' (Anexo 5) em dez jornais de expressão nacional, mostrando a crise calçadista.

A propósito, os nossos dados de exportação diferem ligeiramente dos constantes no referido "Manifesto", porque os nossos incluem sapatos e suas partes, e os do "Manifesto" excluem essas partes;

– Foi constituída Comissão Tripartite para novas ações mais 4 representantes (empresariais) do Programa Calçado do Brasil, quatro representantes dos sindicatos/federações de operários do setor calçadista e 4 homens públicos (prefeitos e parlamentares).

4. PLEITOS MAIS URGENTES PARA DEBELAR A CRISE

São três:

a) Crédito acessível e a juro compatível;

b) Estancamento das importações;

c) Desgravação dos tributos internos nas exportações.

Explicando-os:

a) A primeira providência destina-se a reoxigenar as empresas, tanto as dedicadas ao mercado interno como as voltadas às exportações;

b) O segundo pleito visa proteger os fornecedores brasileiros do mercado interno;

c) A terceira necessidade objetiva compensar o desajuste cambial e a revitalizar a competitividade internacional dos exportadores calçadistas.

Dissecando-os:

a) Quanto ao crédito: não se rejeita o mecanismo BNDES, via bancos estaduais/regional de desenvolvimento. Todavia, preocupam às PMEs as exigências, as contrapartidas obrigatórias e os destinos ao numerário resultante dos financiamentos.

O que se precisa é de capital de giro puro, acessível às empresas de menor porte, as verdadeiramente necessitadas.

Não é hora de investir, pois há ociosidade marcante nas plantas industriais das empresas carentes de capital de trabalho.

Adequado seriam, na verdade, empréstimos via Banco do Brasil, eis que essa instituição tem capilaridade em todos os rincões do território nacional e, em suas múltiplas agências e postos, os funcionários locais conhecem as empresas e os empresários.

Então, se pleiteia que o Banco do Brasil seja instado a entrar no processo de mais apoio ao complexo coureiro-calçadista, independentemente do mais difícil mecanismo do BNDES.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Já encerro, Sr. Presidente. Peço a compreensão de V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy – Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON – Pois não, nobre Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy – É da maior importância o diagnóstico que V. Ex^a está fazendo sobre a situação da indústria de calçados em todo o Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, mas também mencionando Franca, Minas Gerais e outros lugares onde esta indústria se desenvolveu com grande relevância nos últimos anos. Gostaria de transmitir a V. Ex^a que também tenho recebido a preocupação daqueles que trabalham em Franca, dos trabalhadores e dos empresários. Juntamente com alguns parlamentares, como o Deputado José Machado, na próxima segunda-feira, estarei na Câmara Municipal de Franca, exatamente para ouvirmos empresários e trabalhadores com o intuito de se verificar meios para resolver a situação tão crítica. Na cidade de Franca, nesses últimos meses, tal como ocorre no Vale dos Sinos e em todo o Rio Grande do Sul, houve cerca de 10 mil trabalhadores despedidos das indústrias de calçados. Mais de uma dezena de empresas de grande, médio e pequeno porte foram fechadas em Franca nos últimos meses. Anteontem, a Ministra da Indústria e Comércio Dorothea Werneck recebeu alguns Parlamentares do Rio Grande do Sul e de São Paulo, ocasião em que mencionou que, ainda no mês de maio, fará constituir a Câmara Setorial de Calçados para que empresários, trabalhadores e Governo possam apreciar sugestões como as que V. Ex^a aponta aqui com muita propriedade. Avalio que, dentre essas sugestões, é preciso ressaltar a importância da política cambial para a indústria de calçados. Se a sobrevalorização, de um lado, teve efeitos que o Governo considera positivos em algumas áreas, em outras, especialmente industriais, como a de calçados, obviamente, registraram-se efeitos de desequilíbrios tão sérios quanto os que V. Ex^a apropriadamente comenta neste momento.

O SR. PEDRO SIMON – Muito obrigado pelo importante aparte. Na realidade, tem razão V. Ex^a; essa é uma questão nacional, e a situação de Franca, sobre a qual já havia feito menção, é um caso tão sério quanto o do Rio Grande do Sul.

Continuo, Sr. Presidente:

"b) Quanto às importações: não se pode negar boa vontade na cogitação de um processo de dumping do Brasil contra os sapatos chineses; todavia, é processo fadado a não resolver o problema, pois o dano (que precisa ser demonstrado num processo dessa natureza) das importações avassaladoras previstas para 1995 ainda está por vir.

Os prazos e a mecânica são lentos por natureza; trata-se de país fechado, com extrema dificuldade de comprovar dados e situações, com o adicional de que a China não pertence à OMC (ex-GATT).

Portanto, é preciso corrigir a rota, nesse particular, apelando o Brasil para o mecanismo de salvaguardas – criando prontamente uma taxa de importação aleatória, provisória, que suste as importações em vista – sob pena de o resultado, a longo prazo, ser convertido em mera fumaça.

O setor pleiteia:

– tarifa de 70% para os países da OMC;

– tarifa de 1.000% para o caso chinês, com base em idêntico procedimento, adotado pelo México há um mês;

c) Quanto à desgravação: em primeiro lugar, é preciso que a Medida Provisória nº 948, sem dificuldade interpretativa de texto, atenda ao setor, na forma do Anexo 6;

Ao lado disso, é preciso que o Governo crie, já e prontamente, um mecanismo de reintegro, na ordem de 12% a 15%;

Em termos permanentes, o caminho será o da reforma tributária embutida na revisão constitucional;

Descabe esperar por essa desgravação permanente, nada fazendo – o que resultaria em crescente débacle no setor exportador de calçados.

5. AÇÕES DESTACADAS COM VISTAS À CRISE.

São elas as desencadeadas pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, que, desde janeiro de 1995, engajou-se na luta por soluções em favor do complexo empresarial em crise;

Com o pleito dos curtumes de Estância Velha (via prefeito e sindicatos locais), no primeiro mês deste ano, S. Ex^a fez pronto contato com o BNDES, do qual resultam as atuais ações dessa instituição;

Promoção de reuniões no Palácio Piratini, participação em encontro com o Vice-Presidente da República na FENAC, e coordenação de audiência em Brasília com oito setores exportadores do Rio Grande do Sul – contabilizam-se como procedimentos do ilustre governante gaúcho;

Em 27 de abril de 1995, S. Ex^a mobilizou três Ministros – da Fazenda, do Planejamento e da Indústria, Comércio e Turismo –, do que resultam os procedimentos cogitados quanto às importações de calçados;

Em 26 de abril de 1995, a região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, fez reunião que teve expressiva participação de prefeitos, sindicatos, operários, empresários e dirigentes de entidades;

Enalteceu-se a ação do Governador Antônio Britto;

6. UMA APRECIÇÃO SOBRE A CRISE.

Vão bem as exportações brasileiras no geral; e é deficitária a balança comercial do País;

Tende o Governo Federal a analisar o macrocenário das vendas ao exterior, sem detectar que, setorialmente, vários segmentos estão perdendo desempenho internacional por falta de compensações à política cambial;

Analizando a primeira contestação deste tópico, temos que:

a) As exportações globais têm amentado em função de dois componentes:

– um, de sorte, decorrente da valorização internacional de commodities, de expressiva presença em nossas vendas ao exterior;

– Outro, paradoxalmente decorrente da madresta política cambial vigente: bens que utilizam componentes importados, de tecnologia de ponta, que passaram a viabilizar preços internacionalmente competitivos para o Brasil porque tais componentes gozam da dupla vantagem do real sobrevalorizado e das alíquotas de importação rebaixadas;

b) As importações cresceram avassaladoramente;

c) As exportações não cresceram tanto como poderiam ter crescido, no global. Se outro fosse o patamar cambial, certamente as vendas ao exterior teriam melhor **performance**;

Vem daí que, no global, o lado das vendas vai bem, mas há setores duramente prejudicados – exatamente os que construíram modelos de exportação nos últimos 30 anos, instados pelos governos da União;

A demora em instituir para esses setores mecanismos de compensação vai desestruturando-os a passos largos – com enormes dificuldades para, no futuro, retomar posições no mercado internacional.¹⁴

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O tempo de V. Ex^a está esgotado.

O SR. PEDRO SIMON – Para encerrar, Sr. Presidente, permita-me reafirmar que se trata de uma matéria exageradamente séria. Dificilmente faço esse tipo de pronunciamento, mas, desta vez, quero dizer a V. Ex^a, como Representante do Rio Grande do Sul, que o Vale do Sino, que é a região produtora de calçados daquele Estado, está vivendo a crise mais difícil de sua história.

Aquela região, Sr. Presidente, é apontada como exemplo para o Brasil: é próspera, rica, extraordinária, e representa matéria-prima de primeira qualidade. A mão-de-obra do sapateiro do Rio Grande do Sul é das melhores do mundo. De repente, o que era um oásis de progresso e crescimento está vivendo uma das crises mais dramáticas e cruéis.

Ontem, falei com o Ministro José Serra; há três dias, houve em Porto Alegre reunião entre o Governador Britto, empresários e Parlamentares que discutiram essa matéria. Na semana que vem, o Presidente da República receberá representação do Rio Grande do Sul.

Creio, Sr. Presidente, que essa é uma questão muito séria. Tenho já muitas interrogações com relação às chamadas importações. Penso que devemos discuti-las. As importações, no sentido de garantirem o combate à inflação, são absolutamente corretas; temos alguns oligopólios no Brasil que cederão seus preços apenas com importações. Mas daí a importarmos 4,2 bilhões de dólares, com um déficit de mais de 1 bilhão de dólares; daí a importarmos calçados a um dólar o par – o que pode parecer uma maravilha, mas na verdade vai destruir nossa produção; daí a abriremos nossas portas à importação de balas e produtos os mais supérfluos do mundo inteiro, entendo constituir-se num equívoco, Sr. Presidente.

Parece-me que vamos abrir nossas portas para o mundo, vamos dizer que o Brasil é internacional, e tudo bem. Lembro-me, quando Ministro da Agricultura, que o Brasil já era quase auto-suficiente em trigo, e os Estados Unidos nos venderam esse grão com 40 anos de prazo para pagar; o Brasil reduziu a zero sua produção, e depois multiplicaram por dez o preço do trigo que havíamos comprado.

Então me parece, Sr. Presidente, que devemos importar, sim; garantir a baixa da inflação, também; combater os oligopólios nacionais, idem: mas não destruir a indústria brasileira; não esfacelar a produção nacional; não reduzir nossa mão-de-obra, nem diminuir nossa produção.

Parece-me que o que está acontecendo na indústria de calçados no Rio Grande do Sul é um exemplo extraordinariamente importante.

Ontem, dizia-me o Ministro José Serra que está convencido daquilo que o Governo deve analisar em seu conjunto e em seu contexto geral.

Feito isso, Sr. Presidente, dou como lido meu pronunciamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. PEDRO SIMON EM SEU PRONUNCIAMENTO:

6. Uma apreciação sobre a crise

* Vão bem as exportações brasileiras, no geral; e é deficitária a balança comercial do País;

Tende o Governo Federal a analisar o macro-cenário das vendas ao Exterior, sem detectar que, setorialmente, vários segmentos estão perdendo desempenho internacional por falta de compensações à política cambial;

* Analisando a primeira constatação deste tópico, temos que:

a) As exportações globais têm aumentado em função de dois componentes:

– Um, de sorte, decorrente da valorização internacional das **commodities**, de expressiva presença em nossas vendas ao Exterior;

– Outro, paradoxalmente decorrente da madrastra política cambial vigente: bens compostos com componentes importados, de tecnologia de ponta, que passaram a viabilizar preços internacionalmente competitivos para o Brasil porque tais componentes gozam da dupla vantagem do Real sobrevalorizado e das alíquotas de importação rebaixadas;

b) As importações cresceram avassaladoramente;

c) As exportações não cresceram tanto quanto poderiam ter crescido, no global; se outro fosse o patamar cambial, certamente as vendas ao Exterior estariam em muito melhor **performance**;

* Vai daí que, no global, o lado das vendas vai bem, mas há setores duramente prejudicados – exatamente os que construíram modelos de exportação nos últimos trinta anos, instados pelos Governos da União;

* A demora em instituir, para esses setores, mecanismos de compensação, vai desestruturando-os a passos largos – com enormes dificuldades para, no futuro, retomar posições no mercado internacional;

Não se apregoa mexer na âncora cambial do plano de estabilização da economia (se bem que não imaginemos longa vida à mesma!); apregoa-se medidas de compensação!

* O atual Governo Federal precisa atender os reclamos do setor exportador; mais especificamente, o de calçados, após tantas reuniões e pleitos sem resultados;

* O acionamento do BNDES, e a idéia de processar a China por prática de **dumping** são caminhos difíceis, conforme já exposto;

São necessárias medidas objetivas, prontas, desburocratizadas, com exigências compatíveis ao complexo – empobrecido por meses de acumuladas dificuldades;

Apenas aparentar ajuda, se essa não for de aplicabilidade imediata, em nada resulta;

* Em decorrência, eis o nosso enfático apelo ao Governo Federal: não desassista mas emparceire-se com o complexo coureiro-calça-dista;

Se ajudado, sem benesses nem favores, mas com medidas apropriadas, ele dará prontas respostas, reincetando sua performance;

A exemplificar, temos a questão do "reintegro", que escalões intermediários do Itamaraty glosavam, em reuniões com o setor, em 94, alegando que, a instâncias do Grupo Mercado Comum, do Tratado de Assunção, a Argentina retirará (???), seu "reintegro";

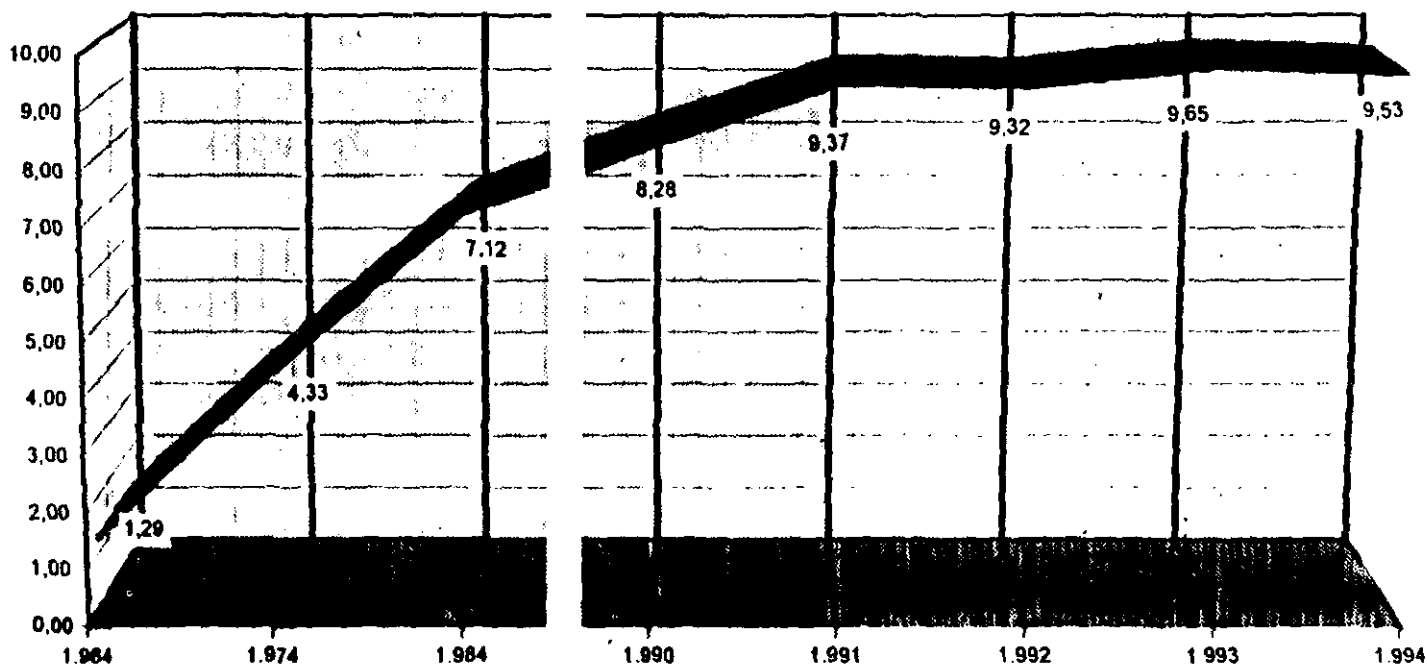
Ora, a necessidade obriga a criação, aqui, de um tal mecanismo, impostergavelmente, pois as "bandas" cambiais nada resolvem para o setor;

Quanto à China, é preciso estancar as importações, de certo modo mais por antecipação do que com base nas já havidas, valendo-se o Brasil do mecanismo de salvaguardas;

Em relação ao crédito, sem desmerecer, o BNDES, precisa-se do apoio mesmo é do Banco do Brasil, acostumado a empréstimos simples e ágeis de capital de giro às PME.

PROGRAMA CALÇADO DO BRASIL

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CALÇADOS HISTÓRICO DO PREÇO MÉDIO



US\$



EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CALÇADOS

1. Comparativo das Exportações Brasileiras de Calçados - Val. em US\$(FOB)

Mês/Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995
JAN	92.276.184	122.073.569	91.734.206	159.665.716	166.346.072	140.000.000
FEV	93.258.501	95.762.064	93.319.843	180.697.921	137.840.151	136.000.000
MAR	87.571.895	98.186.862	115.130.015	179.046.275	142.537.683	120.000.000
ABR	30.209.314	124.575.154	72.438.854	140.909.287	135.249.001	
MAI	112.749.952	95.757.119	57.564.404	121.864.296	145.817.836	
JUN	62.882.617	93.851.228	137.928.241	184.491.843	125.394.097	
JUL	154.688.342	131.285.031	128.462.523	183.681.823	141.497.351	
AGO	128.521.674	137.067.889	148.375.761	191.274.431	150.077.356	
SET	79.437.561	92.417.389	110.094.541	154.618.008	153.791.309	
OUT	101.640.982	109.970.844	181.295.017	154.657.081	107.757.220	
NOV	88.903.662	81.248.728	191.408.166	135.386.230	107.203.845	
DEZ	91.267.515	63.221.192	145.698.900	158.896.975	110.575.097	
Total 1º a 3º Mar	273.103.980	318.022.495	300.184.064	519.409.912	446.723.906	396.000.000
TOTAL	1.183.589.199	1.245.397.039	1.473.450.471	1.945.169.886	1.624.067.018	396.000.000

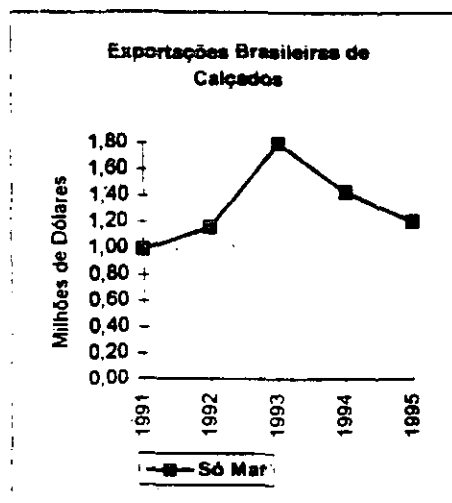
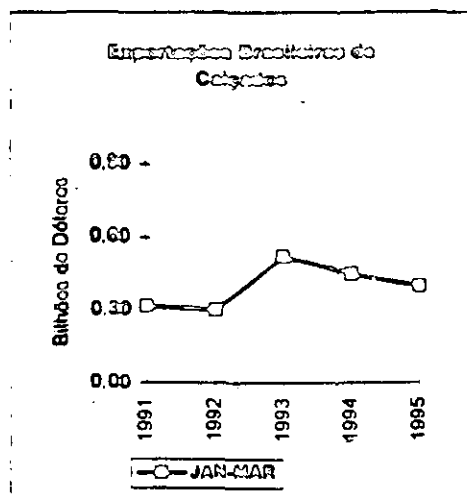
Fonte: DECEX/CTIC - Dados de Jan/Mar 95 - provisionais

2. Comparativo das Exportações Brasileiras de Calçados - Val. Percentuais

	1990/1991	1991/1992	1992/1993	1993/1994	1994/1995
Por. Jan/Mar	(11,35)%	(23,78)%	31,82%	25,31%	45,00%
Só Março	(15,81)%	(32,98)%	4,23%	22,22%	37,03%

Elaboração: Depto. de Informática ACI-NH com base nos dados do item 1

3. Comparações Mensais



Elaboração e Base: as mesmas

Contatos com o Governo Federal e Estadual

12.05.94	Senador	Pedro Simon
20.05.94	Ministro	Rubens Ricúpero
05.07.94	Ministro	Rubens Ricúpero
08.07.94	Secretário	Jorge Chami Batista
15.07.94	Ministro	Élcio Álvares
29.07.94	Presidente	Itamar Franco
03.08.94	Senador	Fernando Henrique Cardoso
11.08.94	Ministro	Rubens Ricúpero
	Secretário	Winston Fritsch
	Secretário	Milton Dallari
11.08.94	Ministro	Élcio Álvares
17.08.94	Secretário	Winston Fritsch
	Secretário	Milton Dallari
30.08.94	Secretário	Winston Fritsch
16.09.94	Secretário	Winston Fritsch
	Secretário	Antonio Sérgio Martins Mello
	Embaixador	José Artur Denot Medeiros
27.09.94	Ministro	Ciro Gomes (em NH)
	Secretário	Milton Dallari
29.10.94	Diretor	João Maria Stefanon
03.11.94	Governador	Alceu Collares
21.02.95	Vice-Presidente	Marco Maciel
11.03.95	Vice-Presidente	Marco Maciel/Min. Malan e Serra
05.04.95	Instalação da BANCADA DE REPRESENTAÇÃO DO SETOR COUREIRO - CALÇADISTA	
05.04.95	Ministra	Dorothea Werneck
11.04.95	Ministro	Pedro Malan

Pleitos e Sugestões apresentadas:

- 1 - Aumento das linhas de crédito para antecipação de câmbio.
- 2 - Agilização e aplicação de correção monetária na devolução de saldos credores de IPI.
- 3 - Isenção de IR nas remessas ao exterior destinadas ao pagamento de honorários profissionais e despesas havidas na defesa das exportações.

- 4 - Recomposição da taxa de câmbio.
- 5 - Redução da taxa de juros.
- 6 - Restrição à importação de calçados.
- 7 - Elevação da Tarifa Externa Comum de calçados para 35%.
- 8 - Elevação da Tarifa Externa Comum e estabelecimento de restrições à exportação de couros "Wet Blue".
- 9 - Taxação à entrada de capitais externos para fins especulativos (via IOF) e descompressão da taxa de câmbio.
- 10 - Estabelecimento de política de comércio exterior realista.
- 11 - Desgravamento tributário das exportações.
- 12 - Adoção de mecanismos de compensação, via tarifas de importação e exportação, para defesa de competitividade da indústria brasileira nos mercados interno e internacional.
- 13 - Acesso, por empresas exportadoras, a linhas de crédito internacionais.
- 14 - Apoio governamental à ações de produção comercial dos exportadores no exterior e da defesa perante iniciativas protecionistas e retaliatórias de outros países.
- 15 - Adequação da legislação trabalhista, levando em conta as peculiaridades brasileiras e sua posição no contexto internacional.
- 16 - Alteração do destinatário dos encargos sociais, com vistas a beneficiar diretamente aos trabalhadores.
- 17 - Criação de linhas de financiamento específicas para as pequenas e médias empresas.
- 18 - Simplificação do sistema tributário e sua pragmática utilização como instrumento de política econômica, objetivando prioritariamente a criação de novos empregos.
- 19 - Estabelecimento de "reintegro", como forma de reembolso dos tributos cobrados ao longo da cadeia produtiva.
- 20 - Enquadramento do setor nas linhas de financiamento do PROEX.
- 21 - Estabelecimento de "direitos específicos" a serem aplicados às importações de calçados.
- 22 - Criação de linha de crédito preferencial, calculada sobre desempenho da exportadora em período anterior.
- 23 - Taxação em 25% as exportações de couros cru e "wet blue".
- 24 - Desburocratização do sistema "draw back" verde-amarelo.
- 25 - Regulamentação de linha de crédito especial de caráter rotativo, estipulado sobre a performance das exportadoras, com taxas de juros internacionais, em forma de antecipação de adiantamento de câmbio, sem travamento de taxa, utilizando como fonte de recursos os depósitos compulsórios do sistema bancário junto ao Banco Central.
- 26 - Equalização de tarifas de importação e exportação das matérias-primas e produtos de cadeia no âmbito do MERCOSUL e paridade de tratamento na concessão de benefícios às exportações de quaisquer dos países membros.
- 27 - Aplicação dos recursos recolhidos a título compulsório em programas de estímulo à produção.
- 28 - Desconsideração dos valores retidos compulsoriamente do limite operacional de crédito das empresas.
- 29 - Consideração como fato gerador do ICMS incidente sobre mercadorias importadas a efetiva entrada no estabelecimento e não o desembaraço alfandegário.
- 30 - Desobrigar as empresas da manutenção da parcela de ICMS sobre os estoques, permitindo sua transferência a fornecedores.
- 31 - Permissão de apropriação de crédito com origem tributária diversa.
- 32 - Redução a zero da alíquota de ICMS nas exportações de couros "crust" e acabado e elevação para 9% da alíquota nas exportações de couros "wet blue".

A Pedido

MANIFESTO À SOCIEDADE BRASILEIRA

Diante da grave crise que experimenta a indústria brasileira de calçados, as entidades signatárias vem alertar ao Exmo. Sr. Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, seus Ministros de Estado, Parlamentares e a sociedade em geral sobre a situação do setor coureiro-calçadista e as repercussões futuras, caso não sejam tomadas imediatas providências para corrigir as distorções da política econômica e não se dispense adequado tratamento aos setores produtivo e exportador.

A política cambial adotada a partir da implantação do Plano Real vem causando dramáticas dificuldades aos exportadores. Os calçadistas, em especial, foram dos primeiros a sentir os efeitos, uma vez que a vigência do Plano coincidiu com a definição da comercialização das coleções primavera-verão, cujas entregas ocorrem de setembro a fevereiro. Desde a primeira hora foram alertadas as autoridades econômicas de que a situação, perdurando, causaria acentuada queda nos volumes de exportação de calçados, com o consequente fechamento de empresas e crescente desemprego. Exatos quatorze contatos pessoais foram efetuados em Brasília com as autoridades, às quais se apresentaram trinta e duas sugestões e pleitos. Em vão.

Infelizmente os prognósticos se confirmaram. Mais, às dificuldades no mercado externo somam-se agora os problemas no interno. Em razão da mesma compressão da taxa cambial, estão enormemente facilitadas as importações de calçados, oriundas notadamente dos países asiáticos, especialmente a China, desleais, como todos sabem, em suas práticas de comércio. E o produtor brasileiro, desprotegido pela falta de mecanismos oficiais de proteção comercial, assiste, impotente, à crescente perda de seu mercado.

Como resultado desta conjugação de fatores desfavoráveis, a situação assim se apresenta:

BALANÇA COMERCIAL DO SETOR CALÇADISTA

ano	exportações US\$ milhões	importações US\$ milhões	Saldo US\$ milhões
1993	1.932	32	1.900
1994	1.624	258*	1.366
1995**	1.200	550	650

* importações autorizadas -

** projeção

Hoje, já são quase duzentas as empresas de calçados que encerraram suas atividades, a queda no nível de emprego do setor já ultrapassa os 18% nos últimos quinze meses e segue crescendo! Em pouco tempo, se não forem tomadas as medidas necessárias, a situação se tornará irreversível, sucateando a indústria de calçados, que até 1993 foi líder na pauta de exportação de manufaturados, a segunda maior produtora e a terceira maior exportadora do mundo, o que demonstra, adequadamente, a capacidade competitiva do setor.

Esta a denúncia e o alerta que a indústria brasileira de calçados, com a responsabilidade econômica e social que a geração dos mais de um milhão de empregos lhe atribue, vem fazer às autoridades e à sociedade brasileira.

ABICALÇADOS	Associação Brasileira das Indústrias de Calçados
ABRAMEQ	Associação Brasileira de Fabricantes de Máquinas e Equipamentos para o Couro e Calçado
ACI/NH	Associação Comercial, e Industrial e de serviços de Novo Hamburgo
AICSUL	Associação das Indústrias de Curtumes do Rio Grande do Sul
ANIACAV	Associação Nacional das Indústrias de Artefatos de Couro e Artigos de Viagem
ASSINTECAL	Associação Brasileira de Indústria de Componentes para Calçados

Sindicato das Indústrias de Calçados do Estado do Rio Grande do Sul, de Novo Hamburgo (RS), de Sapiranga (RS), de Parobé (RS), de Campo Bom (RS), de Dois Irmãos (RS), de Igrejinha (RS), de Três Coroas (RS), de Ferropilha (RS), de Estância Velha (RS), de Ivoti (RS), de São Leopoldo (RS), de Taquara (RS), de Caxias do Sul (RS), de Franca (SP), do Estado de São Paulo, Birigui (SP), de Jaú (SP), Sindicato Indústrias de Calçados Est. Minas Gerais (MG), Sindicato das Indústrias de Calçados de Uberlândia (MG), Sindicato das Indústrias de Calçados de Uberaba (MG), Sindicato das Indústrias de Calçados de Nova Serrana (MG), Sindicato Interm. Ind. Calçados Zona da Mata (MG), Sindicato das Indústrias de Calçados e Bolsas Rio de Janeiro (RJ), Sindicato das Indústrias Vestuário e Artefatos de Couro do Rio Grande do Sul, Sindicato das Indústrias de Calçados de São João Batista (SC), de Criciúma (SC), Sindicato das Indústrias de Calçados de Maceio (AL), Sindicato das Indústrias de Manaus (AM), Sindicato das Indústrias de Calçados do Est. da Bahia (BA), Sindicato das Indústrias de Calçados Fortaleza (CE), Sindicato das Vestuário de Brasília (DF), Sindicato das Indústrias de Calçados Est. do Espírito Santo (ES), Sindicato das Calçados Est. Goiás (GO), Sindicato Indústrias Vestuário Mato Grosso do Sul (MS), Sindicato das Indústrias Vest. Mato Grosso (MT), Sindicato Indústrias de Calçados do Estado do Pará (PA), Sindicato das Indústrias de Calçados do Estado da Paraíba (PB), Sindicato das Indústrias de Calçados do Estado de Pernambuco (PE), Sindicato das Indústrias de Vestuário de Piauí (PI).

Novo Hamburgo, 26 de abril de 1995



associação comercial
industrial e de serviços
de novo hamburgo
Rua Joaquim Pedro Soares, 540
CP 468 - Fax: (051) 595-2134
Fone: PABX (051) 594-4044
CEP 93510-320 - Novo Hamburgo - RS

Novo Hamburgo, 20 de abril de 1995

Ilmo Sr.
Dep. PAULO RITZEL
Brasília (DF)

Senhor Deputado:

Conforme contato mantido com V.Sa., queremos manifestar nosso apoio as sugestões de emendas referentes MP 948, que trata do ressarcimento do PIS/COFINS aos exportadores, enviadas ao Sr. Adimar, pelo Sr. Rogério Dreyer, quais sejam:


- Art. 4º - Em caso de comprovada impossibilidade de utilização do crédito presumido em compensação do Imposto sobre Produtos Industrializados, pelo produtor exportador, em decorrência da não-incidência, isenção ou alíquota zero do tributo no mercado interno, far-se-á o ressarcimento mensal em moeda corrente.
- Art. 6º - O Ministro de Estado da Fazenda expedirá as instruções necessárias ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória, relativamente aos documentos fiscais comprobatórios dos lançamentos, a esse título, efetuados pelo produtor exportador.
- Art. 8º - Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 905, de 21 de fevereiro de 1995.

Dado a relevância do assunto para todo setor exportador brasileiro, sugerimos a mobilização da bancada calçadista no Congresso Nacional, com vista a aprovação das modificações sugeridas.

Sendo o que se apresentava para o momento, subscrevemo-nos

Atenciosamente


GILBERTO MOSMANN
Superintendente Executivo


EDVINO W. SCHAEFFER
Diretor Executivo

PÁGINA 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 20 - 21 - 22 - 23 - 24 - 25 - 26 - 27 - 28 - 29 - 30 - 31 - 32 - 33 - 34 - 35 - 36 - 37 - 38 - 39 - 40 - 41 - 42 - 43 - 44 - 45 - 46 - 47 - 48 - 49 - 50 - 51 - 52 - 53 - 54 - 55 - 56 - 57 - 58 - 59 - 60 - 61 - 62 - 63 - 64 - 65 - 66 - 67 - 68 - 69 - 70 - 71 - 72 - 73 - 74 - 75 - 76 - 77 - 78 - 79 - 80 - 81 - 82 - 83 - 84 - 85 - 86 - 87 - 88 - 89 - 90 - 91 - 92 - 93 - 94 - 95 - 96 - 97 - 98 - 99 - 100 - 101 - 102 - 103 - 104 - 105 - 106 - 107 - 108 - 109 - 110 - 111 - 112 - 113 - 114 - 115 - 116 - 117 - 118 - 119 - 120 - 121 - 122 - 123 - 124 - 125 - 126 - 127 - 128 - 129 - 130 - 131 - 132 - 133 - 134 - 135 - 136 - 137 - 138 - 139 - 140 - 141 - 142 - 143 - 144 - 145 - 146 - 147 - 148 - 149 - 150 - 151 - 152 - 153 - 154 - 155 - 156 - 157 - 158 - 159 - 160 - 161 - 162 - 163 - 164 - 165 - 166 - 167 - 168 - 169 - 170 - 171 - 172 - 173 - 174 - 175 - 176 - 177 - 178 - 179 - 180 - 181 - 182 - 183 - 184 - 185 - 186 - 187 - 188 - 189 - 190 - 191 - 192 - 193 - 194 - 195 - 196 - 197 - 198 - 199 - 200 - 201 - 202 - 203 - 204 - 205 - 206 - 207 - 208 - 209 - 210 - 211 - 212 - 213 - 214 - 215 - 216 - 217 - 218 - 219 - 220 - 221 - 222 - 223 - 224 - 225 - 226 - 227 - 228 - 229 - 230 - 231 - 232 - 233 - 234 - 235 - 236 - 237 - 238 - 239 - 240 - 241 - 242 - 243 - 244 - 245 - 246 - 247 - 248 - 249 - 250 - 251 - 252 - 253 - 254 - 255 - 256 - 257 - 258 - 259 - 260 - 261 - 262 - 263 - 264 - 265 - 266 - 267 - 268 - 269 - 270 - 271 - 272 - 273 - 274 - 275 - 276 - 277 - 278 - 279 - 280 - 281 - 282 - 283 - 284 - 285 - 286 - 287 - 288 - 289 - 290 - 291 - 292 - 293 - 294 - 295 - 296 - 297 - 298 - 299 - 300 - 301 - 302 - 303 - 304 - 305 - 306 - 307 - 308 - 309 - 310 - 311 - 312 - 313 - 314 - 315 - 316 - 317 - 318 - 319 - 320 - 321 - 322 - 323 - 324 - 325 - 326 - 327 - 328 - 329 - 330 - 331 - 332 - 333 - 334 - 335 - 336 - 337 - 338 - 339 - 340 - 341 - 342 - 343 - 344 - 345 - 346 - 347 - 348 - 349 - 350 - 351 - 352 - 353 - 354 - 355 - 356 - 357 - 358 - 359 - 360 - 361 - 362 - 363 - 364 - 365 - 366 - 367 - 368 - 369 - 370 - 371 - 372 - 373 - 374 - 375 - 376 - 377 - 378 - 379 - 380 - 381 - 382 - 383 - 384 - 385 - 386 - 387 - 388 - 389 - 390 - 391 - 392 - 393 - 394 - 395 - 396 - 397 - 398 - 399 - 400 - 401 - 402 - 403 - 404 - 405 - 406 - 407 - 408 - 409 - 410 - 411 - 412 - 413 - 414 - 415 - 416 - 417 - 418 - 419 - 420 - 421 - 422 - 423 - 424 - 425 - 426 - 427 - 428 - 429 - 430 - 431 - 432 - 433 - 434 - 435 - 436 - 437 - 438 - 439 - 440 - 441 - 442 - 443 - 444 - 445 - 446 - 447 - 448 - 449 - 450 - 451 - 452 - 453 - 454 - 455 - 456 - 457 - 458 - 459 - 460 - 461 - 462 - 463 - 464 - 465 - 466 - 467 - 468 - 469 - 470 - 471 - 472 - 473 - 474 - 475 - 476 - 477 - 478 - 479 - 480 - 481 - 482 - 483 - 484 - 485 - 486 - 487 - 488 - 489 - 490 - 491 - 492 - 493 - 494 - 495 - 496 - 497 - 498 - 499 - 500 - 501 - 502 - 503 - 504 - 505 - 506 - 507 - 508 - 509 - 510 - 511 - 512 - 513 - 514 - 515 - 516 - 517 - 518 - 519 - 520 - 521 - 522 - 523 - 524 - 525 - 526 - 527 - 528 - 529 - 530 - 531 - 532 - 533 - 534 - 535 - 536 - 537 - 538 - 539 - 540 - 541 - 542 - 543 - 544 - 545 - 546 - 547 - 548 - 549 - 550 - 551 - 552 - 553 - 554 - 555 - 556 - 557 - 558 - 559 - 560 - 561 - 562 - 563 - 564 - 565 - 566 - 567 - 568 - 569 - 570 - 571 - 572 - 573 - 574 - 575 - 576 - 577 - 578 - 579 - 580 - 581 - 582 - 583 - 584 - 585 - 586 - 587 - 588 - 589 - 590 - 591 - 592 - 593 - 594 - 595 - 596 - 597 - 598 - 599 - 600 - 601 - 602 - 603 - 604 - 605 - 606 - 607 - 608 - 609 - 610 - 611 - 612 - 613 - 614 - 615 - 616 - 617 - 618 - 619 - 620 - 621 - 622 - 623 - 624 - 625 - 626 - 627 - 628 - 629 - 630 - 631 - 632 - 633 - 634 - 635 - 636 - 637 - 638 - 639 - 640 - 641 - 642 - 643 - 644 - 645 - 646 - 647 - 648 - 649 - 650 - 651 - 652 - 653 - 654 - 655 - 656 - 657 - 658 - 659 - 660 - 661 - 662 - 663 - 664 - 665 - 666 - 667 - 668 - 669 - 670 - 671 - 672 - 673 - 674 - 675 - 676 - 677 - 678 - 679 - 680 - 681 - 682 - 683 - 684 - 685 - 686 - 687 - 688 - 689 - 690 - 691 - 692 - 693 - 694 - 695 - 696 - 697 - 698 - 699 - 700 - 701 - 702 - 703 - 704 - 705 - 706 - 707 - 708 - 709 - 710 - 711 - 712 - 713 - 714 - 715 - 716 - 717 - 718 - 719 - 720 - 721 - 722 - 723 - 724 - 725 - 726 - 727 - 728 - 729 - 730 - 731 - 732 - 733 - 734 - 735 - 736 - 737 - 738 - 739 - 740 - 741 - 742 - 743 - 744 - 745 - 746 - 747 - 748 - 749 - 750 - 751 - 752 - 753 - 754 - 755 - 756 - 757 - 758 - 759 - 760 - 761 - 762 - 763 - 764 - 765 - 766 - 767 - 768 - 769 - 770 - 771 - 772 - 773 - 774 - 775 - 776 - 777 - 778 - 779 - 780 - 781 - 782 - 783 - 784 - 785 - 786 - 787 - 788 - 789 - 790 - 791 - 792 - 793 - 794 - 795 - 796 - 797 - 798 - 799 - 800 - 801 - 802 - 803 - 804 - 805 - 806 - 807 - 808 - 809 - 810 - 811 - 812 - 813 - 814 - 815 - 816 - 817 - 818 - 819 - 820 - 821 - 822 - 823 - 824 - 825 - 826 - 827 - 828 - 829 - 830 - 831 - 832 - 833 - 834 - 835 - 836 - 837 - 838 - 839 - 840 - 841 - 842 - 843 - 844 - 845 - 846 - 847 - 848 - 849 - 850 - 851 - 852 - 853 - 854 - 855 - 856 - 857 - 858 - 859 - 860 - 861 - 862 - 863 - 864 - 865 - 866 - 867 - 868 - 869 - 870 - 871 - 872 - 873 - 874 - 875 - 876 - 877 - 878 - 879 - 880 - 881 - 882 - 883 - 884 - 885 - 886 - 887 - 888 - 889 - 890 - 891 - 892 - 893 - 894 - 895 - 896 - 897 - 898 - 899 - 900 - 901 - 902 - 903 - 904 - 905 - 906 - 907 - 908 - 909 - 910 - 911 - 912 - 913 - 914 - 915 - 916 - 917 - 918 - 919 - 920 - 921 - 922 - 923 - 924 - 925 - 926 - 927 - 928 - 929 - 930 - 931 - 932 - 933 - 934 - 935 - 936 - 937 - 938 - 939 - 940 - 941 - 942 - 943 - 944 - 945 - 946 - 947 - 948 - 949 - 950 - 951 - 952 - 953 - 954 - 955 - 956 - 957 - 958 - 959 - 960 - 961 - 962 - 963 - 964 - 965 - 966 - 967 - 968 - 969 - 970 - 971 - 972 - 973 - 974 - 975 - 976 - 977 - 978 - 979 - 980 - 981 - 982 - 983 - 984 - 985 - 986 - 987 - 988 - 989 - 990 - 991 - 992 - 993 - 994 - 995 - 996 - 997 - 998 - 999 - 1000

ECONOMIA

Editor: CLIVIS MOTA 21

Editora-assistente: VERSE WOLFF 21

Coordenadora de Produção: MARIA ISABEL HAMMES 21

Governo socorre indústrias de calçados

O BNDES libera uma linha de crédito especial destinada a estimular os investimentos do setor em modernização

ANTONIO CARLOS CAMPOS

Sulamérica Brasília

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está operando desde ontem o programa de financiamento para as indústrias do couro e do calçado. A linha de crédito, com prazos e juros especiais, foi criada para atender aos pedidos do setor, que passa por dificuldades, particularmente no Rio Grande do Sul. Os financiamentos têm o objetivo de promover a modernização do setor e o empresário que usar o crédito para investimento terá direito de tomar empréstimo no mesmo valor e nas mesmas condições para capital de giro.

O prazo de pagamento é de 10 anos e os empréstimos serão corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada em 23,65% ao ano. O BNDES empresta o equivalente a 10% do valor do projeto (em outros casos, o banco participa com 70% do total). Além da TJLP, os empresários terão de pagar encargos que variam de 2% a 2,5% ao ano, a título de *spread* (taxa de risco). No caso de financiamento para investimentos, e de 4% no caso de capital de giro.

De acordo com a assessoria de imprensa do BNDES, para financiamentos no valor de até R\$ 3 milhões as indústrias interessadas devem procurar diretamente a rede de agentes financeiros do banco. A rede constituída por 170 bancos credenciados do sistema BNDES e as garantias solicitadas aos interessados nos financiamentos são tratadas diretamente com os agentes financeiros. No caso de pedidos de financiamentos superiores a R\$ 3 milhões, as cartas de crédito devem ser encaminhadas ao próprio BNDES.

O programa cobre os itens normalmente financiáveis pelo BNDES, como modernização, reestruturação, expansão, realocação, capacita-

ção tecnológica, qualidade e produtividade, conservação ambiental. O BNDES, normalmente, não financia empréstimos para capital de giro das empresas. Mas, no caso do setor coureiro-calçadista, criou uma exceção, decidindo financiar o capital de giro desvinculado ao investimento fixo. Para cada R\$ 1.00 de investimento fixo realizado até o 12.º mês antes da apresentação da carta consulta (pedido de financiamento acompanhado do projeto de investimento) aos agentes do BNDES, o banco está disposto a financiar R\$ 1.00 de capital de giro das empresas. A mes-

ma proporção vale para pedidos de novos financiamentos.

"O governo está sensibilizado e empenhado em encontrar soluções para o problema", disse o ministro da Fazenda, Pedro Malan, ao referir-se às dificuldades sentidas pelas indústrias. O ministro adiantou que vai aproveitar a sua próxima viagem ao Estado, no dia 15 deste mês, para discutir os problemas de desemprego no Vale do Sinos.

Ontem, depois de se reunir com deputados na Comissão de Economia da Câmara, Malan disse que já pediu aos técnicos do Ministério da Fazenda um levantamento completo sobre a situação dos cal-

cadistas, como o número de desempregados e de empresas que fecharam ou pediram concordata. Malan esteve no Congresso por mais de duas horas reunido com deputados para pedir apoio às reformas constitucionais.

Em nome dos calçadistas, os deputados Júlio Redecker (PPR-RS), Nelson Marchezan (PPR-RS) e Paulo Ritzel (PMDB-RS) pediram novamente o aumento da alíquota de importação dos calçados de 20% para 70% para proteger o produto nacional da concorrência dos calçados chineses, que são subsidiados. Marchezan disse que há entre 30 e 40 mil desempregados no Vale dos Sinos.

Empresários pedem sobretaxa de 70%

Os empresários gaúchos querem que o governo federal taxe os calçados importados da China em 70%. Hoje, os sapatos chineses pagam 20% de imposto de importação para entrar no Brasil, informou o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados), Horst Volk, ao final da reunião com o governador Antônio Brito e representantes do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, ontem em Porto Alegre. Volk lembrou que o setor passa por um período de crise, e já demitiu 45 mil trabalhadores, por causa da concorrência dos calçados chineses.

De acordo com o dirigente, há suspeitas de prática de *dumping* pelas empresas chinesas. A Abicalçados alega que os calçados importados da China estão sendo vendidos ao Brasil com preços menores que os custos de produção, o que configura a prática de *dumping*.

Segundo o presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fiergs), Dagoberto Lima Godoy, é preciso adotar salvaguardas. A proteção ao calçado nacional, afirma Godoy, podem vir por meio da taxação dos importados ou o estabelecimento de cotas de compra no Exte-

OS NEGÓCIOS DO SETOR

■ Importações e exportações de calçados - em US\$:

	Exportações	Importações
1993	2,6 bilhões	32 milhões
1994	1,6 bilhão	258 milhões
1995 ^(*)	1,2 bilhão	550 milhões

Fonte: Abicalçados

(*) Previsão

rior. Godoy e Volk admitem, no entanto, que será difícil provar o *dumping* chinês, porque estará sendo avaliada uma economia totalmente dirigida pelo Estado, numa realidade diferente da brasileira.

O presidente da Abicalçados garante, no entanto, que os preços chineses não acompanham os valores internacionais. O empresário lembra que um tênis similar ao brasileiro, cujo custo de produção chega a US\$ 5,00, e vendido pela China por US\$ 2,00. "Assim não dá para competir", disse Volk.

O secretário-adjunto de Co-

mércio Exterior do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, Hélio Maura Gama, informou que o governo federal vai apoiar os calçadistas na formulação de um estudo sobre a possibilidade de *dumping* chinês na área dos calçados.

Qualquer decisão só poderá ser adotada no mínimo 60 dias depois da abertura das investigações pelo governo, podendo chegar a adoção de novas alíquotas de importação por meio de medida provisória. Caso o *dumping* não seja provado, a situação permanece como esta.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 972, de 20 de abril de 1995, que "dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.981, de 20 e janeiro de 1995, que altera a legislação tributária federal, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Titulares	Senadores	
	PMDB	Suplentes
Fernando Bezerra Coutinho Jorge	Casildo Maldaner Onofre Quinan	
José Bianco Pinheiro	PFL Edison LobãoJonas Romero Jucá	
Carlos Wilson	PSDB Pedro Piva	
	PSB Ademir Andrade	
Roberto Freire	PPS	

Titulares	Deputados	
	Bloco (PFL-PTB)	Suplentes
Mussa Demes Carlos Vieira	Jaime FernandesJosé Álvaro Gaudêncio	
Hermes Parcianello	PMDB Paulo Ritzel	
Antônio Kandir	PSDB Yeda Crucius	
Simão Sessim	PPR Roberto Campos	
Ênio Bacci	PDT Márcia Cibilis Viana	
Francisco Horta	BL (PL-PSD-PSC) Eujácio Simões	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 04/05/95 – designação da Comissão Mista.

Dia 04/05/95 – instalação da Comissão Mista.

Até 27/04/95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 06/05/95 – prazo final da Comissão Mista.

Até 21/05/95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 973, de 20 de abril de 1995, que "dispõe sobre a instituição de crédito presumido do Imposto sobre Produtos Industrializados, para ressarcimento do valor PIS/PASEP e COFINS nos casos que especifica, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Titulares	Senadores	
	PMDB	Suplentes
Coutinho Jorge	Ramez Tebet	

Fernando Bezerra	Onofre Quinan
Odacir Soares	PFL Guilherme Palmeira
Francelino Pereira	Joel de Hollanda
Lúdio Coelho	PSDB Beni Veras
6 João França	PP Antônio Carlos Valadares
Levy Dias	PPR Lucídio Portella

Titulares	Deputados	
	Bloco (PFL-PTB)	Suplentes
Maluly Netto Carlos Magno	Carlos Melles Severino Cavalcanti	
Paulo Ritzel	PMDB Anibal Gomes	
Nelson Otoch	PSDB João Leão	
Anivaldo Vale	PPR Enivaldo Ribeiro	
Beto Lelis	BL (PSB-PMN) Bosco França	
Sérgio Miranda	PC do B Inácio Arruda	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 04/05/95 – designação da Comissão Mista.

Dia 04/05/95 – instalação da Comissão Mista.

Até 27/04/95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 06/05/95 – prazo final da Comissão Mista.

Até 21/05/95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 974, de 20 de abril de 1995, que "autoriza o Poder Executivo a contratar com a ITAIPU Binacional pagamento de débito junto ao Tesouro Nacional com títulos da dívida externa brasileira, denominados 'BRAZIL INVESTMENT BOND – BIB', em valor correspondente a até US\$ 92.800.000,00 (noventa e dois milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América)".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Titulares	Senadores	
	PMDB	Suplentes
Roberto Requião José Fogaça	Mauro Miranda Ronaldo Cunha Lima	
Wilson Kleinübing Edison Lobão	PFL Romero Jucá Waldeck Ornelas	
Teotônio Vilela Filho	PSDB Carlos Wilson	
Sebastião Rocha	PDT Darcy Ribeiro	
José Eduardo Dutra	PT Benedita da Silva	

Titulares	Deputados	
	Bloco (PFL-PTB)	Suplentes
Luciano Pizzato		Werner Wanderer
Antônio Feijão		Nelson Marquenzi
	PMDB	
Hermes Parciannelo		Homero Oguido
	PSDB	
Flávio Ams		Tuga Angerami
	PPR	
Mário Cavallazzi		Augusto Nardes
	PPS	
Augusto Carvalho		Sérgio AroucaPV
Fernando Gabeira		

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:
Dia 04/05/95 – designação da Comissão Mista.
Dia 04/05/95 – instalação da Comissão Mista.
Até 27/04/95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.
Até 06/05/95 – prazo final da Comissão Mista.
Até 21/05/95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 975, de 20 de abril de 1995, que "dispõe sobre a base de cálculo da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS devida pelas pessoas jurídicas a que se refere o § 1º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Titulares	Senadores	
	PMDB	Suplentes
Carlos Bezerra		Gerson Camata
Basildo Maldaner		Flaviano Melo
	PFL	
José Agripino		Júlio Campos
José Bianco		Francelino Pereira
	PSDB	
Múcio Alcântara		Pedro Piva
	PL	
		Romeu Tuma
	PTB	
Marluce Pinto		Arlindo Porto

Titulares	Deputados	
	Bloco (PFL-PTB)	Suplentes
Pedro Correa		Arolde de OliveiraJair
Siqueira		Antônio Ueno
	PMDB	
Múis Roberto Ponte		Pedro Novais
	PSDB	
Carlos Mosconi		Feu Rosa
	PPR	
Francisco Dornelles		Eraldo Trindade
	PRP	
Adhemar de Barros Filho		

PT
José Fortunati
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:
Dia 04/05/95 – designação da Comissão Mista.
Dia 04/05/95 – instalação da Comissão Mista.
Até 27/04/95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.
Até 06/05/95 – prazo final da Comissão Mista.
Até 21/05/95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 976, de 20 de abril de 1995, que "dispõe sobre o valor do salário mínimo, altera disposições das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Titulares	Senadores	
	PMDB	Suplentes
Iris Resende		Gilvan Borges
Pedro Simon		Mauro Miranda
	PFL	
Carlos Patrocínio		Freitas Neto
Romero Jucá		Jonas Pinheiro
	PSDB	
Jefferson Peres		Artur da Távola
	PSB	
Ademir Andrade		
	PPS	
Roberto Freire		

Titulares	Deputados	
	Bloco (PFL-PTB)	Suplentes
José Múcio Monteiro		Luiz Moreira
Paulo Bornhausen		Mauro Lopes
	PMDB	
Alberto Goldman		Zaire Rezende
	PSDB	
Antônio Kandir		Adroaldo Streck
	PPR	
Arnaldo Faria de Sá		Ari Magalhães
	PP	
Marcos Medrado		Costa Ferreira
	PDT	

Carlos CardinalOdílio Balbinotti
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:
Dia 4-5-95 – designação da Comissão Mista.
Dia 4-5-95 – instalação da Comissão Mista.

Até 27-4-95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 6-5-95 – prazo final da Comissão Mista.

Até 21-5-95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 977, de 20 de abril de 1995, que "dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 8.849, de 28 de janeiro de 1994, e 8.541, de 23 de dezembro de 1992, que alteram a legislação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

Suplentes

PMDB

Roberto Requião
Coutinho Jorge

Nabor Júnior
Carlos Bezerra

PFL

Hugo Napoleão
Waldeck Ornelas

João Rocha
José Bianco

PSDB

José Ignácio Ferreira

Pedro Piva

PP

José Roberto Arruda

Osmar Dias

PPR

Lucídio Portella

Epitácio Cafeteira

Deputados

Titulares

Suplentes

Bloco (PFL-PTB)

Mussa Demes
Félix Mendonça

Arolde de Oliveira
Hugo Lagranha

PMDB

Luís Roberto Ponte

Gonzaga Mota

PSDB

Márcio Fortes

Ubiratan Aguiar

PPR

Simão Sessim

Roberto Campos

BL (PL-PSD-PSC)

Augusto Farias

Welinton Fagundes

BL (PSB-PMN)

Sérgio Guerra

João Colaço

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-5-95 – designação da Comissão Mista.

Dia 4-5-95 – instalação da Comissão Mista.

Até 27-4-95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 6-5-95 – prazo final da Comissão Mista.

Até 21-5-95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 978, de 20 de

abril de 1995, que "dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos do § 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Titulares

Suplentes

PMDB

José Fogaça
Gerson Camata

Pedro Simon
Fernando Bezerra

PFL

Odacir Soares
Freitas Neto

Júlio Campos
Jonas Pinheiro

PSDB

Sérgio Machado

Carlos Wilson

PDT

Darcy Ribeiro

Sebastião Rocha

PT

Laurô Campos

Eduardo Suplicy

Deputados

Titulares

Suplentes

Bloco (PFL-PTB)

Ney Lopes
Júlio César

Vilmar Rocha
José Mendonça Bezerra

PMDB

Luís Roberto Ponte

Pedro Novais

PSDB

Saulo Queiroz

Arthur Virgílio Neto

PPR

Roberto Campos

Delfim Netto

PC do B

Aldo Rebelo

Sérgio Miranda

PPS

Augusto Carvalho

Sérgio Arouca

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-5-95 – designação da Comissão Mista.

Dia 4-5-95 – instalação da Comissão Mista.

Até 27-4-95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 6-5-95 – prazo final da Comissão Mista.

Até 21-5-95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 979, de 25 de abril de 1995, que "dispõe sobre a nota do Tesouro Nacional – NTN e sua utilização para aquisição de bens e direitos alienados no âmbito do Programa Nacional de Desestatização – PND, instituído pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, consolidando as normas sobre a matéria constantes da Lei nº 8.177, de 1º de março

de 1991, e da Lei nº 8.249, de 24 de outubro de 1991, e altera o art. 3º da Lei nº 8.249/91.

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores	
Titulares	Suplentes
PMDB	
José Fogaça	Fernando Bezerra
Ney Suassuna	Onofre Quinan
PFL	
Joel de Hollanda	José Alves
Freitas Neto	Jonas Pinheiro
PSDB	
Teotônio Vilela Filho	Geraldo Melo
PL	
Romeu Tuma	
PTB	
Marluce Pinto	Luiz Alberto Oliveira

Deputados	
Titulares	Suplentes
Bloco (PFL-PTB)	
Abelardo Lupion	Ciro Nogueira
Alexandre Ceranto	Jaime Fernandes
PMDB	
Hermes Parciannelo	Euler Ribeiro
PSDB	
José Aníbal	Danilo de Castro
PPR	
Paulo Bauer	Welson Gasparini
PV	
Fernando Gabeira	Gilney Viana
PRP	
Adhemar de Barros Filho	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-5-95 – designação da Comissão Mista.
Dia 4-5-95 – instalação da Comissão Mista.
Até 1-5-95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.
Até 10-5-95 – prazo final da Comissão Mista.
Até 25-5-95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 980, de 25 de abril de 1995, que "dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim cons-

tituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores	
Titulares	Suplentes
PMDB	
Gilberto Miranda	Nabor Júnior
Fernando Bezerra	Coutinho Jorge
PFL	
Vilson Kleinübing	Carlos Patrocínio
José Agripino	Edison Lobão
PSDB	
Pedro Piva	Geraldo Melo
PSB	
Ademir Andrade	
PPS	
Roberto Freire	

Deputados	
Titulares	Suplentes
Bloco (PFL-PTB)	
Manoel Castro	Átila Lins
Antônio Feijão	João Mendes
PMDB	
Luiz Fernando	Mauri Sérgio
PSDB	
Firmino de Castro	Wilson Campos
PPR	
Basílio Villani	Paulo Mourão
PT	
Jaques Wagner	Arlindo Chinagli
PP	
Odelmo Leão	Edson Queiroz

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-5-95 – designação da Comissão Mista.
Dia 4-5-95 – instalação da Comissão Mista.
Até 1-5-95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.
Até 10-5-95 – prazo final da Comissão Mista.
Até 25-5-95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 981, de 28 de abril de 1995, que "institui a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação PIS-PASEP, do Fundo de Amparo ao Trabalhador, do Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores	
Titulares	Suplentes
	PMDB
Gilberto Miranda	José Fogaça
Flaviano Melo	Ney Suassuna
	PFL
Carlos Patrocínio	Francelino Pereira
Romero Jucá	Freitas Neto
	PSDB
Carlos Wilson	Geraldo Melo
	PP
Osmar Dias	João França
	PPR
Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha

Deputados	
Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)
Adauto Pereira	Mahuly Netto
Félix Mendonça	Hugo Lagranha
	PMDB
Gonzaga Mota	Pedro Novais
	PSDB
Jayme Santana	Aécio Neves
	PPR
Paulo Bauer	Arnaldo Faria de Sá
	PDT
Miro Teixeira	Giovanni Queiroz
	BL (PL-PSD-PSC)

Francisco Horta Augusto Farias
De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 4-5-95 – designação da Comissão Mista.

Dia 4-5-95 – instalação da Comissão Mista.

Até 4-5-95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 13-5-95 – prazo final da Comissão Mista.

Até 28-5-95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 982, de 28 de abril de 1995, que "cria a Gratificação de Desempenho e Produtividade – GDR das atividades de finanças, controle, orçamento e planejamento, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores	
Titulares	Suplentes
	PMDB
Ramez Tebet	Flaviano Melo
Ney Suassuna	Nabor Júnior

Deputados	
Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)
Rubem Medina	Maurício Najar
José Jorge	José Múcio Monteiro
	PMDB
Roberto Valadão	Zila Bezerra
	PSDB
Arthur Virgílio Neto	Jovair Arantes
	PPR
Luciano Castro	Maria Valadão
	BL (PSB-PMN)
Nilson Gibson	Raquel Capiberibe
	PC do B
Aldo Rebelo	Haroldo Lima

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 04/05/95 – designação da Comissão Mista.

Dia 04/05/95 – instalação da Comissão Mista.

Até 04/05/95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 13/05/95 – prazo final da Comissão Mista.

Até 28/05/95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 983, de 28 de abril de 1995, que "cria a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Proteção ao Voo, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores	
Titulares	Suplentes
	PMDB
Gilberto Miranda	Coutinho Jorge
Flaviano Melo	Nabor Júnior
	PFL
José Alves	Guilherme Palmeira
Edison Lobão	Romero Jucá
	PSDB
Pedro Piva	Lúcio Coelho
	PL
Romeu Tuma	
	PTB
Marluce Pinto	Emília Fernandes

Deputados	
Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)

Antônio dos Santos	Maurício Najar
Albérico Cordeiro	Roberto Brant
	PMDB
Zaire Rezende	Euler Ribeiro
	PSDB
João Leão	Eduardo Barbosa
	PPR
Fausto Martello	Jair Bolsonaro
	PPS
Sérgio Arouca	Augusto Carvalho
	PV
Fernando Gabeira	

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 04/05/95 – designação da Comissão Mista.

Dia 04/05/95 – instalação da Comissão Mista.

Até 04/05/95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 13/05/95 – prazo final da Comissão Mista.

Até 28/05/95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 984, de 28 de abril de 1995, que "dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores	
Titulares	Suplentes
	PMDB
Nabor Júnior	Gilberto Miranda
Ney Suassuna	José Fogaça
	PFL
Carlos Patrocínio	Joel de Hollanda
Wilson Kleinübing	Waldeck Ornelas
	PSDB
Carlos Wilson	Geraldo Melo
	PSB
Ademir Andrade	
	PPS
Roberto Freire	

Deputados	
Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)
Ney Lopes	Antônio dos Santos
Paulo Gouvea	Mauro Lopes
	PMDB
Alberto Goldman	Mauri Sérgio
	PSDB
Zulaie Cobra	Vicente Arruda
	PPR
Luciano Castro	João Pizzolatti
	PRP
Adhemar de Barros Filho	
	PT
Jaques Wagner	Arlindo Chinaglia

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 04/05/95 – designação da Comissão Mista.

Dia 04/05/95 – instalação da Comissão Mista.

Até 04/05/95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 13/05/95 – prazo final da Comissão Mista.

Até 28/05/95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O Senhor Presidente da República editou a Medida Provisória nº 985, de 28 de abril de 1995, que "dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores	
Titulares	Suplentes
	PMDB
Coutinho Jorge	Flaviano Melo
Nabor Júnior	Ney Suassuna
	PFL
Odacir Soares	Joel de Hollanda
Jonas Pinheiro	Wilson Kleinübing
	PSDB
Artur da Távola	Carlos Wilson
	PP
José Roberto Arruda	Antonio Carlos Valadares
	PPR
Esperidião Amin	Levy Dias

Deputados	
Titulares	Suplentes
	Bloco (PFL-PTB)
Fátima Pelaez	Jairo Azi
Duílio Pisaneschi	José Coimbra
	PMDB
Nilton Baiano	Zaire Rezende
	PSDB
Cipriano Correia	Robério Araújo
	PPR
Arnaldo Faria de Sá	Célia Mendes
	PP
Jofran Frejat	Laura Carneiro
	PDT
Miro Teixeira	Giovanni Queiroz

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 04/05/95 – designação da Comissão Mista.

Dia 04/05/95 – instalação da Comissão Mista.

Até 04/05/95 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade.

Até 13/05/95 – prazo final da Comissão Mista.

Até 28/05/95 – prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 668, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do parágrafo 1º do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam consideradas como licença autorizada minha ausência dos trabalhos desta Casa, nos dias 3, 17 e 28 de abril de 1995, quando me encontrava em Roraima tratando de assuntos partidários.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – Senador **Romero Jucá**.

O SENHOR PRESIDENTE (Júlio Campos) – Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Joel de Hollanda.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 669, DE 1995

Senhor Presidente,

Requeiro, na forma do § 1º do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja considerado como licença autorizada minha ausência desta Casa no período de 17/4/95 a 19/4/95.

Neste termos pede deferimento

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – Senador **Vilson Kleinübing**.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Aprovado o requerimento, fica concedida a licença solicitada.

Volta-se à lista de oradores.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra, como Líder, ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PP-AM. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ainda há pouco, o Senador Pedro Simon ocupou a tribuna para fazer a defesa do que ocorre em seu Estado.

Quero agora, Sr. Presidente, como sequência do que foi feito ontem pelo meu companheiro de Bancada, Senador Jefferson Péres, dizer que o Governo acaba de editar o Decreto nº 1.475, que fixa limite anual de importações para a Zona Franca de Manaus. É a volta da terrível prática de contingenciamento das importações da Zona Franca de Manaus.

A medida objetiva claramente impedir que as importações da Zona Franca disparem e comprometam o equilíbrio da balança comercial.

Há uma diferença importante entre a situação presente e a experiência de contingenciamento vivida pela Zona Franca de Manaus entre 1976 e 1990. Naquela ocasião, o Brasil estava fechado de fato para o comércio exterior. Havia lista negativa de milhares de produtos para os quais nem sequer se podia obter guia de importação; as alíquotas de importação eram superiores a 70%; o dólar paralelo estava sempre muito acima do oficial, variando entre 50 e 100%, funcionando como forte inibidor do contrabando.

Atualmente, as importações são controladas de forma muito mais flexível: não há lista negativa; o Mercosul pode funcionar como importante canal de entrada de produtos no Brasil; o Paraguai substitui o comércio de Manaus no que diz respeito ao suprimento de importados de custo mais baixo; e os Correios permitem às pessoas físicas importar pagando impostos relativamente baixos.

Contingenciada a Zona Franca, as demais fontes de suprimento de produtos similares aos ali fabricados serão altamente estimuladas: o contrabando, dada a favorável paridade real/dólar, deverá crescer muito; o Paraguai vai vender muito mais do que já

vende; e fábricas – estas sim, maquiladoras – poderão se instalar nos países do Mercosul, visando o mercado brasileiro.

Ao tomar conhecimento dessa circunstância, que eu diria altamente inoportuna – inclusive porque não foram consultados nem o Governo do Estado, nem a Bancada Federal, seja na Câmara, seja no Senado –, o Governador Amazonino Mendes telefonou-me, na terça-feira, à noite. Entrei em contato com o Presidente da República, que, vendo a gravidade do problema, determinou que o Ministro da Fazenda e o Ministro do Planejamento se reunissem com os três Senadores que compõem a Bancada do Amazonas: Senador Gilberto Miranda, Senador Jefferson Péres e eu.

Naquela oportunidade, na presença do Governador Amazonino Mendes, mantivemos uma conversa altamente proveitosa, até porque fatos emergiram, situações foram apontadas e provavelmente soluções serão encontradas de forma convergente.

Se ocupo a tribuna na qualidade de Líder, Sr. Presidente, é por causa da gravidade desse fato para o Estado do Amazonas, que poderá até levá-lo à falência, se se continuar a agir dessa forma, desorientada.

Hoje à tarde, exatamente às 16h, haverá nova reunião com os Ministros Pedro Malan e José Serra, os Senadores e o Governador de Estado. Provavelmente, daremos uma solução final à matéria.

O objetivo desse registro, Sr. Presidente, é mostrar que, se não tratarmos do assunto emocionalmente, poderemos chegar a uma conclusão mais correta. Porém, devo consignar – e o faço em nome do meu companheiro Jefferson Péres, que assim me autorizou – que, se, em verdade, a Zona Franca for definitivamente mutilada, teremos que nos colocar em situação de oposição ao Governo.

Quero registrar também que, hoje, às 18h30min, antes da viagem do Senhor Presidente da República à Inglaterra, teremos um encontro a fim de que haja definitivamente uma solução para o problema sem a necessidade de prorrogação.

Em relação ao problema da distribuição da quota global, Sr. Presidente, é extremamente difícil, no regime de contingenciamento, atender exatamente às necessidades das empresas individualmente. Por mais bem-intencionados que sejam os critérios, não conseguem substituir a livre ação do mercado, que faz com que cada empresa realize exatamente o montante de importações de que necessita. A insatisfação é inevitável e conduz ao aparecimento de denúncias nem sempre justificadas, mas tendentes a prejudicar concorrentes.

Tal processo, historicamente, desgastou o Governo Federal e empresários envolvidos, criando clima de falta de credibilidade para a Zona Franca. Assim, no processo de distribuição, algumas empresas recebem mais do que precisam e outras, menos.

Quero agradecer ao eminente Senador Joel de Hollanda e a V. Exª pelo tempo concedido.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda, que disporá de vinte minutos.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, o Brasil ingressa num novo ciclo civilizatório e adota para seus habitantes o arquétipo do cidadão como modelo de comportamento nacional. Para tanto, a formação e a preservação físico-psicológica desse mesmo cidadão requer atenção, preparação e cuidados que somente uma estrutura médica avançada pode prover. Como prioridade absoluta entre as políticas públicas que o Governo Federal promete abraçar, a Saúde deve ocupar hoje lugar de destaque na pauta de discussões desta Casa.

Como Representante do Estado de Pernambuco, não me posso furtar a debater assuntos cuja natureza toca tão de perto as

prioridades de desenvolvimento da região Nordeste. São do conhecimento de todos os brasileiros as dificuldades com que a região, na falta de uma infra-estrutura urbana e rural adequada, enfrenta os problemas de ordem sócio-econômica.

Sem recursos suficientes para atender à demanda mínima por melhores condições de saúde, o Nordeste padece de um isolamento inadmissível no âmbito nacional das políticas públicas relativas ao setor de Saúde. Em comparação com as regiões Sul e Sudeste, a precariedade se torna ainda mais agravante, na medida em que a realidade nordestina deixa muito a desejar quanto ao acompanhamento dos avanços tecnológicos que a ciência oferece, em ritmo frenético, aos grandes centros urbanos.

Tenho, no entanto, a obrigação de expor o problema da saúde de maneira realista e responsável. Não pertencem a esse grupo de homens públicos que, para denunciar, são muito veementes; porém, para propor alternativas, comportam-se como verdadeiros agentes do silêncio, indigentes da omissão pública.

Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, nesse momento especial de liberdade democrática e de efervescência política que o País atravessa, cabe a nós, Senadores, acompanhar as reivindicações do povo brasileiro e transformá-las em projeto concreto de intervenção na realidade. Com esse espírito, deve o parlamentar não só estar sintonizado com os apelos populares, mas também estar disposto a atendê-los da forma mais exequível.

Por isso, justifico a minha presença nesta tribuna. Pernambuco não dorme na mendicância das idéias, nem se sujeita passivamente à inação costumeira das políticas sociais. Longe de uma postura de eterna dependência das instâncias federativas superiores, meu Estado não se presta a rastejar por colaboração e auxílio como uma entidade indigente.

Para o problema da Saúde, Pernambuco já apontou à sociedade uma alternativa à altura de sua histórica competência administrativa. E, dessa vez, é com muito orgulho que meus conterrâneos apresentam um projeto de desenvolvimento social e tecnológico cuja alta competência deve ser modelo para todo o País.

Trata-se da implantação e ampliação do Pólo Médico de Pernambuco. Planejado para suprir as deficiências da região no que concerne ao processo avançado e seguro de cura e prevenção de doenças, o Pólo pode ser entendido como um projeto maduro, de auto-sustentação, que visa a resgatar o papel histórico do pensamento técnico-científico pernambucano no contexto da pesquisa e da clínica médica.

Mais do que isso, o Pólo reacende a auto-estima do meu Estado, que precisava ser regada para amadurecer novos movimentos de autonomia. Dotado de uma ousadia incalculável, sua ambição cresce à proporção que explica por onde deve ser estimada a capacidade de o Nordeste propor alternativas para seus próprios problemas de subdesenvolvimento.

Com sede no Recife, o Pólo paulatinamente vem ganhando força e substância ao longo dos últimos anos. Mais do que convidados pela iniciativa, tanto a esfera privada quanto o setor público não hesitaram em atribuir-lhe a dimensão excepcionalmente dilatada.

E, com razão, o Pólo merece o destaque que tem largamente recebido. Pioneiro em todo o vasto território que cobre as regiões Norte e Nordeste do País, Recife já abriga o maior complexo de medicina do Brasil setentrional. Sem dúvida, a capital pernambucana reúne todas as condições históricas e culturais para alojar um grande centro nacional de excelência para atendimento médico.

Para os que desconhecem a exata definição do conceito, esclareço que os pólos médicos se caracterizam como centros disseminadores de conhecimento científico, de tecnologia e avanços no campo da assistência e do tratamento médico. Como expus anteriormente, ao lado da execução da tarefa suprema de prestar aten-

dimento aos enfermos, os pólos cumprem a estratégica função política de alavancar projetos de autonomia regional e local.

Sua importância para o bem-estar da população é inegável, pois os ganhos advindos de seus efeitos multiplicadores revestem a região de riqueza e satisfação. A dinâmica dos efeitos multiplicadores pode ser atestada pela imediata geração de empregos qualificados que os pólos estimulam para selar uma melhor integração entre universidades, laboratórios, indústrias e hospitais.

Em Pernambuco, o Pólo Médico promove, por intermédio de uma cadeia de trabalhos sistematizados, uma integração eficaz entre produção de conhecimento e prestação de serviço. Em outras palavras, as diversas instituições envolvidas, que se estendem desde as universidades – os centros de pesquisa, os laboratórios de análises clínicas, os consultórios de atendimento médico – até as indústrias farmacêutica e de equipamento médico, são articuladas de sorte a formar uma cadeia de interação operacional em busca de excelência médica.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, na verdade, há algum tempo que o meu Estado se sente incomodado com a progressiva defasagem de apropriação tecnológica com que o Brasil vai demarcando suas diferenças regionais. Pernambuco sente-se prejudicado porque não se esquece de que, em passado nem tão distante assim, já foi considerado modelo nacional de desenvolvimento e progresso.

Vale lembrar que as raízes do Brasil não foram fincadas no último século, como alguns brasileiros mal-informados tendem a insinuar. A tradição médica brasileira deve muito ao meu Estado e vou explicar o porquê.

Foi em Pernambuco que se fundou o primeiro hospital do continente americano. Em 1540, a Santa Casa de Olinda inaugurava a primeira instituição médica em solo brasileiro. Mais ainda, foi um conterrâneo pernambucano, o Dr. José Correa Picanço, quem fundou, em 1808, em Salvador, o primeiro curso de Medicina no Brasil.

Na sequência, a Faculdade de Medicina de Recife teve seu projeto de criação aprovado em 1895. Portanto, embora seu funcionamento só tivesse sido concretizado em 1915, a Faculdade comemora neste ano o centenário de sua fundação. Integrada, hoje, à Universidade Federal de Pernambuco, ela continua a responder por grande parte da competente formação dos médicos de toda a Região Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Além disso, Recife abriga atualmente a maior concentração de centros de formação universitária das regiões Norte e Nordeste do País. Na capital, funcionam quatro universidades e vinte e nove estabelecimentos isolados de ensino e pesquisa. Diante disso, seria descabido meu Estado vir a ser acusado de relapso quando o objeto em discussão são os estabelecimentos universitários de ensino.

Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, se, do lado da formação e do conhecimento, Pernambuco atende satisfatoriamente às demandas do Pólo Médico, do lado das instituições hospitalares o quadro é também alvissareiro. Do ponto de vista numérico, há 85 hospitais em funcionamento no Estado, com capacidade de 7.630 leitos. Desse total, 53 já estão integrados ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Sem dúvida, a rede pública ostenta posição de destaque entre os hospitais de Pernambuco. Ao lado do Hospital Getúlio Vargas e do Hospital das Clínicas, o Hospital da Restauração da Fundação de Saúde Amaury de Medeiros – FUSAM representa modelo de prestígio e excelência para o Brasil. Conhecido como Hospital da Restauração, o FUSAM merece elogio pelas técnicas empregadas na recuperação ortopédica e estética, especialmente em casos extremos de queimadura.

Paralelamente, a iniciativa privada pernambucana merece ainda maior reconhecimento. Aliás, é graças aos esforços dos empresários de Pernambuco que o projeto do Pólo Médico vem à luz

e adquire legitimidade na pauta de prioridades da sociedade local. Com satisfação, recordo que a realização do I Fórum para o Desenvolvimento do Pólo Médico Científico de Alta-Tecnologia de Pernambuco, em 1993, não se concretizou senão com as contribuições valorosas da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco, do Clube dos Diretores Lojistas e da Associação Comercial de Pernambuco.

Naquela ocasião, com o apoio do Banco do Estado de Pernambuco – BANDEPE, os membros da sociedade empresarial pernambucana não tergiversaram diante do desafio que estava por vir. Por unanimidade, não só consideraram a iniciativa do Pólo de uma pertinência formidável mas, também, empenharam seu apoio para a continuidade e expansão do projeto.

Como prova de disposição, subscreveram a instigante "Carta do Recife" com o propósito de selarem ali o compromisso da implementação do Pólo Médico de Pernambuco. Se o êxito do projeto dependesse apenas do setor privado, tenho a convicção de que ele nada deixaria a dever, pois seu interesse tem sido manifestado muito mais em ações concretas do que em promessas abstratas.

Sr. Presidente, o resultado é que Pernambuco percorre o caminho da modernidade a passos largos. O complexo hospitalar Santa Joana, com sede em Recife, é a mais emblemática ilustração. Inaugurado há quinze anos, o Santa Joana não se confunde com nada que pode sugerir acomodação, contemplação e inércia. Pelo contrário, com tão pouco tempo em atividade, acaba de ampliar o seu raio de intervenção no combate às enfermidades, à morte prematura.

Trata-se do Santa Joana Diagnóstico-Topimagem-Dilab Medicina Nuclear, que foi erguido em tempo recorde sobre um terreno de 1.700 metros quadrados, ao lado do hospital principal da rede. Como o nome sugere, o novo centro consiste na maior rede de diagnóstico por imagem de toda a região.

Dotado de médicos, técnicos e equipamentos da mais avançada linha, o Santa Joana Diagnóstico oferece serviços de tomografia computadorizada, ultra-sonografia, endoscopia digestiva, de medicina nuclear e ressonância magnética, entre outros.

Ao rivalizar com os centros de excelência do Sul e Sudeste do Brasil, o complexo Santa Joana se firma como o expoente mais dinâmico e significativo do Pólo Médico de Pernambuco. Seu engajamento é tão sincero, que seus dirigentes não pouparam esforços para levantar o Centro de Estudos Médicos Monsenhor Manoel Vieira. O Centro destina-se a proporcionar espaço de leitura, estudo e pesquisa para a comunidade médica.

Portanto, preocupada simultaneamente com a medicina curativa e preventiva, o complexo hospitalar Santa Joana lidera a corrida em favor do resgate da competência de Pernambuco no atendimento aos serviços médicos especializados. Com isso, desfoga o congestionado fluxo de pacientes do Norte e do Nordeste que, normalmente, se dirige para o eixo Rio-São Paulo em busca de serviços médicos.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, dentro desse mesmo espírito, Pernambuco clama maior apoio das autoridades públicas para a mais rápida instalação do Instituto do Coração. As obras, que foram iniciadas ao final do ano passado a partir da confirmação da doação do terreno pelo ex-governador Joaquim Francisco, devem ser concluídas em prazo não muito longo se se mantiver o mesmo ritmo de colaboração do Poder Executivo.

Com certo alívio devo registrar que o vice-Presidente da República, Senador Marco Maciel, tem manifestado apoio e já declarou que parte do investimento necessário está contemplado no Orçamento da União de 1995.

O Instituto do Coração, cujo projeto arquitetônico prevê a construção de nove prédios interligados, consumirá cerca de qua-

torze milhões de dólares, montante esse que deve ser buscado também junto aos financiadores internacionais, como é o caso do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o BID.

Na mesma linha, a implantação do Hemopólo de Pernambuco, que é uma reivindicação legítima do povo de minha terra, deve ser atendida em breve com a aprovação do projeto do Senador Marco Maciel, que dispõe sobre o assunto. O Hemopólo se justifica sobretudo pelo orgulho que os pernambucanos e os brasileiros sentem diante do sucesso que é a Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco, a HEMOPE. Vale lembrar que a instituição conquistou recentemente o título de Centro de Referência Nacional para implantação da rede de hemocentros públicos pelo Ministério da Saúde.

A última, mas nem por isso com menor peso, das unidades hospitalares de Pernambuco que merece citação é, certamente, o Hospital do Câncer. Pelos relevantes serviços que vem prestando à comunidade, a instituição filantrópica, que se mantém sobretudo por meio de donativos, é considerada ponto de excelência no panorama nacional. Seu passo mais ousado nos últimos anos consistiu na criação do Instituto de Medicina e Cirurgia, o IMEC, que goza de vasta reputação no Brasil.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, enfim, visto todo o árduo trabalho com que Pernambuco honra seu compromisso de levar adiante o seu Pólo Médico, devo confessar que muito ainda resta a fazer para que o nome do projeto corresponda de fato à realidade local. Para tanto, é necessário que o Governo Federal se sensibilize com iniciativas dessa natureza e providencie de seus agentes políticas públicas consorciadas com os interesses específicos dos Estados da Nação.

É urgente que se identifiquem novas linhas de crédito que estimulem e financiem a aquisição de equipamentos, construção de hospitais e até implantação de indústria dos ramos farmacêuticos e de equipamentos cirúrgicos. Além disso, o Governo deve facilitar a importação de medicamentos quando não houver similares nacionais. Devemos incentivar investimentos dos Fundos Públicos de Pensão em hospitais dos pólos médicos.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, não bastam apenas criatividade e competência local para que Pernambuco recupere de vez o seu lugar no tão restrito ciclo da excelência médica do País. Mais ainda, não bastam apenas criatividade e competência técnica para reduzir a mortalidade infantil e expandir a expectativa de vida da população pernambucana.

É necessário, acima de tudo, cooperação e apoio da Federação para que a iniciativa do Pólo Médico de Pernambuco não se esgote antes do seu amadurecimento. Conto com a solidariedade de todos os senhores porque estou convencido de que a iminente prosperidade do Pólo vai servir, seguramente, de estímulo aos Estados mais pobres da Federação, àqueles que mais lutam pela desigualdade, rumo à verdadeira conquista da soberania.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Há expediente a ser lido.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

São lidos os seguintes

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 145, DE 1995

Veda as operações de emissão e venda a termo de Letras do Banco Central do Brasil às instituições financeiras estaduais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam vedadas as operações de emissão e venda a termo de Letras Financeiras do Banco Central do Brasil a bancos comerciais estaduais e a instituições financeiras estaduais, detentoras de carteira comercial, de que trata a Resolução nº 2.081, de 24 de junho de 1994, do Conselho Monetário Nacional.

Parágrafo único. As operações de venda a termo realizadas no amparo da resolução referida no **caput** deste artigo serão liquidadas quando do vencimento do respectivo contrato firmado entre o Banco Central do Brasil e a instituição financeira credenciada.

Art. 2º Ficam vedadas todas e quaisquer operações do Banco Central do Brasil, com títulos de sua responsabilidade ou do Tesouro Nacional, e que tenham por finalidade o financiamento ou troca de títulos públicos estaduais.

Art. 3º O descumprimento do estabelecido nesta Lei será considerado infração grave para fins das penalidades previstas no artigo 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 4º O Banco Central do Brasil adotará as providências e baixará as normas necessárias à execução desta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Constitui tema central das discussões levadas a efeito sobre a economia brasileira, a questão relativa a uma maior autonomia do Banco Central na condução da política monetária, variável indispensável para a condução do atual programa de estabilização econômica.

A despeito dos esforços e dos resultados alcançados com as políticas que visam a tornar o Banco Central do Brasil uma instituição primordialmente voltada para o controle do poder de compra da moeda nacional, ainda persistem toda uma série de funções por ele desempenhada e que restringe a adequada condução de sua política monetária.

Assim, num passado recente, era a atuação do Banco Central comprometido com o financiamento do crédito rural e industrial, com a cobertura dos constantes déficits do setor público e com a assistência financeira às instituições financeiras, que, na maioria das situações, implicavam expansão não programada da base monetária, e seus conseqüentes impactos no processo inflacionário.

Na busca dessa autonomia, vários desequilíbrios ainda persistem; e, sem dúvida, os recorrentes auxílios às instituições financeiras estaduais, e a seus próprios governos, constitui elemento atual que muito contribuiu para o afastamento do Banco Central de sua função primordial.

O atual mecanismo de troca de títulos estaduais por títulos de responsabilidade do Banco Central, objetivando aliviar os custos da rolagem da dívida mobiliária estadual, se insere nesse contexto. O mecanismo definido pela Resolução nº 2.081/94, que "autoriza o Banco Central do Brasil a emitir títulos de sua responsabilidade e vendê-los a termo a instituições financeiras estaduais", pode vir a constituir-se num foco de pressão ao descontrole da base monetária e, em conseqüência, do tão necessário ajuste monetário, variável estratégica para a estabilização econômica.

Mais ainda, esse mecanismo, a despeito da vedação constitucional à emissão de novos títulos estaduais, homologa a natureza de moeda desses ativos, postergando os ajustes que se fazem necessários em nível das finanças públicas estaduais. O atual descontrole das dívidas estaduais está a exigir uma maior austeridade dos gastos públicos, e conseqüente ordenamento de seu endividamento, o que não é compatível com aquela modalidade de auxílio implementada atualmente pelo Banco Central.

É nesse contexto, e com o objetivo de contribuir para a consecução da autonomia do Banco Central na condução da política monetária, que apresentamos este Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – Senador Gilberto Miranda Batista.

LEGISLAÇÃO CITADA

RESOLUÇÃO Nº 2.081, DE 24 DE JUNHO DE 1994

Autoriza o Banco Central do Brasil a emitir títulos de sua responsabilidade e vendê-los a termo a instituições financeiras estaduais.

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

Art. 44. As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

I – advertência;

II – multa pecuniária variável;

III – suspensão do exercício de cargos;

IV – inabilitação temporária ou permanente para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições financeiras;

V – cassação da autorização de funcionamento das instituições financeiras públicas, exceto as federais ou privadas;

VI – detenção, nos termos do § 7º deste artigo;

VII – reclusão, nos termos dos arts. 34 e 38 desta lei.

§ 1º A pena de advertência será aplicada pela inobservância das disposições constantes da legislação em vigor, ressalvadas as sanções nela previstas, sendo cabível também nos casos de fornecimento de informações inexatas, de escrituração mantida em atraso ou processada em desacordo com as normas expedidas de conformidade com o art. 4º, inciso XII, desta lei.

§ 2º As multas serão aplicadas até 200 (duzentas) vezes o maior salário mínimo vigente no País, sempre que as instituições financeiras, por negligência ou dolo:

a) advertidas por irregularidades que tenham sido praticadas, deixarem de saná-las no prazo que lhes for assinalado pelo Banco Central da República do Brasil;

b) infringirem as disposições desta lei relativas ao capital, fundos de reserva, encaixe, recolhimentos compulsórios, taxa de fiscalização, serviços e operações, não atendimento ao disposto nos arts. 27 e 33, inclusive as vedadas nos arts. 34 (incisos II a V), 35 a 40 desta lei, e abusos de concorrência (art. 18, § 2º);

c) opuserem embaraço à fiscalização do Banco Central da República do Brasil.

§ 3º As multas cominadas neste artigo serão pagas mediante recolhimento ao Banco Central da República do Brasil, dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da respectiva notificação, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo e serão cobradas judicialmente com o acréscimo da mora de 1% (um por cento) ao mês, contada da data da aplicação da multa quando não forem liquidadas naquele prazo.

§ 4º As penas referidas nos incisos III e IV deste artigo serão aplicadas quando forem verificadas infrações graves na condução dos interesses da instituição financeira ou quando da reinci-

dência específica devidamente caracterizada em transgressões anteriormente punidas com multa.

§ 5º As penas referidas nos incisos II, III e IV deste artigo serão aplicadas pelo Banco Central da República do Brasil admitido recurso com efeito suspensivo ao Conselho Monetário Nacional, interposto dentro de 15 dias, contados do recebimento da notificação.

§ 6º É vedada qualquer participação em multas, as quais serão recolhidas integralmente ao Banco Central da República do Brasil.

§ 7º Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que atuem como instituição financeira sem estar devidamente autorizadas pelo Banco Central da República do Brasil ficam sujeitas a multa referida neste artigo e detenção de 1 a 2 anos, ficando a esta sujeitos quando pessoa jurídica seus diretores e administradores.

§ 8º No exercício da fiscalização prevista no art. 10, inciso VIII desta lei, o Banco Central da República do Brasil poderá exigir das instituições financeiras ou das pessoas físicas ou jurídicas, inclusive as referidas no parágrafo anterior, a exibição a funcionários seus expressamente credenciados, de documentos, papéis e livros de escrituração considerando-se a negativa de atendimento como embaraço à fiscalização, sujeito a pena de multa, prevista no § 2º deste artigo, sem prejuízo de outras medidas e sanções cabíveis.

§ 9º A pena de cassação referida no inciso V deste artigo será aplicada pelo Conselho Monetário Nacional, por proposta do Banco Central da República do Brasil, nos casos de reincidência específica de infrações anteriormente punidas com as perdas previstas nos incisos III e IV deste artigo.

.....
(À Comissão de Assuntos Econômicos – decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 1995

Institui o Conselho Curador dos Recursos das Cadernetas de Poupança e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Conselho Curador dos Recursos da Caderneta de Poupança.

Art. 2º O Conselho Curador dos Recursos das Cadernetas de Poupança, terá a seguinte composição:

- I – Ministro da Fazenda;
- II – Ministro do Planejamento e Orçamento;
- III – Ministro do Trabalho;
- IV – Presidente da Caixa Econômica Federal;
- V – um representante da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP;
- VI – um representante das entidades nacionais ligadas à Indústria da Construção Civil;
- VII – um representante das entidades nacionais representativas dos interesses dos investidores em cadernetas de poupança;
- VIII – dois representantes de entidades nacionais dos beneficiários de financiamentos com recursos da caderneta de poupança;
- IX – um representante dos Governos Estaduais;
- X – um representante dos Governos Municipais;

§ 1º Os membros do Conselho, titulares e suplentes, serão nomeados pelo Presidente da República, para mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para o exercício de mais um mandato, sucessivo ou não, observado, no que couber, o disposto no parágrafo seguinte;

§ 2º As representações com assento no Conselho, relacionadas nos incisos, V, VI e VII desse artigo, serão escolhidas pelo Presidente da República, mediante lista tríplice encaminhada em conjunto ou separadamente pelas entidades respectivas e, sêxtupla, no caso do inciso VIII;

§ 3º As deliberações do Conselho serão tomadas com a presença mínima, de 7 (sete) de seus membros, tendo o Presidente o voto de qualidade;

§ 4º O Conselho reunir-se-á, ordinariamente, bimestralmente, por convocação de seu Presidente. Esgotado esse período sem convocação, qualquer de seus membros poderá fazê-la no prazo de 10 (dez) dias. Em caso de necessidade, reuniões extraordinárias poderão ser convocadas, desde que requeridas por pelo menos dois membros, na forma a ser regulamentada pelo Conselho Curador;

§ 5º A Presidência do Conselho Curador será exercida pelo Ministro da Fazenda, ou na sua ausência ou impedimento, pelos Ministros do Planejamento e Orçamento, e do Trabalho, respectivamente. A suplência de Ministro de Estado será exercida pelo respectivo Secretário Executivo;

§ 6º As despesas porventura exigidas para o comparecimento às reuniões do Conselho constituirão ônus das respectivas entidades representadas;

§ 7º As ausências ao trabalho dos representantes das entidades não governamentais, decorrentes das atividades desse órgão, serão abonadas, computando-se como jornada efetivamente trabalhada para todos os fins e efeitos legais;

§ 8º É assegurada estabilidade no emprego aos membros do Conselho Curador, representantes de entidades não governamentais, efetivos e suplentes, até um ano após o término do mandato de representação, salvo por motivo de falta grave, após processo judicial que a comprove;

§ 9º Competirá ao Ministério da Fazenda proporcionar ao Conselho Curador os meios necessários ao exercício de sua competência, para o que constituirá uma Secretaria Executiva.

Art. 3º Compete ao Conselho Curador dos Recursos das Cadernetas de Poupança:

I – atuar como órgão deliberativo da política de aplicação dos recursos oriundos da captação através das cadernetas de poupança, definindo inclusive, critérios de distribuição dos recursos disponíveis em consonância com a política nacional de habitação, observada a legislação pertinente ao Sistema Financeiro da Habitação;

II – avaliar e fiscalizar o cumprimento, pelos agentes do Sistema Financeiro de Habitação, das normas do Sistema Financeiro de Habitação – SFH e de suas Resoluções, relativas à aplicação dos recursos captados através das cadernetas de poupança, adotando as providências cabíveis nos casos de comprovada irregularidade;

III – representar às autoridades competentes contra a atuação dos agentes financeiros e demais órgãos integrantes do SFH, a partir de atos ou fatos que prejudiquem o desempenho e o cumprimento a que se destinam os recursos da caderneta de poupança;

IV – divulgar, no *Diário Oficial da União*, todas as decisões proferidas pelo Conselho, bem como relatórios sobre a aplicação dos recursos oriundos da caderneta de poupança e o cumprimento da política nacional de habitação;

V – estabelecer limites para a concessão de empréstimos e financiamentos Habitacionais com recursos da caderneta de poupança;

VI – sugerir ao Presidente da República o encaminhamento de projeto de lei ao Congresso Nacional sobre matéria relacionada com sua competência;

VII – acompanhar e fiscalizar, de forma concorrente, a aplicação dos recursos da caderneta de poupança em financiamentos habitacionais;

VIII – dirimir dúvidas e deliberar sobre os casos omissos, no âmbito de sua competência;

IX – elaborar e aprovar seu regimento interno;

X – deliberar sobre outros assuntos de interesse do Conselho;

Art. 4º O Conselho, em suas reuniões, poderá convidar ou convocar qualquer cidadão ou autoridade para prestar esclarecimentos e informações sobre a captação, utilização e aplicação dos recursos da caderneta de poupança.

Art. 5º O Banco Central do Brasil prestará assessoramento aos membros do Conselho no cumprimento de suas atribuições e competências.

Art. 6º O Conselho Curador, após diagnóstico que indique irregularidades na aplicação e destinação dos recursos da Caderneta de Poupança poderá requerer ao Banco Central do Brasil intervenção na instituição financeira respectiva.

Art. 7º O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta lei, regulamentará os dispositivos pertinentes à composição bem como os processos de indicação e nomeação dos membros do Conselho Curador dos Recursos da Caderneta de Poupança.

Art. 8º O Conselho Curador dos Recursos da Caderneta de Poupança será instalado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Em entrevista publicada no jornal *O Globo*, de 25 de julho de 1993, o presidente da Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário – ADEMI, do Estado do Rio de Janeiro, Fernando Wrobel, defende a criação de um Conselho Curador das Cadernetas de Poupança, visando, principalmente, à elevação do volume dos financiamentos destinados à construção habitacional. "Seria um órgão com a representação de todos os segmentos interessados na produção de moradias, onde os números da caderneta de poupança seriam analisados com vistas à correção dos rumos e de distorções dos objetivos pretendidos com a captação desses recursos", argumenta o dirigente em favor da tese.

Na origem da proposta, está certamente a pouca fluência, que se tem observado nos últimos anos, dos recursos captados pelas cadernetas de poupança para o financiamento da produção e da comercialização de habitações. De fato, a despeito das normas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central, que exigem a destinação mínima de 70% dos depósitos para financiamentos habitacionais, a retração promovida pelos agentes financeiros atinge significativo montante, que deveria estar destinado à construção de moradias, ao invés de migrar para aplicações financeiras estranhas à destinação primeira das cadernetas de poupança.

A explicação comumente oferecida ao público pelos agentes financeiros para tal atitude, fundava-se na falta de definição de regras para o cálculo de prestações que permitissem, igualmente, ao mutuário, a manutenção de níveis suportáveis de comprometimento de renda ao longo de todo o contrato e, aos agentes financeiros, a efetiva amortização dos financiamentos, devidamente remunerados. A sanção da Lei nº 8.692/93, ao definir critérios para o reajuste das mensalidades dos financiamentos no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação, parece oferecer condições para o retorno dos agentes privados ao fomento da produção imobiliária destinada à parcela da classe média ainda capaz de arcar com tais encargos.

A possível volta a uma aparente normalidade, contudo, não deve necessariamente inibir a aprovação do presente projeto de lei que institui o Conselho Curador dos Recursos da Caderneta de Poupança. Ainda que as cadernetas de poupança não constituam propriamente um fundo social, como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço-FGTS, regido por normas e diretrizes estabelecidas por um Conselho Curador –, é evidente o interesse da sociedade com relação ao destino dos recursos captados pelas empresas de poupança. A solvência e a eficácia do Sistema Financeiro de Habitação – que envolve tanto os recursos do FGTS quanto os do chamado SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo –, constituem matéria de elevado conteúdo social, vez que a questão habitacional diz respeito diretamente aos quase 120 milhões de brasileiros, três quartos da população do País, que vivem hoje em núcleos urbanos.

O sistema de poupança deve, ao mesmo tempo, remunerar adequadamente os aplicadores e permitir aos tomadores de empréstimos condições de pagamento compatíveis com salários permanentemente aviltados. Por igual, as cadernetas de poupança devem prover os recursos reclamados pelo mercado imobiliário enquanto convivem com a procrastinação de questões essenciais como o rombo do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS.

Desse modo, um Conselho Curador – integrado por representantes do poder público; do empresariado dos setores imobiliário e financeiro; e de pequenos aplicadores e mutuários – poderá ensejar profunda e determinada análise de todos os fatores intervenientes no sistema. O revigoramento dessa fonte imprescindível de recursos, ao lado do saneamento que se espera seja promovido no âmbito do FGTS, certamente constituirá contribuição valiosa para o atendimento da enorme, e crescente, demanda social por habitações.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – Senador **Júlio Camps**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.692, DE 28 DE JULHO DE 1993

Define planos de reajustamento dos encargos mensais e dos saldos devedores nos contratos de financiamentos habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro de habitação, e dá outras providências.

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Os projetos lidos serão publicados e remetidos à comissão competente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 670, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno, solicito sejam requeridas ao Senhor Ministro das Minas Energia informações que confirmem ou infirmem o alegado no anexo artigo "Crime de lesa-pátria", publicado no *Jornal de Brasília*, de 7 de abril de 1995, pelo Sr. José Machado Sobrinho, então diretor da Petrobrás.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – Senador **Roberto Requião**.

Jornal de Brasília, em 7-4-95

CRIME DE LESA-PÁTRIA

José Machado Sobrinho

Na qualidade de diretor da Petrobrás, de ex-chefe de gabinete dos ministros Gabriel Passos, João Mangabeira, Eliezer Batista e assessor especial de Aureliano Chaves, todos do Ministério das Minas e Energia; e, ainda, como ex-deputado federal por quatro legislaturas, nas quais presidi, dentre outras, a Comissão de Minas e Energia; e, por fim, como membro do PSDB desejo condenar a maneira leviana, criminoso, suspeita e, principalmente, injurídica pela qual a privatização da Petrobrás e de outras empresas do mesmo porte, de significação insubstituível para o Brasil e os brasileiros – Eletrobrás, Vale do Rio Doce, Telebrás – vem sendo realizada, até mesmo com a participação ou a omissão de muitos de seus dirigentes.

O meu repúdio decorre da firme convicção de que tanto a Petrobrás quanto as demais empresas sociais só foram criadas "por imperativos da segurança nacional ou relevante interesse coletivo", conforme reza o art. 173 da Constituição. E em momento algum da discussão do assunto no Congresso ficou comprovado que não mais se justificam esses imperativos, que continuam inteiramente válidos e em vigor. Além disso, convém recordar que, na forma do parágrafo 1º do mesmo artigo, as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica estão sujeitas ao regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias. Logo, elas são tão privadas quanto aquelas que não têm participação da União, dos Estados e dos Municípios.

Dessa forma, fica claro que as eventuais dificuldades ou mesmo a perspectiva de insolvência de empresas estatais deve-se exclusivamente ao despreocupado, todavia abusivo exercício do acionista controlador, no caso a União, a qual não só escolhe a maioria de seus dirigentes sem nenhum compromisso com essas empresas; e mais, para beneficiar sociedades privadas nacionais e estrangeiras, comumente determina às estatais, fora de suas assembleias gerais, portanto irregularmente, que sacrifiquem o seu objeto, os direitos dos acionistas minoritários, dos seus empregados e a economia nacional, agredindo o próprio estado de direito democrático e, por consequência, a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, favorecendo umas empresas em detrimento de outras.

A Petrobrás, é bom que se acentue, é uma empresa próspera e vitoriosa em todas as suas atividades econômicas, técnicas e administrativas, e muito mais respeitada no exterior por suas qualificações do que junto a grandes parcelas de autoridades governamentais de todos os escalões. É uma empresa internacionalmente respeitada, em condições de levantar financiamentos externos com menos dificuldades que o Tesouro Nacional. É tecnologicamente detentora de todo o conhecimento de uma empresa petrolífera, além de ocupar a vanguarda na exploração de petróleo na plataforma submarina (*off shore*).

Em 41 anos de existência, a Petrobrás, sozinha, já investiu cerca de US\$83 bilhões, enquanto todas as multinacionais, somadas, não ultrapassam US\$73 bilhões de investimentos totais no País desde que aqui chegaram. E, diferentemente do que afirmam seus detratores, há 21 anos a União não faz aporte de um centavo para a empresa que, ao contrário, é credora de cerca de US\$4 bilhões originários da "conta petróleo" e o do álcool. A Petrobrás contribui com cerca de 4,5% do PIB brasileiro, enquanto 244 ban-

cos nacionais e estrangeiros, somados, participam com 14%. Não obstante, a estatal, sozinha, está recolhendo aos cofres públicos cerca de US\$6 bilhões de tributos por ano, enquanto esses 244 bancos não alcançam os US\$3 bilhões de recolhimento aos mesmos cofres. E sem falar dos US\$190 bilhões que a Petrobrás já economizou em divisas para o Brasil.

Por que então privatizá-la? A lavagem cerebral a que está sendo submetida a opinião pública procura impedir a cidadania de ver com clareza os grandes perigos que vão abalando os alicerces do Estado nacional, gerando prejuízos à economia e aos interesses vitais do povo. Por tudo isso, o Congresso não pode aceitar assumir a responsabilidade de aprovar matérias de tão grande relevância sem exame mais detido e aprofundado que, pelas alterações estruturais a serem produzidas, somente ao povo diretamente caberia decidir por meio de amplo debate plebiscitário.

(À Mesa para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O requerimento lido será remetido à Mesa para decisão.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 1993 (nº 218/92, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Letras de Câmbio, Notas Promissórias e Faturas*, concluída na Cidade do Panamá, em 30 de janeiro de 1975, durante a I Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado, tendo

Parecer contrário, sob nº 80, de 1995, da Comissão

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão ordinária de 06 de abril passado, quando teve a sua discussão adiada para hoje.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

O SR. BERNARDO CABRAL – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, para discutir a matéria.

O SR. BERNARDO CABRAL (PP-AM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui o Relator desta matéria na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, lamentavelmente, tive que dar parecer contrário, porque o nosso País adota o mesmo texto da Convenção de Genebra, oferecido pela Liga das Nações, em 1930.

Ora, o art. 2º desta matéria, Sr. Presidente, declara textualmente: "a capacidade de uma pessoa para se obrigar por Letra de Câmbio ou Nota Promissória é regulada pela respectiva lei nacional". E só isso basta para nos demonstrar a diversidade de pontos de partida entre o texto de Genebra e o do Panamá.

Por isso, ficaria difícil adotarmos uma posição que seria terrível no campo jurídico.

Por essas razões, Sr. Presidente, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania entendeu conveniente recusar aprovação à Convenção Interamericana de modo que, a pretexto de tentar resolver conflitos de leis, não venhamos a criar um verdadeiro e claro conflito de convenções no espaço.

Por essa razão, opinamos pela rejeição do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A matéria continua em discussão. (Pausa)

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Hugo Napoleão, para discutir.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na discussão desta matéria, creio que após o parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, da lavra do eminente Líder do PP, Senador Bernardo Cabral, não nos resta muito a dizer.

Aduziria e pinçaria do parecer de S. Ex^a as observações feitas a respeito do Professor Haroldo Valladão, em cuja obra alguns dos entendimentos internacionais foram mantidos. Gostaria, inclusive, de dizer que S. S^a foi meu Professor de Direito Internacional Privado, na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, porquanto brilhante jurista do Comitê de Jurisconsultos Americanos.

Mas os fundamentos para rejeição são exatamente o que asseverava a Convenção sobre letra de câmbio e nota promissória de Genebra, de 1930, da antiga Liga das Nações, subscrita pelo nosso País, acrescida do texto em vigor do Decreto nº 57.663, de 24 de janeiro de 1966, que adotou as providências daquele diploma internacional.

Também devo esclarecer que tive informações de que a Procuradoria Judicial da Fazenda Nacional opinou sobre a matéria no sentido de não haver oposição à aprovação, mas não o recomendando expressamente.

Então, acredito que a matéria deva ser rejeitada, adotando-se o parecer da Comissão.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ronaldo Cunha Lima.

O SR. RONALDO CUNHA LIMA (PMDB-PB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, após ouvir o eminente Senador Bernardo Cabral, Relator da matéria, é evidente que não poderia deixar de aplaudir S. Ex^a pelo brilhante parecer que oferece. E se permitisse V. Ex^a, aduziria apenas que o Brasil, tendo adotado a Convenção de Genebra, que remonta ao ano de 1930, tem aplicado constantemente, até os dias de hoje, as disposições da Convenção de Genebra sobre letras de câmbio e promissórias, inclusive com manifestações jurisprudenciais e doutrinárias a respeito dessa Convenção.

Lembro-me de que na época em que advogava, no Rio de Janeiro, V. Ex^a e eu tivemos oportunidade de abordar, no mesmo processo, a validade e a importância do que foi ajustado na Convenção de Genebra. E estando o texto da Convenção de Genebra em vigor, já respaldado por manifestações jurisprudenciais, seria uma temeridade adotar um novo texto de uma nova convenção, principalmente agora, como salienta o Relator, no instante em que o Brasil entra no MERCOSUL e deve padronizar a parte jurídica, especialmente sobre letras de câmbio e notas promissórias.

Por essa razão, estou de acordo com o voto do eminente Relator, Senador Bernardo Cabral.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Rejeitado.

A matéria vai ao Arquivo.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 30, DE 1993

(Nº 218/92, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em matéria de Letras de Câmbio, Notas Promissórias e faturas, concluída na cidade do Panamá, em 30 de janeiro de 1975, durante a I Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto da Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em matéria de Letras de Câmbio, Notas Promissórias e faturas, concluída na cidade do Panamá, em 30 de janeiro de 1975, durante a I Conferência Especializada Interamericana de Direito Internacional Privado.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1993 (nº 117/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 170, da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho, adotada pela 77ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1990, tendo

Parecer favorável, sob nº 249, de 1995, da Comissão

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o projeto, a matéria vai à Comissão Diretora para a redação final

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1994 (nº 329/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviço Móvel Celular entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República Argentina, o Governo da República do Paraguai e o Governo da República Oriental do Uruguai, celebrado em Las Leñas, em 27 de junho de 1992, tendo

Parecer favorável, sob nº 250, de 1995, da Comissão

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o projeto, a matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 1994 (nº 223/92, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do Acordo-Quadro de Cooperação e de seu Ane-

xo, celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em 1992, tendo

Parecer favorável, sob nº 251, de 1995, da Comissão

– de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 671, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 312, alínea b, do Regimento Interno, requero destaque, para votação em separado, do artigo 13 do texto do Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Solicito manifestação das Lideranças partidárias com relação a este assunto.

Em votação o requerimento.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem a palavra o Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou com uma dúvida e gostaria que a Mesa esclarecesse.

Em se tratando de um Acordo Internacional, pode haver destaque para votação em separado de parte dessa matéria? A mim me parece que não. Creio que cabe ao Senado Federal aprovar ou não o Acordo.

Gostaria que V. Exª lançasse luzes sobre o assunto, do ponto de vista regimental.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – O **Diário do Congresso Nacional**, edição de novembro de 1989, registra que, através de emenda, em 1989, o Decreto Legislativo nº 30 teve suprimido um trecho, provisoriamente, nas suas disposições finais, que era um Acordo de Cooperação Econômica, a partir da data da sua assinatura. Realmente, já houve nesta Casa. Mas, em seguida, após essa modificação que o Senado Federal fez, ao voltar para a Câmara dos Deputados, foi rejeitada essa emenda.

O nosso famoso e inesquecível jurista, Pontes de Miranda, entende que, in comentário:

A Constituição de 46 se manifesta do seguinte modo sobre o assunto: a regra é aprovar ou não, e que a apresentação de emendas, pelo Legislativo, deve ser interpretada como tratado, não tendo conseguido aprovação, e entabulará o Executivo ou não, a seu juízo, as negociações.

Está bem esclarecido esse assunto.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Exatamente, Sr. Presidente, e é por isso que eu coloquei a questão. A mim me parece que uma emenda significará justamente a não-aprovação do Tratado.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra a V. Exª, para um esclarecimento.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Para esclarecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, considero importante esse acordo que estabelece relações de cooperação entre o Brasil e

a Comunidade Econômica Européia, concretizado na Declaração de Roma, de 20 de dezembro de 1990.

A priori, os domínios da cooperação econômica não excluem qualquer setor, mas estabelecem em especial a seguinte abrangência: indústria, utilização de recursos naturais, propriedade intelectual, regulamentação sanitária, turismo, transportes, informática, eletrônica, telecomunicações e utilização de técnicas espaciais.

Para cada um desses setores são definidos objetivos e meios de concretizar as ações que incluem além das áreas já citadas as ações relativas à modernização da administração pública, luta contra drogas, assistência técnica, visando à melhoria dos serviços sociais.

Obviamente, constitui-se num avanço entre as relações bilaterais, mas haveria o problema da inconstitucionalidade no que diz respeito à cooperação no setor de mineração, pois o art. 13 estabelece ações conjuntas que têm por objetivo incentivar as empresas das duas partes a participarem da prospecção, exploração, extração e comercialização dos respectivos recursos minerais.

O texto precisaria ser comparado com o art. 176 da Constituição, que restringe a pesquisa e a lavra de recursos naturais a brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional.

Todavia, Sr. Presidente, não é a intenção deste Senador impedir a consecução do artigo no seu âmbito maior.

Por essa razão, retiro a solicitação de destaque supressivo ao art. 13.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Retirado o destaque, prossegue-se à votação da matéria.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o projeto, a matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – **Item 5:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 1994 (nº 279/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Meio Ambiente, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, em Brasília, em 10 de outubro de 1990, tendo

Parecer favorável, sob nº 252, de 1995, da Comissão

– de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o projeto, a matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – **Item 6:**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1995 (nº 220/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Internacional sobre a Utilização de Estações Terrenas de Bordo da IN-MARSAT em Águas Territoriais e em Portos, concluído em Londres, em 16 de outubro de 1985, e assinado pelo Brasil, em 29 de janeiro de 1987, tendo

Parecer favorável, sob nº 253, de 1995, da Comissão

– de **Relações Exteriores e Defesa Nacional**.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Aprovado o projeto, a matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 7:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1995 (nº 284/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992, tendo

Parecer favorável, sob nº 254, de 1995, da Comissão

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 8:

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1995 (nº 433/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 16 de outubro de 1993, tendo

Parecer favorável, sob nº 255, de 1995, da Comissão

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O projeto vai à Comissão Diretora para a redação final.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 9:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 89, de 1995, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Diversos nº 22, de 1995, e seu adendo (Representação nº 1), concluindo pela admissibilidade de instauração de processo parlamentar para apurar os fatos atribuídos ao Senador Ernandes Amorim, com base nas representações formuladas pelo Partido dos Trabalhadores, e nos dados de prova já colhidos ou que vierem a ser obtidos.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão ordinária de 27 de abril passado, quando teve sua discussão adiada para hoje.

Em discussão o parecer, em turno único.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA – Diante do que foi aprovado, deveríamos ouvir o nobre Senador Romeu Tuma, indicado para se pronunciar a respeito do assunto.

Na última vez em que esse parecer foi colocado em votação, numa deferência ao Senador Romeu Tuma, ficou decidida a transferência da votação para a data de hoje, quando S. Exª já estaria de volta, para que pudéssemos ouvir a opinião de S. Exª, assim como a do nobre Senador Ramez Tebet.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Mesa comunica a V. Exª que não solicitou nenhuma inscrição do Senador Romeu Tuma, sendo que S. Exª apenas neste momento chegou ao plenário. A pauta da sessão estava em discussão para, em seguida, ser colocada em votação.

Consulto o nobre Senador Romeu Tuma se deseja pedir a palavra para discutir a matéria.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço desculpas, pois não conheço bem o Regimento. Este é o primeiro fato em que a Corregedoria tem participação direta.

Vim a este plenário para instruir-me sobre o procedimento correto, visto que não houve tempo hábil para que eu exarasse um parecer a respeito do assunto. Assim sendo, teria que usar verbalmente da palavra para tentar esclarecer que a matéria foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, mediante parecer do ilustre Senador Josaphat Marinho. O Senador José Fogaça solicitou que se procurasse, através dos órgãos competentes, informações a respeito do assunto, para melhor esclarecer ao Plenário, a fim de que este pudesse votar com mais segurança.

Portanto, entendo ser minha obrigação moral tentar expor o que obtive através dos órgãos competentes, para não caracterizar uma omissão ou que eu tenha viajado para isentar-me do resultado dessa decisão.

Comuniquei o fato e pedi um prazo maior para que pudesse, inclusive, fornecer um trabalho mais elaborado, e distribuir um parecer com a formalidade que o assunto requer. Peço desculpas aos Srs. Senadores porque não houve tempo para isso.

Peço encarecidamente que me seja permitido, ao menos, demonstrar o que foi feito pela Corregedoria.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Presidência concede a V. Exª 20 minutos para discutir a matéria, ocupando a tribuna da Casa.

O SR. ROMEU TUMA (PL-SP) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço a concessão de V. Exª. Tentarei, dentro do prazo que me foi concedido, fornecer explicações a V. Exªs sobre a matéria que me foi dada a esclarecer.

Poderia iniciar a explicação tentando responder aos ofícios e representações – como bem nominou o Senador Josaphat Marinho. Com todo o respeito ao parecer de S. Exª, não há nada a se contrapor às representações.

Tentarei responder aos ofícios. Inclusive, Sr. Presidente, o processo veio às minhas mãos neste minuto, até por respeito à Mesa, que não poderia colocá-lo na Ordem do Dia se ficasse comigo – emprestaram-me ontem, à noite, para que eu, ao menos, pudesse rever as peças que seriam importantes para o esclarecimento ao Plenário.

Apesar da minha experiência de policial, estou um pouquinho afobado, visto que o Senador Roberto Freire disse-me que eu não era mais um policial e, sim, um Senador. Portanto, aqui não poderia agir como policial, mas conforme o que me foi imposto, até porque a Corregedoria está limitada ao espaço físico do Senado. Ela não pode extrapolar e nem tem o poder de polícia de investigar nenhum fato fora daquilo que ocorrer dentro deste recinto. Desse modo, se alguma coisa deixou de ser feita, poderei ser perdoado, pois não houve omissão, mas impossibilidade da prática de determinados atos que pudessem melhor elucidar esse problema.

Requeri informações à Procuradoria de Justiça – ao Dr. Aristides Junqueira, pessoalmente, com quem tive uma amigável

conversa e a quem expus as nossas preocupações. S. Ex^a comprometeu-se a informar, por ofício, tudo aquilo que pudesse interessar a este Plenário para decidir sobre as acusações contra o nobre Senador Ernandes Amorim.

Em resposta, esse ofício veio à Mesa e foi lido aos Srs. Senadores, quando o ilustre Senador Ramez Tebet respondia pela Corregedoria.

O ofício ficou sobre a minha mesa, pois estava sendo preparado um cronograma. Penso que fui atropelado pelos acontecimentos, mas vou tentar usar da memória. Nesse ofício, há um fato interessante. Pelas notas taquigráficas, não vi a citação que consta no parecer do ilustre Procurador Cláudio Fonteles, designado para apreciar determinados processos, ações penais do Tribunal de Justiça de Rondônia. Os processos referem-se a irregularidades administrativas, em concorrências públicas. O parecer do Dr. Cláudio Fonteles, no dia 22 de março, forneceu um detalhe importante, quando afirmou não ter condições de aceitar como fato verdadeiro a acusação do Tribunal contra o Senador Ernandes Amorim. Com isto, propunha que fossem abertos, através da Procuradoria Federal de Rondônia, inquéritos policiais para investigar os fatos delatados na ação penal do Tribunal de Justiça de Rondônia. Então, nem a Procuradoria aceitava, em princípio, como verdadeiras as acusações que eram administrativas. Vinte e três processos foram abertos no dia 22 de março. Estou citando as datas para que V. Ex^s entendam que os fatos começaram a surgir e evoluir depois das denúncias que chegaram ao conhecimento desta Casa.

Os dois ofícios, do PT e do PSDB, tiveram o objetivo de levantar a questão e demonstrar que esta Casa bitolou e mostrou, publicamente, a que veio e que aquele que tiver responsabilidade pagará e não terá direito a assento neste Parlamento.

Mas a verdade real sempre tem que prevalecer. Eu poderia vir aqui tentar fazer uma média com a imprensa e distorcer os fatos, através de devaneios e cruzamentos de informações, e procurar enredar o Senador Ernandes Amorim. Não estou fazendo matéria de defesa, estou apenas condicionando o meu comportamento. Se cheguei a esta Casa depois de 40 anos de vida policial foi porque sempre busquei a verdade real; jamais me servi do meu cargo para impingir a alguém qualquer inverdade, qualquer calúnia, qualquer injúria pelo poder de polícia.

Então, essas são preliminares que gostaria que V. Ex^s soubessem. Esses 23 processos se referem a problemas administrativos em tese, segundo a posição que me foi apresentada hoje em uma minuta enviada pelo Senador Ernandes Amorim, através de sua assessoria; trata-se de matérias discutíveis. Se processado e condenado, S. Ex^a será imediatamente afastado por este Plenário em razão de condenação por improbidade administrativa, o que já está sendo apurado pela Procuradoria.

Ontem, o ilustre Senador Eduardo Suplicy me perguntava sobre o depoimento da ex-esposa do Senador Ernandes Amorim e acusadora, D. Hélia. Informei ao Senador Suplicy que, apesar de ter enviado ofício ao Ministro da Justiça, através da Presidência desta Casa, não tinha obtido ainda nenhum resultado dos meus pedidos. Inclusive, ontem eu procurei almoçar com o delegado que está respondendo pelo DPF e insisti muito nesse documento.

Sei que o parecer do Senador Josaphat Marinho esclarece bem a temporalidade do ato hediondo do provável narcotráfico, mas nada tem a ver com a materialidade do crime. Só que, como o Plenário aprovou que se buscasse a vinculação do crime com o processo, que poderá ser aberto se essa for a decisão da Casa, fui investigar se havia materialidade do crime. Eu precisava saber, até por um convencimento de ordem pessoal, já que vou voltar à minha cadeira para votar juntamente com V. Ex^s.

Entretanto, fui surpreendido, hoje, com muita tristeza: ninguém se deu ao trabalho de ouvir a D. Hélia no presídio da Papuda. Hoje é que estamos tomando essa providência instado pelo nobre Senador Eduardo Suplicy, porque achávamos que era uma peça importante, já que o narcotráfico é o delito mais grave, em tese, de que está sendo acusado o nobre Senador.

Procurei conversar com assessores da Câmara dos Deputados que acompanharam a CPI do Narcotráfico, na qual baseiam-se as acusações veiculadas pela imprensa. Não quis falar com nenhum dos Deputados, até porque o meu filho foi participante dessa CPI e eu não queria me condicionar nem me tornar suspeito ao fazer o levantamento.

Vou tentar montar as circunstâncias em que se desenvolveu o depoimento, até para ver se chegamos ao porquê da acusação de narcotráfico.

Segundo os funcionários, no dia do depoimento realizado no hotel de Boa Vista, a Comissão chegou protegida pela Polícia Federal juntamente com a assessoria; desculpe-me, Senador Ernandes Amorim, quero apenas trazer os fatos à luz do que os meus ouvidos ouviram. Logo após, chegou o Senador Ernandes Amorim com vários, acredito eu, garimpeiros, embora tenham me dito que eram capangas. Como alguns deles estavam armados, foram desarmados pela Polícia Federal.

Não estou acusando o Senador, estou mostrando as circunstâncias que podem ter levado a um confronto com a Comissão e, pela incontinência verbal do Senador, podem ter trazido algumas deduções que, talvez, não sejam reais.

Quando do depoimento, perguntou-se ao Senador sobre uma estrada aberta pelo Prefeito de Costa Marques dentro do território boliviano. Nesse ponto, há confusões, pois o Senador Ernandes Amorim foi acusado de ter aberto a estrada. Isso não é verdade, quem a abriu foi o Prefeito de Costa Marques e, infelizmente, o filho desse Prefeito foi preso transportando éter e acetona naquela região.

Há uns dois, três anos, Yayo Rodriguez, que era considerado o maior traficante da Bolívia, disse que havia permanentemente troca de produtos, como gado, cassiterita por cocaína. Então, perguntado ao Senador Ernandes Amorim se também era favorável à abertura da estrada, S. Ex^a respondeu que abria dez, vinte. Argumentaram que a estrada estava facilitando o transporte de cocaína, ao que o Senador respondeu que não tinha nada com isso, que não era polícia, não era nada, que queria buscar uma solução para o transporte da produção de cassiterita. Daí deve ter surgido a suposição de que S. Ex^a estava protegendo o narcotráfico, buscando meios para facilitá-lo.

Estou tentando achar o motivo que se chegou a essa acusação, porque não encontrei em lugar nenhum, nem por indícios, fatos que indicam que o Senador Ernandes Amorim tem vinculação com o narcotráfico. Estou querendo explicar o ofício do PSDB, porque, tendo em vista as denúncias levadas ao conhecimento daquele partido, este requereu sobre o narcotráfico e outras acusações, mais especificamente sobre o narcotráfico.

O PT fala sobre crimes do meio ambiente e outros artigos do Código Penal, como desacato, apologia ao crime, exploração de minério sem licença federal, ofensas às autoridades estaduais e federais. Anteontem, houve um debate na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Mineração no Brasil, cujo Presidente é o Senador Ramez Tebet, entre o ex-diretor do DNPM, Praia Salomão, e o Senador Ernandes Amorim sobre a questão de quem chegou primeiro (se foi o garimpeiro ou a empresa) e se era legal ou ilegal a exploração pelo garimpeiro do garimpo de Bom Futuro, cuja cooperativa, COGARL, foi constituída, preliminarmente, pelo Senador Ernandes Amorim.

Dizem que houve falsidade ideológica, creio que em tese, porque a ata se corrige no mesmo dia, no mesmo documento. Então, não foi a apresentação de um documento. Se eu estiver errado, o Senador Emandes Amorim poderá me ajudar no esclarecimento. Mas penso que corrigiu, porque havia uma pré-exigência para a autorização da garimpagem, a condição de garimpeiro, que não constava na primeira ata de constituição da cooperativa, da COGARI. E aí houve esse debate ontem, que depois o Senador Ramez Tebet poderá explicar melhor.

Eu trouxe, para entregar ao PT, alguma coisa sobre a legislação da época, quando havia, realmente, um plano muito bem engendrado por alguns exploradores do decreto de lavra. Eles ficavam procurando lugares onde havia a possibilidade de garimpagem e comunicavam imediatamente a Brasília, onde alguém já entrava com o pedido. Então, a validade do decreto de lavra ou da autorização primária de exploração se dava pela anterioridade, quer dizer, era de quem chegasse primeiro. E normalmente era muito mais difícil chegar primeiro a informação solicitada pelo garimpeiro do que a de quem tinha uma boa estrutura.

Quanto ao desacato, houve essa discussão entre o Senador e a Comissão, em que S.Ex.^a dizia que não respeitava a lei, somente o que era importante para ele: o que consta dos autos. Mas quem conhece o garimpo – o Senador Jader Barbalho, que foi Governador, sabe o que é o garimpo, o Senador Edison Lobão conhece o garimpo do seu Estado – sabe que ali o cidadão perde a identidade pessoal, passa a ter um apelido. Há algumas referências, no processo da Comissão, a, por exemplo, Zé da Gasolina, a Coquinho. Não há a identidade das pessoas, porque isso é o que acontece no garimpo. Portanto, se lá ninguém respeita a lei é porque o Estado ainda não a levou lá. Não foi o cidadão que deixou de respeitá-la.

Estou tentando apresentar um quadro, para ver se consigo explicar o que acontece. Quando fui Diretor da Polícia Federal, eu presidi algumas operações relacionadas ao garimpo. O nobre Senador sabe o quanto sofremos na sua região. E lá eu sempre dizia à imprensa, e tenho coragem de repetir: o garimpeiro não é um bandido, ele é alguém que não conseguiu oportunidade em sua terra e foi se aventurar, na esperança de descobrir alguma coisa que o enriquecesse. Mas não sem trabalho, porque a promiscuidade e o sofrimento em que o garimpeiro vive deveriam servir de exemplo para as pessoas buscarem um pouco de humildade. É claro que algumas lideranças se destacam e conseguem o comando da região, mas é um sentimento regional, alguma coisa diferente da que sentimos nos centros urbanos.

Sr. Presidente, não sei se respondi os ofícios do PT e do PSDB, e ao próprio Senador Ney Suassuna, que, também preocupado com a imagem do Senado, apresentou um requerimento no mesmo sentido.

Sebastião Alves Teixeira é o nome do Prefeito de Costa Marques, cujo filho era ligado ao boliviano Yayo Rodrigues, e foi preso transportando cocaína.

É importante ser analisado o parecer do Subprocurador Cláudio Lemos Fonteles, que abriu 21 ações no dia 22 porque as peças originárias do Tribunal de Justiça de Rondônia o convenciam de que o Senador teria praticado um crime.

Sr. Presidente, tenho ainda algum tempo?

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – V. Ex.^a dispõe de 1 minuto, mas a Mesa concede a V. Ex.^a mais 5 minutos, em caráter excepcional.

O SR. ROMEU TUMA – Tenho aqui uma relação que me foi mandada, da Justiça de Ariquesmes, que fala em delitos que teriam sido praticados há mais de 10 anos, em 82, em 86. São coisas bem antigas. Tenho aqui as atas da composição da COGARI e outros detalhes que foram elencados que talvez não haja tempo de

explicar. Mas penso que se a Justiça se preocupa com as acusações levantadas contra Emandes Amorim, ela teve tanto tempo hábil quanto nós para requerer a impugnação da candidatura de S.Ex.^a. Se não teve tempo de impugnar, poderia ter se manifestado contra a diplomação. Mas ninguém fez nenhuma manifestação.

O que me traz uma grande preocupação é continuarmos com este andor sem sabermos em que igreja entregar. É difícil para este Plenário, para este Senado arcar com uma responsabilidade que, em tese, teria que ter sido tomada pelas autoridades competentes.

Mesmo o Presidente Sarney tomou providências imediatas tão logo teve conhecimento do que, em tese, seria a **notitia criminis**, comunicando ao Supremo Tribunal Federal. A providência que o Supremo tomou e não cumpriu até hoje seria ouvir a esposa e a acusadora do Senador.

Estou falando com fatos. Não posso chegar aqui e dizer que houve um delito sem apresentar o corpo de delito. Não há crime sem o corpo de delito. Não adianta eu chegar e dizer que matei alguém, que assaltei uma casa, e depois não saber explicar onde está o corpo e por onde eu entrei na casa. O crime só se consubstancia, só tem embasamento para apuração e responsabilidades se se encontra o corpo de delito.

Não estou me contrapondo à tese levantada pelo ilustre Senador Josaphat Marinho, porque ele explica que para se apurar a falta de decoro não é preciso haver a materialidade do crime. Mas como se trata de um crime grave e hediondo, o narcotráfico, creio que seria importante, se fosse necessário, que se buscasse a materialidade do crime. O próprio Senador Josaphat Marinho, no trabalho que entregou aos Srs. Senadores, conclui, os assessores concluem, que, se comprovada a criminalidade, este Plenário terá a obrigação, independentemente de qualquer outra forma, de conceder a licença para processar o Senador Emandes Amorim e, se necessário, afastá-lo deste plenário.

Eu realmente busquei, no pouco espaço de tempo que tive, todas as fontes que pudessem dar-me informações, que é a única coisa que a Corregedoria pode fazer, de acordo com a Instrução Normativa nº 17. Não tenho poder de polícia, a não ser para atos praticados dentro do ambiente do Senado, repito. Dizem que os bons advogados repetem sempre os argumentos para convencer os juízes. Mas eu estou apenas querendo expor.

Estou à disposição do Srs. Senadores, se a Presidência permitir, para responder a algum questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – V. Ex.^a encerrou?

O SR. ROMEU TUMA – Estou à disposição dos Srs. Senadores se quiserem fazer algum questionamento. Acho que é um assunto grave e talvez o tempo possa ser extrapolado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Mesa esclarece a V. Ex.^a que não pode haver debate neste instante entre o Plenário e o nobre Corregedor. Mas no decorrer da discussão da matéria, V. Ex.^a poderá intervir a qualquer instante para prestar os esclarecimentos devidos.

V. Ex.^a encerrou por completo o seu esclarecimento como Corregedor?

O SR. ROMEU TUMA – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Cumprida a pauta do Sr. Corregedor, Senador Romeu Tuma, passamos à discussão da matéria.

O primeiro inscrito é o eminente Senador Epitácio Cafeteira. S. Ex.^a dispõe de 10 minutos para discutir a matéria.

O SR. EPITÁCIO CAFETEIRA (PPR-MA) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Senadores, já prestei depoimento aqui sobre o que são as notícias da imprensa a respeito dos políticos. Na ocasião, deixei claro que este não é o

foro para denúncias. Não tem por que haver uma comissão que comece um inquérito disfarçado de investigação se, como disse o nosso Colega Corregedor Romeu Tuma, S. Ex.^a, não tem condições de conseguir respostas em parte alguma. Mas, mesmo que tivesse, não seria apenas com base em notícias de jornais que nós iríamos transformar o Senado da República num tribunal.

Em abril do ano passado, durante a campanha para as eleições, fui acusado por uma "imprensa" que me colocava como homem que se enriqueceu ilicitamente no governo. A maior autoridade para apurar, o Procurador-Geral da República, mandou abrir investigação a respeito daquela notícia. Um ano depois, em abril deste ano, mandou arquivar o processo, porque não havia provas. Mas aquela declaração, aquela notícia era política, como foi política a notícia de que seqüestrei, assassinei e fiz desaparecer o cadáver de um cidadão que atropelou o meu sogro. Novamente a Procuradoria da República mandou apurar, e a Polícia Federal encontrou o pretense morto, que falou e disse que estava vivo. Quem me denunciou, que seria um irmão dele, não existe. Foi um fantasma criado para gerar confusão política a uma semana do pleito.

Sr. Presidente, reconheço o esforço do nobre Senador Romeu Tuma. O que existe contra o nosso colega Senador? Um Procurador da Justiça de Rondônia acredita que ele é responsável por delitos outros que não este de que é acusado agora.

Com relação à estrada, o próprio Senador Romeu Tuma disse que ela foi aberta pelo prefeito e não pelo Senador Ernandes Amorim. Na Comissão da Câmara sobre o narcotráfico, falou-se que a abertura daquela estrada teria facilitado o narcotráfico.

Fico pensando que amanhã vão dizer que Santos Dumont também facilitou o narcotráfico, porque a descoberta da aviação facilitou essa prática.

Pergunto aos Srs. Senadores: será que a honra desta Casa está em tal declínio, será que a honra desta Casa precisa ser lavada a qualquer custo, que por uma acusação na imprensa se pega um Senador e se faz como se fazia antes? Todos botam a mão na cabeça do bode, transfere os seus pecados para o bode e depois corta a cabeça do bode. Não, não pode haver um bode expiatório no Senado.

Eu não entendo assim. Votarei a favor da licença para processar qualquer um dos Srs. Senadores. E se for pedido licença para me processar, eu mesmo vou votar a favor.

Agora, transformar este Senado num tribunal, permita-me, Sr. Presidente, eu não tenho como concordar com isso. Tenho que lutar para que não seja aberto o precedente, porque, depois de aberto o precedente, não sabemos aonde vamos parar.

O conhecimento que tenho com o Senador Ernandes Amorim foi depois de sua posse. Não tenho nenhuma relação de amizade com S. Ex.^a, mas entendo que houve alguma frustração com a sua eleição para a 4ª Secretaria do Senado.

Foi a partir dessa eleição que, de repente, as nuvens se armaram sobre sua cabeça e os raios caíram.

Eu diria que devemos uma satisfação e até um pedido de desculpas a um colega nosso, e um pedido de desculpas ao povo de Rondônia, porque estamos contestando a sua escolha para um seu representante nesta Casa.

Votando contra o parecer não estaremos, evidentemente, dando um atestado de idoneidade ao Senador Ernandes Amorim. Mas não podemos manter um atestado de desconfiança, não podemos manter essa situação que está ocorrendo desde o dia da sua posse, desde o dia em que foi eleito 4º Secretário, com os votos dos Srs. Senadores e com o meu, inclusive. Não podemos admitir essa situação que o atinge e à sua família.

As autoridades constituídas que procurem pesquisar e batam à porta desta Casa para pedir licença.

Este tem que ser o comportamento do Senado, o Senado para o qual concorri a uma cadeira. Este é o Senado a que quero pertencer, um Senado que esteja voltado mais para a legislação deste País e menos para o medo permanente que há da imprensa.

Esta Casa tem livro de ponto. Eu nunca vi, em nenhum parlamento no mundo, senador assinar o ponto. Nós assinamos. Pela manhã, não assinamos nosso nome, mas apertamos um botão para constar no painel a nossa presença, como se estivéssemos numa escola ou numa repartição pública. Aqui, estão homens encanecidos, a serviço da Pátria. Aqui, estão homens que têm uma vida dedicada a este País e que, de repente, são submetidos a esse procedimento.

Eu, depois, quero fazer uma questão de ordem à Mesa. Se nos dias normais, o Livro de Ponto abre às 9 horas da manhã, quando a sessão é às 14 horas e 30 minutos, às sextas-feiras, em que a sessão é às 9 horas, o Livro de Ponto não poderia abrir mais cedo, Sr. Presidente?

É isso que temos que reconhecer. Temos que ter outro comportamento, um comportamento que diga ao povo deste País: "Nós nos respeitamos, porque nós somos representantes do povo brasileiro."

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira, segundo orador inscrito, para discutir.

S. Ex.^a dispõe de 10 minutos.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, esclareço logo que pelo que li a respeito do assunto, e tive oportunidade de perpassá-lo desde o seu começo, quando no dia da nossa posse aqui, vou votar contrariamente à instauração de processo parlamentar contra o Senador Ernandes Amorim. E explico porquê. No dia da posse, nós tomamos uma atitude, em função de um acervo de peças que nos chegou às mãos, folhas de jornais, até xerocópia de uma página da Enciclopédia Britânica, e informações de que as televisões tinham veiculado alguma coisa a respeito de suspeitas contra o Senador Ernandes Amorim, por fatos absolutamente pretéritos e muito pretéritos em relação àquele dia em que S. Ex.^a tomava posse aqui como Senador e como membro da Mesa.

Naquela ocasião, nós, do PSDB, nos reunimos, e este assunto foi até muito clarificado quando de um aparte que dei ao próprio Senador Ernandes Amorim, que falava aqui em ocasião anterior, e nós concluímos que não podíamos ficar com aquilo na mão sem uma consequência. Provavelmente foi isso que fez o PT também.

Remetemos à Mesa do Senado aquele acervo de peças, tendo a cautela de dizer que a Mesa tomasse as providências que considerasse adequadas.

De princípio, logo vimos que aquilo não gerava e não irradiava consequências para produção de um processo de natureza parlamentar. Mas mandamos à Mesa e tomamos o cuidado de pedir ao Senador Teotônio Vilela Filho que suscitasse junto à Mesa uma questão mais ou menos assemelhada ao segredo de justiça, um segredo parlamentar, ou seja, que se formasse o juízo de conhecimento sobre aquelas peças sem que tal decisão se tornasse pública, pois isso não era interessante nem para o Senador nem para o Senado.

Pois bem, o Senador Teotônio Vilela, no seu parecer, diz: "Quanto à questão de fundo, as "suspeitas" veiculadas pela imprensa terão que se respaldar em demonstrativos aceitáveis, em razão da consistência."

O Senador Teotônio Vilela, então, entendeu que não havia como dar consequência maior àquele acervo de peças. E nós, afi-

nal de contas, já tínhamos refletido assim também. Tínhamos chegado àquela mesma conclusão.

O que temos hoje aqui? Perante o Plenário, há um relatório, cujo subscritor, Senador Josaphat Marinho, é digno de nossas permanentes homenagens, que conclui pelo cabimento da instauração de um processo parlamentar.

O que é um processo parlamentar? É o processo que se instaura para apurar a falta de decoro do Parlamentar. O próprio Relator deixou claro que, para que haja falta de decoro, há de existir contemporaneidade entre a falta do Senador, que é imputada como falta de decoro, e o exercício efetivo do seu mandato.

Esses fatos deitam raízes em épocas bem remotas em relação ao dia em que S. Ex^a tomou posse. E nós sabemos, pelas informações que temos, que nem sequer inquérito policial foi instaurado, Sr. Presidente. A Polícia Federal encaminhou expediente ao Senador Ernandes Amorim, o qual li agora e que está aqui transcrito. Ele termina afirmando que "restou evidenciado que não consta registro de V. Ex^a com o narcotráfico". Isso significa que não consta inquérito nenhum para apurar narcotráfico em que o indiciado fosse o eminente Senador Ernandes Amorim. Não consta inquérito para apurar falta outra alguma que lhe pudesse ter sido imputada.

Ora, Sr. Presidente, até para o inquérito policial precisamos de um mínimo de provas, sem as quais o inquérito pode ser trancado com **habeas corpus**. Até para o inquérito policial, que é uma peça inquisitorial, em que não há contraditório, precisamos ter um mínimo de provas.

O que é um indício? Indício é o que é necessário para que se instaure um inquérito, é uma circunstância provada, em função da qual fazemos inferências de que terá ocorrido uma conduta típica atribuída ao indiciado. O indício é um silogismo: há que ter uma conduta provada como base. Por exemplo: Pedro atirou em Antônio; Pedro nega que atirou, mas há o exame de balística, há testemunhas. Então, há um mínimo de indícios para começar um inquérito policial. Se esse inquérito for instaurado contra Paulo, não tenho por que aceitar isso e posso entrar com um **habeas corpus** para trancar o inquérito policial, pois não há o mínimo de indícios para instaurá-lo.

No caso, precisaríamos ter o inquérito policial, quer dizer, o início da **persecução** e, depois, uma ação penal, para cuja instauração precisaríamos de autorização do Senado. O que o Supremo Tribunal Federal fez foi autorizar a abertura de inquérito policial. O Supremo tomou conhecimento dos fatos e agiu como Pilatos: mandou que se instaurasse inquérito policial. Ora, ele nem precisava fazer isso, porque para instaurar inquérito policial contra um Senador ou contra quem quer que seja não é necessário autorização do Supremo.

A essa altura, o que se vê é que não houve, nunca, apuração de ilícito algum; não houve sequer comprovação que pudesse ensejar um inquérito policial e a persecução criminal contra o Senador Ernandes Amorim, antes de S. Ex^a ser eleito.

Hoje, o que existe aqui é a necessidade de rechaçar um processo parlamentar contra alguém que definitivamente – seria a maior das heresias concluirmos o contrário – não praticou falta de decoro parlamentar. Não há como atribuir a S. Ex^a esse crime, embora se irradie, em consequência, o passado sobre o presente. Mas, para apurar violação de decoro parlamentar, o fato precisa ser contemporâneo ao exercício do mandato. Se os fatos são anteriores, não há sequer como começar a instauração de um processo parlamentar.

Desejo levantar essas questões, Sr. Presidente, porque, como dizia o doutrinador penal, de cujo nome não me lembro no momento, o processo criminal ou o próprio inquérito criminal já é

tão doloroso quanto a própria pena. Há muitos criminosos que, culpados, anseiam pelo término da apuração para viver a realidade da pena, pois recebe a primeira pena com o processo e a segunda com a punição.

Entendo que não há razão para deixarmos isso prosseguir. Está claro o caminho que o Senado deve seguir: rechaçar essa possibilidade. Não há qualquer condição de demonstrar que isso é contemporâneo ao exercício do mandato parlamentar. Podemos, então, votar contra a instauração desse processo e ficar, como pretendo, de bem com a nossa consciência.

Não conheço o Senador Ernandes Amorim profundamente. O nosso tempo de convivência não soma talvez uma hora, mas não vou votar contra a minha consciência. Por isso, voto para que esse processo não seja instaurado. Se, amanhã, inquérito policial chegar à conclusão de que houve prática de ilícitos que permitam a instauração de ação criminal será outra coisa, porque nem mesmo o Senador Ernandes Amorim pode dispor da imunidade que tem. De qualquer maneira, se isso ocorrer, a questão será submetida a esta Casa, e, calmamente, decidiremos o que vamos fazer.

Muito obrigado.

O Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Levy Dias, 3º Secretário.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Levy Dias) – Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá para discutir.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, para discutir esta questão, gostaria apenas de prestar um esclarecimento à Casa.

Foi instalada a CPI da Mineração para averiguar o contrabando de minério, bem como o envolvimento de mineradores com o narcotráfico e outros problemas correlatos com a mineração no Brasil.

Sou o Relator dessa CPI. Já ouvimos o Presidente da FUNAI, o Diretor-Geral do DNPM, o Presidente da CPRM e o Diretor-Geral da Polícia Federal, Dr. Vicente Chellote. Por uma questão de consciência, tenho de dar este depoimento: a todos esses homens responsáveis pelos citados organismos públicos federais foi perguntado se havia alguma denúncia, alguma investigação, alguma questão que levantasse suspeição do envolvimento do Senador Ernandes Amorim com qualquer um desses problemas. As respostas dos dirigentes dessas entidades sempre foram negativas. Perguntei especialmente sobre essa questão ao Dr. Vicente Chellote, que disse textualmente – está gravado nos Anais da CPI para qualquer um que queira verificar – que não havia, até aquele momento, nenhuma investigação e nenhuma acusação contra o Senador Ernandes Amorim por tráfico de drogas ou por contrabando de minério.

Por conta disso, quero declarar meu voto, que é contra a instalação da investigação e acredito que todo o Senado deve acompanhar esse voto. Muito obrigado.

O Sr. Levy Dias, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Júlio Campos, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Continua em discussão. (Pausa)

Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

O SR. SÉRGIO MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, a Bancada do PSDB havia solicitado ao Presidente José Sarney que apurasse os fatos sobre as denúncias contra o Senador Ernandes Amorim.

O Presidente José Sarney, inicialmente, encaminhou o pedido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, ao Corregedor, Senador Romeu Tuma. No depoimento feito pelo Corregedor ficou claro que, durante esse período, não se conseguiu apurar nenhum fato sobre as denúncias contra o Senador Ernandes Amorim.

O objetivo do PSDB não era condenar o Senador Ernandes Amorim, mas apurar os fatos. Sendo assim, como nenhum fato foi apurado até o presente momento, não podemos condená-lo. Portanto, vamos encaminhar a nossa votação no sentido de que não seja aberta a comissão, tendo em vista o depoimento conclusivo do Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem a palavra o Senador Eduardo Suplicy, para encaminhar a votação.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, diante das informações que surgiram no início dos trabalhos legislativos, também avaliamos que seria importante a apuração dos fatos que não conhecíamos em profundidade.

Sendo assim, na mesma linha de raciocínio do PSDB, nós, do Partido dos Trabalhadores, concluímos que, em defesa da instituição, seria importante que aqueles indícios e fatos pudessem ser averiguados.

O Senador Romeu Tuma fez aqui uma exposição sobre tudo que está sendo apurado e averiguado. Até o presente momento, não há imputação de fato grave de crime que porventura tenha sido cometido pelo Senador Ernandes Amorim. Precisariamos de informações as mais completas possíveis.

Ainda hoje, Sr. Presidente, telefonei à direção do Partido dos Trabalhadores em Rondônia perguntando se havia algum fato grave que, com toda evidência, pudesse ser imputado ao Senador Ernandes Amorim. A informação que obtive é a de que, em relação à questão do narcotráfico, não há, pelo menos por hora, por parte das pessoas que ali integram o Partido dos Trabalhadores e sua própria direção, conhecimento de fato grave que se possa constituir em crime. Informaram-me de que há uma disputa entre grupos econômicos ligados à remuneração e de como isso, muitas vezes, suscitou denúncias ou formas de atuação relativamente a procedimentos do Senador enquanto prefeito e enquanto político. E há também os assuntos mencionados pelo Senador Romeu Tuma, no que diz respeito à apuração sobre a questão relativa à probidade administrativa, ainda não concluída, tendo-se iniciado esse inquérito.

Sr. Presidente, no caso de haver algum fato grave que deva ser objeto de investigação e que esteja efetivamente mostrado por evidência e por inquérito da Polícia Federal, dever-se-á, obviamente, abrir a devida instauração pelo Senado Federal. No presente momento, não temos conhecimento desse fato, por isso concordamos com a opinião expressa até agora, inclusive pelo Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, para encaminhar a votação.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL-BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Sr^s. e Srs. Senadores, quero congratular-me neste instante com praticamente a unanimidade da Casa e, ao mesmo tempo, lamentar que tenhamos debatido por tanto tempo um assunto desnecessário, tendo em vista – não vai nisso nenhuma crítica aos nossos Colegas do PSDB, mas uma advertência a todos os que fazem denúncias não baseadas em fatos – que não se deve perder tempo nem recursos do povo com denúncias infundadas. Quando não há provas concretas, não se deve apresentar denúncias. Mobilizou-se a opinião pública contra o Senador, mobilizou-se o próprio Senado da República, fizeram-se pareceres, discutiu-se esse assunto por várias sessões. O Senador Ernandes Amorim foi acusado aqui e fora daqui, e hoje os próprios autores da denúncia desistem – já agora num ato de sensatez – das acusações que fizeram. Seria muito mais sensato se não a tivessem feito, porque teriam poupado o Senado da República desse triste espetáculo de, durante todo esse tempo, termos vivido essa situação de suspeita sobre nossos colegas e sobre a Casa também.

Votaremos evidentemente a favor da situação da não-puniabilidade, portanto, da absolvição preliminar do Senador Ernandes Amorim. Eu ia mesmo pedir para sobrestar o processo até a decisão do STF, pois o Presidente da Casa, baseado na denúncia feita pelo PSDB, mandou-o para o Supremo Tribunal Federal, que o mandou para o Procurador, que fez a denúncia e está apurando. Mas esta Casa, hoje, vê que a denúncia não é verdadeira. Como tal, penso também que deve mandar um expediente para o Supremo Tribunal com o resultado desta sessão. E deve fazê-lo porque a Mesa, que foi pressurosa em informar, deve também dizer que hoje o Plenário decidiu que não há nenhuma culpa com base no que apurou em relação ao Senador Ernandes Amorim.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem a palavra o Senador Romeu Tuma para encaminhar a votação.

O SR. ROMEU TUMA (PL-SP. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, ative-me aos pronunciamentos, ouvindo-os em silêncio, mas queria alertar a Casa, seja qual for a decisão, que os processos, conforme exposição do nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, continuarão em andamento na esfera competente. Não é a decisão desta Casa que vai impedir o andamento, caso hajam os procedimentos já sob investigação.

Eu aproveitaria até o final o memorial da assessoria do Senador Ernandes Amorim para esclarecer que "os fatos constatados que derem origem a procedimento regular da competência do Ministério Público, que eventualmente poderão ensejar autorização deste Senado, mediante requerimento ao processo, após o qual, julgado, sofrendo o Senador sentença definitiva, poderá ensejar representação para perda de mandato, com fulcro no art. 32, inc. VI do Regimento Interno."

Essa é, portanto, a situação atual. Penso que qualquer decisão não impedirá, no futuro, que providências sejam tomadas com base em fatos que realmente dêem a esta Casa sustentação para solucionar essa questão de forma mais clara.

A imprensa fez as denúncias, e este é o seu papel. Tomamos medidas no sentido de mostrar publicamente o desejo atual desta Casa, que é o de procurar apurar os fatos, garimpar todos os setores da atividade de Justiça, trazer o que realmente consta dos autos e o que esses órgãos deixaram a desejar quanto às providências tomadas.

Com isso, a nossa decisão deverá ser tranqüila e soberana. Penso que a imprensa tem muito mais respeito por quem busca a verdade do que por quem distorce os fatos apenas para ocupar a mídia num tempo muito curto. A verdade, a dignidade de cada um e a tranqüilidade do espírito valem muito mais para nós. Somos

muito mais respeitados pela imprensa séria dessa forma do que se distorcêssemos os fatos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. JÚNIA MARISE – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

A SR^a JÚNIA MARISE (PDT-MG. Para encaminhar. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, diante da manifesta posição aqui abordada pelo Senador Romeu Tuma, tivemos a oportunidade de apensar a seguinte frase do pronunciamento de S. Ex^a:

"Não encontrei fato algum e nenhum indício de qualquer ligação do Senador Ernandes Amorim com o narcotráfico".

Diante também das manifestações das demais Lideranças desta Casa, a Liderança do PDT encaminha a votação no sentido do arquivamento desse processo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acredito que estamos vivendo um momento importante. Esta Casa, que vive sendo acusada de que nela não se apuram fatos, antecipou-se. Com toda sinceridade, penso que sua ação foi correta. Tenho insistido muito em que temos que fazer uma análise no sentido de que as coisas não aconteçam como acontecem. A imprensa pública, torna-se notícia de primeira página, dizem o que bem entendem de um cidadão, de um presidente, de um governador, de um senador, de um deputado, de um prefeito ou de um vereador, que fulano é ladrão, é vigarista, é não sei mais o quê; a verdade e a mentira não são identificadas. Por isso – repito – nivela-se a classe política por baixo.

Volto a insistir, Sr. Presidente, que a mim parece que deveríamos ter um tratamento especial com relação à acusação contra alguém que tem mandato eletivo. Não falo em criar a Justiça dos Eleitos como existe a Justiça do Trabalho, mas criar um fórum privilegiado onde o processo tramite e o julgamento aconteça e no qual possamos salvar o que há de verdadeiro e o que há de falso. Se é vigarista, deve ser condenado, ir para a cadeia; se não o é, a imprensa tem por obrigação recuperar a imagem, o prestígio do cidadão. O que não pode é deixar o fato impune.

Esse debate proposto pelo Senado Federal terminou sendo positivo, aberto. O Presidente do Senado bateu à porta do Supremo Tribunal Federal, à porta da Procuradoria da República, o Corregedor saiu à procura dos fatos e decidiu que eles não existem. Não há processo, denúncia ou condenação. No entanto, o cidadão, na *Encyclopaedia Britannica*, apareceu como o maior dos marginais; como se pudesse considerar o maior escândalo da vida o fato de ele ter sido eleito Senador.

Ora, Sr. Presidente, esse fato, de certa forma, teve essa chance. Quando se abriu o inquérito, analisei a posição correta do nobre Senador Josaphat Marinho, que pediu fosse feito o debate em homenagem ao Senador acusado; eu disse que tomava essa posição em favor do acusado, para que ele tivesse a chance de ver as coisas acontecerem.

Reparem como foi positivo esse trabalho, porque, se tivéssemos arquivado o processo pura e simplesmente, haveria de ter uma manchete da imprensa afirmando que o Senado o arquivara sem apurar.

Ficamos em aberto durante praticamente um mês, até que o Senador Josaphat Marinho apresentou o fato e pediu que se criasse a comissão, para que o Corregedor investigasse. Foi-se ao Supremo Tribunal Federal, à Procuradoria da República e ao Território; pediu-se que viessem as provas, e elas não vieram.

Diz bem o Corregedor: não estamos pedindo que arquivem o processo, que deve continuar, seguir adiante, mas que procurem as provas e as tragam a nós aqui.

No caso, tivemos condições de verificar, de certa forma, que as questões foram levantadas e as acusações apresentadas. Se não são verdadeiras, vamos arquivar o processo.

Sr. Presidente, e no futuro? Volto a dizer que a decisão tomada pelo Presidente da Câmara dos Deputados vale "nota dez". Aquela Casa criou um setor, que irá acompanhar o que a Imprensa publica de mal sobre a instituição ou sobre o Parlamentar, para fazer a investigação interna. Se noticiarem mal a respeito da Câmara dos Deputados pelos seus gastos, ou se falarem mal do Parlamentar, irão fazer uma análise a respeito. O Presidente da Câmara dos Deputados determinou que o próprio órgão fará o debate da instituição.

Sr. Presidente, o mesmo deve ser feito aqui no Senado Federal. Se falarem mal do Pedro Simon, e ele não disser nada em sua defesa, o Senado Federal deverá apurar os fatos. A partir do momento em que agirmos dessa forma e for publicado na Imprensa notícia que venha denegrir o Poder ou um dos Senadores, e for separado o "joio do trigo", os fatos irão mudar. Os políticos serão julgados como todo o mundo: há o bom médico e o profissional vigarista; há o empresário sério e o trapaceiro; há o jogador de futebol considerado Pelé e o atleta perna-de-pau. Na minha opinião, existem os políticos que, na maioria, são sérios, responsáveis, dedicam-se à vida pública; alguns são considerados vigaristas. Por que identificar a classe política por baixo e não cada um com o seu peso e o seu valor?

Hoje vivemos um momento importante. Felicito o Senado Federal pela oportunidade do debate, e o Corregedor por ter ido até a porta do Supremo Tribunal Federal. O Senador Antônio Carlos Magalhães tem toda razão: perdemos um mês nessa questão, nesse debate. No futuro, não poderemos perder um mês para cada acusação que se fizer a cada Senador.

Baseados nesse fato, minha pergunta é a seguinte: que lição temos que tirar daqui para o futuro? Esta é uma nova legislatura, dois terços dos Senadores vão ficar aqui por oito anos. O que faremos em termos de futuro? A proposta que deixo à Mesa, Sr. Presidente, é no sentido de debatemos e analisarmos exatamente isso. Temos liberdade de imprensa. A imprensa diz, debate, acusa, está correto. Nada melhor que isso. Somos homens públicos e nossos nomes estão na vitrine permanentemente. E é mais fácil debater como homens públicos porque há mais atenção por parte da sociedade. Temos que expor nossos nomes, não o cidadão anônimo. No momento em que aceitamos entrar para a vida pública, essa é uma das consequências negativas. Nossos nomes, os de nossas mulheres, os de nossos filhos, aquilo que representamos está permanentemente exposto, muitas vezes, às injustiças, à maldade, à invenção e à crueldade por parte de adversários nossos. Tudo isso acontece. Mas o que temos que fazer, Sr. Presidente, ao lado do que vimos fazendo, ao lado deste início de legislatura, que me parece excepcional pela presença, pelo trabalho, pelo dinamismo, se quisermos valorizar este Poder, é dizer exatamente isso: vamos levar a sério o Congresso Nacional, vamos trabalhar, vamos terminar com a semana de três dias, vamos fazer mil coisas. Mas temos que saber, Sr. Presidente, também, em termos da credibilidade do poder, as nossas respostas às acusações que saírem de lá. É verdade? É verdade. Não pode o sujeito que roubou, que é cafajeste ficar livre.

expondo ridiculamente uma classe, permitindo que o povo diga: ladrão de galinha vai para a cadeia; se roubou muito e é político não acontece nada.

Sr. Presidente, volto a sugerir que a Mesa do Senado faça como a Câmara: crie, seja lá como for, na forma que achar mais importante, um órgão para acompanhar o que se fala do Senado e dos Senadores, para averiguar e dar respostas e muitas vezes exigir a resposta no mesmo local. Dizia-me o Senador do Maranhão, o ilustre ex-Governador, que foi à tribuna, gritou, mandou carta, e o máximo que conseguiu, depois de muito protesto, foram quatro linhas na Coluna do Leitor em resposta a uma manchete que ele havia recebido praticamente de página inteira. Assim não é possível. Como fica? Na hora de dizer que o Senador pegou uma montanha de dinheiro no Banco do Brasil e é dos devedores, manchete de página inteira! Vai para a tribuna e responde. Vem o Líder do Governo e diz que não é verdade. E na hora da resposta, consegue quatro linhas na Coluna do Leitor.

Essas questões não são para ser respondidas por um Senador sozinho. A Mesa analisará. Se é verdade, é verdade. Barbaridade! O Senador não pagou? Então, vamos exigir que pague; que vá para a cadeia ou para o inferno. Mas se é mentira, que seja esclarecida a verdade. Que seja esclarecida a verdade! Isso me parece fundamental.

Sr. Presidente, estão levando na brincadeira, mas estou tratando de uma coisa muito séria, que é a honra, a dignidade e a responsabilidade do poder de cada um de nós. É exatamente deixando que essas coisas aconteçam, que essas manchetes se repitam e em virtude da impossibilidade que cada um de nós tem, isoladamente, de fazer a sua defesa que essas coisas se multiplicam.

Por isso, Sr. Presidente, voto também de acordo com a sugestão do ilustre Relator da matéria, mas ao mesmo tempo deixo mais uma vez na Mesa do Senado a pergunta: o que vamos fazer daqui para o futuro com relação a esse tipo de matéria?

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Presidência esclarece a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, que na próxima reunião da Mesa Diretora levaremos em consideração a sugestão de V. Ex^a.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem a palavra o Corregedor, Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA (PL-SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, gostaria de esclarecer ao Senador Pedro Simon sobre a preocupação que tem.

Com a reorganização do Departamento de Difusão do Senado Federal, recebi três recortes de jornal. Um deles, com a colaboração da Assessoria Jurídica da Mesa, já o enviamos à Procuradoria para processar a difusão de falsa notícia que denegria a imagem do Senado. Outras duas estão sob estudo.

Por enquanto, não temos uma Corregedoria organizada. Sou eu comigo mesmo. Então, há uma certa dificuldade.

Estou procurando, em contato com o Presidente José Sarney, estruturar um pouco mais a Corregedoria e, assim, podermos dar fim a essa preocupação do Senador Pedro Simon, que é a preocupação de todos os Srs. Senadores.

Temos que caminhar com a cabeça erguida e dizer que viemos a esta Casa pelo voto popular e que temos dignidade e precisamos do respeito da população para levar avante nossa missão nesta Casa.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem a palavra o Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, entendo que perdemos muito tempo com essa questão. Não avalio como o Senador Pedro Simon. Creio que foi desgastante. Poderíamos estar discutindo outros assuntos muito mais importantes em vez dessa questão cujo resultado já era esperado.

Creio que o erro não partiu nem do PT nem da Liderança do PSDB. Esses Partidos, com as responsabilidades que têm, questionaram a Mesa Diretora da Casa pedindo providências sobre o assunto. Caberia, talvez, à Mesa Diretora ter-se encaminhado aos órgãos competentes para saber o que era verdade entre as acusações publicadas na imprensa. Entretanto, a Mesa decidiu mandar a questão para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Esta, equivocadamente, aprovou o parecer do Senador Josaphat Marinho. Naquela ocasião, fui o único Parlamentar que votou contrariamente ao parecer do referido Senador, porque entendia que não tinha cabimento o próprio Senado abrir uma Comissão processante quando não pesava nenhuma denúncia consistente contra o Senador Ermandes Amorim.

Erros dessa espécie não podem ser repetidos nesta Casa. O resultado não poderia ser outro senão este que estamos a ver aqui hoje. Devemos todos votar contra, creio eu, o parecer do eminente Senador Josaphat Marinho, porque na verdade não se concretizou absolutamente nenhuma ligação do Senador Ermandes Amorim com o narcotráfico. Não há por que se criar uma comissão processante nesta Casa para apurar o que não existe.

Ficou acertado – e isso é claro – que todos nós daremos licença para processar qualquer Senador que cometa um crime comum em qualquer lugar deste País. Este não é, na verdade, o caso; portanto, vamos votar contra esse parecer.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE – Peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Para encaminhar a votação a matéria, tem a palavra S. Ex^a, o Senador Roberto Freire.

O SR. ROBERTO FREIRE (PPS-PE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o Senado agiu corretamente quando decidiu entregar à Corregedoria matéria que tinha provocado clamor público.

E não foi por acaso que dois Partidos solicitaram que fosse analisada essa denúncia. Não houve nenhuma perda de tempo. Aliás, um fato positivo resultou disso: forçou-se a instalação da Corregedoria. Tem-se a perspectiva de criar o mecanismo do Corregedor, e, com isso, qualquer denúncia que ocorrer em relação ao Parlamentar poderá ser apurada. Avançou-se no processo de maior transparência da atividade pública. Tão verdadeiro é esse avanço que a Corregedoria teve a capacidade de, num relatório, indicar que não caberia a esta Casa instaurar um processo para cassação de mandato por falta de decoro.

Não estamos absolvendo nem condenando ninguém – que fique bem claro. Não temos que dar satisfação a nenhum outro Poder, por se tratar de uma questão meramente interna. O que estamos decidindo é se cabe ou não um processo disciplinar pelo Conselho de Ética, visto que não se apurou – e a Corregedoria disse – "fato delituoso que implicasse punições disciplinares". Isso é o que estamos decidindo. Não estamos nem absolvendo, nem condenando.

Acredito que são as melhores soluções que se possa dar ao caso: a Corregedoria, esse debate e a possibilidade concreta de a opinião pública saber que o próprio Poder começa a ter processos de apuração interna da atividade dos seus membros. Isso não é perda de tempo. Ganhamos, e muito.

O SR. ELCIO ALVARES – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem a palavra a V. Ex*.

O SR. ELCIO ALVARES (PFL-ES. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, estamos vivendo um momento muito precioso na vida do nosso Legislativo. Após uma série de eventos que alcançaram repercussão nacional e provocaram do País uma reação em favor da ética e da moralidade no trato da coisa pública, temos oportunidade hoje, conforme disse o Senador Roberto Freire, sem entrar no mérito da questão, de examinar uma preliminar que é de fundamental importância.

Obviamente, com as opiniões aqui expendidas, avançamos um pouco no mérito, e o parecer do Senador Josaphat Marinho, dentro da ótica da questão, como foi votada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, poderia ter uma sustentação jurídica e até regimental.

Sr. Presidente, eminentes Colegas, tive oportunidade, nestes quatro anos de mandato, de viver alguns episódios que me marcaram muito. Presidi a comissão que processou o *impeachment* do ex-Presidente Fernando Collor de Mello. Participei da CPI que apurou fatos ligados ao Sr. Paulo César Farias e tive uma participação intensa em uma outra comissão, que marcou, de uma forma definitiva, a minha vida parlamentar, que foi a CPI do Orçamento.

Naqueles momentos tão conturbados, em que a mídia sempre presente, dentro desse ângulo de moralidade, buscava nomes e fatos, o Congresso viveu um período que eu queria registrar com toda autenticidade. Às vezes, faltou essa isenção que deve haver agora, quando estamos examinando o caso do Senador Ernandes Amorim.

Governadores, pessoas outras e parlamentares foram trazidos ao julgamento de uma comissão e, sem qualquer culpa formada, logo se fazia uma sentença e a opinião pública começava a colocar os dedos da reprovação popular.

Lembro-me de um episódio sobre o qual desejo fazer um registro, em razão de um sentimento íntimo que tive e que me valeu, na ocasião, reprimendas de alguns brasileiros que me escreveram cartas profundamente indignadas.

Um parlamentar produziu um dos discursos mais importantes do Parlamento brasileiro, no estor de um mandato que se esvaía, sem ter qualquer tipo de acústica ou direito de ouvir a sua palavra. Esse parlamentar é um gaúcho chamado Ibsen Pinheiro. Ibsen Pinheiro, que teve uma participação tão grande na história do Legislativo brasileiro, de repente era um ídolo de barro perante a opinião pública brasileira, colocado numa posição muito desfavorável. A mim, não me convenceu o julgamento a respeito de Ibsen Pinheiro. Busco esse exemplo.

Existem outras pessoas também, arroladas naquele processo terrível, que hoje amarguram faltas e que, por certo, dentro de um julgamento criterioso, nos padrões de provas que devem ser respeitados, não teriam seu nome marcado pelo opróbrio e pelo labéu de um julgamento não calcado na realidade de provas. Isso ensina muito.

Sou um advogado, um modesto advogado do Espírito Santo, ao lado de José Ignácio Ferreira e tantos outros colegas. Aprendi a não condenar se não tiver a convicção da culpa formada. O processo tem de ser o da mais ampla defesa, e não podemos partir de vagos indícios para dar início a um procedimento em que, às vezes, mesmo julgado favorável, a pessoa indiciada recebe uma pena eterna e imorredoura.

No caso do Senador Ernandes Amorim, tive o cuidado, desde os primeiros momentos, de examinar os recortes de jornais. E permitam-me, porque estamos vivendo um momento decisivo, não

prosperou para mim o depoimento dado no jornal pela sua ex-mulher, porque quem tem a experiência de vida advocatícia sabe como são colocados esses episódios.

Lembro-me de um depoimento idêntico, na CPI do Orçamento, em que uma cidadã falava contra o marido de uma maneira acrimoniosa, intitulado-se a defensora da cidadania brasileira. Logo em seguida, 1 ou 2 anos depois, tivemos um triste retrato daquele depoimento pelos fatos que sucederam.

Quero ficar agora adstrito aos fatos, porque neste momento, em que estamos tomando esta decisão, devemos ter a certeza de que ela terá repercussão na opinião pública. E a mídia brasileira, com a honestidade de sempre, há de retratar a verdade que nos vai levar ao veredicto derradeiro.

Faço questão de registrar que o Senador Romeu Tuma, para mim, é o paradigma de um homem correto. Hoje, S. Ex* representa o Estado de São Paulo e tem a convicção de que foi a sua vida honrada de policial que o fez Senador da República, porque teve o respeito do povo paulista, que é altamente esclarecido. E que ninguém tenha dúvida de que o Senador Romeu Tuma encarou, ao longo da sua vida policial, uma figura incorruptível e honrada, razão pela qual, hoje, é um dos nossos Pares, com muita alegria para todos nós.

S. Ex* examinou os fatos e, antes deste julgamento, relatou-me que, em nenhuma fase do procedimento da Corregedoria, encontrou qualquer peça que pudesse fazer de Ernandes Amorim o indiciado de um processo, cuja admissibilidade está sendo discutida agora.

A palavra do Senador Romeu Tuma é muito importante, já que S. Ex* assumiu, com a dignidade de sempre, a responsabilidade de uma posição que tem que ser muito esclarecida, para que não perdue, amanhã, nenhuma dúvida na decisão que o Senado vai tomar.

Aliada à palavra do Senador Romeu Tuma e à convicção pessoal que tenho, Sr. Presidente, não titubeio em afirmar que, pela absoluta falta de provas, não posso admitir, de maneira alguma, um procedimento contra um Colega apenas na presunção de notícias outras publicadas pela imprensa brasileira.

Portanto, nessa minha declaração pessoal, que é a antecipação do meu voto, solidarizo-me com o nosso Corregedor Romeu Tuma com a maior vênio. Lamento não acompanhar o entendimento do Senador Josaphat Marinho na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na certeza de que estamos marcando uma posição que, amanhã, se repetida com qualquer um de nós, estará inteiramente alicerçada nas melhores normas de direito.

É o meu procedimento, Sr. Presidente.

O SR. NEY SUASSUNA – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – V. Ex* tem a palavra, nobre Senador.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB-PB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como participante da Mesa do Senado, fui talvez o único a pedir providências imediatas para que fosse encaminhado o processo e averiguada a veracidade para preservar a imagem do Senado. Na ocasião, fui apoiado pelo Senador Ernandes Amorim. Aguardamos todo esse tempo, mas não apareceu sequer uma prova. Sou dos primeiros a me retratar, por pensar que foi aqodamento de minha parte solicitar que fosse apurado, quando esta obrigação, segundo o nosso Corregedor, caberia muito mais às autoridades policiais e ao Ministério Público.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães – V. Ex* está falando em nome da Mesa inteira, Senador?

O SR. NEY SUASSUNA – Não, estou falando em meu nome pessoal, porque tenho a humildade, Senador, de dar a mão à palmatória, quando erro. Quando estou certo, contudo, vou até o fim.

Solicitei a apuração e o encaminhamento aos órgãos competentes por entender ser o correto. Todavia, como nenhuma prova surgiu, creio que, em outras ocasiões, deveremos esperar que apareçam para depois, então, indicarmos os encaminhamentos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. IRIS REZENDE – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB-GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, falo mais como Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que, levemente, foi a sua decisão censurada nesta tarde. Louvo-me nas palavras do Senador Roberto Freire, que, com muita inteligência, conseguiu colocar bem essa situação.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recebe da Mesa do Senado duas representações: uma por parte do PSDB, outra por parte do PT.

Cabia à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania apreciar essas representações, mas, paralelamente a estas, havia uma petição do Senador Ernandes Amorim clamando, com toda a veemência, a apuração das denúncias que eram publicadas pela imprensa de nosso País.

O parecer do nosso Relator, professor e mestre, Senador Josaphat Marinho, foi amplamente discutido naquela Comissão. Sabidamente, quase ao final da discussão, atendendo a sugestões de integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o seu Plenário decidiu apreciar o parecer do Relator, acrescentando, contudo, a proposta de abrir, por 30 dias, espaço para que se elegesse o Corregedor desta Casa e se buscasse, juntamente a órgãos do Governo, elementos para que o Plenário pudesse, aqui, com sabedoria, tomar a decisão final.

Assim, discutiam-se duas representações e um requerimento do próprio acusado para que o Senado apurasse aqueles fatos, e só se permitiria apurar alguma coisa com a criação de uma comissão processante.

Isto foi o que a Comissão decidiu com a prudência de abrir um espaço, como eu dizia, por um período de 30 dias para que se pudesse buscar mais elementos.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania não merece, permitam-me os Srs. Senadores que eu afirme com toda veemência, qualquer crítica. Ela agiu bem!

Posso aqui dizer que entendo também, não como Presidente da Comissão de Justiça, mas como integrante do Senado Federal, que, na verdade, hoje, nesta Casa, o Senado não tem outro caminho senão rejeitar qualquer criação de comissão processante. Até que um dia – espero que nunca isso aconteça – venham fatos posteriores mudar a situação atual, que, segundo todos têm conhecimento, não dispomos de um elemento sequer para instaurar uma comissão processante para apurar fatos, que hoje não existem, contra o Senador Ernandes Amorim.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, antes que V. Ex^a me conceda a palavra para encaminhar sobre o as-

sunto, gostaria que a Mesa esclarecesse o Plenário o que vamos votar. Depois agradeceria que V. Ex^a me concedesse a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Está em discussão e votação, neste instante, o parecer nº 89/95

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Está em discussão e em votação, neste instante, o Parecer nº 89/95, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, concluindo pela admissibilidade de instauração de processo parlamentar para apurar os fatos atribuídos ao Senador Ernandes Amorim, com base nas representações formuladas pelo Partido dos Trabalhadores e pelo PSDB, nos termos dados de prova já colhidos ou que vierem a ser colhidos.

Esse parecer foi proferido pelo Senador Josaphat Marinho. Iremos rejeitá-lo ou aprová-lo daqui a pouco.

Continua o encaminhamento de votação.

Concedo a palavra ao Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO (Para encaminhar. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, ao encaminhar a votação, digo, em primeiro lugar, que não vamos votar a manifestação pessoal do Senador Josaphat Marinho, mas sim a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa.

Levanto, Sr. Presidente, uma questão a respeito do assunto. Em adendo ao parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, há uma recomendação da mesma que diz o seguinte:

"A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recomenda ao Plenário que, antes da instalação da respectiva Comissão processante, no julgamento do Senador Ernandes Amorim, determine a Mesa Diretora que a Comissão de Ética requeira da Corregedoria, no prazo determinado de 30 dias, a realização de todas as diligências pertinentes, com a investigação e apuração dos fatos que possam instruir o processo."

Parece-me, Sr. Presidente, salvo melhor juízo, salvo melhor juízo, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que encampou o parecer do ilustre Senador Josaphat Marinho, estabeleceu uma preliminar para a admissão desse parecer. Era a audiência da Comissão de Ética e Decorro Parlamentar ou da Corregedoria.

Como Líder do PMDB neste momento, gostaria de delimitar esses aspectos. Há um fato novo decorrido entre a manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que deixou de ser uma manifestação pessoal do Senador Josaphat Marinho para que o Plenário tivesse a oportunidade de ouvir a exposição, recolhida em termos de parecer, do Corregedor, o ilustre Senador Romeu Tuma.

Até, Sr. Presidente, para dirimir algumas questões que foram aqui levantadas, com algumas eu concordo e outras não. Houve uma provocação dos partidos políticos em relação a esse tema, houve uma preocupação da Mesa Diretora em relação ao assunto, há uma manifestação de natureza técnica por parte da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa. Houve uma recomendação desta mesma Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que a Corregedoria pudesse oferecer, preliminarmente, ao plenário.

Então, Sr. Presidente, levanto a seguinte questão neste momento: se prevalece o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ou se há um fato novo que é a manifestação do Corregedor em relação à apuração dos fatos que medeiam a denúncia, ou as representações, e a apreciação por parte da Corregedoria.

O Senador Josaphat Marinho não precisa da minha solidariedade pessoal neste momento. Exarado por S. Ex^a, que é reconhecido por todos nós como uma das figuras mais ilustres desta Casa, há um trabalho intelectual, mas o parecer é da Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania, do Relator da Comissão, depois da própria Comissão, que recomendou fosse ouvido o Corregedor.

Hoje, na verdade, Sr. Presidente, estamos apreciando aqui, mais que o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o entendimento da recomendação de que a Corregedoria da Casa tivesse a oportunidade de aprofundar essa questão, antes que fosse emitido o processo. É da Comissão processante a instauração, para apurar as denúncias sobre as acusações feitas ao Senador Ernandes Amorim.

Levanto essa preliminar, Sr. Presidente, nesta oportunidade, porque considero que houve um parecer oral do Senador Romeu Tuma, que é uma consequência da recomendação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa.

Portanto, o parecer oral do Senador Romeu Tuma foi feito com base na apuração dos fatos e daquilo que foi permitido em razão do tempo. Foi o tempo que permitiu amadurecêsmos em relação a essa questão.

Hoje, evidentemente, o juízo que o Senado Federal faz com relação a esse assunto é diverso daquele que os Srs. Senadores poderiam ter sessenta dias atrás. Portanto, o Senador Romeu Tuma teve, neste espaço de tempo, a oportunidade de obter informações da Procuradoria-Geral da República de que não existe nenhum processo que justifique uma medida por parte da Casa, do seu Superintendente da Polícia Federal, depondo, espontaneamente, na CPI sobre Mineração.

Quanto ao mérito, Sr. Presidente, já expus o meu ponto de vista, em sessão anterior, contrário à admissão da Comissão processante em relação às denúncias feitas sobre a possível infração de decoro parlamentar contra o Senador Ernandes Amorim.

Sr. Presidente, levanto esta preliminar no momento em que recomendo à Bancada do PMDB no Senado Federal que acolha o parecer oral do Senador Romeu Tuma como consequência da recomendação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa. Faço-o porque entendo que a manifestação do Senador Romeu Tuma é um parecer oral que não conflita com a recomendação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com as minhas homenagens, não solicitadas, ao trabalho técnico realizado pelo Senador Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Presidência esclarece ao nobre Senador Jader Barbalho que, ao abrir o item 9 da pauta, realmente concedeu a palavra ao Senador Romeu Tuma, Corregedor da Casa, para que S. Ex.^a proferisse seu parecer com relação ao processo do Senador Ernandes Amorim.

O Senador Romeu Tuma ocupou a tribuna, esclareceu e concluiu que, nesse período de tempo, não havia encontrado qualquer prova suficiente para que fosse instaurada uma comissão processante contra o Senador Ernandes Amorim.

Portanto, o parecer a ser votado é o da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, conseqüentemente, o adendo feito pelo Senador Romeu Tuma, que quer esclarecer fatos ao Plenário.

O SR. JADER BARBALHO – Parece-me que não consegui ser compreendido, Sr. Presidente. Creio que o parecer do Senador Romeu Tuma não conflita com a recomendação feita pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Houve, na Comissão, parecer exarado pelo Senador Josaphat Marinho aceitando a admissibilidade, mas a Comissão entendeu ser prudente ouvir o Corregedor. Se a Comissão assim considerou, estabeleceu uma cláusula para aceitar o parecer do Senador Josaphat Marinho: a audiência do Corregedor, que teve mais tempo, evidentemente, para adentrar aos fatos – o que não ocorria no caso da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde a apreciação era meramente técnica –, aprofundando-se em relação à questão de mérito.

Então, o que solicito a V. Ex.^a é que considere a manifestação do Corregedor como um parecer da Corregedoria e como consequência de recomendação aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma para prestar o esclarecimento solicitado. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Pedro Simon e, em seguida, ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, entendi que a recomendação feita pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi no sentido de que eu levantasse as informações para subsidiar o Plenário na apreciação do parecer do Senador Josaphat Marinho. Ela não teria o poder de conflitar-se com uma outra definição a ser votada, mas de subsidiar o Plenário para que melhor decidisse sobre o parecer do ilustre Senador Josaphat Marinho.

Assim, de posse dos dados, elaborei um trabalho, que não seria em tese um parecer, mas um relatório sobre os fatos apurados durante os levantamentos realizados por mim.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS, Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, penso que estamos dizendo a mesma coisa. Com todo respeito ao meu Líder, acredito que S. Ex.^a quer o que nós queremos, mas está equivocado. O que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania decidiu? Solicitada a criação da comissão para processar o Senador Ernandes Amorim, foi sugerido que se criasse a Comissão, mas concedeu-se um prazo de 30 dias para que o Corregedor fizesse um levantamento sobre a existência ou não de provas.

Então, o Corregedor foi à tribuna e cumpriu a decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; leu o parecer: "Quero dizer ao Plenário que, no prazo de tempo que me foi concedido, procurei o Supremo, a Procuradoria e não encontrei provas". Então, agora, vamos apreciar o parecer do Senador Josaphat Marinho, votando contra a criação da Comissão, porque o Corregedor nos esclareceu que não há provas.

A Comissão poderia tomar duas decisões: ou "vamos criar a comissão e pronto" – mas a Comissão não pediu isso – ou "no prazo de 30 dias, com as provas do Corregedor, vamos decidir se devemos ou não criar a comissão". Se o Corregedor vai à tribuna e diz que não devemos criá-la porque não há provas, não vamos criar. É apenas isso. Agora, vamos votar o parecer da Comissão e dizer que não deve ser criada a comissão porque entendemos que não há elementos.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PL Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há exatamente sete dias, quando da votação do requerimento de adiamento da presente matéria, tive oportunidade de ocupar a tribuna para esclarecer dois pontos que, aliás, estão sendo abordados na tarde de hoje. Primeiro, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aceitou a admissibilidade do processo com relação ao Senador Ernandes Amorim. Segundo, deveriam ser ouvidas a Comissão de Ética ou a Corregedoria. E a decisão do Plenário, claro que acima da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, foi prorrogar por mais sete dias.

Eu usava como argumento, já naquele dia, que não estava presente o nobre Senador Romeu Tuma, razão pela qual se fazia necessário o adiamento, não obstante pudesse causar percalços até à pessoa do Senador em questão.

Após os esclarecimentos prestados pelo eminente Corregedor desta Casa, está suficientemente claro e creio que todos estejam cientes de que não houve condições da reunir provas para instauração do presente processo. Há, pois, uma manifestação clara neste sentido.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Presidência esclarece que o que está em votação é o Parecer nº 89, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A manifestação do Corregedor, Senador Romeu Tuma, foi no sentido de esclarecer sobre as diligências aprovadas pelo Plenário, ao aprovar o Requerimento nº 426, de 1995.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra a V. Exª, que dispõe de um minuto.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de esclarecer um ponto referido pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. Quando o PSDB e o PT solicitaram esclarecimentos e diligências, nós, a Procuradoria e o PSDB à Mesa do Senado, não foi simplesmente por notícias da imprensa, como a relembra aqui, que também ocorreu na enciclopédia que mencionava, sem detalhar fatos, o nome do Senador Ernandes Amorim.

Estávamos nos baseando no próprio relatório da CPI, publicado no *Diário do Congresso Nacional* de 18 de janeiro de 1992, que dizia: "A CPI destaca em Rondônia duas situações peculiares, que são da maior gravidade, nos Municípios de Ariquemes e Costa Marques, havendo provas evidentes do envolvimento de seus Prefeitos Municipais com o narcotráfico. De forma destacada, o Deputado Robson Tuma elaborou relatório sobre as duas situações, adotando-os este Relator" – no caso, era o Deputado Moroni Torgan – "em face da fidelidade com que se houve o Deputado nas questões pertinentes àqueles Municípios e aos respectivos Executivos Municipais, Ernandes Santos Amorim, de Ariquemes, e Sebastião Alves Teixeira, de Costa Marques".

Quero salientar que o Senador Romeu Tuma aqui esclareceu esses pontos, conforme hoje já explicou, tendo inclusive a facilidade de dialogar, obviamente, com o seu filho, Robson Tuma. Portanto, o que o Partido dos Trabalhadores solicitou foi com fundamento em fato que o próprio Congresso Nacional havia apurado.

Era o que eu gostaria de esclarecer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Para encerrar o processo, S. Exª o Senador Josaphat Marinho, Relator da matéria, tem a palavra por 10 minutos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – O adendo feito ao meu parecer, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, diz o seguinte:

"A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recomenda ao Plenário que, antes da instalação da respectiva comissão processante, no julgamento do Senador Ernandes Amorim, determine à Mesa Diretora que requeira da Comissão de Ética e da Corregedoria, no prazo de 30 dias, as diligências pertinentes ao caso".

Indago de V. Exª qual o parecer da Comissão de Ética, nos termos do adendo ao parecer da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Presidência esclarece que, após a aprovação ou não do parecer de V. Exª, este será ou seria encaminhado de acordo com a decisão do Plenário.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recomenda ao Plenário que "antes da instalação da respectiva comissão

processante no julgamento do Senador Ernandes Amorim, determine à Mesa Diretora que requeira da Comissão de Ética e da Corregedoria, no prazo determinado de 30 dias, que realize todas as diligências pertinentes, com a investigação e apuração dos fatos que possam instruir o processo".

Após a aprovação desse processo, baseado no Parecer nº 89, isso irá ocorrer.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Não, V. Exª me desculpe. Aqui se vai decidir sobre o parecer da Comissão; se a decisão do Plenário for para recusá-lo, morreu a questão. Nada mais há que fazer.

Então, pergunto: qual o parecer da Comissão de Ética? Que diligências ela promoveu, nos termos do adendo à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Gostaria de esclarecer a V. Exª que a Comissão de Ética foi eleita no dia 19 de abril último e ainda não foi devidamente empossada e instalada. Mas, no dia 27, de acordo com o requerimento aprovado nesta Casa, nos termos do art. 279, "c", do Regimento Interno e de acordo com o Parecer nº 89, de 1995, do dia 27 de abril, "a fim de que a Comissão de Ética e, na falta desta, o Sr. Corregedor-Geral daria o parecer..."

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Não, Sr. Presidente. V. Exª me desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Isso foi o que aconteceu e está aqui o processo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – A Comissão pediu duas diligências: da Comissão de Ética e do Corregedor. Para que não haja o parecer da Comissão de Ética, é preciso que o plenário pelo menos rejeite parcialmente o adendo da Comissão, pois, caso contrário, regimentalmente – releve V. Exª – ter-se-ia que suspender a apreciação da matéria para pedir as diligências à Comissão de Ética. Isso é o que está no adendo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Na ausência da Comissão de Ética, funcionou a Corregedoria. Todavia, aprovado hoje o parecer de V. Exª, encaminharemos esse processo à Comissão de Ética.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Pela ordem, está inscrito o Senador do Ceará, Líder do PSDB. Tem a palavra o Senador Sérgio Machado.

O SR. SÉRGIO MACHADO (PSDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras e Srs. Senadores, a Bancada do PSDB, tomando conhecimento de denúncias contra o Senador Ernandes Amorim, encaminhou à Mesa pedido de esclarecimento conforme nosso requerimento. Solicitamos, pois, os Senadores do PSDB, imediata apuração dos fatos, esclarecimentos e providências.

Existiam fatos que precisavam ser esclarecidos. O Senado tinha de tomar a iniciativa e fez bem. Não houve perda de tempo. O que o Senado tem de fazer, a partir de agora, é tomar a iniciativa, esclarecer os fatos. Da mesma maneira que temos de apurar uma acusação, temos de reconhecer que não existe prova. Nesse caso, não há por que se instalar uma comissão para condenar alguém. É essa coragem que temos de ter, é isso que temos de fazer e continuaremos fazendo todas as vezes em que houver denúncia.

Como agora temos a Corregedoria, podemos encaminhar-lhe as denúncias para que faça as apurações. Esse é o nosso papel de Parlamentar. A Bancada do PSDB irá continuar agindo dessa forma, pois existiam fatos que precisavam ser es-

clarecidos contra alguém que estava acabando de assumir a Mesa Diretora da Casa.

São esses esclarecimentos, Sr. Presidente, que a Liderança do PSDB gostaria de fazer neste momento. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Mesa quer esclarecer que o Requerimento nº 426, de 1995, assinado pelo Senador Roberto Requião, em 29 de março de 1995, diz o seguinte:

"Nos termos do art. 279, "c", do Regimento Interno, requeira o adiamento da discussão do Parecer nº 89, de 1995, de 27 de abril, pois a Comissão de Ética, e na falta desta, o Corregedor do Senado Federal, fará as diligências possíveis".

O Corregedor já fez todas as diligências, deu a sua conclusão, e o Plenário já a ouviu. Não há, portanto, mais nada a ser contestado neste sentido.

Vamos submeter à votação, em seguida, o parecer da Comissão. Se o parecer for admitido, o assunto vai para a Comissão de Ética para que comecemos a processar o Senador Emandes Amorim. Caso contrário, o assunto está encerrado, cabendo apenas informar ao Supremo Tribunal Federal, conforme foi solicitado pelo Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há de se acatar o adendo da Comissão – e tem que haver o parecer da Comissão de Ética – ou V. Exª submete ao Plenário para que rejeite parcialmente a parte final do parecer, a fim de que seja dispensada a audiência da Comissão. Uma de duas há de ser exata. As duas não podem ser.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Presidência quer esclarecer a V. Exªs que está em votação o seguinte:

Discussão, em turno único, do Parecer nº 89, de 1995, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Diversos nº 22, de 1995, e seu adendo (Representação nº 1), concluindo pela admissibilidade de instauração de processo parlamentar para apurar os fatos atribuídos ao Senador Emandes Amorim, com base nas representações formuladas pelos partidos do PSDB e do PT, e nos dados de provas já colhidos ou que vierem a ser obtidos.

Se aprovado o parecer e seu adendo, aí sim, encaminharemos, cumprindo o adendo, à Comissão de Ética e à Corregedoria. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania recomenda ao Plenário que – antes da instalação da respectiva comissão processante, depois de aprovado este parecer no julgamento do Senador Emandes Amorim, determina a Mesa Diretora que requeira à Comissão de Ética e à Corregedoria, no prazo determinado de trinta dias – realize todas as diligências e investigações possíveis.

Creio que não há mais que esclarecer a este Plenário.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas gostaria de dizer que o Plenário já se encontra suficientemente esclarecido sobre a matéria e gostaria de requerer a V. Exª que a colocasse imediatamente em votação. (Palmas)

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se V. Exª não considera

a manifestação do Senador Romeu Tuma como parecer, cumprindo uma diligência – mesmo porque seria, de certa forma, inócuo que a Comissão aprovasse o parecer do Senador Josaphat Marinho –, no momento em que o Plenário aprovar o parecer do Senador Josaphat Marinho, se vier a aprová-lo, estará admitido o processo. É preciso que isto fique bem claro.

Então, a recomendação de audiência do Corregedor e da Comissão de Ética seria uma preliminar, e não uma consequência, porque seria impossível, depois de aprovado o parecer, estar imediatamente constituída a comissão processante.

Está claro, mas se V. Exª, Sr. Presidente, não considera a manifestação do Senador Romeu Tuma como parecer, se o Senador Romeu Tuma não a considera como tal, e S. Exª acabou de dizer que deu apenas esclarecimentos, não será a Liderança do PMDB, que tentou apenas interpretar o que recomendou a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – a audiência da Comissão de Ética e da Corregedoria – que a considerará.

Portanto, não havendo Comissão de Ética instalada no prazo devido para manifestar-se, e dizendo o Sr. Corregedor que a manifestação que fez não é parecer, não reconhecendo V. Exª essa manifestação como parecer, Sr. Presidente, a Liderança do PMDB recomenda a rejeição do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Realmente o parecer do Senador Romeu Tuma foi para esclarecer ao Plenário...

O SR. JADER BARBALHO (fora do microfone) – Não é parecer.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Não é parecer. O que está em votação é o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e os seus adendos.

Para encerrar o processo de votação, o Senador Josaphat Marinho tem a palavra. S. Exª dispõe, em concessão especial, de 10 minutos.

O SR. JOSAPHAT MARINHO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Em votação.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Pela ordem. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – V. Exª já encaminhou a votação, nobre Senador. É a terceira vez que V. Exª fala encaminhando a votação.

V. Exª quer uma questão de ordem?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Desejo falar pela ordem, porque há certas situações...

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – V. Exª já encaminhou, e o Regimento Interno diz o seguinte...

O SR. EDUARDO SUPLICY – (PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pela ordem, Sr. Presidente, porque pela primeira vez, na tarde de hoje, estou pedindo a palavra, segundo o art. 14 do Regimento Interno. Eu tenho o direito de falar.

Desejo observar que, de forma diferente do que é a tradição da Casa, pela primeira vez, o Relator por preferência – a Mesa o concedeu – falou depois de todos os Srs. Senadores.

Obviamente, o Relator, ainda mais sendo o Senador Josaphat Marinho, tem grande poder de esclarecimento pelo seu saber jurídico, pela seriedade com que pronuncia o seu parecer, que naturalmente tem que ser objeto de reflexão por parte de todos nós.

Quero dizer que, diante das palavras de S. Exª, considero importante que a Comissão de Ética seja ouvida, segundo a sua recomendação. E é nesse sentido que aqui me pronuncio.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Em votação a matéria.

Os Srs. Senadores que aprovam o parecer do Senador Josaphat Marinho, ou seja, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, queiram se levantar. Os que o rejeitam permaneçam sentados. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania foi rejeitado, contra os votos dos Senadores Josaphat Marinho, Beni Veras, Benedita da Silva, Eduardo Suplicy, Jefferson Peres e Emília Fernandes.

A matéria vai ao arquivo.

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem a palavra V. Ex^a

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que registre que mantive o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Constará da Ata a solicitação de V. Ex^a

A SRA. EMÍLIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Tem a palavra V. Ex^a

A SRA. EMÍLIA FERNANDES (PTB-RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, gostaria de registrar para a contagem de votos que voto favoravelmente ao parecer do Senador Josaphat Marinho.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Será registrado o voto de V. Ex^a

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, V. Ex^a poderia registrar os votos dos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores que se levantaram?

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – A Taquigrafia registrou e constará de ata.

A Presidência lembra aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, para apreciação de vetos presidenciais e de medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Item 10.

Mensagem nº 145, de 1995 (nº 457/95, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República solicita a retirada do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1991 (nº 4.787/90, na Casa de origem), de iniciativa do Poder Executivo, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS a doar ao Governo do Estado do Rio de Janeiro o imóvel que especifica.

Em votação a mensagem.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O Projeto de Lei da Câmara será definitivamente arquivado e comunicação será enviada à Presidência da República e à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Sobre a mesa, pareceres oferecendo as redações finais que, nos termos do art. 320 do Regimento Interno, se não houver objeção do Plenário, serão lidos pelo Sr. 1º Secretário, em exercício o Senador Renan Calheiros.

São lidos os seguintes

PARECER Nº 280, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1995 (nº 433, de 1994, na Câmara dos Deputados)

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1995 (nº 433, de 1994, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 16 de outubro de 1993.

Sala de Reuniões da Comissão, 4 de maio de 1995. – Teotônio Vilela Filho, Presidente – Levy Dias, Relator – Renan Calheiros – Júlio Campos.

ANEXO AO PARECER Nº 280, DE 1995

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1995 (nº 433, de 1994, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995

Aprova o texto do Acordo sobre Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 16 de outubro de 1993.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 16 de outubro de 1993.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 281, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1995 (nº 284, de 1993, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1995 (nº 284, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992.

Sala de Reuniões da Comissão, 4 de maio de 1995. – Teotônio Vilela Filho, Presidente – Levy Dias, Relator – Júlio Campos – Renan Calheiros.

ANEXO AO PARECER Nº 281, DE 1995

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1995 (nº 284, de 1993, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995

Aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, celebrado entre o Governo

da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do referido Acordo, bem como quaisquer atos que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 282, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1995 (nº 220/92, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1995 (nº 220/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Internacional sobre a utilização de Estações Terrenas de Bordo da INMARSAT em Águas Territoriais e em Portos, concluído em Londres, em 16 de outubro de 1985, e assinado pelo Brasil em 29 de janeiro de 1987.

Sala de Reuniões da Comissão, 4 de maio de 1995. – Teotônio Vilela Filho, Presidente – Levy Dias, Relator – Júlio Campos – Renan Calheiros.

ANEXO AO PARECER Nº 282, DE 1995

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995

Aprova o texto do Acordo Internacional sobre a utilização de Estações Terrenas de Bordo da INMARSAT em Águas Territoriais e em Portos, concluído em Londres, em 16 de outubro de 1985, e assinado pelo Brasil em 29 de janeiro de 1987.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Internacional sobre a utilização de Estações Terrenas de Bordo da INMARSAT em Águas Territoriais e em Portos, concluído em Londres, em 16 de outubro de 1985, e assinado pelo Brasil em 29 de janeiro de 1987.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 283, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 1994 (nº 279, de 1993, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 1994 (nº 279, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Meio Ambiente, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, em Brasília, em 10 de outubro de 1990.

Sala de Reuniões da Comissão 4 de maio de 1994. – Teotônio Vilela Filho, Presidente – Levy Dias – Relator – Júlio Campos – Renan Calheiros.

ANEXO AO PARECER Nº 283, DE 1995

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 1994 (nº 279, de 1993, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente, do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1994

Aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Meio Ambiente, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, em Brasília, em 10 de outubro de 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Cooperação na Área do Meio Ambiente, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, em Brasília em 10 de outubro de 1990.

Parágrafo único – São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER Nº 284, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 1994 (nº 223, de 1992, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 1994 (nº 223, de 1992, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do Acordo-Quadro de Cooperação e de seu Anexo, celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em 1992.

Sala de Reuniões da Comissão, 4 de maio de 1994. – Teotônio Vilela Filho, Presidente – Levy Dias, Relator – Júlio Campos – Renan Calheiros.

ANEXO AO PARECER Nº 284, DE 1995

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 1994 (nº 223, de 1992, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1994

Aprova os textos do Acordo-Quadro de Cooperação e de seu Anexo, celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em 1992.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São aprovados os textos do Acordo-Quadro de Cooperação e de seu Anexo, celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Européia, em 1992.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem modificação do Acordo e de seu Anexo, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 285, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1994 (nº 329, de 1993, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1994 (nº 329, de 1993, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviço Móvel Celular entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República Argentina, o Governo da República do Paraguai e o Governo da República Oriental do Uruguai, celebrado em Las Leñas, em 27 de junho de 1992.

Sala de Reuniões da Comissão, 4 de maio de 1995. – Teotônio Vilela Filho, Presidente – Levy Dias, Relator – Renan Calheiros – Júlio Campos.

ANEXO AO PARECER Nº 285, DE 1995

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1994 (nº 329, de 1993, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº DE 1995

Aprova o texto do Acordo sobre Serviço Móvel Celular entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República Argentina, o Governo da República do Paraguai e o Governo da República Oriental do Uruguai, celebrado em Las Leñas, em 27 de junho de 1992.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo sobre Serviço Móvel Celular entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República Argentina, o Governo da República do Paraguai e o Governo da República Oriental do Uruguai, celebrado em Las Leñas, em 27 de junho de 1992.

Parágrafo único. São sujeitos à apreciação do Congresso Nacional quaisquer atos que impliquem revisão do presente Acordo, bem como quaisquer atos que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

PARECER Nº 286, DE 1995

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1993 (nº 117, de 1991, na Câmara dos Deputados).

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1993 (nº 117, de 1991, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 170, da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho, adotada pela 77ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1990.

Sala de Reuniões da Comissão, 4 de maio de 1995. – Teotônio Vilela Filho, Presidente – Levy Dias, Relator – Júlio Campos – Renan Calheiros.

ANEXO AO PARECER Nº 286, DE 1995

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1993 (nº 117, de 1991, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 1995

Aprova o texto da Convenção nº 170, da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho, adotada pela 77ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1990.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção nº 170, da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho, adotada pela 77ª Reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1990.

Parágrafo único. São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida Convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Os pareceres lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, Senador Renan Calheiros.

É lido e provado o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 672, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 53, de 1993 (nº 117/91, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 170, da Organização Internacional do Trabalho, relativa à segurança na utilização de produtos químicos no trabalho, adotada pela 77ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, em 1990.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – Osmar Dias.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 673, DE 1995

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1994 (nº 329/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviço Móvel Celular entre o Governo da República Federativa do Brasil, o Governo da República Argentina, o Governo da República do Paraguai e o Governo da República Oriental do Uruguai, celebrado em Las Leñas, em 27 de junho de 1992.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – **Osmar Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 674, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 83, de 1994 (nº 223/92, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do Acordo-Quadro de Cooperação e de seu Anexo, celebrados entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade Econômica Europeia, em 1992.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – **Valmir Campelo**.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 675, DE 1995

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 88, de 1994 (nº 279/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação na Área do Meio Ambiente, celebrado entre o Go-

verno da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos, em Brasília, em 10 de outubro de 1990.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – **Osmar Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 676, DE 1995

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 1995 (nº 220/92, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Internacional sobre a Utilização de Estações Terrenas de Bordo da INMARSAT, em Águas Territoriais e em Portos, concluído em Londres, em 16 de outubro de 1985, e assinado pelo Brasil em 29 de janeiro de 1987.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – **Valmir Campelo**.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 677, DE 1995

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 1995 (nº 284/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Matéria Ambiental, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai, em Montevideu, em 28 de dezembro de 1992.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – **Valmir Campelo**.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Sobre a mesa requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Renan Calheiros.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 678, DE 1995

Nos termos do art. 321 do Regimento Interno, requero dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1995 (nº 433/94, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Previdência Social entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile, assinado em Santiago, em 16 de outubro de 1993.

Sala das Sessões, 4 de maio de 1995. – **Valmir Campelo.**

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Volta-se à lista de oradores. Dispomos ainda de dezessete minutos de sessão.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Gilberto Miranda. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, recebi com grande satisfação a notícia, amplamente divulgada pela imprensa, de que o Ministério dos Transportes passará a receber dos cofres da União, mensalmente, a dotação de 50 milhões de reais.

Tais recursos serão destinados à conservação das rodovias federais, que se encontram em estado deplorável em praticamente todo o País.

Os valores a serem liberados – e informa-se que a partir deste mês – evidentemente não são suficientes para atender à nossa extensa malha rodoviária. No entanto, parecem ser o quantitativo que, nos dias presentes, pode despendar o Erário, recebido com aplausos pela opinião pública, mas apenas como o primeiro passo, modesto passo, da grande obra de reformas que se fazem emergenciais.

As administrações anteriores não podiam ter deixado as rodovias brasileiras, avaliadas em mais de 150 bilhões de dólares, atingirem o estado de deterioração que atingiram. Foi lamentável que isso ocorresse. A omissão, além de agravar sobremodo o problema, está agora encarecendo uma manutenção, para não dizer reconstrução, que devia ter sido permanente.

Todos conhecemos as dificuldades econômico-financeiras por que passou e passa o País. Mas cabe ao Poder Executivo o dever da criatividade para encontrar soluções para os principais problemas nacionais, entre os quais desponta com prioridade o das rodovias federais.

O que não se podia permitir era deixar-se que chegasse a um nível intolerável a conservação das nossas estradas, o instrumento essencial para uma economia desenvolvimentista.

No Maranhão, no período em que o governei, fui obrigado a destinar, dos mínguados tributos do Estado, recursos para investimento no asfaltamento e na conservação de determinados trechos de rodovias federais.

Como Governador, precisava assegurar a ligação rodoviária de regiões produtoras, dela dependentes para o escoamento dos frutos do seu trabalho.

Trechos da BR-135, aberta há mais de vinte anos, não passavam de simples picadas de terra batida, intransitáveis nos períodos de chuva. Os reclamos do Estado, junto ao governo federal, não eram atendidos, e promissoras regiões tinham paralisadas suas economias pelo desestímulo das rodovias inconfiáveis.

Em função disso, mandei asfaltar, na BR-135, o trecho Presidente Dutra-Colinas. Na BR-226, o trecho Presidente Dutra-Barra do Corda.

Na Belém-Brasília, BR-010, repavimentamos e iluminamos o trecho da rodovia que, cortando o coração de Imperatriz, transformara-se numa avenida urbana. Construímos vários viadutos e obras de arte na mesma rodovia, deslocando, assim, recursos tão necessários a outras aflições de um Estado pobre para obras da responsabilidade da União.

Como vêem o Sr. Presidente e meus prezados pares, tenho motivos pessoais para me congratular com essa esperança, que agora surge, de serem socorridas, embora tardiamente, as rodovias brasileiras.

E esperanças maiores de que o digno Sr. Ministro dos Transportes, até mesmo a título de compensação, socorra com urgência as BRs do Maranhão, todas elas, à exceção dos trechos acima citados, em estado deplorável de conservação.

Nas terras férteis do Maranhão, banhadas por rios perenes, nascem vários importantes pólos agrícolas. Se tiverem boas rodovias para o escoamento de seus produtos, estejamos todos certos que oferecerão importante contribuição ao desenvolvimento buscado pelo Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira.

O SR. JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA (PSDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, a História nos tem ensinado que a convivência pacífica entre o Estado e o indivíduo só se torna possível através da cobrança justa de impostos e posterior devolução desses tributos às comunidades através de serviços e benefícios sociais. Muitos impérios se transformaram em poeira na esteira do tempo, porque, excessivamente ganancioso, o Estado extrapolou a sua função tributária, garroteando o cidadão comum com impostos aviltantes, onerando a terra do humilde agricultor ou o comércio da pequena burguesia. O delírio tributário foi a principal causa da Revolução Francesa, e vários outros motins populares se formaram e se alimentaram por força da insensibilidade fiscal do Estado.

Hoje, o relacionamento entre a máquina arrecadadora e o contribuinte se desenvolve num quadro mais civilizado, mesmo porque a figura do imposto aparece como parte integrante e indispensável de uma política social mais justa. Lamentavelmente, porém, por mais moderno que seja o conceito fiscal do Estado brasileiro, ainda surgem incoerências e distorções que criam um clima de desânimo para quem paga e um sintoma de frenesi tributário para quem cobra. O contribuinte tributado, e o complexo fiscal do Governo prefere encarar essa reação como uma inadimplência politicamente organizada, com a única finalidade de tumultuar a ação administrativa do Poder Público. Em alguns casos, no entanto, quem está com a razão é o fiscalizado, não o fiscal.

Os produtores rurais do meu Estado, o Espírito Santo – e acredito que clamor é o mesmo em várias outras unidades da Federação – estão protestando contra a tabela emitida pelo INCRA para determinação do Valor da Terra Nua, o VTN. Depois de ana-

lisar cuidadosamente um pleito que nesse sentido me foi enviado pela Federação da Agricultura do Espírito Santo, não tenho outra alternativa senão a de me solidarizar com os produtores rurais do meu Estado, porque não há dúvida de que os valores arbitrados para municípios integrantes da mesma microrregião são, no mínimo, discrepantes.

Não conheço os critérios que levaram o INCRA a estabelecer incidências tributárias distintas para os municípios capixabas, mas, em alguns casos, os valores determinados escapam de qualquer explicação plausível. No município de Cachoeiro de Itapemirim, por exemplo, o Valor da Terra Nua foi fixado em R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) por hectare, enquanto que, em Atilio Vivácqua, distante menos de 20 quilômetros, o mesmo hectare de terra foi tributado em R\$ 1.069,00 (hum mil e sessenta e nove reais). Ora, os dois municípios pertencem à mesma mesorregião, possuem os mesmos acidentes topográficos, são banhados pelo mesmo rio e são servidos por um sistema viário comum. O mais interessante nisso tudo é que até há alguns anos atrás o hoje município de Atilio Vivácqua figurava na condição de distrito de Cachoeiro de Itapemirim. Por que então tanta discrepância tributária na mesma região?

Essa extravagância fiscal não se restringe apenas ao Sul do meu Estado. Ao contrário, ela se faz presente, com a costumeira insensibilidade, em todo o território capixaba. Não se justifica que se tenham arbitrado aos municípios que compõem as mesorregiões Noroeste e Litoral Norte do Estado valores superiores àquele atribuído ao município de Linhares. No município de Rio Bananal, ex-distrito de Linhares, o VTN foi arbitrado em R\$ 1.040,00 (hum mil e quarenta reais) contra apenas R\$ 520,14 (quinhentos e vinte reais e quatorze centavos) desse último.

Os produtores rurais do meu Estado estão justamente preocupados com os valores conflitantes atribuídos às suas propriedades, e a Federação da Agricultura do Espírito Santo, através de seu operoso Presidente Dr. Nyder Barbosa de Menezes, já encaminhou expediente à Receita Federal solicitando o pronunciamento do órgão para correção dos extravagantes lançamentos.

Os agricultores capixabas não se recusam, em absoluto, a pagar os impostos correspondentes às terras que possuem. Mas é evidente que se sentem desconfortáveis diante da perspectiva de serem obrigados a pagar mais do que é devido.

ORDEM DO DIA

- 1 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 32, DE 1991

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de 1991 (nº 5.953/90, na Casa de origem), que revoga o art. 106 da Lei nº 5.869, de 13 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, tendo.

Parecer favorável, sob nº 216, de 1995, da Comissão
– de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 2 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 1992

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 1992 (nº 1.167/91, na Casa de origem), de iniciativa do Ministério Público da União, que cria, na 3ª região da Justiça do Trabalho, em Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, cargos de Procuradores do Trabalho de 2ª categoria, cargos em comissão e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 217, de 1995, da Comissão
– de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 3 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 1993 (nº 3.599/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a revigoração do prazo estabelecido no art. 32 da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, e dá outras providências, tendo

Parecer favorável, sob nº 220, de 1995, da Comissão
– de Constituição, Justiça e Cidadania

- 4 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 223, DE 1993

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 223, de 1993 (nº 4.596/90, na Casa de origem), que altera a redação do § 4º do art. 654 da Consolidação das Leis do Trabalho, que estabelece condições para inscrição no concurso para ingresso na magistratura do trabalho, tendo

Parecer sob nº 222, de 1995, da Comissão
– de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.

- 5 -

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 97, DE 1994

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 97, de 1994 (nº 3.935/93, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a reversão ao Município de Coimbra, Estado de Minas Gerais, do imóvel que menciona, tendo

Parecer sob nº 223, de 1995, da Comissão
– de Constituição, Justiça e Cidadania, favorável, com emenda de nº 1-CCJ, que apresenta.

O SR. PRESIDENTE (Júlio Campos) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h16min.)

DISCURSO DO SR. IRIS REZENDE, PRONUNCIADO NA SESSÃO DE 19/04/95, QUE SE REPUBLICA POR HAVER SAÍDO COM INCORREÇÕES NA ANTERIOR.

O SR. IRIS REZENDE (PMDB-GO. Como Líder.) – Sr. Presidente, Sr^s. e Srs. Senadores, inicialmente agradeço a gentileza das Lideranças que desistiram de suas inscrições, a fim de que eu usufruísse desta oportunidade na sessão de hoje. Saliento que me inscrevi na segunda-feira, em segundo lugar. Seria o primeiro, uma vez que o primeiro inscrito não compareceu. De modo que sou absolutamente agradecido pela generosidade das Lideranças.

Sr. Presidente, recém-chegado a esta nobre Casa Legislativa, na qual devo cumprir o meu primeiro mandato de Senador, honrosamente conferido pelo valoroso povo goiano, sinto-me no dever de dizer algumas palavras aos meus pares, aos cidadãos que me elegeram, ao povo do meu Estado – que aqui representarei durante os próximos oito anos – e ao povo do meu País, ao qual devo servir, nos limites da minha capacidade, com ilimitada abnegação e acendrado patriotismo.

Não sou azevado nem inclinado a falar de mim. Não o tenho feito, ao longo de uma trajetória política que já se tornou longa. Entretanto, nesta oportunidade – meu primeiro discurso no Senado do meu País –, e neste momento tão importante e tão marcante, para mim, no curso da minha atuação política e na incessante escalada da assunção de responsabilidades, sinto que devo – e posso – falar um pouco de mim.

Venho para esta Casa Legislativa graças à confiança, que nunca me faltou, do povo do meu querido Estado de Goiás. Um

Estado que corresponde a um território que, em sua maior parte, foi acrescentado ao Brasil graças à transgressão dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, cometida pelos bandeirantes e pioneiros dos séculos XVII e XVIII. Até a promulgação da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, Goiás era um dos quatro maiores Estados da Federação. Com a criação do Estado do Tocantins, foi reduzido mais ou menos à metade do seu território; mas, apesar disso, é um Estado que, pela riqueza atual e pela riqueza potencial, se caracteriza como uma região verdadeiramente abençoada e privilegiada – no Brasil e no mundo. Goiás tem sido visto, com fundadas razões, como uma Canaã brasileira – terra de abundância, de clima ameno, onde as chuvas se revezam regularmente com os períodos de seca, tudo a fazer desse trecho do mundo um espaço bastante propício à vida humana. Terra habitada por uma gente dotada de uma decisiva virtude: coragem. Gente que veio de todas as partes do Brasil e do mundo disposta a criar riqueza e cultura. Gente dotada da bravura do bandeirante e da constância do pioneiro.

De certo modo, pertencem a uma geração de políticos que devem o seu aparecimento e desenvolvimento à feliz junção de circunstâncias que integraram os dois acontecimentos centrais e essenciais da história recente da imensa região do Brasil Central, que foram a fundação e construção, e o crescimento e desenvolvimento de duas capitais: Goiânia e Brasília.

Nada do que fiz, até hoje, e do que tenho intencionado realizar, seria possível sem o acontecimento Goiânia e sem o acontecimento Brasília. Duas ocorrências históricas importantíssimas e capitais – se me permitem esse adjetivo – na vida de nosso País e, em particular, na invenção e ampliação de decisivos rumos novos no desenvolvimento da civilização brasileira.

Goiânia representou, como disse o jornalista goiano José Leão de Souza Filho, uma reação do sertão contra si mesmo. É uma obra colossal, da qual se orgulha, com justa razão, o povo goiano. Inaugurada há apenas 53 anos, foi uma idealização e projeto seculares do povo goiano, e afinal uma realização inteiramente goiana. Iniciativa do poder público estadual, mas uma realização do povo, que acreditou no governo e o apoiou. Goiânia foi um acontecimento de profundíssimos efeitos transformadores. Em menos de duas décadas, contadas da sua inauguração em 1942, retirou Goiás da posição de um dos Estados mais atrasados da Federação, e o elevou a uma condição de pioneiro do desenvolvimento nacional. Foi o governo goiano que começou a construí-la, mas a magnífica cidade em que rapidamente se transformou foi obra coletiva, do povo, de cada indivíduo e de cada família, do conjunto das multitudes e iniciativas individuais.

Goiânia não foi um feito – nem um efeito – da *Marcha para o Oeste*, patrocinada pelo Governo Federal durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. A *Marcha para o Oeste* foi um movimento político, pensado na orla litorânea do Brasil, de centrípeta direção. Ceres e Rialma – a colônia agrícola fundada, no interior de Goiás, pelo engenheiro carioca – Bernardo Sayão – que, por sua compulsão criadora e realizadora, fundiu, na sua personalidade, as características do bandeirante e do pioneiro, tais como as traçou Vianna Moog, sim, foram efeito e obra do movimento *Marcha para o Oeste*. Goiânia, diferentemente, constituiu-se, primeiro, em sonho, acalentado pelo povo goiano desde muito tempo antes daquela Marcha: durante os cem anos que separaram a presidência provincial de Miguel Lino de Moraes – nos últimos anos da década de 1820 – da interventoria de Pedro Ludovico Teixeira, iniciada em 1930. Sonho que se converteu em realidade graças à decisão corajosa de um pugilo de homens valorosos, comandados pelo gênio do grande estadista Pedro Ludovico Teixeira, o qual,

depois de governar Goiás, por duas vezes, honrou esta Casa também durante dois mandatos.

Goiânia teve o condão de despertar, deflagrar e desenvolver as infinitas energias criadoras do povo goiano – as quais respondem pelo admirável progresso que vem fazendo de Goiás um Estado em acelerado processo de enriquecimento e modernização, que o coloca em oitavo lugar na economia nacional.

A partir de Goiânia o desenvolvimento econômico, cultural e social passou a ser, em Goiás, uma quase obsessão coletiva e individual. Goiânia começou a infundir nos goianos um justo sentimento de orgulho da sua extraordinária capacidade de sonhar e de realizar belos sonhos, de se fazer vanguarda e pioneiro.

E o bissecular isolamento geográfico, histórico, social, cultural, moral e psicológico em que vivia o povo goiano, desde os dois séculos anteriores, começou a ser vencido.

Entretanto, Goiânia não foi a primeira grande aspiração e objetivo que os goianos alcançaram transformar em realidade. Cumpre, quanto a esse ponto, assinalar algumas notáveis fanfarras do povo da minha terra.

Um dos primeiros jornais brasileiros foi fundado em Meia-Ponte, a atual Pirenópolis, em 1830. Goiás passou a contar com uma escola pública que se tornou fortemente tradicional, o Liceu de Goiás, já no ano de 1846. Em 1864, instalou-se em Goiás o Gabinete Literário Goiano, que, existente até hoje, é um dos mais tradicionais do País. Goiás emancipou os seus escravos antes da Lei da Abolição: no dia do sepultamento do grande poeta abolicionista, Félix de Bulhões, em 1887, concedeu-se a liberdade ao último escravo existente em território goiano. Goiás foi um dos primeiros Estados a contar com uma faculdade de Direito, criada em 1898 e instalada em 1903. Foi de uma mulher, Eurídice Natal e Silva, a iniciativa de fundar-se, em Goiás, em 1904, a Academia Goiana de Letras.

A partir de fins de 1956, interveio, no processo de desenvolvimento dessa região e de todo o País, o imenso acontecimento que foi – e é – Brasília. Graças a esta cidade, que o grande escritor francês André Malraux cognominou de "Capital da Esperança", o Planalto Central sofreu uma transformação econômica, cultural e política, cuja velocidade não encontra, ao que eu saiba, paralelo em nenhuma outra região do mundo.

O Sr. Elcio Alvares – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Com muito prazer, Senador Elcio Alvares.

O Sr. Elcio Alvares – Tivemos a oportunidade de fazer um registro, com muita simpatia, em relação ao primeiro pronunciamento do Senador José Roberto Arruda. Agora V. Ex^a nos traz, no início do seu discurso, uma certeza de que a terra e o homem identificam-se por inteiro. Não importa que o Senador seja Iris Rezende, o grande Líder do PMDB, mas o que ele tem dentro de si, na ligação afetiva com uma das regiões mais lindas, produtivas e, acima de tudo, mais importantes para o desenvolvimento econômico do País. V. Ex^a chegou a esta Casa como um autêntico vitorioso; já é o Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde está realizando uma atividade notável, demonstrando uma capacidade de trabalho que está sendo exaltada por todos os seus pares, e incluo-me prazerosamente entre aqueles que são titulares da Comissão. Traz V. Ex^a uma história de vida ligada a todo o seu Estado de Goiás. V. Ex^a foi realmente uma estrela luzente dentro desta constelação extraordinária da última eleição que renovou dois terços do Senado Federal. Disputou V. Ex^a a Presidência do Senado Federal, ao lado do Senador Pedro Simon e do Senador José Sarney – hoje nosso Presidente da Casa –, demonstrando o potencial da sua liderança. Neste instante do seu discurso, ressaltou exatamente o que considero muito bonito na vida do homem público: a identificação do homem com a terra. Fala V. Ex^a do Pla-

nalto Central como "a grande tenda" dos seus ideais, esta região que é a sua saga e o seu destino. O Estado de Goiás sente-se muito feliz por ver que o grande político nacional, Iris Rezende, não esqueceu a terra e, no preâmbulo do seu discurso, a exaltação maior é para o Estado de origem. Cumprimento V. Ex^a, com muita simpatia. Sentimo-nos muito felizes por estarmos vivendo um novo instante nesta Casa. E a sua construção, o seu jeito de imprimir à vida pública a seriedade que ela merece não nos deixa dúvida de que marcará o novo comportamento dos novos Senadores e do novo Senado. Parabéns, Senador Iris Rezende, é muito bonito ver que, acima de tudo, o homem, principalmente o homem público, é a imagem dos seus, é, acima de tudo, aquele que tem amor acendrado à sua origem. Louvo seu discurso nesse preâmbulo, tendo a certeza de que o fechamento dessa oração estará, por certo, à altura de sua inteligência e do seu inestimável valor, já patenteado a nível nacional.

O SR. IRIS REZENDE – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Elcio Alvares. Permita-me V. Ex^a incorporar o seu aparte ao meu discurso, embora reconheça que grande parte das suas referências a minha pessoa se deve a um homem cuja vida se pauta pela generosidade.

No curto espaço de tempo de menos de 39 anos, o Planalto Central converteu-se em um pujantíssimo centro irradiador de progresso.

O papel que vem desempenhando Brasília no desenvolvimento do Brasil ainda não mereceu dos nossos sociólogos, economistas e historiadores a atenção de estudos condignos. Uma das verdades que estudos dessa ordem encontrariam é que Brasília – um sonho nacional de quase dois séculos – conferiu ao Brasil o seu verdadeiro tamanho: entregou ao Brasil a posse de si mesmo. Pode-se dizer que a História do Brasil tem, após a chegada dos primeiros colonizadores, em 1531, dois acontecimentos decisivos: a Independência, em 1822 e a inauguração de Brasília em 21 de abril de 1960.

A história do Brasil se divide em dois períodos principais: antes e depois de Brasília.

Diga-se, de passagem e entre parênteses, para o efeito de estabelecer uma verdade – e uma justiça – histórica, que foram os goianos, momentaneamente a partir da Assembleia Nacional Constituinte de 1891, os principais, e muitas vezes solitários, defensores da idéia da mudança da capital federal para o Planalto Central do Brasil. É esse um capítulo da História do Brasil que ainda não foi escrito, mas que certamente o será, algum dia.

Graças a Brasília, o Brasil vai deixando, rapidamente, de ser aquele País dividido contra si mesmo – o Brasil do litoral voltado para a Europa, e o Brasil do interior isolado por 300 anos de esquecimento, abandono, pobreza, atraso e solidão.

Brasília vem deslocando, aos poucos, para o centro do País o eixo da vida político-administrativa nacional. Em consequência, passaram os brasileiros do interior a ter uma voz mais ativa nos debates e na busca de soluções dos problemas do Brasil. E homens – e mulheres – que antes das novas oportunidades criadas por Brasília não poderiam, de modo algum, aspirar a essa participação, e eu me incluo entre eles, passaram a poder fazê-lo.

Provém das poderosas forças da História que confluíram para fazer surgir a solução Goiana e a solução Brasília o meu compromisso político – que é um compromisso histórico. Atuam dentro de mim, a um tempo obscuramente e claramente, nos subterrâneos do inconsciente e nos patamares iluminados da consciência, os determinantes exemplos de vida de Pedro Ludovico Teixeira, que tanto lutou e que muito fez pelo desenvolvimento de Goiás, proporcionando oportunidades às camadas mais humildes da sua população, e propiciando a efetiva incorporação da região

goiana ao processo geral da vida brasileira, e de Juscelino Kubitschek de Oliveira, que, sendo ele próprio homem de humilíssima origem social, realizou uma obra que pode ser vista sob inúmeros ângulos, mas que, neste instante, contemplo sob o ponto-de-vista do seu papel e efeito redentores para os milhões de deserdados do interior do Brasil. Um Brasil marginal, que convivia com o Brasil oficial do litoral, num contraste que foi a principal motivação da formidável denúncia e protesto formulados por Euclides da Cunha no seu grande livro *Os Sertões*.

Foi nesse Brasil deserdado que eu apareci no mundo. Dentro dele, sem jamais dele ter saído senão para cumprir compromissos e obrigações de homem público, me construí a mim mesmo.

O Sr. Jader Barbalho – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Com muito prazer.

O Sr. Jader Barbalho – Senador Iris Rezende, cumprimento V. Ex^a, que brinda o Senado nesta tarde com um pronunciamento a respeito da história da sua terra, da grande Goiás, dos bandeirantes do Brasil Central, daqueles que, efetivamente, colonizaram, ocuparam e fizeram o desenvolvimento do Centro do Brasil. Foram os seus conterrâneos. E os seus conterrâneos, inclusive, em grande parte viabilizaram também o desenvolvimento de outras regiões, inclusive do meu Estado, o Pará.

A presença dos goianos, atravessando o rio que fazia os nossos limites, o Araguaia, muito contribuiu para o desenvolvimento do sul do meu Estado. Atualmente já não há limites porque Goiás se dividiu para fazer nascer o Estado do Tocantins. Ficamos sensibilizados ao ouvir a manifestação de V. Ex^a na crença do desenvolvimento do Brasil a partir do exemplo que é o Estado de Goiás. Quero, caro companheiro Iris Rezende, manifestar os cumprimentos ao Senado Federal por ter V. Ex^a como um dos seus integrantes. V. Ex^a é o protótipo do homem público que o País precisa, fez carreira e honra-se de ser político; V. Ex^a, apesar de tragado num determinado momento pelo arbítrio e pela violência política, por ser um político nato e por ser reconhecido pelos seus méritos, pelos seus coestaduanos, voltou à vida pública e teve a oportunidade de duas vezes governar o seu Estado, exercer o cargo de Ministro da Agricultura e ser reconhecido pelo Brasil pelos resultados que alcançou à frente do Ministério da Agricultura. As duas vezes em que governei o meu Estado foram exatamente nos períodos em que V. Ex^a governou também. Como seu colega, tive a honra de haver recebido sempre da sua parte manifestações da mais elevada solidariedade para com o povo do meu Estado. Assim, quero cumprimentá-lo pelo discurso que faz, que seria o discurso inaugural da presença de V. Ex^a na tribuna do Senado. Como foi dito há pouco pelo Senador Elcio Alvares, desde o primeiro momento, V. Ex^a ocupou um posto fundamental nesta Casa, que é o de Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde vem brindando a todos nós com a sua competência e com o seu discernimento. Quero, em meu nome e creio que em nome de toda a Bancada, festejar o fato de Iris Rezende integrar a Bancada do PMDB no Senado da República.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado, Senador Jader Barbalho. O aparte de V. Ex^a muito me honra, e não me surpreende a sua solidariedade, uma vez que nos acostumamos, ao longo da vida pública – como bem disse, governadores por duas vezes juntos: eu em Goiás e V. Ex^a no Pará –, sempre juntamos as nossas forças na defesa dos interesses do Centro-Oeste e do Norte, uma vez que metade do território goiano integrava o Norte deste País. Peço também a V. Ex^a que o seu aparte integre o meu discurso, a fim de valorizá-lo ainda mais.

Como dizia, em Goiás, formei e desenvolvi minha consciência do mundo, da vida, dos problemas da vida e das suas soluções, em meio e através de incessantes lutas e esforços. A partir da

minha origem e formação de homem do interior do Brasil, tive sucessivas oportunidades de, em contato com as outras partes do nosso País, e com outros países e culturas, poder alargar, cada vez mais, minha visão das coisas.

Minha trajetória de político – parlamentar e principalmente administrador público – sempre partiu da experiência prática para o conhecimento que ilumina a experiência. Sempre acreditei na força das intuições fundadas no tirocínio corajoso construído no desassombrado enfrentamento dos problemas e das tarefas. Nunca adiei a realização de tarefas. E nunca vacilei em pôr em prática as soluções intuídas como as adequadas.

Venho para o Senado Federal, devo dizê-lo, trazido por um partido político, o PMDB, que congrega e bem representa a mais progressista corrente de pensamento e de ação política atuante em Goiás há mais de cem anos.

O PMDB é o partido que sucedeu ao MDB e ao PSD. A corrente política estadual aglutinada e representada nesses partidos é a mesma que, já no século passado, preconizou a mudança, para um outro sítio mais favorável, da Capital da Província, que se encontrava, desde os primeiros tempos da capitania, na tradicional e estremecida cidade de Goiás, a antiga Vila Boa fundada pelo bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, o segundo Anhangüera; a mesma que lutou pela abolição e pela República; a mesma que implantou em Goiás, no início deste século, uma das mais antigas e tradicionais academias de Direito do Brasil; que pugnou pela extensão da estrada-de-ferro, que terminava no Triângulo Mineiro, ao Estado de Goiás; que começou, na Assembléia Nacional Constituinte de 1891, a lutar pela mudança da Capital Federal para o Planalto Central do Brasil e, que, nas décadas seguintes, esteve sempre engajada, precursoramente, no esforço nacional de se construir a nova Capital do Brasil em território goiano; que participou da renovação política e econômica consequente da Revolução de 1930, e, principalmente, da luta pela construção de Goiânia, a partir de 1933; que promoveu a abertura de estradas rodoviárias e a construção das usinas hidrelétricas de Rochedo e de Cachoeira Dourada, provendo Goiás – e, por alguns anos, Brasília – da indispensável e inadiável eletrificação.

Em síntese, Sr. Presidente, pertencço à corrente política que vem lutando em Goiás, há mais de 150 anos, pelo objetivo de romper o isolamento geográfico, econômico, político, cultural e psicológico em que, durante mais de 200 anos, vinha vivendo não somente o povo goiano, mas a imensa maioria do povo brasileiro habitante do interior do País. Corrente política que, no âmbito nacional, tem prestado inúmeros serviços ao Brasil; entre os quais, basta citar a recente redemocratização da nossa vida política. O PMDB lutou, tenazmente, pelo restabelecimento das eleições diretas de governadores e do Presidente da República; e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. E devo assinalar que foi em Goiânia que se realizou o primeiro comício público da campanha das Diretas-Já.

Sou, com muita firmeza, um homem partidário, um político fiel e leal a esta corrente política a que pertencço desde que me elegi vereador à Câmara Municipal de Goiânia, em 1958.

A minha experiência política e social de goiano responde por meu entranhado e constante otimismo.

O goiano se acostumou, com a sua intensa experiência deste século, a julgar que o Homem pode mudar o curso da História. Goiás e todo o Centro-Oeste, em menos de 60 anos, deram um altíssimo salto econômico, cultural, social e político. Não há outra região, repito, em nenhum país do mundo, que tenha vivido uma transformação tão rápida e tão profunda e em tão pouco tempo, como o Centro-Oeste brasileiro.

O Sr. Humberto Lucena – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Concedo o aparte com muita honra ao nosso Senador, companheiro e ex-Presidente desta Casa, Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena – Permaneci em plenário, adian-do compromissos no meu gabinete de apoio parlamentar, para ouvir pelo menos a parte inicial do discurso de V. Ex^a, que assoma a essa tribuna para fazer um pronunciamento da maior importância para esta Casa. V. Ex^a realmente merece todas as nossas homenagens, não só de todos os Senadores que conhecem V. Ex^a de perto pela sua trajetória na vida pública nacional, mas, particularmente, nós, do PMDB, que temos em V. Ex^a uma das nossas maiores lideranças pela sua firmeza de posições, pelas suas atitudes, pela sua coerência política e pelo seu dinamismo administrativo. V. Ex^a realmente pertence a um grupo de homens públicos em Goiás que fizeram, por assim dizer, a história gloriosa daquele Estado. V. Ex^a lembra os tempos áureos do velho PSD de Pedro Ludovico e depois do MDB, que juntos fundamos, com tantos outros, nesta Casa, na hora da resistência ao arbítrio institucionalizado no movimento militar de 1964, da qual não só V. Ex^a foi vítima, mas também dois outros goianos ilustres: Mauro Borges e Pedro Ludovico. Lembro-me bem, nobre Senador Iris Rezende, de que ainda era Deputado Federal, quando participei da nossa grande resistência na Câmara dos Deputados para evitarmos, no Governo Castello Branco, a aprovação da proposição que decretava a intervenção no Estado de Goiás, de caráter nitidamente político. Naquele instante, como se lembra V. Ex^a, engrandeceu-se perante o País a figura de Mauro Borges, então Governador do Estado, que opôs tenaz resistência em nome do povo goiano àquela iniquidade afinal aprovada no Congresso Nacional, graças à situação de ditadura militar que se instalava no Brasil. Mas quero, sobretudo, em V. Ex^a, exaltar o político coerente e digno que sempre honrou seu partido, que nunca negou apoio e solidariedade às candidaturas do PSD, MDB e PMDB. Foi em Goiânia, na época, V. Ex^a como Governador do Estado, que iniciamos o grande movimento das Diretas Já e lá, em seguida, fizemos o primeiro comício pela candidatura de Tancredo Neves, para implodirmos, logo depois, o Colégio Eleitoral, como única forma de retomarmos o poder civil no Brasil. Quero, ainda, exaltar a figura de V. Ex^a como governante, administrador dinâmico, dirigente da coisa pública que criou a figura do mutirão para a construção das casas populares. Com isso V. Ex^a ganhou um nome nacional e passou a integrar, no coração do povo brasileiro, sem dúvida nenhuma, um lugar muito próprio daqueles que fazem do bem comum um dos objetivos maiores da sua vida pública. Eu quero saudar, portanto, V. Ex^a, neste instante, na tribuna do Senado, e desejar que, a exemplo do que ocorreu no Executivo, V. Ex^a, também no Legislativo, tenha sempre iniciativas importantes. Desejo ainda que V. Ex^a deixe aqui, como deixou no Executivo de Goiás, como deixou no Executivo Federal ao exercer o Ministério da Agricultura no governo José Sarney, a sua presença marcante e inconfundível de patriota, de homem público competente e de grande espírito público. Meus parabéns a V. Ex^a.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado, Senador Humberto Lucena. Será sempre para mim motivo de alegria e de honra receber um aparte de V. Ex^a, cuja história política identifica-se e confunde-se com a própria história do PMDB. Peço a V. Ex^a permissão para que o seu aparte passe a integrar o meu pronunciamento desta tarde.

O Sr. Esperidião Amin – Senador Iris Rezende, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Ouço-o com muito prazer, Senador Esperidião Amin.

O Sr. Esperidião Amin – Eu serei muito breve, Senador Iris Rezende, em função dessa nobilíssima plêiade de Senadores

que desejam apartear-lo. Quero apenas me associar às expressões de júbilo pela sua manifestação, pelo seu pronunciamento, que não é o primeiro, porque já teve oportunidade, S. Ex^a, de se pronunciar através de atos, ações e atitudes que já contribuíram para o bom desenvolvimento tanto dos trabalhos do Senado quanto, especialmente, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania que V. Ex^a preside com tanta proficiência. Mas, o que quero dizer pode se resumir a um bem-vindo, bem-vindo com a experiência, bem-vindo com o entusiasmo, bem-vindo com o espírito criativo e com a capacidade de iniciativa que tive a honra de conhecer, não há muito tempo, mas há doze anos, quando juntos assumimos, V. Ex^a no Estado de Goiás e eu no Estado de Santa Catarina, os destinos das unidades da Federação onde estão localizados os nossos domicílios. O Senado e a sociedade brasileiros certamente se beneficiarão desse atributo que todos lhe reconhecemos e com certeza são os grande fiadores do desempenho de V. Ex^a nesta Casa.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado, Senador.

O Sr. Ademar Andrade – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Com todo prazer, Senador Ademar Andrade.

O Sr. Ademar Andrade – Senador Iris Rezende, o nome de V. Ex^a é conhecido por todo esse País há muito tempo. Eu iniciava na política quando já ouvia falar em V. Ex^a e o conheci mais de perto aqui nesta Casa, na nossa Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado. Quero dar o testemunho do eficiente trabalho, do correto trabalho que vem desempenhando V. Ex^a naquela Comissão, interessando-se para que, efetivamente, a mesma funcione, para que os Srs. Senadores compareçam, para que os processos sejam agilizados, de forma a darmos uma satisfação à opinião pública brasileira e a ela mostrarmos que este Senado tem vontade de trabalhar, de fazer alguma coisa. Fico feliz em vê-lo na tribuna, fazendo um pronunciamento a respeito de sua região, de sua história política. Quero apenas lhe desejar muito sucesso. Que o seu trabalho venha a ajudar a melhorar a vida do povo brasileiro! Era o que tinha a dizer. Muito obrigado.

O Sr. Pedro Simon – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon – Senador Iris Rezende, não é preciso dizer com que admiração e carinho recebo esse esperado e importante pronunciamento de V. Ex^a neste momento. Eu me emociono ao ver a análise que V. Ex^a faz, o tema que V. Ex^a escolheu para o seu grande pronunciamento, para iniciar a sua vida aqui nesta Casa: o seu Goiás. Não poderia ser diferente. Provavelmente, no final desse pronunciamento e em outros, V. Ex^a haverá de analisar as várias questões do nosso País, das diversas regiões do nosso Brasil. Mas V. Ex^a tinha que começar pelo seu Goiás, pela sua história, pela sua biografia, por esse Centro-Oeste, que, ao longo da História, representou um grande caminho no desenvolvimento deste País. Tenho dito, nobre Senador Iris Rezende, que as comparações entre o Brasil e os Estados Unidos não são feitas apenas no sentido de dizer que os americanos são gênios e que nós somos incompetentes. Os americanos tiveram algumas vantagens e uma facilidade inicial com relação ao território e, nós, algumas dificuldades, o que exigiu mais tempo para serem superadas. Não tenho nenhuma dúvida com relação ao nosso futuro; haveremos de chegar lá, mas os nossos caminhos foram muito mais difíceis. Nos Estados Unidos, não apenas o petróleo foi achado quando tentavam encontrar água num poço artesiano; nós o buscamos, com a mais moderna tecnologia, a milhares de metros no fundo do mar. A conquista do oeste, nos Estados Unidos, com o Atlântico, com o Pacífico, com o Golfo do México, com o Mississipi e com o Missouri foi em direção ao centro e lá foram encontrar as Montanhas Rochosas. Aqui no Brasil, saindo da costa atlântica, encontra-se a

Serra do Mar, pela qual seria feito o transporte, subindo-a e descendo-a, para depois encontrar-se um Brasil fantástico, que estava do lado de lá, muito mais importante e muito mais significativo que o Brasil do lado de cá, inclusive. V. Ex^a está demonstrando que certa ou errada, a marcha para o oeste foi importante para o Brasil. V. Ex^a e uma multidão de gente fantástica, os goianos, não ficaram apenas à espera da vinda do homem do mar para criar, para desenvolver, para prosperar e para avançar. V. Ex^a está fazendo um chamamento para a biografia daqueles que, ali nascendo e se desenvolvendo, ali viram e previram, como é o caso de Goiânia – antes do que seria Brasília –, o que seria, o que poderia ser e o que haveria de ser isso que será o grande e o extraordinário desenvolvimento do Brasil, que passa por Goiás e que passa pelo Centro-Oeste. Tenho, V. Ex^a sabe, um carinho muito grande por V. Ex^a.

O SR. IRIS REZENDE – É verdade.

O Sr. Pedro Simon – Tenho uma admiração muito profunda por V. Ex^a, que é um homem de bem, é um extraordinário chefe de família. V. Ex^a é um homem de fé, e sou um homem de fé; V. Ex^a é um homem de princípios, e sou um homem de princípios; V. Ex^a é – eu não o sou – um grande político eminentemente popular. Não quero usar, nobre Senador, esta expressão, senão no mais profundo respeito: V. Ex^a é o grande líder populista de Goiás. Andei, várias vezes, com V. Ex^a por esse Estado e vi o carinho, o respeito, o afeto e a admiração que aquela gente tem por V. Ex^a. Caso típico no Brasil de hoje, V. Ex^a está invicto aqui, é único; não temos parrelha com V. Ex^a. Foi Vereador, Deputado, Presidente da Assembleia, Prefeito em Goiás e, no arbítrio e na violência, tiraram-lhe o mandato. Mas V. Ex^a voltou pelo voto popular. O importante é que, em nenhum outro partido ou Estado, ocorre como em Goiás: em 1982, V. Ex^a venceu as eleições; em 1986, quem V. Ex^a indicou; em 1990, V. Ex^a; em 1994, quem era apoiado por V. Ex^a. Esse é um fato do qual não temos similar, do Rio Grande do Sul ao Amazonas; é um caso atípico. Em outros Estados, temos a mesma agremiação partidária, mas não conseguiu vencer quatro vezes; chegou-se a três, e não com a mesma pessoa apoiando o candidato. V. Ex^a, em determinado momento, deixou o Governo de Goiás e veio a ser Ministro da Agricultura. Foi muito importante a participação de V. Ex^a, porque, até então, os Ministros da Agricultura eram originários dos Estados do Rio Grande do Sul ou do Paraná, dos grandes Estados agrícolas, celeiros do Brasil. V. Ex^a, representando o Centro-Oeste, chamou a atenção para a necessidade de a agricultura ser intensiva porque no mundo inteiro essa atividade é cada vez mais intensiva, moderna e revolucionária no sentido de, em menor quantidade de terras, buscar maior quantidade de produtos, mas, ao mesmo tempo tem que ser extensiva porque temos áreas enormes como os Estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, enfim, esse Centro-Oeste que precisa ser cultivado porque ele será o grande celeiro, o fator de crescimento, de explosão e de garantia de alimentação para o século vindouro. V. Ex^a, na sua Pasta, chamou a atenção do Presidente do Brasil e da imprensa nacional. Dizem que não há produção agrícola como deveria haver. Em primeiro lugar, tem produção, tem mais até do que os senhores imaginam; em segundo lugar, se não há tanto quanto poderia ser é porque o Brasil ainda não descobriu o imenso potencial de que dispõe. Vários gaúchos saíram do meu Estado e foram para Goiás e Mato Grosso, percorreram aquelas regiões dentro dessa nova realidade de produção agrícola. Certa vez, fui com V. Ex^a e o ex-Ministro Lázaro Barboza até sua fazenda para conhecê-la e lá vi uma produção que me pareceu interessante em termos da dupla cultura que V. Ex^a introduziu: arroz e soja. V. Ex^a foi candidato, em uma convenção, à Presidência da República; na ocasião, ganhou o Dr. Ulysses Guimarães. Não houve nenhum problema. V. Ex^a arregaçou as mangas, Senador Iris Rezende. V. Ex^a foi candi-

dato à Presidência do Senado, poderia ter ganhado, mas não ganhou; V. Ex^a é o mesmo, é um homem de idéias, de princípios e de partido. Quando o nome de V. Ex^a esteve em jogo, diretamente ligado ao povo, V. Ex^a sempre ganhou. Isso é que é importante. Por onde V. Ex^a passou, quer ministério, quer prefeitura, quer assembléia, quer Câmara de Vereadores, quer governo de estado, deixou suas marcas, tais como: seriedade, integridade e preocupação com o social. Os mutirões para construção de casas populares que V. Ex^a idealizou, o **Jornal Nacional** os noticiou para todo o Brasil. Aquilo foi uma bofetada na Nação, pois nos deu uma demonstração do que pode ser feito. Claro que sim! Até hoje lá estão as casas feitas no governo de V. Ex^a. Aí está a demonstração. Com que alegria e emoção o povo participa da construção de suas próprias casas. A construção é bem barata. Claro que nas casas que V. Ex^a construiu não apareceu qualquer empreiteira, qualquer organização que ganhasse grande fortuna. As casas eram singelas, simples, não eram grandes edifícios com 300, 400 ou 1000 apartamentos. Eram casas simples em que não se gastava muito dinheiro. Não havia gasto com mão-de-obra, pois os engenheiros do seu governo orientavam as pessoas. As famílias se organizavam e construíam as casas. Não havia desvios de materiais pois cada um fazia o seu controle de material. Eu mesmo andei com V. Ex^a e vi a fiscalização sendo exercida por eles. Eles tinham a sua orientação nesse sentido: como é que é, quanto é, chegou, não chegou; se o material não chegou, como isso ocorreu. A fiscalização era deles, porque eles estavam ali construindo seu lar, seu futuro, seu sonho, sua realização como família. Por isso, fiquei aqui especialmente para assistir ao discurso de V. Ex^a e trago-lhe o meu carinho, o meu abraço, Senador Iris Rezende, na convicção de que V. Ex^a é uma das pessoas pelas quais temos de ter respeito. Podemos ter várias questões, podemos divergir, ter pensamentos diferentes, mas temos que honrar na vida pública aqueles que ao longo do tempo vêm fazendo tudo para que sejam honrados. Meu carinho e meu abraço a V. Ex^a.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado. A esse amigo cuja amizade se consolidou, assumindo ele e eu responsabilidades administrativas em nossos respectivos Estados, Senador Espiridiano Amin, agradeço o aparte.

Gostaria de agradecer também o aparte ao Senador Ademir Andrade, esse jovem que passei a admirar desde suas lutas estudantis, cujos princípios e objetivos se confundem com os nossos objetivos, com os nossos princípios.

Agradeço as palavras que, na verdade, me emocionaram profundamente do Senador Pedro Simon, que não é apenas um companheiro de Partido. V. Ex^a é muito mais do que isso. É um irmão político, irmão de lutas, irmão de fé, irmão de confiança no futuro do Brasil. Sempre estivemos juntos, e tenho certeza de que estaremos sempre juntos, até que um dia possamos proclamar que os nossos objetivos foram alcançados e que fizemos deste País uma grande Nação. Agradeço as suas palavras e quero mais uma vez dizer que um dos motivos da minha alegria em estar no Senado é estar muito perto de V. Ex^a.

O Sr. Ramez Tebet – V. Ex^a permite-me um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Com muito prazer, Senador Ramez Tebet.

O Sr. Ramez Tebet – Senador Iris Rezende, quero unir-me às vozes dos demais Srs. Senadores para saudar V. Ex^a nesta tarde, e o faço também como um homem do Centro-Oeste. Parece até que a tarde de hoje é a tarde do Centro-Oeste. Não tive o prazer de estar presente aqui quando falou o Senador José Roberto Arruda, do Distrito Federal; mas quero dizer da grande admiração e do grande apreço que tenho por V. Ex^a, que foi meu contemporâneo, governando Goiás, quando também eu, por dez meses, governava o Estado do Mato Grosso do Sul, haurindo as lições da grande ad-

ministração que V. Ex^a realizava em Goiás. O nome de V. Ex^a não pertence só a Goiás: pertence ao Centro-Oeste, pertence ao Brasil. V. Ex^a teve a delicadeza – lembro-me bem –, na campanha de 1986, de atravessar a fronteira de Goiás e chegar ao meu Estado e, juntos, no mesmo palanque, pudemos defender os ideais da democracia, da liberdade e da justiça social no nosso País. Lembro-me até da expressão de um companheiro humilde do interior, de uma cidade chamada Cassilândia – e V. Ex^a deve lembrar bem –, quando V. Ex^a transpirava, e alguém dizia: "Veja como o Governador Iris Rezende transpira!" E outro respondeu: "Transpira de civismo, transpira de patriotismo, transpira de amor ao Brasil." Quero, portanto, saudá-lo efusivamente, se fui seu contemporâneo de administração, se fui seu contemporâneo também de lutas políticas – recordo-me – num instante difícil da vida nacional; parece que Goiás foi o primeiro Estado da Federação, ao juntar mais de 50 mil pessoas em praça pública, a gritar pelo restabelecimento da democracia em nosso País. Também tive o prazer de estar lá presente e, agora, tenho a felicidade de conviver com V. Ex^a no Senado, sob sua Presidência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, trabalhando incansavelmente. Também V. Ex^a demonstra que realmente tem tudo a dar e vai fazê-lo, e o Senado e a Nação brasileira esperam a grande contribuição que V. Ex^a vai continuar prestando para o bem-estar social da população não somente do Centro-Oeste, mas também de todo o Brasil. De sorte que Mato Grosso do Sul, pelo minha humilde voz, se congratula com V. Ex^a, que hoje estréia na tribuna do nosso Senado.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Muito me honra e me agrada o aparte de V. Ex^a, uma vez que aqui chegamos juntos e juntos estaremos mostrando ao Brasil as potencialidades do Centro-Oeste e a necessidade de que este País volte sua atenção para essa Região que, indiscutivelmente, será a grande responsável pela solução dos problemas que afligem a população brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, chego ao Senado imbuído de uma viva e determinante consciência da urgência de se resolverem os grandes problemas brasileiros. Espero ajudar o Senado a contribuir, com a sabedoria da sua maturidade, no encontro das soluções.

Assembléia dos Estados membros da Federação, o Senado reúne, tradicionalmente, pessoas que bem conhecem os problemas da sua terra. Muitos de nós aprendemos a amá-la e a estremece-la mediante penoso tirocínio na chefia do governo do seu Estado.

O Senado é uma assembléia de representantes dos Estados. Aqui se realiza o necessário e indispensável equilíbrio da Federação brasileira. Aqui não existem Estados ricos e Estados pobres. Somos iguais.

Tenciono desempenhar, nesta Casa, o papel de quem sabe seguir os melhores exemplos de comportamento. Não quero me constituir em exemplo, senão o de ser alguém que, com a devida humildade, procura escolher bem seus modelos de comportamento pessoal e político.

A primeira lição que procurarei pôr em prática é a daqueles Senadores que se caracterizaram no passado, e se caracterizam no presente, por sua dedicação ao trabalho: pela assiduidade aos deveres quotidianos. Outras lições, mais difíceis do que a primeira, me nortearão: as de produtividade, de amor ao trabalho, de amor à Nação, de patriotismo, e de sabedoria política.

Não podemos falhar às melhores e mais sadias expectativas do povo brasileiro em geral e, em particular, às do povo de cada um dos Estados que nos elegeram.

O Brasil inteiro nos contempla, nos examina, nos vigia. E clama por boas, construtivas, sábias e benéficas ações por parte dos seus representantes no Congresso.

Trago para o Senado uma atenta e aguda consciência de que o Poder Legislativo, juntamente com os demais Poderes do Estado, se encontra em profunda crise. A crise particular do Legislativo – a crise dos Parlamentares – é uma das características da nossa época. V. Ex.^a, Sr. Presidente – reporto-me ao Senador José Sarney – referiu-se com muita propriedade, a essa grave questão, no seu discurso de posse na Presidência desta Casa. Para dirimir ou superar essa crise, não basta aos Parlamentares a autocorreção na assiduidade e dedicação ao trabalho. Essa autocorreção é indispensável, e certamente produziria, se realizada devidamente, salutar efeitos sobre a vigilante consciência política da Nação; mas ela não é, em si, bastante para conferir ao Congresso a confiança da Nação.

A crise do Parlamento é mais profunda.

Para ser totalmente útil e para desempenhar um papel determinante na direção histórica da vida nacional, o Congresso precisa exercer seus poderes na plenitude deles, sem abdicar de nenhum. Desnecessário acrescentar que precisa exercê-los bem. Além de legisladores, função que devemos aprender a cumprir com a devida celeridade reclamada pela urgência dos problemas, embora sem fazer concessões a qualquer espécie de improvisação, temos a faculdade e o dever de ser físcis da atuação do Poder Executivo. Nessa qualidade, não podemos, nós, os Parlamentares, esmorecer ou nos distrair: temos de ser rigorosos, severos, atentíssimos, exigentíssimos.

As reformas que forem precisas, devemos ter a coragem de as fazer, a fim de prepararmos o Estado brasileiro para ser eficiente – com desenvoltura e rapidez e com o menor custo possível para a Nação.

Espero e tenciono me integrar ao esforço de todos os Senadores para dinamizar a atuação desta Casa, que é um templo de ponderação e sensatez – de que tanto necessita a Nação para encontrar os seus verdadeiros caminhos históricos.

Um dos nossos objetivos deve ser o de conduzir o Parlamento a recuperar – mais do que recuperar, conquistar a total confiança do povo brasileiro. Esse *desideratum* é de suprema importância, pois a confiança do povo nos seus representantes no Parlamento é uma garantia da democracia. E fora da democracia não há salvação – sabemos-lo todos muito bem.

Impõe-se também ponderar que muito do que se censura e condena na vida quotidiana do Congresso Nacional expressa e testemunha um grave desconhecimento, por grande parte da sociedade, não apenas do verdadeiro papel do Congresso, mas também do muito de positivo que aqui se realiza. Por conseguinte, é de todo conveniente que colaborem com as Mesas Diretoras das duas Casas do Congresso para que encontrem meios de tornar a sociedade bem informada sobre a atuação dos congressistas. Esse é um importantíssimo ponto. Não podemos permitir que a sociedade continue tão desinformada sobre as atividades do Congresso. Mantendo-a bem informada, prevenir-se-á esse grande erro, essa grande injustiça, esse grande perigo para a democracia que é a equivocada e errônea opinião condenatória que a falta de informação leva a sociedade – o povo brasileiro – a formar a respeito do Congresso Nacional do Brasil, que é uma direta emanção do povo.

Pertenço a uma geração que aprendeu a cultivar o sentimento e o amor da nacionalidade como um valor preponderante na vida do cidadão – e, mais ainda, na dos representantes do povo, dos seus agentes políticos, dos seus administradores. O critério da utilidade e conveniência aos interesses da preservação da nacionalidade brasileira será, invariavelmente, um dos critérios das minhas escolhas, que serão, certamente, difíceis, mas que efetuarei sem vacilar, após a devida e prévia reflexão.

É também um dos meus objetivos contribuir para que a mudança da Capital Federal para Brasília venha a completar-se o mais brevemente possível. A Constituição Federal declara, em perfeita síntese: "Brasília é a Capital Federal". A Constituição existe para ser cumprida. A não ser os órgãos que por sua natureza convém continuem no Rio de Janeiro, todos os demais devem ser removidos, imediatamente, para Brasília. O Brasil não pode e nem deve ter duas capitais.

Assinale-se, por oportuno, ainda que incidentalmente, que a grave crise político-administrativa que este País atravessou, em meados da década de 1960 (e que culminou no golpe político-militar de abril de 1964), se deveu, em grande parte, a um fator ainda não devidamente estudado: a bicefalia político-administrativa em que ficou este País, a partir de 1960. Durante mais de 10 anos depois de inaugurada, Brasília permaneceu uma capital quase meramente nominal, com quase todos os órgãos federais ainda enraizados no Rio de Janeiro. Correlativamente, note-se que – e isso também ainda não foi devidamente estudado –, o Brasil entrou numa fase de progressiva estabilização institucional à medida que – e na medida em que – a capital federal se veio transferindo para esta privilegiada situação geográfica que é o Planalto Central.

Completar a mudança da capital federal para Brasília é um dever que deve ser cumprido, a fim de que a repartição e distribuição do desenvolvimento nacional se façam com equidade entre todas as Regiões de que se compõe o nosso grande País.

Brasília, além de não ter produzido, ainda, todos os benefícios que é capaz de causar e ocasionar, gerou alguns problemas. Os problemas do chamado Em-Torno a mim me preocupam muito; e tudo farei para ajudar a solucioná-los.

No esforço de ajudar a completar-se a mudança da Capital Federal para Brasília, espero e tenciono atuar na mais estreita e leal colaboração com os nobres representantes do Distrito Federal no Congresso Nacional, em particular com os seus Senadores.

Graves são os problemas que nos desafiam a argúcia e a capacidade, na presente fase histórica atravessada pelo Brasil.

O Brasil cujos desafios se apresentam a esta geração não é mais o Brasil de pouco tempo atrás. Nosso país tem se transformado muito depressa, de modo que os problemas não resolvidos têm mudado de volume e complexidade. Depois de ter crescido e se desenvolvido em uma escala e velocidade causadores de admiração, o Brasil, agora, o de que precisa, é de ordenar a sua vida social, política, econômica e administrativa. A maior parte do Brasil ainda é muito pobre e atrasada. Nessa maior parte, urge acelerar o desenvolvimento – com justiça social, é claro, pois a justiça não é algo que deva ou possa ser adiado em nome da prioridade do desenvolvimento.

O esforço de ordenamento da vida social e econômica impõe uma corajosa e persistente – ação das várias forças políticas e sociais brasileiras no sentido de encontrar as devidas e adequadas soluções.

O gravíssimo e antiquíssimo problema da educação do povo brasileiro precisa ser atacado com coragem, decisão, definidos e sinceros propósitos. Quanto a esse ponto, devemos confiar no atual governo chefiado por um homem que conhece, bem, inclusive por sua vivência de professor, esse problema. Precisamos colaborar, de todos os modos e formas, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, para que se realize um mutirão nacional que tenha por objeto e fim, principalmente, a redenção do homem brasileiro por meio da educação, de uma eficaz e adequada educação, a qual precisa, além de eliminar o analfabetismo, proporcionar a oportunidade de formação superior, nas universidades públicas, à parcela da nossa juventude economicamente desfavorecida.

Um dos graves problemas nacionais, senão o mais grave, na atualidade, é o da violência social representada pelas diversas formas de criminalidade.

Esse é um problema que pode ser comparado à presença e ação de um câncer no organismo humano. Na verdade, ele é somente a ponta de um iceberg, se me permitem esta já gasta metáfora.

As recentes medidas governamentais de caráter repressivo têm-se demonstrado ineficazes.

O de que necessita o País, nesse particular, é de soluções que vão à raiz dos problemas. Elas incluem uma ação global e planejada, executada durante longo prazo, com constância, a fim de se resolverem os gravíssimos problemas das desigualdades regionais e da falta de emprego, causadores dos êxodos populacionais que produzem perigoso excesso de população nas nossas grandes cidades.

Urge intervenha o Estado nas direções em que se fazem os nossos fluxos migratórios internos. Esse é um dos pontos em que a interferência do poder público é de vital importância e assume um caráter decisivo na condução dos acontecimentos. Não podemos deixar essa questão entregue à inércia do sistema do *laissez-faire*, *laissez-passer*, com o Estado se abstendo de atuar, como mero e passivo espectador do atual processo de autodestruição, de autofagia, de suicídio da nossa desorientada sociedade. Isso é *absenteísmo*, é *omissão*, e *omissão* muita vez constitui crime gravíssimo.

Para solucionar tal problema, urge patrocine e organize o Estado uma nova Marcha para o Oeste — uma Marcha para o Interior; pois o destino do Brasil, desde o início da nacionalidade, é o de procurar, cada vez mais, o seu vastíssimo espaço interior, para, somente assim, se realizar como Nação, como civilização, como cultura.

Não somos daqueles que se deixam seduzir por fórmulas milagrosas, genéricas, que se convertem, sem o prévio exame e meditação, em indiscutidos *slogans* governamentais. Assim, para dar um exemplo, a questão das privatizações das empresas estatais, ou de economia mista, ou públicas. A prudência recomenda que a decisão de privatizar seja tomada caso por caso, empresa por empresa, a fim de que não se cometam erros nas escolhas. A economia nacional é assunto delicado demais para ser tratado sem os devidos cuidados dos convenientes discernimentos.

A inflação, um problema que desafia, há longo tempo, a nossa capacidade político-administrativa, não se resolve apenas mediante leis e portarias e decretos. A inflação não será vencida enquanto não nos empenharmos na luta pelo constante aumento da produção — agrícola, fundamentalmente, e da industrial, também importantíssima. Temos, nesse ponto, de compreender que se impõe à Nação um comportamento ditado pela união, pela unidade, pela solidariedade entre todos. Principalmente no momento presente, em que os esforços, até agora tão bem sucedidos, do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, continuadores do trabalho por ele iniciado ainda quando Ministro da Fazenda do Governo anterior, reclamam todo o apoio possível dos vários segmentos da sociedade brasileira. Apoio que, da minha parte, não lhe faltará, quanto a esse e quanto aos demais pontos da sua atuação, na qual devemos todos confiar.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores: o povo brasileiro tem sofrido demais, e imerecidamente, durante a sua história, que já vai deixando de ser a história de uma sociedade jovem. Sofreu como colônia, sofreu no Império, sofreu nas várias fases sucessivas da República. Nos últimos trinta e cinco anos, quantas decepções! quantos desenganos! A traumática renúncia do Presidente Jânio Quadros. A instabilidade do Governo João Goulart. O mais longo período de ditadura da nossa História. A morte de Tancredo

Neves. A frustração trazida pelo Governo de Fernando Collor de Mello. O fracasso de sucessivos planos econômicos.

Este País precisa começar a dar completamente certo. Devemos deixar de ser o País do Futuro, como o denominou Stefan Zweig. Temos de antecipar para hoje a nossa vivência do futuro.

Para tanto, precisamos de união, de coragem, de ordem, de autodisciplina, de metas definidas por uma clara concepção do tipo de sociedade que tencionamos ser, como bem dizia o nosso digno Senador por Brasília, José Roberto Arruda, no seu pronunciamento de hoje. Precisamos trabalhar com denodo, com perseverança, com entusiasmo.

O Sr. José Roberto Arruda — Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. IRIS REZENDE — Com muita honra, nobre Senador.

O Sr. José Roberto Arruda — Nobre Senador Iris Rezende, eu gostaria apenas de registrar a minha felicidade pessoal por ver V. Ex^a emprestar o seu nome, a sua experiência de vida pública em benefício dessa causa, fundamental para o País, que V. Ex^a chamou de marcha para o oeste. Trata-se de resgatar os ideais de Juscelino Kubitschek, a verdadeira idéia da construção de Goiânia e da construção de Brasília. Antes dos anos 50, os mapas demográfico e econômico do Brasil eram litorâneos. Vivíamos todos os brasileiros numa faixa de terra às margens do Oceano Atlântico, como que olhando os navios portugueses que voltavam do período pós-colonização ou os navios negreiros que não vinham mais. V. Ex^a mostra, com muita propriedade, que é fundamental para o País que tenhamos modelos de desenvolvimento regional que privilegiem regiões como a Região Centro-Oeste, que tem água abundante, solo fértil, estradas concluídas, altíssimos índices de produtividade e que precisa ser, a partir de agora, a sede de um novo modelo de desenvolvimento nacional. Fico muito feliz também, como Senador eleito por Brasília, ao ver que a liderança política de V. Ex^a e a sua experiência não estão mais a serviço apenas de Goiás, mas também em favor de uma causa maior que aquela do seu estado, que é a do desenvolvimento regional do centro-oeste brasileiro. Felicito-o pelo seu pronunciamento.

O SR. IRIS REZENDE — Muito obrigado, Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSAPHAT MARINHO — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) — Solicito a V. Ex^a que não conceda mais apartes, pois o seu tempo está esgotado.

O SR. IRIS REZENDE — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu sabia que V. Ex^a, Senador José Arruda, grande conhecedor dos problemas do Centro-Oeste brasileiro, seria — e será — um instrumento vivo na defesa dos interesses desta região, fazendo com que todos nós nesta Casa, unidos, consigamos que o Poder volte suas atenções para esta região e busque nela, como dizia há pouco, a solução definitiva para os problemas nacionais.

Permita-me, Sr. Presidente, conceder o último aparte ao nosso grande líder e mestre, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho — Senador Iris Rezende, acompanhei, à distância, a ação do Governador e do Ministro. Somente aqui eu o conheci pessoalmente. V. Ex^a trazia a fama do homem firme, do homem enérgico, e eu tenho confirmado essa impressão. Mas, ao mesmo tempo, experimentei a satisfação de ver que, na difícil atividade política, V. Ex^a consegue conciliar a franqueza com a delicadeza, a firmeza com a urbanidade. E junta a tudo isso o equilíbrio na apreciação dos problemas do País, como está demonstrando no discurso que vem proferindo. Só queria, ao lhe dar este aparte, por fim, assinalar a alegria íntima que volto a experimentar do voto que dei, nesta Casa, no Regime Militar, contra a intervenção no estado de V. Ex^a. Ao vê-lo falar hoje, com a firme-

za democrática com que o faz, sinto-me rejubilado por ter correspondido à grandeza de seu estado.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado, Senador Josaphat Marinho. É para mim motivo de emoção receber o aparte de V. Exª, que acaba de enriquecer o meu pronunciamento, principalmente por ser eu um dos seus admiradores de há muito tempo, desde quando freqüentava os bancos da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, buscando nos seus conhecimentos o essencial para realizar um bom curso.

Hoje, tenho o privilégio de estar aqui, de mãos dadas com V. Exª, principalmente na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na luta para fazer com que esta Casa, realmente, corresponda às aspirações e anseios de nosso povo. Agradeço a V. Exª.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a Nação está madura para realizar esses requisitos e alcançar esses objetivos. Confio na Nação brasileira. Confiemos todos. E, unidos, trabalhemos firmemente. Conclamemos a Nação, e em especial a sua camada de representantes – reunidos no Congresso Nacional – a fazer um mutirão, um imenso mutirão, o maior mutirão da História, a fim de construirmos o grande Brasil das nossas melhores aspirações.

O Sr. Mauro Miranda – V. Exª me permite um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Com prazer ouço V. Exª.

O Sr. Mauro Miranda – Nobre Senador, falo em meu nome e em nome do Senador Onofre Quinan – hoje, internado no hospital por motivo de uma cirurgia – para externar, não como companheiro de V. Exª de Senado Federal, mas como seu liderado em Goiás, que estamos orgulhosos desse Líder que sai de Goiás com a história de quem veio como trabalhador de oleiro, servente de pedreiro, líder estudantil, vereador mais votado de Goiânia, prefeito da capital, deputado estadual mais votado, presidente da assembléia, governador por duas vezes e ministro da supersafrá. Nós estamos orgulhosos de V. Exª hoje, porque percebemos nas vozes dos Companheiros do Senado o mesmo carinho que toda Goiás tem por V. Exª. Estou grato de pertencer ao Senado e de estar ao lado desse grande líder do meu estado, líder incontestado de Goiás, que o povo sempre coloca em destaque. Agradeço por estar nesta Casa com V. Exª. E estou muito feliz em perceber que os Senadores, tal qual o povo goiano, conhecem as suas grandes qualidades.

O SR. IRIS REZENDE – Obrigado, Senador Mauro Miranda. Estou consciente de que a voz de V. Exª é a voz do coração. Faz-me muito feliz, porque tenho encontrado em V. Exª aquele companheiro leal e fiel de todas as lutas em benefício de Goiás e do Brasil.

A Srª Junia Marise – V. Exª me permite um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Ouço o aparte da nobre Senadora Junia Marise.

A Srª Junia Marise – Nobre Senador Iris Rezende, venho acompanhando desde o início o pronunciamento de V. Exª. Serei breve, porque vejo outros Senadores querendo apartear-lo. Todos, hoje, temos uma grande convicção: a de que somos responsáveis por nossas próprias biografias, ou seja, pela construção do nosso currículo. Vejo V. Exª na tribuna e recordo-me dos tempos em que, juntos, reforçávamos a trincheira da resistência democrática, ao lado de grandes homens públicos que fizeram a História deste País, como Ulysses Guimarães e Tancredo Neves. V. Exª teve um papel importantíssimo na transição democrática, levada ao País pelas mãos de Tancredo Neves e com a participação de todos os brasileiros. Vejo V. Exª não como um Senador da República que chega a esta Casa depois de uma eleição consagradora no seu estado. Vejo-o como um homem público que optou pela vida pública para servir ao seu estado, servir ao seu povo, servir ao Brasil. Por isso, quero cumprimentá-lo. O seu pronunciamento de estréia na tribuna do Senado Federal, que marcará, sem dúvida alguma, os

Anais desta Casa, é dos mais importantes. Quem sabe muitos não tenham a oportunidade de centrar a sua observação e a sua atenção nos fatos preponderantes da manifestação de V. Exª? É preciso fazer do pronunciamento de V. Exª um eco para todo o Brasil. Neste momento em que estamos consolidando a vida democrática é preciso se refletir sobre as palavras de quem, como V. Exª, pontua o destino e o futuro desta Nação com a sinceridade da sua experiência e com a honestidade de quem aprendeu a conviver com todas as dificuldades do nosso povo. V. Exª conclama a um mutirão. Mais do que ao mutirão da casa própria, ao mutirão da nacionalidade, para o envolvimento de toda a sociedade. É com esta certeza, Senador Iris Rezende, que invoco aqui neste momento os cumprimentos não apenas ao Senador que estréia na tribuna, mas também a este homem que soube construir a sua biografia ajudando aos pobres, construindo o seu estado, o desenvolvimento econômico e social da sua região, e que chega a esta Casa disposto a dar a sua contribuição ao Brasil. Da experiência extraída de V. Exª, o Governo certamente precisa muito dela, porque é do cotidiano do nosso povo que extraímos as melhores lições, os exemplos magníficos, a experiência e, certamente, as soluções fundamentais que buscamos para o nosso povo e para o nosso País. Meus cumprimentos a V. Exª pelo seu grande pronunciamento nesta tarde de hoje.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado, Senadora Junia Marise. Tenho certeza de que as palavras de V. Exª não representam apenas honra para mim, mas, sobretudo, incentivo para que eu seja realmente leal e fiel aos princípios que o Senado Federal tem procurado defender.

Estarei ao lado de V. Exª e de todos os Senadores e Senadoras, de mãos dadas, nós, goianos e mineiros, que nos identificamos tanto, que temos os mesmos problemas, vivemos as mesmas dificuldades, lutando por um Brasil melhor.

Tenho certeza de que, na realização de um grande mutirão nacional, no qual não existam divergências doutrinárias, religiosas, partidárias, mas pensando exclusivamente no Brasil, esta geração política, hoje presente no Senado da República e na Câmara dos Deputados, não entrará para a História como uma geração vencida, fracassada, mas como uma geração que soube enfrentar e vencer os problemas, os grandes percalços, as maiores dificuldades, e fazer do Brasil uma grande Nação.

O Sr. Valmir Campelo – V. Exª me permite um aparte, Senador Iris Rezende?

O SR. IRIS REZENDE – Com muito prazer, Senador Valmir Campelo.

O Sr. Valmir Campelo – Nobre Senador Iris Rezende, cheguei em Brasília em 1962. Desde essa época, já ouvia falar em Iris Rezende, pelo trabalho que realizava no seu estado, Goiás. Comecei a acompanhar os passos de V. Exª. Ao exercer as minhas funções públicas em Brasília, sempre me espelhei na figura daquele político jovem, que realizava com muita dignidade o seu trabalho político. Aqui não havia política partidária, não havia eleições no Distrito Federal. Entretanto, aquilo corria no meu sangue. Como líder estudantil que fui, na Escola Elefante Branco, na Universidade de Brasília, inspirava-me nas suas ações, no seu comportamento. Revoltei-me quando V. Exª perdeu seu mandato, que o povo lhe havia concedido, no auge da sua carreira política. Depois de muito tempo, V. Exª voltou com a mesma garra, assumindo todos os cargos políticos que o nosso eminente Senador Mauro Miranda aqui delineou. Para minha alegria, quando houve as primeiras eleições no Distrito Federal, tive a felicidade de acompanhar V. Exª em campanhas políticas na região do Entorno, região com que V. Exª também se preocupa e cujo povo defende com tanto entusiasmo. Parecia um sonho estar ao lado de V. Exª, o meu ídolo Iris Rezende, aquela figura política que, por muito tempo,

admirei com tanto entusiasmo. Hoje sou seu colega, Senador da República. Quanto não vou aprender com V. Ex^a, como aprendi com tantos outros Senadores nos quatro anos que passei nesta Casa! Com seu caráter, sua honestidade, sua integridade moral e política, V. Ex^a tem muito a oferecer e a ensinar, principalmente a nós, os mais jovens nesta Casa. Por isso, Senador Iris Rezende, quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz nesta Casa. V. Ex^a traz algumas alternativas para resolver os problemas da nossa Nação, demonstra o caminho e pede a compreensão de todos nós, pede que apoiemos os Presidentes, as Mesas Diretoras das duas Casas do Congresso, o Presidente da República. O povo de Goiás é um povo feliz, porque teve o comando do estado nas mãos de V. Ex^a, como Governador, por duas vezes. V. Ex^a não é um homem populista. Absolutamente. Se tem o apreço e a devoção do povo de Goiás, é porque soube conquistá-lo pelo seu trabalho. V. Ex^a passou pelas fronteiras de Goiás e foi além do Centro-Oeste. Devido ao trabalho prestado no Ministério da Agricultura, V. Ex^a hoje é um homem respeitado por todo o Brasil. Graças a Deus, neste País, temos homens como V. Ex^a, nos quais, pelo trabalho digno e honesto, podemos nos espelhar para que possamos ter, num futuro bem próximo, um Brasil mais justo para os nossos filhos e netos.

O SR. IRIS REZENDE – Obrigado, Senador Valmir Campelo. V. Ex^a sabe da admiração, da amizade e do respeito que dispenso a sua pessoa.

Como bem lembrou, freqüentamos os mesmos palanques no Em-Torno de Brasília: V. Ex^a buscando o voto para Senador e eu, o voto para Governador, em 1990. Naqueles momentos, sentia que a presença de V. Ex^a no mesmo palanque era motivo de privilégio para todos nós que ali nos encontrávamos, levando a nossa mensagem ao povo da nossa região.

O aparte de V. Ex^a, na verdade, toma-se um ponto marcante e alto do meu pronunciamento. Jamais esquecerei as expressões tão elogiosas e tão amáveis usadas por V. Ex^a a meu respeito.

O Sr. Gilberto Miranda – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Concedo o aparte ao nobre Senador Gilberto Miranda.

O Sr. Gilberto Miranda – Senador Iris Rezende, desde o começo desta Legislatura não se vê tantos apartes num discurso. A Casa e a Nação esperavam o pronunciamento de V. Ex^a, homem público que, no Executivo, já exerceu quase todos os cargos, só falta a Presidência da República. Tenho certeza de que o nosso Partido espera que, nesses próximos anos, V. Ex^a seja um dos postulantes a esse cargo. V. Ex^a foi prefeito, governador, ministro de estado, bem como deputado estadual e, hoje, Senador da República. Dezenove de abril marca, para os próximos 8 anos, a conduta do Legislativo de V. Ex^a, Senador Iris Rezende. V. Ex^a está sendo brilhante esta noite. É uma honra conviver com V. Ex^a, político sério, honesto, íntegro, direito. Ouve-se apenas elogios ao nome de V. Ex^a na imprensa. V. Ex^a é um exemplo e honra a classe política no mais elevado nível. Na época estudantil, como líder que era, acompanhava, no Estado de São Paulo, o envolvimento de V. Ex^a em toda aquela luta de 64. Tenho certeza de que V. Ex^a trará contribuições ao Governo do Presidente Fernando Henrique. Espero que Sua Excelência venha a contar com seus conselhos e vivência, ajudando na interiorização do desenvolvimento do Brasil. Muito obrigado.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado pelas palavras de V. Ex^a.

Sei que não sou digno de chegar a tanto, conforme dizia V. Ex^a em suas primeiras palavras.

O Sr. Gilberto Miranda – Não é verdade.

O SR. IRIS REZENDE – Tenha certeza de que aqui estarei ao lado de V. Ex^a, no sentido de honrar e dignificar esta Casa, lutando por um Brasil cada vez melhor.

O Sr. Lúcio Alcântara – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Com muito prazer.

O Sr. Lúcio Alcântara – Senador Iris Rezende, serei breve. Não poderia silenciar no momento em que V. Ex^a faz este pronunciamento e recebe a verdadeira consagração do Plenário, pelo número de apartes. Trago neste instante a minha palavra de reconhecimento pelo trabalho de V. Ex^a como homem público. Eu, como outros que já se pronunciaram aqui, comecei a ouvir falar de V. Ex^a quando era prefeito de Goiânia, fazendo mutirões, erguendo casas populares, cuidando, sobretudo, daquela faixa mais pobre e sofrida da população. Nessa sua identidade com esse contingente humano – que infelizmente está aumentado no Brasil, pelas dificuldades por que passa a nossa economia – é que V. Ex^a se consolida como homem público dos mais respeitáveis. Tem tido tanto sucesso, tanto êxito eleitoral. Mesmo quando amputada, de maneira violenta e inaceitável, sua carreira política, V. Ex^a retomou, pelo voto popular, com tranquilidade, com serenidade; sem amargura, sem ressentimento. V. Ex^a teve essa grandeza e por isso mesmo tem tido tanto reconhecimento popular. Tive, ao chegar ao Senado, a felicidade e a honra de ter o meu nome indicado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e lá ter sido escolhido Vice-Presidente, aproximando-me mais ainda de V. Ex^a, de quem tenho recebido tantas lições de prudência, de equilíbrio, de serenidade, de firmeza de atitudes, mas sobretudo dessa maneira simples e despretensiosa com a qual V. Ex^a se comporta. Se o Centro-Oeste já tivesse tido uma presença política mais forte no nosso cenário nacional – e ainda não teve, não porque não tenha tantos homens de valor, como é o caso de V. Ex^a, mas porque é uma fronteira relativamente nova, do ponto de vista econômico, do ponto de vista do desenvolvimento –, V. Ex^a já teria alçado patamares muito mais elevados na vida pública do País. Concluo prestando um depoimento do qual V. Ex^a talvez nem se lembre. Era eu Deputado Federal e V. Ex^a Ministro da Agricultura, e, certa vez, fui ao seu gabinete para uma audiência. Levava um pleito do meu Estado, que era justamente a criação e localização, no Ceará, de um centro da EMBRAPA, destinado ao estudo do desenvolvimento da tecnologia da cajucultura, alguma coisa muito restrita a determinados Estados do Nordeste – inclusive o Rio Grande do Norte –, mas que tem o Ceará como principal Estado produtor. Evidentemente as plantações desenvolvidas em larga escala, os problemas genéticos, de comercialização, de produtividade etc., suscitaram a necessidade de que se desenvolvessem estudos tecnológicos que deveriam estar a cargo da EMBRAPA, empresa de domínio de alta tecnologia na área da agricultura. V. Ex^a, com a maior presteza e rapidez, decidiu em favor da instalação daquele centro, que hoje está lá, em Pacajus, nas proximidades de Fortaleza, prestando grandes serviços ao Nordeste, ao Ceará e ao Brasil, porque esse é um dos itens que mais tem se desenvolvido na nossa pauta de exportação. Ao fim do meu aparte, presto também este testemunho, de que somos credores, o Ceará e os políticos, homens públicos, os produtores cearenses, não só por esse, mas por vários motivos, do trabalho que V. Ex^a já desenvolveu quando à frente do Ministério da Agricultura.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado, nobre Senador Lúcio Alcântara, pelas suas palavras, que aumentam extremamente a minha responsabilidade nesta Casa. Isso veio demonstrar que V. Ex^a, além de um Senador que já comprovou, em tão pouco tempo, a sua competência, o seu ideal, a sua força, confirma que foi também um grande Deputado Federal, conseguindo convencer as

autoridades federais quanto à necessidade de investimentos na área que tão bem representava.

O SR. PRESIDENTE (Lucídio Portella) – Senador Iris Rezende, peço licença à V. Exª e ao Plenário, para prorrogar o Expediente por mais 10 minutos, para que V. Exª termine o seu pronunciamento.

O SR. IRIS REZENDE – Sr. Presidente, muito obrigado pela generosidade.

O Sr. Geraldo Melo – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Concedo o aparte a V. Exª, com muito prazer.

O Sr. Geraldo Melo – Senador Iris Rezende, sinto-me beneficiado pela prorrogação desta sessão, pois ela diminui o meu drama de consciência ao interromper o discurso de V. Exª. Sei que minhas palavras nada acrescentarão ao brilho de quantos antes já se manifestaram e ao brilho próprio de V. Exª, que está marcando, de forma tão expressiva, a sua primeira presença na tribuna do Senado. Quero, entretanto, acrescentar a tudo que foi dito o depoimento de alguém que conviveu com V. Exª quando da sua presença no Ministério da Agricultura e da minha passagem pelo Governo do meu Estado, o Rio Grande do Norte. Muitas vezes, trouxe ao meu gabinete pedaços dos sonhos que eu tive com a minha gente do Rio Grande do Norte, das aspirações e dos projetos, os quais, dentro da dimensão nacional e dos problemas gerenciados por V. Exª com tanta lucidez, eram pequenos, mas capazes de alterar os rumos, a história, o processo de desenvolvimento de um Estado que ainda contribuirá muito para o desenvolvimento nacional. O meu testemunho é o de que sempre encontrei um goiano do tamanho do Brasil naquele Ministério, alguém que, sem perder a argamassa que o liga tão profundamente ao seu Estado, tinha a capacidade de abrir o peito e a inteligência para os problemas que o Brasil inteiro lhe trazia. Conversava com este goiano, no Ministério da Agricultura, como se estivesse conversando com um conterrâneo meu. Alguém que sempre teve a disponibilidade, o tempo, a atenção, o carinho e sobretudo a lucidez, o senso de responsabilidade, o senso da dimensão da sua tarefa de ministro. Não um ministro de Goiás, um ministro do Centro-Oeste, mas um ministro do Brasil. V. Exª, como Ministro da Agricultura, foi um ministro do meu Estado. Digo, meu caro e eminente Senador Iris Rezende, que chego a esta Casa e me sinto profundamente honrado em saber, todos os dias, que sou companheiro e colega de tanta gente tão importante e tão ilustre como os Senadores que honram esta Casa. Mas me sinto particularmente envaidecido por poder dizer que sou colega de V. Exª.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado, Senador. Agradeço também as palavras de V. Exª. Na verdade, procurei ser o ministro de todo o Brasil. Se fui bom Ministro da Agricultura no seu Estado, deve-se ao fato de ter sido V. Exª um dos governadores deste País que mais se dedicaram à agricultura. Lembro-me bem de que quando defendíamos a política de empréstimos equivalentes em produto, V. Exª já implantava essa política no seu Estado com recursos próprios. As palavras de V. Exª realmente me tocam. Como dizia há poucos instantes, é mais um aparte que faz aumentar a minha responsabilidade diante dos meus Pares do Senado Federal.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador?

O SR. IRIS REZENDE – Com muita satisfação concedo um aparte ao nosso digníssimo Senador Ronaldo Cunha Lima.

O Sr. Ronaldo Cunha Lima – Senador Iris Rezende, não queria carregar comigo a frustração de não participar desta festa de espírito em que se transforma a sessão do Senado hoje. Digo festa de espírito, porque ouvimos da tribuna um homem com a sua

grandeza, com a beleza e a fortaleza da sua alma. Festa do espírito, porque assistindo da tribuna um homem da sua estatura faz com que nós, que estamos no plenário, possamos apartear-lo, cada um trazendo um depoimento, uma visão, um perfil, mostrando todas as virtudes, ou parte delas, do homem público que orgulha esta Casa, Goiás e o Brasil. Tenho proclamado, de forma até enfática, a admiração que nutro pelo seu comportamento político, pela sua história, pela sua vida, pelos seus exemplos: V. Exª traz a humildade dos simples e a simplicidades dos bons. Digo isso, porque, através dos contatos, ao longo da vida e das informações que recolhi, posso fazer esse julgamento agora. Permito-me até lembrar, Senador, a oportunidade em que V. Exª visitava o meu Estado, durante a última campanha eleitoral, já no segundo turno, para levar, com a sua presença, a força da sua palavra ao nosso candidato, e pude saudá-lo em versos no meio da praça pública, com a multidão ouvindo-o e aplaudindo-o, no estilo em que me acostumei a falar aos paraibanos. Hoje, não sei se a solenidade desta Casa permitir-me-ia tentar, da mesma forma, cantar um poema para a sua vida, já que esta inspirar-me-ia agora um poema. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. IRIS REZENDE – Agradeço, nobre Senador Ronaldo Cunha Lima, as palavras de V. Exª, que se constituem sempre num poema e, como tal, emocionam-nos sempre. Realmente, o aparte de V. Exª me tocou, porque juntos, ao longo da vida pública, temos sorrido, chorado e, sobretudo, lutado por este País.

O Sr. Hugo Napoleão – Permite V. Exª um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Com prazer, ouço V. Exª.

O Sr. Hugo Napoleão – Nobre Senador Iris Rezende, presenteou-me o destino de ser colega de V. Exª por três vezes. A primeira, quando do seu anterior Governo no glorioso Estado de Goiás, de 1983 em diante, Estados vizinhos que eram, à época, o meu Piauí e Goiás, hoje Tocantins; a segunda, como Ministros de Estado, V. Exª na Pasta da Agricultura e eu no Ministério da Educação; e a terceira, agora, no plenário desta Casa, onde V. Exª faz brilhante estréia, trazendo, no início do discurso, o Estado de Goiás de seu coração para os pulmões do Brasil, através de um histórico do exemplo do que o goiano representou em todo o seu passado, representa no presente e continuará representando no futuro. Desde já, V. Exª assume a presidência da importantíssima, fundamental e indispensável Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em todas as oportunidades, recolhi de V. Exª o gesto atento, exemplar, ameno, firme e seguro, dedicado às melhores causas de Goiás, do Centro-Oeste e do Brasil. V. Exª, sem dúvida alguma, há de trilhar os bons caminhos da cidadania segura. Permitiria dizer que vi no lançamento do livro "Remando contra a Maré", do Dr. Aloysio Campos da Paz Júnior, o seguinte parágrafo, em que ele sintetiza algo de extremamente interessante: "Nesses tempos em que as utopias se esgotam, e por falta de rumos, valores e referências, a sociedade se canibaliza, dedico este livro ao Congresso Nacional e, portanto, ao contraditório Brasil que ele representa." E este Brasil também é representado, por V. Exª, de maneira brilhante.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado, nobre Senador Hugo Napoleão.

A emoção passa a consumir as minhas palavras que deveriam ser proferidas agradecendo aos apertes de V. Exª e dos demais Senadores.

Ao encerrar minhas palavras, agradeço primeiramente a V. Exª, Sr. Presidente, pela generosidade e benevolência de dilatar nosso tempo na tribuna e, em segundo lugar, aos meus colegas. Na verdade, é motivo de emoção saber que os Srs. Senadores permaneceram durante tanto tempo no plenário, já com o tempo da sessão esgotado e na hora de se começar a sessão do Congresso Na-

cional no recinto da Câmara dos Deputados, para nos honrar com suas presenças. Mas não foram apenas as presenças, foram as palavras, os apartes, tocantes, emocionantes, que vão marcar naturalmente o meu comportamento nesta Casa.

Agradeço ainda a Deus pelo privilégio de estar nesta tribuna e de ter sido tão honrado, tão contemplado pelos meus Colegas. Peço a Deus que me dê a sabedoria necessária para que eu realmente corresponda a todos os anseios e a todas as manifestações de apreço, apoio e amizade por parte de dezenas de Senadores nesta tarde.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador Iris Rezende, permite V. Ex^a um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Com satisfação, Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador Iris Rezende, cumprimento pelo discurso inaugural que faz da tribuna do Senado, trazendo o testemunho de sua trajetória em Goiás. Mas gostaria que nesta tarde nós não ficássemos sem a discussão de um tema político de grande relevância. Se V. Ex^a encerrar as suas palavras, talvez este assunto não seja objeto da nossa atenção. V. Ex^a é Senador pelo PMDB e considero importante comentarmos o fato político ocorrido ontem, durante a reunião do Ministro das Comunicações com membros do seu Partido. O Ministro Sérgio Motta teve considerações críticas ao próprio Governo que tanto conhece, e conhece por dentro. Mencionou que o Governo ainda não conseguiu, sobretudo na área social, resolver problemas, não apresentou medidas concretas e estão faltando iniciativas mínimas. Disse ainda que na área social o Governo tem tido uma atuação tímida; e usou até de algumas expressões fortes para assim caracterizar sua impressão. A relevância do comentário do Ministro Sérgio Motta decorre principalmente de estar falando de dentro do Governo. Trata-se de um dos Ministros que maior afinidade tem com o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso. Na verdade, o Ministro Sérgio Motta expressou um sentimento de quem está colocando o que percebe nos quase quatro primeiros meses de governo. Gostaria apenas de registrar que seria importante que isso fosse considerado seriamente, não apenas pelo Poder Executivo, mas pelo próprio partido que teve a oportunidade de ouvir essas palavras. Avalio que – por isso faço o registro – essas palavras devam soar como uma advertência para todos nós do Congresso Nacional.

O SR. Pedro Piva – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. IRIS REZENDE – Com muito prazer.

O Sr. Pedro Piva – Ilustre Senador Iris Rezende, como estreante nesta Casa, não tive a oportunidade dos demais colegas que o saudaram, de conhecê-lo há mais tempo; mas tendo a honra de conhecê-lo mais intimamente, não queria que São Paulo deixasse de homenagear V. Ex^a. De São Paulo partiram as Bandeiras que atravessaram o seu Estado. Lá fincaram as suas raízes, juntando-se ao povo goiano, que é o orgulho de todo o Brasil. Essa tarde foi a do Centro-Oeste.* Pronunciaram-se aqui os Senadores Valmir Campelo, José Roberto Arruda, ilustres Senadores jovens, que terão ainda serviços inestimáveis a prestar a este País, mirando-se no espelho de sua atuação parlamentar, durante toda a sua vida. Quero, Senador Iris Rezende, dizer do orgulho que tenho de privar com V. Ex^a, de estar na mesma Casa que V. Ex^a. Saúdo-o em nome do PSDB e de São Paulo. Para terminar, peço licença ao Senador Eduardo Suplicy, já que S. Ex^a falou em Sérgio Motta. Tenho algumas críticas a fazer e gostaria de dizer que é uma questão de opinião. Outros Parlamentares do PSDB, do PMDB e de toda a Casa louvam o Ministro Sérgio Motta por sua atuação franca e decidida na defesa de seus ideais e no que S. Ex^a pensa estar certo. Mas não vamos falar de Sérgio Motta. A tarde é de V. Ex^a, Sr. Mito. Um parabéns pela atuação de toda sua vida.

O SR. IRIS REZENDE – Muito obrigado. Agradeço profundamente os gestos de V. Ex^a, colocando um ponto final no meu discurso com os apartes dos ilustres Senadores do maior Estado desta República, São Paulo, Estado com o qual Goiás se afina muito.

A antiga capital de Goiás, a cidade de Goiás, como disse, foi fundada por um paulista, Bartolomeu Bueno. No centro de Goiânia está um monumento ao Bandeirante, homenagem do Centro Acadêmico XI de Agosto, da tradicional Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, ao povo de Goiás, e que, ao ser lá colocado, contou com a presença do estudante Ulysses Guimarães. Os apartes de V. Ex^as coroam meu pronunciamento no seu encerramento.

Sr. Presidente, como dizia, este foi meu primeiro dia nesta tribuna. Esteja certo V. Ex^a de que será o grande dia da minha presença nesta Casa, tendo recebido gestos de tamanha consideração por parte dos ilustres Senadores que permaneceram neste recinto até esta hora.

Muito obrigado.

(Palmas)

ATA DA 51ª SESSÃO, REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 1995

(Publicada no DCN, Seção II, de 4 de maio de 1995)

RETIFICAÇÃO

Na página 7258, 2ª coluna, no despacho do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1995,

Onde se lê:

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

Leia-se:

(À Comissão de Assuntos Econômicos, e nos termos do art. 49, alínea a, do Regimento Interno, à Comissão de Assuntos Sociais.)

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 100, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 6º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 002.958/95-3, resolve designar JOLDES MUNIZ FERREIRA, Consultor Legislativo, Área de Consultoria e Assessoramento Legislativo, Nível III, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, para substituir a Consultora-Geral Adjunta na Direção do Núcleo Social, no período de 6-2 a 25-2-95, durante o afastamento da titular, em gozo de férias.

Senado Federal, 21 de fevereiro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN (Seção II) de 23-2-95

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 106, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.097/95-1, resolve aposentar, voluntariamente, HERVAL TAVARES, Analista Legislativo, Área de Apoio Técnico ao Processo Legislativo, Nível III, Padrão 45, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea c, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com

os artigos 186, inciso III, alínea c, 67 da Lei nº 8.112, de 1990, bem assim com as vantagens previstas nos artigos 34, § 2º, e 37 da Resolução SF nº 42, de 1993; e no artigo 1º da Resolução SF nº 74, de 1994, na forma determinada pelos artigos 2º e 3º da Medida Provisória nº 831, de 1995, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 23 de fevereiro de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN, (Seção II), de 23-2-95

(*) ATO DO PRESIDENTE Nº 242, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta dos Processos nº 008.252/95-5 e 008.357/95-1, resolve tornar sem efeito a nomeação de MARCOS MOTTA MONTEIRO e FLÁVIO AUGUSTO MILHOMEM para o cargo de Técnico Legislativo, Nível II, Área de Polícia, Segurança e Transporte, Especialidade de Segurança, Padrão 16, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, efetivada pelo Ato do Presidente nº 58, de 1995, em virtude de os candidatos terem pedido para serem reposicionados no final da lista dos aprovados no concurso público homologado pelo Ato do Presidente nº 48, de 1994.

Senado Federal, 3 de maio de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

ATO DO PRESIDENTE Nº 243, DE 1995

O Presidente do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º, do art. 5º, do Plano de Carreira dos Servidores do Centro Gráfico do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 51, de 1993, resolve nomear MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO ARAÚJO CUNHA, para exercer o cargo em comissão de Assessor da Diretoria Executiva, constante do Plano de Carreira do Centro Gráfico do Senado Federal.

Senado Federal, 4 de maio de 1995. – Senador José Sarney, Presidente.

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 31, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 002.482/95-9 resolve nomear IRIO ROSSA, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Vilson Kleinubing.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 1995. – Paula Cunha Canto de Miranda, Diretora-Geral, em exercício.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN, (Seção II), de 2-2-95.

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 73, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 002.697/95-5, resolve nomear ARTHUR DE OLIVEIRA JARDIM para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Leomar Quintanilha.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 1995. – Paula Cunha Canto de Miranda, Diretora-Geral, em exercício.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN, (Seção II), de 2-2-95.

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 85, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.223/95-7 resolve nomear IRAILTON DE LIMA SOUSA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Marina Silva.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 1995. – Paula Cunha Canto de Miranda, Diretora-Geral, em exercício.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN, (Seção II), de 2-2-95.

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 98, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 002.922/95-9, resolve nomear CARLOS ALBERTO XAVIER FERNANDES para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Senadora Emília Fernandes.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 1995. – Paula Cunha Canto de Miranda, Diretora-Geral, em exercício.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN, (Seção II), de 2-2-95

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 111, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 002.777/95-9, resolve nomear ROSANE CRISTINA GOELZER REINEHR para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Casildo Maldaner.

Senado Federal, 2 de fevereiro de 1995. – Paula Cunha Canto de Miranda, Diretora-Geral, em exercício.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN, (Seção II), de 2-2-95

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 135, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do processo nº 003.439/95-0 resolve nomear GUSTAVO CÂMARA FERREIRA DE MELO, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Geraldo Melo.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – Alexandre de Paula Dupeyrat Martins, Diretor-Geral.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN, (Seção II), de 9-2-95

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 136, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do processo nº 003.405/95-8, resolve nomear CHRISTINA HELENA MICHELI VELHO, para exercer o cargo, em comissão, de Secretária Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Primeiro Vice-Presidente, Senador Teotônio Vilela Filho.

Senado Federal, 9 de fevereiro de 1995. – Alexandre de Paula Dupeyrat Martins, Diretor-Geral.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN, (Seção II), de 9-2-95

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 151, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do processo nº 003.866/95-5, resolve exonerar INAGEL COELHO do cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, do Gabinete do Senador Júlio Campos, a partir de 8-2-95.

Senado Federal, 17 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN, (Seção II), de 18-2-95

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 157, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 003.309/95-9, resolve nomear JOSÉ ROBERTO PAQUIER para exercer o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Carlos Bezerra.

Senado Federal, 17 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

(*) Republicado por haver saído com incorreções no DCN II, de 18-2-95 e 3-3-95

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 196, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição, que lhe foi conferida pelo art. 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 005.053/95-1, resolve nomear ILDELFONSO ANTÔNIO TITO UCHÔA LOPES para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Renan Calheiros.

Senado Federal, 23 de fevereiro de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN, (Seção II), de 23-2-95

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 246, DE 1995

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 7º, parágrafo 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 004.295/95-1 resolve alterar a lotação do Secretário Parlamentar INAGEL COELHO, nomeado pelo Ato do Diretor-Geral nº 170, de 1995, passando a ter exercício no Gabinete do Senador Júlio Campos, a partir de 14 de março de 1995.

Senado Federal, 22 de março de 1995. – **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins**, Diretor-Geral

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN, (Seção II) de 23-3-95

ATA DA NONA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 50ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1995, ÀS 10:37 HORAS.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia vinte e cinco de abril de mil novecentos e noventa e cinco, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos, sob a presidência do Senador GILBERTO MIRANDA e com a presença dos senhores Senadores Leomar Quintanilha, Jefferson Peres, Lúcio Alcântara, Beni Veras, João Rocha, Geraldo Melo, Freitas Neto, Sebastião Rocha, Carlos Bezerra, Ademir Andrade, Edison Lobão, Esperidião Amin, José Agripino, Joel de Hollanda, Fernando Bezerra, Sérgio Machado, Gilvam Borges, Carlos Patrocínio, Romero Jucá, Lauro Campos, Vilson Kleinübing, Valmir Campelo, Mauro Miranda, Eduardo Suplicy, Jonas Pinheiro e Osmar Dias. O senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e, a seguir, submete à apreciação dos senhores Senadores requerimento de autoria do Senador Romero Jucá, no sentido de se convidar o senhor Ministro PEDRO MALAN a comparecer perante esta Comissão, a fim de "prestar esclarecimentos sobre a Portaria nº 129, de 5 de abril, próximo passado, baixada por S. Exª, que dispõe sobre o cálculo e a utilização do crédito presumido, instituído pela Medida Provisória nº 948, de 23 de março de 1995.". Em discussão o requerimento, falam os Senadores Jefferson Peres, Esperidião Amin, Edison Lobão e Gilberto Miranda. Uma vez que o autor do requerimento não está presente, fica acertado que o mesmo será apreciado em outra oportunidade. Prosseguindo, o senhor Presidente coloca em discussão requerimento de autoria do Senador Freitas Neto, no sentido de se convocar o Doutor SÉRGIO CUTOLO, Presidente da Caixa Econômica Federal, a "prestar esclarecimentos a respeito da reestruturação administrativa que vem conduzindo ao

fechamento das superintendências da CEF.". Participam das discussões os Senadores Jefferson Peres, Freitas Neto e Esperidião Amin. Em seguida o senhor Presidente submete à consideração dos senhores Senadores, requerimento de autoria do Senador Ademir Andrade, visando convocar o Presidente da Caixa Econômica Federal, Doutor SÉRGIO CUTOLO, a comparecer perante esta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre: "1- montante dos recursos destinados a habitação, no âmbito federal, em 1995, discriminando os destinados a habitação popular e às demais categorias habitacionais; 2- distribuição dos recursos, alocados e desembolsados, nas regiões e nos Estados, nos dois últimos anos, bem como previsão para o ano em curso; 3- critérios aplicados na distribuição dos recursos a que se refere o item anterior; 4- avaliação da Caixa Econômica Federal quanto às razões que têm determinado as invasões dos conjuntos habitacionais em construção; 5- ações e soluções adotadas pela Caixa diante das invasões e dos casos de inadimplência.". Não havendo quem queira discutir, o senhor Presidente coloca em votação os requerimentos dos Senadores Freitas Neto e Ademir Andrade, que são aprovados. A seguir, Sua Excelência submete a votação o requerimento de autoria do Senador Romero Jucá, que havia sido retirado de pauta. O requerimento é rejeitado. Em seguida, é aprovado pedido de inversão de pauta formulado pelo Senador Beni Veras, referente ao Item 07, **PLS Nº 22/95**, de sua autoria, que passa a ser apreciado. O Projeto "dispõe sobre o resgate de quotas da União pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento-FND, e dá outras providências.". O Senador Eduardo Suplicy, que pedira vista da matéria em reunião anterior, apresenta voto em separado concluindo por diligências junto ao Ministério da Fazenda. Colocado em discussão o voto em separado do Senador Eduardo Suplicy, falam os Senadores Geraldo Melo, Esperidião Amin, Francelino Pereira, Jefferson Peres, Beni Veras e Leomar Quintanilha. Procedida a votação nominal é aprovado o parecer do relator, Senador Fernando Bezerra, votando vencido o Senador Eduardo Suplicy. A seguir, usa da palavra o Senador Romero Jucá - que estava ausente da reunião - para informar que enviou, através da Comissão de

Assuntos Econômicos, pedido de informações ao senhor Ministro PEDRO MALAN relativo à matéria constante em seu requerimento. Caso a resposta não seja significativa, reapresentará requerimento no sentido de convidar o senhor Ministro a comparecer a esta Comissão para prestar os devidos esclarecimentos a respeito do assunto. Prosseguindo, o senhor Presidente solicita ao Senador Romero Jucá que proceda à leitura do parecer favorável nos termos do PDS que apresenta o Senador Gilvam Borges ao **OFÍCIO "S" Nº 01/86**, "Do Senhor Governador do Estado do Pará, solicitando autorização do Senado Federal, para alienar uma área de terras devolutas do Estado de aproximadamente 9.000 ha, situado no município de Acará.". Em discussão o parecer do relator, falam os Senadores Jefferson Peres e Ademir Andrade. É concedida vista ao Senador Ademir Andrade pelo prazo regimental de cinco dias. Com a palavra, a seguir, o Senador Vilson Kleinübing, relator das **EMENDAS DE PLENÁRIO Nº 04 A 07 OFERECIDAS AO PLS Nº 402/91**, de autoria do Senador Moisés Abrão, que "dispõe sobre os planos de benefícios das entidades fechadas e previdência privada patrocinados por entidades da Administração indireta da União.", para que profira o seu parecer, favorável à Emenda nº 05, na sua totalidade, acolhendo parcialmente a Emenda nº 06, propondo ainda quatro sub-emendas nos termos do Substitutivo que apresenta, rejeitando as demais emendas. Submetido a discussão o parecer do relator, usam da palavra os Senadores Gilberto Miranda, Jefferson Peres, Vilson Kleinübing, Geraldo Melo e Edison Lobão, sendo concedida vista a este último pelo prazo regimental de cinco dias. Em seguida, o senhor Presidente passa a palavra ao Senador Beni Veras, para que leia o parecer que oferece ao **PLS Nº 05/95-COMPLEMENTAR**, de autoria do Senador Pedro Simon, que "acrescenta parágrafo ao art. 38 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, para excluir do benefício do sigilo bancário as pessoas que menciona.". O relator apresenta parecer concluindo por audiência junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Em discussão a matéria, participam os Senadores Vilson Kleinübing, Romero Jucá, Sebastião Rocha, Geraldo Melo, Ademir Andrade, Jefferson Peres, Lauro Campos,

Carlos Patrocínio e Roberto Requião. Submetido a votação, o parecer do relator é aprovado. A Presidência comunica que o **PLS Nº 49/95**, que "dá nova redação ao art. 23 da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, que criou o Programa Nacional de Desestatização", de autoria do Senador Pedro Simon, será retirado de pauta a pedido do relator, Senador João França. Passa-se, a seguir, à apreciação do **PLS Nº 34/95**, de autoria do Senador João França, que "altera o inciso I do art. 11 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, incluindo as despesas com medicamentos e materiais médico-hospitalares entre as deduções admitidas na declaração do Imposto de Renda de Pessoas Físicas.". O relator, Senador Geraldo Melo, apresenta parecer favorável. Em discussão o parecer do relator, falam os Senadores Jefferson Peres e Geraldo Melo. Submetido a votação nominal, o parecer é aprovado. Em seguida usa da palavra o Senador Esperidião Amin para proferir o seu parecer pelo arquivamento do **PLS Nº 55/95**, que "cria a Zona de Processamento de Exportação no município do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul.", de autoria do Senador Pedro Simon. Faz uso da palavra para discutir o Senador Carlos Patrocínio. Submetido a votação nominal, o parecer do relator é aprovado. Passa-se, a seguir, à apreciação do **PLC Nº 29/94**, que "dá nova redação ao inciso V do art. 3º da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, que estabelece normas integrantes do Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e desenvolvimento empresarial.", cujo relator, Senador Sebastião Rocha, apresenta parecer favorável. Em discussão a matéria, é concedida vista ao Senador Jefferson Peres pelo prazo regimental de cinco dias. Em seguida, o senhor Presidente confere a palavra ao Senador Lauro Campos, para que leia o seu parecer, favorável nos termos da Emenda que apresenta ao **PLC Nº 200/93**, que "altera a redação do Caput do art. 1º da Lei nº 1.174, de 30 de janeiro de 1991, dispondo sobre a importação de produtos agrícolas e pecuários.", de autoria do Deputado Diogo Moura. Participam das discussões sobre o parecer os Senadores Osmar Dias, Esperidião Amin, Jefferson Peres, Jonas Pinheiro e

Lauro Campos. A matéria é retirada de pauta a pedido do relator. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte minutos, lavrando eu, Dirceu Vieira Machado Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será publicada em conjunto com suas notas taquigráficas.


Senador GILBERTO MIRANDA BATISTA
Presidente da Comissão

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Está aberta a presente reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

Há um requerimento do Senador Romero Jucá, que passo a ler a V. Ex^{as}:

"Sr. Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição, e do art. 90, III, do Regimento Interno do Senado, a convocação do Exm^o Sr. Ministro da Fazenda Pedro Malan para o plenário da Comissão, para prestar esclarecimentos sobre a Portaria nº 129, de 05 de abril próximo passado, baixada por S. Ex^a, que dispõe sobre o cálculo e a utilização do crédito presumido, instituído pela Medida Provisória nº 948, de 23 de março de 1995. Senador Romero Jucá."

Em discussão o requerimento. (Pausa)

Os Líderes do Governo não se pronunciam?

O SR. - (Fora do microfone)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Trata-se de um requerimento de convocação dirigido ao Ministro da Fazenda para que S. Ex^a venha a esta Comissão, com o objetivo de falar a respeito da Medida nº 948, que instituiu o cálculo da utilização de crédito presumido.

O requerimento, que não foi votado na reunião passada, foi deixado para esta reunião.

Com a palavra o Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PERES - Eu tenho minhas dúvidas. Gostaria que o Senador estivesse aqui para explicar se um requerimento de informações detalhado não resolveria o assunto, poupando...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - S. Ex^a quer que o Ministro esclareça esta Comissão com relação aos cálculos da Medida nº 948, de crédito presumido.

Estou colocando em discussão porque também acredito que chamar o Ministro...

O SR. JEFFERSON PERES - Eu nem conheço o Ministro Pedro Malan pessoalmente, nunca estive com S. Ex^a, não lhe devo nada, mas me parece uma demasia convocar o Ministro da Fazenda para explicar apenas isso.

Ao concluir, eu indagaria à Presidência, porque foi aprovado, na reunião passada, um requerimento meu convocando o Ministro da Marinha...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - S. Ex^a já confirmou a data.

O SR. JEFFERSON PERES - Já confirmou a data? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Penso que é uma convocação - a expressão pode ser um pouco inadequada - descabida, porque os critérios devem ter sido estabelecidos por uma portaria, suponho eu. Se há alguma dúvida, faz-se um requerimento de informação; se o requerimento de informação denotar que há uma irregularidade, convocamos o Sr. Ministro.

Até porque tenho várias vezes o impulso de convocar Ministros, mas sempre conto até cem e, na maior parte das vezes, a questão se esvai. Quer dizer, no fim, nos desgastamos todos, porque iremos perguntar depois é sobre juros mesmo. Ninguém vai ficar discutindo aqui o critério do crédito presumido, iremos perguntar é sobre juros, política econômica. Poderíamos marcar um "chá das 5h" com o Ministro Pedro Malan para conversar sobre esse assunto, que também não vai ser resolvido.

Acho que, **data venia**, ou V. Ex^a não coloca em votação, em respeito à ausência do Senador requerente, ou eu voto contra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO - Eu não estou longe de concordar com os argumentos judiciosos dos companheiros. Agora, como não se encontra presente o Senador Romero Jucá, realmente pergunto a V. Ex^a se poderia ser adiada a votação ou, então, pediria vistas, se for possível, para que então...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Mas, Senador, acredito que há um consenso entre os Srs. Senadores em relação à não convocação do Sr. Ministro. Nós poderíamos esperar dar **quorum** e votar. Se a maioria pensa igual, votamos contra a convocação do Sr. Ministro, porque acho que é melhor já resolvermos o problema.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Qual é o **quorum**?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Quatorze.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Acho que, se fosse possível ponderar pessoalmente ao requerente, seria melhor.

O SR. JEFFERSON PERES - Acho que não há prejuízo prático. Sou favorável a aguardarmos a presença do Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Inversão da pauta. Está retirado da pauta.

Requerimento do Senador Freitas Neto:

"Na qualidade de membro da Comissão de Assuntos Econômicos, requeiro à Comissão a convocação do Presidente da Caixa Econômica, Dr. Sérgio Cutolo, para prestar esclarecimentos a respeito da reestruturação administrativa que vem conduzindo ao fechamento das Superintendências da Caixa Econômica Federal."

Em discussão.

Com a palavra o Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES - Sr. Presidente, acredito que essa convocação, sim, se justifica. Até porque essa reestruturação, com a criação de Coordenadorias, segundo informações da imprensa, teria sido impedida - não sei se a notícia procede - por ação do Vice-Presidente da República no exercício da Presidência, em razão de pressões políticas. É o que se diz. Eu não estou endossando os rumores, mas acho exigiria a convocação do Dr. Sérgio Cutolo para explicações.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o requerente.

O SR. FREITAS NETO - Em relação à apresentação do requerimento, estamos sabendo que neste momento o Banco do Brasil faz uma reestruturação administrativa pelo caminho inteiramente inverso: está aumentando o número de superintendências, sem, segundo a Diretoria do Banco, aumentar os custos da instituição.

O Banco do Brasil está descentralizando as superintendências: onde há um superintendente-adjunto, o Banco se utiliza da estrutura, colocando-a em outra região do Brasil.

Creio que, num País do tamanho do nosso, temos de marchar no caminho da descentralização: colocar apenas seis coordenadorias regionais e subordinar os demais Estados a elas é burocratizar mais ainda, prejudicando sensivelmente os Estados menores.

Em primeiro lugar, a Caixa toma um caminho inverso do Banco do Brasil. São duas instituições de crédito do Governo Federal, vinculadas ao mesmo Ministério, que, no mesmo momento, tomam caminhos administrativos inteiramente opostos.

Em segundo lugar, falo como representante do Piauí. Estamos escaldados de dependermos de órgãos regionais em Estados que prejudicam os Estados menores.

A Superintendência da Caixa Econômica no Piauí funciona em um andar do prédio. Não creio que irá reduzir tanto os custos a extinção dessas superintendências.

O SR. ESPERIDIAO AMIN - Teremos outros incômodos federativos dessa natureza e teremos incômodos autorizados em leis. Nossa memória às vezes não guarda esses fatos, mas no começo do Governo Collor foi autorizada a regionalização da EMBRATEL e da TELEBRÁS, de sorte a reduzir a sete o número de departamentos ou empresas regionais.

No caso da TELEBRÁS isso não foi feito, porque, como a TELEPISA é pessoa jurídica de direito privado com acionistas, entim, uma organização, houve entraves burocráticos. Mas a EMBRATEL não tem entraves burocráticos e o Correio também não tem, pois é uma empresa única.

Também entendo que a solução federativa é a melhor: que se reduza ao mínimo a estrutura no Estado, mas que não se decapite a representação federativa, que o Piauí tenha meio andar ou duas salas ao invés de um andar, mas que tenha cabeça federativa no território do Estado.

Concordo com V.Ex^a em gênero, número e grau, apenas aduzo isto. Teremos incômodos como este em outras áreas.

O SR. FREITAS NETO - Então, são dois motivos: não só esse argumento do Senador Esperidião Amin, que se refere também ao setor de telecomunicações. Aliás, S. Ex^a é um profissional do setor.

Também tive a honra de presidir a TELEPISA e também sou inteiramente contra. Isso prejudica todo sistema e basicamente os estados menores, que ficam na dependência de decisões intermediárias entre o estado e o Governo Federal.

O SR. ESPERIDIAO AMIN - Apenas gostaria de dar um pequeno exemplo para V.Ex^a. Imaginem o cidadão do Mato Grosso do Sul depender da TELES P para resolver seu problema. A TELES P não consegue resolver os assuntos da cidade de São Paulo, o cidadão paulistano já desistiu de procurar a TELES P para comprar telefone. Não é racional.

O SR. FREITAS NETO - Sr. Presidente, Srs. Senadores, falo muito comodamente, porque fui Governador do meu Estado. Lá fizemos uma profunda cirurgia administrativa, reduzindo cerca de quinze órgãos da administração.

O Governo deve buscar a redução de custos de suas empresas, de suas autarquias, da máquina administrativa, mas sem prejudicar a funcionalidade e,

sobretudo, os Estados e regiões mais pobres que precisam de maior apoio do Governo, devido pela Constituição, mas que na prática não acontece.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, gostaria de apoiar o requerimento do Senador Freitas Neto e citar o exemplo da Amazônia que, pelo modelo a ser implantado, ficaria sem nenhuma coordenadoria na região amazônica. O Amazonas e o Pará, para citar os estados mais representativos dessa região, estariam sendo coordenados pelo Ceará. Não é possível concordar com esse modelo, por isso considero bastante importante a vinda o Sr. Sérgio Cutolo a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Temos um segundo requerimento convocando o Presidente da Caixa, do Senador Ademir Andrade. "Nos termos do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja convocado o Presidente da Caixa Econômica, a fim de prestar as informações a esta Comissão sobre os seguintes pontos: 1 - montante dos recursos destinados à habitação no âmbito federal em 95, discriminando os destinados à habitação popular e demais categorias habitacionais; 2 - distribuição dos recursos alocados e desembolsados nas regiões e nos estados nos dois últimos anos, bem como previsão para o ano em curso; 3 - critérios aplicados na distribuição dos recursos a que se refere o item anterior; 4 - avaliação da Caixa Econômica quanto às razões que têm determinado as invasões dos conjuntos habitacionais em construção; 5 - ações e soluções adotadas pela Caixa diante das invasões e nos casos de inadimplência".

Temos dois requerimentos. Acredito que poderíamos colocá-los em votação e convocar o Sr. Presidente da Caixa para prestar os dois tipos de esclarecimento.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Podemos aproveitar o **quorum**, se for consenso, para votarmos, já que discutimos, o requerimento do Senador Romero Jucá que requer a convocação do Ministro Pedro Malan.

O SR. BENI VERAS - Sr. Presidente, proponho que o item 7 da pauta passe para o primeiro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Se for consenso, poderemos colocar em votação, porque convocar o Ministro para prestar informações sobre uma portaria neste momento... Se os senhores estiverem de acordo, colocaremos em votação.

Os Srs. Senadores que são pela não vinda do Sr. Ministro a esta Comissão permaneçam sentados. (Pausa)

Aprovado, com voto contrário do Senador Ademir Andrade.

Abstenção dos Senadores Edison Lobão e Sebastião Rocha.

Passamos ao pedido de inversão de pauta pelo Senador Beni Veras, inversão do item 7 para item 1.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

Temos no item 7 um voto em separado do Senador Eduardo Suplicy. Este voto deverá ser lido e colocado em votação e então passaremos ao voto do Relator, Senador Fernando Bezerra.

Senador Beni Veras, V.Ex.^a poderia ler o voto em separado do Senador Eduardo Suplicy?

O SR. BENI VERAS - Voto em separado do Senador Eduardo Suplicy. Expõe sobre o resgate das cotas da União pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND e dá outras providências.

(Leitura do Projeto de Lei nº 22/95 do Senador Beni Veras)

Tenho contactado o Ministério da Fazenda, o qual informou que está de acordo com a pretensão desse projeto. Portanto, não vejo razão para essa preocupação com a posição do Ministério da Fazenda, uma vez que já está explicitada.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em discussão o voto em separado do Senador Eduardo Suplicy.

Tem a palavra o Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, a apreciação do voto do Senador Eduardo Suplicy insere-se na discussão geral da oportunidade e da possibilidade ou não do aumento de capital do Banco do Nordeste.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que concordo com a primeira página do voto do Senador Eduardo Suplicy, de forma irrestrita. S. Ex^a descreve muito bem do que se trata. Não concordo, absolutamente, que esta Comissão abdique do direito de decidir a respeito desse assunto em favor de qualquer comissão, de qualquer comitê criado no Poder Executivo, apenas para que se possa ter a posição do Ministério da Fazenda, pois, informalmente, a Casa já sabe qual é, ou seja, a favor de que se realize o aumento.

Sr. Presidente, concretamente, a questão é a seguinte: hoje, o Banco do Nordeste está a caminho de paralisar as suas operações, porque atingiu o limite de aplicação estabelecido pelo Banco Central para o sistema financeiro, em virtude do acordo de Basiléia; esse limite está sendo atingindo com o capital atual. Assim, verificando-se todas as oportunidades que surgiram para o Banco, independente de questões regionais, de problemas de desenvolvimento e excluindo qualquer tipo de choradeira nordestina nessa discussão, a questão é que temos um banco que vai bem e que não pode utilizar uma série de oportunidades operacionais que estão apresentadas a ele como instituição e à Região a que vem servindo, pelo simples fato de que com o capital atual não pode elevar mais suas aplicações, senão de forma marginal.

Portanto, a dúvida aqui é a seguinte: se concordarmos com o aumento de capital do Banco do Nordeste, estará resolvida a questão. Se não concordarmos com o aumento de capital, paralisaremos o funcionamento do Banco do Nordeste.

Todavia, a que custo, para a sociedade brasileira, vai se permitir que o Banco do Nordeste faça o seu aumento de capital? Ele quer utilizar 280 milhões de reais do FND. Como muito bem explica o Senador Eduardo Suplicy, na forma atual de aplicação extramercado, três quartos desses recursos são entregues ao Banco Central. Se hoje o volume de recursos envolvidos for da ordem de 4 bilhões de reais - que é mais ou menos a quanto montam -, 3 bilhões estarão paralisados no Banco Central e um bilhão será aplicado via Banco do Brasil.

Ora, se o Banco do Nordeste quer utilizar 280 milhões, 75% desse valor sairão dos recursos que estão paralisados no Banco Central. Apenas 70 milhões sairão dos recursos que estão sendo aplicados pelo Banco do Brasil.

Em relação à preocupação muito justa e louvável do Senador Eduardo Suplicy de que, desses recursos, 70% que estão sendo destinados ao crédito rural venham a fazer falta a esse crédito, gostaria de dar a esta Comissão o número que preocupa o Senador Eduardo Suplicy. Já que serão utilizados, dos recursos que estão em poder do Banco do Brasil, apenas 70 milhões e, como desses recursos, 70% são destinados ao crédito rural, toda essa dúvida gira em torno de 49 milhões.

Entendo que a sociedade brasileira pode pagar o preço de permitir que 49 milhões que eventualmente estejam sendo aplicados em crédito rural, via Banco do

Brasil, sejam incorporados ao capital do Banco do Nordeste e que aquele Banco aplique doze vezes esse valor, inclusive em crédito rural.

De forma que entendo que as preocupações não procedem e acredito que esta Comissão deve decidir, recusando o acolhimento ao voto em separado do Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, vou me ausentar por alguns minutos e gostaria de deixar consignado o meu voto, acompanhando o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - O seu voto será computado. Tem a palavra o Senador Francelino Pereira.

O SR. FRANCELINO PEREIRA - O processo estava em discussão e tive oportunidade de pedir vista do mesmo para examinar detidamente o assunto.

No momento, a impressão é que estaríamos assumindo uma posição em defesa do Banco do Brasil. Quero deixar bem claro que a nossa intenção não foi a de defender o Banco do Brasil, até porque, se tivesse que fazê-lo, defenderia o Banco do Nordeste por questões regionais, pois, em verdade, temos na área da SUDENE 52 municípios, 1 milhão e 500 mil habitantes em um território maior que Pernambuco, Alagoas e Paraíba reunidos.

O Banco do Nordeste, assim como o Banco do Brasil, é um órgão que presta serviço inestimável, inexcusável a todo o Nordeste e, com meu testemunho, a essa região mineira que faz parte do polígono das secas. Em princípio, o que pareceu estranho é que o governo, tendo um órgão chamado COMIF-Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras Federais, que foi criado com a finalidade de administrar a destinação desses recursos, o qual não foi chamado a opinar, não ficou sabendo da tramitação desse projeto e foi surpreendido com a nossa atuação.

Mantivemos contato com o Banco do Brasil e com o Banco do Nordeste, concluindo que o Banco do Nordeste agiu com extrema inteligência e pertinência em relação ao tempo, pois manteve todos os contatos possíveis, adquirindo uma consistência muito forte não apenas a nível de argumentação, mas a nível de contato com as outras áreas de Governo; assumiu uma posição singular dentro desse processo.

A essa altura, não há mais que examinar se o processo deve ir para o COMIF ou não, se ele devia opinar ou não. A verdade é que o Banco do Nordeste agiu rapidamente e adquiriu praticamente uma unanimidade dentro do Governo a favor do projeto, com a boa vontade, inclusive, do próprio Banco do Brasil, que é atingido, em verdade, porque parte desses recursos estão aplicados por ele.

O nosso voto é favorável ao Banco do Nordeste, acompanhando o voto do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES - Sr. Presidente, Srs. Senadores, em princípio, sou favorável ao projeto. Nem poderia ser de outra maneira, uma vez que sou representante de um Estado e de uma região igualmente pobre que, futuramente, poderá se beneficiar, pois o Banco da Amazônia poderá ser o próximo.

Não sou apenas representante de Estado, sou também Senador da República e tenho que me preocupar com o impacto disso no plano nacional. Portanto, faria duas indagações. Uma ao companheiro Geraldo Melo e outra ao autor do projeto.

Ao Senador Geraldo Melo perguntaria o seguinte: a maior parte desse recurso virá do que existe no sistema bancário à ordem do Banco Central e, portanto, não serão recursos do Tesouro Nacional. Pergunto-lhe se esses recursos teoricamente

estão esterilizados no Banco Central. Se forem para o Banco do Nordeste, serão convertidas em empréstimos e integrarão circuitos. Isso não fará diferença, em termos de política monetária?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO - Esclareço a V. Ex^a que o Relator do processo é o Senador Fernando Bezerra. Apenas me manifestei com relação ao voto em separado. Tenho uma opinião, V. Ex^a conhece, que abrange, inclusive, essa esterilização. Penso que a atividade econômica existe para que se produza, e a esterilização de recursos tem limites. Entre a esterilização de mais duzentos ou trezentos milhões de reais e a paralisação de uma instituição como o Banco do Nordeste, não hesito em defender que o Banco do Nordeste seja apoiado.

O SR. JEFFERSON PERES - Muito obrigado, Senador.

Pergunto, talvez, ao autor do projeto se não são conflitantes os arts. 1º e 3º, uma vez que o art. 1º autoriza o FND, tratando-se, pois, de lei autorizativa; e o art. 3º estabelece "O Poder Executivo remeterá ao Congresso", sendo imperativo, portanto? Não há conflito entre os dois artigos?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Se não tiver no Orçamento, não pode.

O SR. JEFFERSON PERES - Muito bem. Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - Sr. Presidente, nobres Pares, entendo a preocupação que os nobres Senadores têm revelado com relação à adequação do Banco do Nordeste às atuais exigências do Sistema Financeiro, destacando o relevo e a importância da sua participação no processo de desenvolvimento dessa tão carente e importante Região do País, e também o significado do seu trabalho e a necessidade imperiosa de aporte de recursos aos seus capitais. Adequando às novas exigências do mercado financeiro, ele poderá continuar cumprindo a sua relevante missão promotora do desenvolvimento de tão importante Região.

Resta-nos, contudo, uma preocupação, Sr. Presidente, nobre Relator: a origem dos recursos ao BNDES, parcela considerável, seria extraída do Banco do Brasil, que cumpre missão também de igual relevo e importância. Por sabermos também que o Banco do Brasil vem enfrentando dificuldades extraordinárias, imensas, não seria de se pensar que a composição desses capitais do Banco do Nordeste poderia ter outra fonte que não as do Banco do Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO - Acredito, sinceramente, que a questão desdobrar-se-ia em dois planos: um é o de se aprovar o aumento de capital do Banco do Nordeste; o outro é o de se recomendar - o que nem era necessário fazer - uma boa negociação entre o Banco do Nordeste e as autoridades da área da Fazenda, para que se estabeleça um cronograma de integralização desse capital. Isso seria feito da mesma maneira que formalmente o Banco do Nordeste já está autorizado a operar, realizado o seu aumento de capital. A realização efetiva há que ser feita dentro de um cronograma ajustado de forma conveniente com o Ministério da Fazenda.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA - É de grande inteligência a colocação de V. Ex^a, com a qual concordo plenamente. Era a intervenção que gostaria de fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Passa-se à votação.

(Procede-se à votação)

Aprovado.

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ - Gostaria de prestar um esclarecimento à Comissão. Na reunião passada, apresentei um requerimento convocando o Ministro Pedro Malan para esclarecer a questão referente ao abatimento do IPI para cálculo do FPM, dos Municípios, e FPE, dos Estados. Na mesma reunião, aceitando a ponderação de V.Ex^a, concordei em transformar o requerimento de convocação num requerimento de pedido de informações, através da Comissão de Assuntos Econômicos. Parece-me que, hoje, teria sido colocado novamente como pedido de requerimento de convocação.

Feita essa correção, digo que as perguntas já foram encaminhadas à Comissão. Pediria, então, que o questionamento fosse feito diretamente ao Ministro, através do requerimento de informações.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - O Secretário já me fez os esclarecimentos, Sr. Senador, e hoje mesmo serão mandados ao Sr. Ministro os quesitos formulados por V.Ex^a.

O SR. ROMERO JUCÁ - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Passa-se ao item 1 da pauta.

Solicito ao Senador Romero Jucá que proceda à leitura do relatório.

O SR. ROMERO JUCÁ - Trata-se de encaminhamento de autoria do Governo do Pará, solicitando autorização do Senado para alienar uma área devoluta do Estado de aproximadamente 9 mil hectares, situada no Município de Acará. O Relator é o Senador Gilvan Borges, e o parecer é favorável, ficando proposto um projeto de decreto legislativo que autoriza a alienação pelo Governo do Estado do Pará de uma área de terra devoluta de aproximadamente 9 mil hectares, no Município de Acará. O Congresso Nacional decreta: "fica autorizado o Governo do Estado do Pará a alienar uma área de terra devoluta no Estado de aproximadamente 9 mil hectares, situada no Município de Acará, com as seguintes características: Processo nº 007575/80-ITERPA; Título Provisório nº 001773-ITERPA; Talonário nº 003; Localização: imóvel situado no Município de Acará, denominado Fazenda Costa Rica, medindo aproximadamente 9 mil hectares". Esse decreto entra em vigor na data da sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em discussão.

Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Gostaria de pedir vistas desse processo, para examiná-lo melhor, considerando que essa doação direciona-se a uma única pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Está aceito o seu pedido de vista.

O Senador Jefferson Peres poderá discutir, se assim o desejar, pois suas ponderações poderão ser levadas em conta pelo Senador Ademir Andrade.

O SR. JEFFERSON PERES - (inaudível)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - É que no Pará tudo é grande, Senador.

Passa-se ao item 2 da pauta, de autoria do Senador Moisés Abrão; Relator: Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse projeto de lei regula a participação das empresas estatais nos fundos de pensões dos seus funcionários. Tivemos, nesse projeto, uma emenda que acolhemos e alguns pontos que foram transformados em substitutos.

Já fui funcionário de estatal e, nas Centrais Elétricas de Santa Catarina, tive oportunidade de criar a fundação dos funcionários dessa empresa. O problema é

que as empresas começaram, gradativamente, a participar muito mais do que os próprios funcionários; e até alguns benefícios estão sendo dados por fora do processo da fundação.

Então, acho que temos que regularizar essa situação.

Propomos que a empresa não pode mais participar dos déficits dessas fundações e que num prazo de 12 meses regularizem a paridade entre o que o funcionário desconta e o que a empresa paga - aliás, não é a empresa que paga, mas sim o consumidor. E quando não é o consumidor que paga, a empresa retira da sua capacidade de investimento. Quer dizer, nós do setor elétrico temos algumas empresas que estão perdendo a capacidade de investimento porque parte do seu lucro, ou provável lucro, está indo para a fundação do funcionário.

Para os senhores terem uma idéia, a empresa da qual fiz parte, ajudei a construir sua fundação, é proprietária hoje do edifício sede da empresa, Centrais Elétricas de Santa Catarina, e cobra por mês três milhões e meio de dólares de aluguel por esse prédio. É um prédio gigantesco, eu até queria transferir o Palácio para lá, mas não poderia pagar o aluguel.

Então, aqui está colocado com muita clareza. Mantém-se o processo das fundações, mantém-se a previdência da forma como está sendo proposta pelos funcionários das estatais. Só há duas cláusulas que o Senado está propondo aqui: primeiro, se houver déficit, corta-se o benefício e não se tira da tarifa o provável lucro que a empresa teria para fazer investimento; segundo, tem-se um prazo de 12 meses para regularizar. Isso pode ser regularizado de diversas maneiras. Até por um acordo de aumento salarial que contenha esse impacto do desconto que vai ser aumentado. E aí se acaba com essa mancha que está todos os dias nos jornais, criando esses problemas.

Vou citar mais um caso para os Srs. Senadores: essa minha empresa dava uma taxa única de consumo de energia elétrica para seus funcionários há tempos. Todos os funcionários tinham o direito de pagar apenas 20 kw/hora de energia. Resultado: havia funcionário que tinha piscina térmica aquecida com energia elétrica; outro tinha transformador em casa, tamanho era o consumo. Os funcionários que tinham maiores salários criavam essas vantagens indiretas, e os funcionários de nível mais baixo, para não criar problemas, para aproveitar a situação, estendiam o rabicho para os vizinhos e vendiam energia a partir do seu relógio, porque a taxa era em relação a 20 kw.

Chamamos o sindicato e fizemos um acordo; a empresa não quer ganhar nada com isso. Perguntamos quanto estava custando para a empresa e dissemos que pagaríamos uma média de 350 kw/hora. Então, a empresa, num acordo salarial, deu um aumento equivalente a 350 kw/hora e acabou com esse processo de desperdício e de liberalidade.

Esse é o projeto, estudei muito isso. Inclusive, companheiros meus disseram que eu estava contra a fundação. Eu disse que exatamente por estar a favor da fundação não queria que os jornais colocassem em sua matérias frases como: "mais essa mancha contra as estatais." Por isso estou propondo uma solução: A de que não se cobre déficit e, por acordo salarial, que se compense o que eles vão ter que descontar mais e se acerte de uma vez por todas. O que o funcionário desconta a empresa dá; o que a empresa dá o funcionário desconta.

Temos empresas federais que estão descontando seis por um; quer dizer, o funcionário dá um, e a estatal dá seis. Por isso a empresa Perdigão, de Santa Catarina, foi comprada por fundos de pensão; os fundos de pensão do Banco Central e o do Banco do Brasil compraram essas empresas.

Portanto, esse é o parecer, Sr. Presidente. Estou à disposição dos Srs. Senadores para qualquer consulta.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Parabênz o parecer de V Ex^a. Cansei de fazer discursos no plenário do Senado a respeito.

Há estatais no Estado de São Paulo que dão mais de 150 benefícios diferentes a seus funcionários. Em consequência, estão quebradas ou tirando, como V. Ex^a disse, recursos que seriam destinados a investimentos. Acho que está na hora de dar um basta nisso.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES - Gostaria de um esclarecimento do Senador.

Não há dúvida de que o projeto vem em boa hora. Os fundos de pensão são muito úteis não apenas para os funcionários, mas também para o País, porque são captadores de poupanças e grandes investidores - se não agora, em potencial. Mas é preciso dar um basta nesses abusos, e o projeto parece-me que faz isso. Li com toda atenção; seu parecer é muito procedente, inclusive a rejeição de emendas.

Pergunto apenas uma questão de técnica legislativa: o inciso II do art. 1º não seria supérfluo, uma vez que o inciso I já estabelece um teto de 100% ou - é a minha dúvida - mesmo estabelecido esse teto, há casos de as empresas financiarem o déficit ainda assim?

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sim; a Petrobrás é uma delas.

O SR. JEFFERSON PERES - Então, justifica-se.

Obrigado, Sr. Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Geraido Melo para discutir.

O SR. GERALDO MELO - Só um pequeno comentário. Fico muito satisfeito de ver como o eminente Senador Kleinübing tratou a questão: com muita competência e responsabilidade.

Precisamos de ter o cuidado de não permitir que esse assunto seja discutido emocionalmente. Os fundos de pensão, na verdade, no mundo inteiro, transformaram-se nas grandes agências de investimento a longo prazo, de investimento estável, nas economias capitalistas modernas. Nos Estados Unidos, por exemplo, hoje, os fundos de pensão são detentores de mais de 60% do capital das grandes corporações americanas e tomadores de mais de 50% dos títulos de créditos emitidos por essas mesmas empresas. Portanto, eles são donos de mais da metade do capital e donos de mais da metade do crédito contra essas corporações. Elevam-se a alguns trilhões de dólares os ativos financeiros disponíveis dos fundos de pensão americanos.

Não é diferente a situação em países como o Japão, a Inglaterra e a Alemanha. A situação dos fundos de pensão do Brasil está abaixo da dos fundos de pensão nos países africanos, onde eles já existem.

Naturalmente, entendo que a proposta que estamos discutindo encerra a "farra" feita internamente por esses fundos de pensão e que propicia uma nova etapa de maior fortalecimento ainda de instituições que tendem a ser, no futuro - se se quer realmente uma economia moderna no Brasil -, ferramentas importantes do processo de desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Não havendo mais quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

O SR. EDISON LOBÃO - Sr. Presidente, nada tenho contra o projeto, muito menos contra o parecer do Relator. Entendo que está muito bem orientado. Sucede, porém, que o Ministério da Previdência solicita, por meu intermédio, um prazo de uma semana para reexaminar a questão e até emitir um pensamento sobre o assunto.

Em razão disso, peço a V. Ex^a que ou adie a votação, ou me conceda vista por uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - V. Ex^a tem direito de pedir vista por 5 dias.

O SR. EDISON LOBÃO - Então, peço vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedido o pedido de vista ao nobre Senador, e o projeto entra na pauta da próxima semana.

O SR. EDISON LOBÃO - Agradeço a V. Ex^ª.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Item nº 3 da pauta, de autoria do Senador Pedro Simon; Relator Senador Beni Veras.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. BENI VERAS - Esse projeto tem uma intenção bastante nobre, que é a de assegurar à sociedade que seus detentores de cargos públicos sejam corretos no exercício dos mesmos.

Ele propõe que não exista sigilo bancário em relação a Deputados Federais, Senadores, Ministros de Estado, Presidente e Vice-Presidente da República, dirigentes partidários, presidentes e diretores das entidades das administrações direta e indireta.

Nossa dúvida é que, em se tratando de um direito constitucional, portanto assegurado pela Constituição, seja possível retirar esse direito apenas de alguns cidadãos, expondo-os a um uso leviano, dando informações referentes a sua vida particular. Então, penso que a questão envolve um certo risco.

Também tenho dúvida quanto à legalidade desse procedimento por ser inconstitucional.

Portanto, propomos que o assunto seja enviado para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que seja examinada a legalidade constitucional do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em discussão.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Senador, não proponho que esse projeto vá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; proponho que o rejeitemos. Para que essa discriminação?

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ - (Fora do microfone)

Entendo que deve ter o mesmo tratamento que os outros têm e não simplesmente ficarmos reduzindo...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, a minha defesa é também nesse sentido, no da não-discriminação, até porque, se for para quebrar o sigilo bancário, que se quebre de toda a população, de qualquer pessoa, de qualquer cidadão. Por que essa atitude em relação apenas aos políticos e não, por exemplo, aos empreiteiros?

Entendo que essa atitude é discriminatória e não podemos concordar com ela.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Geraldo Melo.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, fazer uma ponderação. Na verdade, não há sigilo bancário no Brasil. Temos que ser realistas e considerar que o que existe é uma declaração de intenções, das muitas que o Congresso fez, como assegurar educação e saúde aos cidadãos. A Constituição diz que é um direito dos cidadãos, é um dever do Estado. São declarações românticas, poéticas. Praza aos céus que um dia seja verdade.

Sigilo bancário não existe. Desafio qualquer pessoa a indicar um administrador de instituição financeira que tenha respondido, na Justiça, pela quebra de sigilo bancário de alguém. Ao contrário, criou-se no País uma histeria, dentro desse

"denuncismo" generalizado de que o que é bonito é o sujeito revelar coisas reservadas dos outros, informar a respeito de tudo, e dizer que este é um País de bandidos disfarçados de políticos, de Senadores, de industriais, enfim.

Há pouco, foi divulgada uma relação dos grandes devedores do Banco do Brasil. O Presidente do Banco do Brasil declara que é contrário, que está tomando medidas para apurar o vazamento e que essas medidas foram muito enérgicas. Mas não o bastante para impedir que, dois dias depois, saísse outra lista somente sobre o Distrito Federal.

É uma hipocrisia falar que existe sigilo bancário. Se quisermos que exista a garantia desse direito ao cidadão, precisamos de uma legislação que aumente o grau de risco e de exposição do administrador de instituição financeira: que ele já saiba que, se da agência que ele dirige, vazar alguma coisa, ele é automaticamente responsável; e o superintendente a que esteja vinculada aquela agência é automaticamente responsável; e o diretor daquela área é automaticamente responsável. Enquanto não chegarmos a isso, o que estimulará as instituições financeiras a utilizarem técnicas simples, que estão aí? Quem conhece, minimamente, alguma coisa de informática sabe que hoje é perfeitamente possível termos mecanismos de apropriação de informações dentro de uma instituição bancária que tornem impossível a um funcionário, isoladamente, ter acesso às totalizações. O funcionário faz um contrato. Esse contrato ganha um número; um outro, que se encarrega da cobrança vai saber que tais e tais contratos, até o número tal, estão vencidos. Aquilo não tem nome, não tem identificação. É um procedimento simples, e não existe a menor dificuldade para fazê-lo. Mas não é feito exatamente porque os administradores de instituição financeira estão preservando o seu poder de fazer mal aos outros.

Então, se nós queremos largar a hipocrisia e queremos resolver a questão, queremos dar à sociedade brasileira o direito de usufruir do sigilo bancário, temos que modificar a legislação e aumentar o grau de exposição dos administradores ao risco da punição legal.

Quis dizer isso, porque entendo que estamos precisando começar a ter coragem de dizer a verdade inteira, e a verdade inteira - parece que todos concordam - não é muito diferente do que acabo de dizer.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Tem a palavra, para discutir, o Senador Ademir Andrade e, depois, o Senador Jefferson Peres.

O SR. ADEMIR ANDRADE - Sr. Presidente, essa questão do sigilo bancário vem desde a Constituição. Hoje, o próprio Governo Fernando Henrique Cardoso, os seus Ministros, José Serra e Pedro Malan, falam permanentemente na necessidade de que se acabe com o sigilo bancário. Em várias reuniões, das quais tive a oportunidade de participar, isso foi colocado de maneira clara. O projeto do Senador Pedro Simon, embora especifique algumas categorias, algumas profissões para as quais propõe a quebra do sigilo bancário, é um passo para o processo de discussão, inclusive para o que propõe o Senador Geraldo Melo: uma discussão sincera, franca e honesta dessa questão.

Entendo que não podemos simplesmente rejeitar esse projeto

O Senador Beni Veras elaborou um parecer bastante coerente, colocando a questão para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Isso nos dará a oportunidade de amadurecermos a idéia e, quem sabe, o Senador Geraldo Melo nos ofereça uma proposta, uma emenda, um caminho para a solução desse problema, que é, inclusive, desejo claro e nítido do próprio Governo.

Então, voto de acordo com o parecer do Senador Beni Veras, sugerindo que essa questão siga para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no sentido de dar oportunidade a todos para buscar o aperfeiçoamento desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES - Sr. Presidente, acredito que serei voto discrepante da maioria. Tenho antiga convicção de que quem exerce um **munus publicum**, principalmente um mandatário, tem prerrogativas sim, como a imunidade, por exemplo, dada aos Parlamentares como foro privilegiado. Mas, é necessário ter ônus também. Penso que esse ônus seria, por exemplo, a inexistência de sigilo bancário. Não sou ingênuo a ponto de não saber que os grandes bandidos, os grandes corruptos, não seriam atingidos talvez porque têm contas numeradas no exterior. De qualquer maneira seria uma limitação para os que enriquecem ilicitamente e uma satisfação à opinião pública. A partir do momento em que o cidadão decidir ingressar na vida pública, disputar um mandato e exercê-lo, manipular o dinheiro público diretamente, como faz o Executivo, ou indiretamente, como o Legislativo, ele deve ter maior transparência. Lamento que o projeto do Senador Pedro Simon não incluía também governadores e prefeitos.

Quanto ao mérito, votaria a favor. Concorro, porém, com a cautela do Senador Beni Veras, quanto à constitucionalidade, que deve ser ouvida a Comissão competente.

Então, acompanho o parecer, já antecipando o meu voto, que é favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Continua em discussão.

Com a palavra o Senador Lauro Campos.

O SR. LAURO CAMPOS - Gostaria de usar da palavra apenas para também antecipar o meu voto.

Acredito que, conforme afirmou o Senador Jefferson Péres, nós, que cumprimos esse **munus**, temos obrigação de prestar contas e de exercer um mandato transparente, para que os nossos eleitores possam realmente acompanhar os nossos procedimentos. Infelizmente, temos verificado que existem algumas pessoas que se colocam acima de qualquer suspeita, enquanto penso que todo nós somos potencialmente suspeitos.

Caso não vingue essa proposição, eu, pessoalmente, pretendo abrir mão do meu sigilo bancário. Obviamente, temos que prestar contas no início do nosso mandato, através da declaração dos nossos bens, e devemos também fazer a mesma coisa no final do período. Além disso, principalmente tendo em vista aquilo que foi revelado pelo próprio Congresso Nacional, por meio da Comissão Parlamentar de Inquérito do Orçamento, somos compelidos a mostrar que existe realmente uma vontade de mudança por parte do Congresso Nacional. Ao fazermos isso, estamos procurando nos transformar em pessoas confiáveis. Para mim, o ideal seria que houvesse até uma maior extensão, que o sigilo bancário fosse uma exceção e não a regra.

Acompanho o parecer do Senador Beni Veras. Acho que realmente a remessa à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dará oportunidade a maiores debates sobre a questão.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente, considero louvável a atitude do eminente Senador Pedro Simon em conferir maior transparência às contas daqueles que exercem alguma atividade pública, aqueles que detêm mandato eletivo, mas penso, como a maioria, que isso deva ser estendido a outras categorias, a categorias que lidam com o dinheiro público, como por exemplo presidentes de sindicatos. Sabemos que daqui não constam os prefeitos Municipais nem governadores. Creio, portanto, que esse projeto deva ser ampliado. E a melhor solução é receber a opinião, o referendo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

Esse é meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o nobre Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Não sou contra a que o homem pública tenha sua vida transparente. Pelo contrário, a nossa obrigação não é nem sermos transparentes, é sermos honestos. Mas sou contra essa discriminação. Em muitas atividades as pessoas lidam com dinheiro público. Por exemplo, quem recolhe imposto por substituição. Ele fica com o dinheiro que é do Governo, depois tem a obrigação de recolher, porque ele é o contribuinte substituto. Não temos acesso às essas contas. Os médicos, que cobram um preço sob recibo e outro preço sem recibo.

Somos obrigados a ser honestos, e eu abro as minhas contas na hora que quiserem. Qualquer das minhas contas bancárias está absolutamente disponível, até porque isso é muito relativo. O que interessa esconder pode estar na conta de um parente, não na minha.

Acho que o que foi tratado aqui pelo Senador, no expediente, na matéria foi como estabelecer o sigilo para quem deve ter sigilo e como estabelecer uma facilidade para a fiscalização do dinheiro público que é manipulado por empresas jurídicas e por pessoas físicas.

O administrador público, o homem público tem que apresentar sua prestação de contas, tem que apresentar seu patrimônio na entrada e na saída. E, á hora que houver qualquer suspeita, ele deve tomar iniciativa de deixar tudo aberto, tudo á disposição.

É uma discriminação para satisfazer o quê? A mídia? Isto é que acho mais importante do Congressista: estabelecer a sua prerrogativa de decidir sobre o que é bom para o País e não sofrer a pressão que vem da mídia ou de algum setor.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o nobre Senador Geraldo Mello.

O SR. GERALDO MELLO - Quero fazer um pequeno adendo ao que diz aqui o nosso querido Senador - a minha experiência no assunto, espero que tenha sido citada no bom sentido.

Na verdade, a nossa função, como Senador, como Deputado não é ser direito. Nós não fomos eleitos para sermos direitos. Nascemos para ser direitos, para ser corretos. Nossa condição de cidadão nos obriga a isso. Não é por ser Senador que tenho deveres éticos. Dever ético é de todo cidadão, como disse o Senador Kleinübing. Quando um dentista anestesia a sua boca, mete-lhe aqueles ferros todos, judia com você e pergunta-lhe, no final, se você vai querer o orçamento com recibo ou sem recibo, ele está se apropriando do dinheiro público do mesmo jeito que um Ministro da Fazenda estaria se metesse a mão no dinheiro do Tesouro.

Nós é que estamos encarregados pela sociedade de discutir os grandes problemas deste País, que precisamos de enfrentar o desafio de modernizar o Brasil num momento como este, na oportunidade em que o povo brasileiro está tendo que não sonhava ter nos próximos decênios depois do desastre de Fernando Collor.

Nós é que precisamos construir a grande novidade que seja o Brasil do futuro. nós é que precisamos encarar os problemas de distribuição de renda, de fome, de miséria, de injustiça social, de doença, de ineficiência do Poder Público, de ineficiência das estruturas públicas que foram criadas e que aí estão, encontrar forma de financiar essas estruturas de maneira adequada, sem sufocar e levar à falência a população e os contribuintes. Não precisamos de nada disso! Vamos satisfazer a todos, se formos como "vaca de presépio". Não resolvemos nada, mas somos todos muito direitos. Reúne-se, então, aqui um grupo de pessoas, todas muito limpas, com suas contas bancárias abertas, com suas histórias pessoais absolutamente retas, e não precisam discutir nada. Poderíamos transformar isso aqui em um grande clube literário, fazer nossas tertúlias,

discutir a nova literatura do País, conversar sobre bobagem, enfim, sermos uma nova ordem, digamos assim, de "idiotas coroados". Mas todos muito corretos e direitos: todos, absolutamente todos, imaculados. Essa reunião de imaculados poderá não resolver nada para construir o futuro do Brasil, mas satisfará a essas pequenas aspirações.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em discussão. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES - Apenas um adendo ao que disse o Senador Geraldo Melo.

Senador, a diferença, no entanto, entre um dentista sonegador e pilantra e um senador ou deputado corrupto é que o dentista não foi eleito para zelar pelo dinheiro público.

O SR. GERALDO MELO - Mas não é a abertura ou não de conta que tornará um deputado ou senador mais ou menos corrupto, mais ou menos direito. Quando chegamos aqui e somos julgados pela população, trazemos conosco uma vida inteira, há toda uma história. O fato de haver um, dois, dez ou vinte corruptos, em um Congresso de 600 Parlamentares, não nos deveria levar a nivelar o Congresso por baixo. Se existem meia dúzia de pessoas que deslustram e desonram esta instituição, não quer dizer que a instituição deva se organizar para funcionar somente para os que a desonram. Ela precisa funcionar para os que a honram, para os que se dedicam a ela, para os que têm uma história de dignidade, que têm coragem de andar na rua de cabeça erguida e que, apesar disso, se propuseram a vir para cá, têm coragem de ser colegas inclusive dos que enlameiam o nome desta Casa, sem medo de se enlamear também. Precisamos cumprir o nosso papel: legislar bem para construir o grande futuro deste País. E não é pelo fato de haver meia dúzia de pilantras aqui, como existem entre os médicos, entre os dentistas, entre os Parlamentares federais, estaduais, municipais, entre os jornalistas, entre os banqueiros, no Poder Executivo, no Poder Judiciário, que todos nós devemos ser tratados como tal. Existem pilantras em toda a parte, porque infelizmente ou felizmente a sociedade preenche essas funções com seres humanos de carne e osso, e, enquanto existir carne e osso mexendo nesse mundo, haverá pessoas decentes e pilantras, haverá corruptos e homens dignos, haverá pessoas inteligentes e pessoas burras, pessoas competentes e incompetentes, porque é com o ser humano que se está fazendo o Governo, que se está fazendo a sociedade, que se está fazendo a vida. Não vamos revogar a natureza humana, por maiores que sejam os códigos, as leis, as obras-primas que escrevamos aqui, para fazer com que o mundo fique quadrado. Ele não ficará!

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, a discussão do projeto é extremamente interessante nesse contexto sado-masoquista que vive o Congresso Nacional. Gostaria de ver aprovada essa proposição depois de submetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde eu a emendaria, incluindo Juizes, ordenadores de despesas de qualquer natureza dentro da máquina pública dos três Poderes, membros de comissões de licitação, vereadores, deputados estaduais, dando inteireza à proposta. Governadores fundamentalmente, Presidentes de estatais já estão, mas não estão os membros de comissão de licitação, não estão os ordenadores de despesas, os promotores públicos. Todas as pessoas vinculadas a um múnus público qualquer devem abrir mão de sua imunidade quanto ao sigilo bancário e quanto à formação do seu patrimônio. Não basta que seja o simples sigilo bancário que hoje com as moedas fortes as operações e os desvios com facilidade podem ser entesourados, mas sim sinais ostensivos de riqueza, como funciona o fisco norte-americano. Penso que o masoquismo se restringe ao Congresso Nacional e inclui o Presidente da República e os Ministros.

O sigilo bancário é o imperativo da administração moderna. Mas quebrar-se o sigilo apenas dos membros do Congresso é ridículo! Parece que não temos coragem de propor a todas as instituições da República e a todos os Poderes uma medida moralizante. Sabemos que a moralidade tem de chegar aos Três Poderes e aos Procuradores, que já se transformam num quarto poder.

Por outro lado, apesar de estarmos nessa prática masoquista, muito mais importante do que a quebra do sigilo bancário é a discussão sobre o monopólio estatal do petróleo, é a discussão sobre as telecomunicações, é a discussão que esse Senado trava sobre a Lei de Patentes, em que um ato equivocado pode levar o País a um desastre.

Meses atrás, o Governo, numa jogada globalizante e liberal, abriu o nosso mercado para importações: baixou a alíquota para 20%. Imagine, Senador Fernando Bezerra, se tivéssemos aberto o mercado através de uma emenda constitucional! O Governo errou, a indústria brasileira sofreu pesadamente e o desemprego se instalou no Brasil. O Governo, em desespero, sobe para 32%; o remédio era fraco demais e subiu para 70%. Os liberais fixaram a mais alta taxa de importação da história do País e do planeta.

Se cometêssemos erros dessa natureza na revisão constitucional, seria muito difícil a sua correção.

Preocupa-me essa postura do projeto do Senador Pedro Simon. Agrada-me ao mesmo tempo que me preocupa. Fico muito mais preocupado com erros que possam ser cometidos, por exemplo, na Lei de Patentes. Esta é uma abertura semelhante à comercial; é uma abertura do mercado brasileiro para todos os grandes capitais que investem na pesquisa do mundo. Um erro na Lei de Patentes não tem solução, porque firma jurisprudência e viabiliza direitos adquiridos nas relações interpaíses.

A medida moralizante é interessante - não faço parte da Comissão de Economia. Assisti pelo computador à discussão e resolvi aparecer para dar a minha opinião. Eu gostaria de vê-la aprovada na sua integridade; não na integridade do projeto, mas na do alcance dos Três Poderes.

Porém, a preocupação maior do Congresso Nacional deve ser com o que estamos votando. Isso atinge, de forma muito mais pesada do que o desvio de um Deputado, a economia global e o futuro tecnológico do desenvolvimento do País.

Eu apreciaria muito que a Comissão votasse e remetesse à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o projeto, para que pudéssemos emendá-lo de forma definitiva: patrimônio e sigilo bancário, atingindo os Três Poderes e os funcionários públicos que participam da comissão de licitação, ordeno de despesa, procuradores de Estado e procuradores de Justiça. Enfim, todas aquelas pessoas que, pelo *munus publicum* que têm, influem na economia e podem, através das suas decisões, provocar ganhos e prejuízos para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - V. Ex^a será sempre bem-vindo a esta Comissão, pela sua experiência, pela condição de ex-Governador.

Há mais alguém para discutir?(Pausa.)

Não havendo, passo à votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Eu gostaria de saber o que é que está em votação, se é a aprovação ou a remessa para a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - O relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.(Pausa.)

Aprovado.

Senador Roberto Requião, V. Ex^a tem o compromisso com esta Comissão de apresentar uma emenda na íntegra para todos os Poderes.

Sai da pauta o Item nº 4 a pedido do Relator, Senador João França.

Em discussão o Item nº 5 da pauta, cujo Relator é o Senador Geraldo Melo.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. GERALDO MELO - Sr. Presidente, como o parecer é relativamente curto, entendo que o mais prático é lê-lo.

(Procede-se à leitura de parecer.)

O voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 1995, considerando, principalmente, que nada justifica a exclusão das despesas com medicamentos e materiais médico-hospitalares das deduções permitidas da renda bruta das pessoas físicas, para fins de pagamento do Imposto de Renda, já que são conceitualmente equivalentes aos gastos cuja dedução é permitida.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em discussão o projeto.

Com a palavra, o Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES - Sr. Presidente, a minha única preocupação é que o projeto, transformado em lei, abra outra porta para a sonegação do Imposto de Renda.

Como o Relator reconhece, é pago por pessoas de maior renda e por parte da classe média, de renda não muito alta, mas, de qualquer maneira, exclui a enorme maioria da população.

Se abre a porta da sonegação mediante a convivência de contribuintes com donos de clínicas particulares, que fornecem medicamentos desnecessariamente ao paciente, e até com farmácia.

Esse é o meu receio, Senador Geraldo Melo, com o projeto.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. GERALDO MELLO - Ache que a preocupação do Senador Jefferson Peres é procedente.

No entanto, essa concepção, essa possibilidade não existe somente em relação à compra de remédios.

Quer dizer, se é possível estabelecer alianças entre contribuintes, na sua intenção de sonegar, com a farmácia, também é possível estabelecer com o médico, com o dentista, com o fonoaudiólogo, que são despesas que você pode hoje deduzir da renda bruta. Então, eu simplesmente considero que enquanto existir este tipo de concepção na maneira de se definir o que é renda bruta, enquanto existirem tais isenções, não há porque essa despesa, que conceitualmente não difere nada daquelas que são permitidas, não há por que ser excluída.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação)

Aprovado.

Item nº 6 da pauta. Projeto do Senador Pedro Simon, Relator Senador Esperidião Amin.

Concedo a palavra ao Sr. Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, Srs. Senadores, este projeto do nobre Senador Pedro Simon, - não sei se tiveram oportunidade de apreciarem o nosso parecer, - o que aconteceu não foi uma revogação da ZPE. O que houve foi a criação de um interstício. O prazo foi prorrogado por dois anos, pela Lei nº 8. 924 e tanto contando a partir de 6 de janeiro quanto desta data, a ZPE do Rio Grande está no

prazo para dar início às obras de sua construção. Por isso, segundo informações obtidas junto ao Conselho Nacional das ZPEs., que funcionam no Ministério da Indústria e Comércio, a ZPE do Rio Grande do Sul deu início às obras de implantação em 1º de dezembro de 1994, portanto, a aprovação deste projeto não teria qualquer efeito, a não ser a repetição do que já faz parte da legislação. Uma vez que esta desnecessária duplicação apresenta inconvenientes do ponto de vista de juridicidade, nós somos pelo arquivamento da proposição em exame, ficando aqui registrado que, de certa forma, ou pelo menos no campo do concreto, do real, o projeto do Senador Pedro Simon já é exitoso, ou seja, já conseguiu o que queria. E até para a galeria ouvir posso até aduzir que provavelmente o Executivo tomou tais providências para atender ao seu projeto de lei. Mas não precisamos aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em discussão.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Sr. Presidente peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Carlos Patrocínio.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO - Eu gostaria de dizer que o parecer do Senador Esperidião Amin está absolutamente correto. Se esta ZPE do Rio Grande do Sul já foi autorizada e já começou a implantação de sua infraestrutura, ela terá o prazo até março do ano vindouro para concluí-la. Então, eu acho que não há como o nobre Senador Esperidião Amin expender outro parecer. Este está absolutamente correto, sob o meu juízo.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em discussão. (Pausa)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

(Procede-se à votação)

Aprovado.

Passamos ao item nº 8 da pauta, autoria do Poder Executivo, Senador Relator Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Sr. Presidente, esse projeto de lei visa suprimir uma alínea do item 5 da legislação que trata de microempresas e que excluía do tratamento dado à microempresa as empresas de importação de produtos estrangeiros, salvo se tivesse situada em área da Zona Franca de Manaus, ou da Amazônia Ocidental, a que se referem os decretos-leis nºs 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968.

Portanto, o nosso parecer é favorável ao projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em discussão.

Com a palavra o Senador Jefferson Peres.

O SR. JEFFERSON PERES - O item excluído faz menção à Zona Franca de Manaus.

Eu peço vistas do processo para examinar se é prejudicial ou favorável à Zona Franca de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Será concedida vista a V. Exª e talvez o Senador Sebastião Rocha gostaria de...

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - É para retirar a exclusão, porque antes estava excluída...

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - É para a retirar a exclusão, Senador Jefferson Peres?

O SR. JEFFERSON PERES - É, mas veja bem Presidente, diz o seguinte: "Não se inclui no regime dessa lei a empresa", ou seja, exclui dos benefícios da lei, é isso?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Mas foi retirado esse ...

O SR. JEFFERSON PERES - Existem operações relativas a importação e produtos estrangeiros, salvo se estiver situado na área da Zona Franca de Manaus.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Mas isso foi retirado, o novo...

O SR. JEFFERSON PERES - Isso cai.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Isso cai.

O SR. JEFFERSON PERES - Eu não sei se no caso, aí, seria prejudicial. Realmente, tenho que examinar isso.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo vistas a V. Ex^a.

Em discussão o item nº 9 da pauta, e último, do Deputado Diogo Nomura, Relator Senador Lauro Campos.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. LAURO CAMPOS -

(Leitura de parecer)

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Em discussão o relatório do nobre Senador Lauro Campos.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Com a palavra o nobre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, eu não sei se esse projeto de lei vai ter praticidade, porque o Conselho Nacional de Política Agrícola tem atribuições apenas consultivas e o texto diz: Propor os níveis tarifários.

Propor os níveis tarifários significa que o Conselho Nacional pode propor sem lei e eu também posso propor, como propus várias vezes e o pior que o Presidente do Conselho Nacional de Política Agrícola é o Ministro da Agricultura, se for o atual Ministro da Agricultura ele tem adotado uma política francamente favorável às importações. Tanto é que no Governo passado, durante o Governo Itamar Franco, ele foi o responsável direto pela avalanche de algodão importado dos países da antiga União Soviética e de outras regiões do mundo, algodão subsidiados que entrou no País, 420 mil toneladas de algodão para um consumo de 800 mil toneladas. Portanto quase 60% do consumo importado, derrubando a área de plantio no ano seguinte, derrubando a produtividade, desestruturando os produtores de algodão e acabando com milhares de empregos nos estados plantadores de algodão.

Não pode portanto ser apenas atribuição do Ministro da Agricultura o estabelecimento de tarifas, mesmo porque o acordo do GATT já estabelece que qualquer País do mundo tem o direito de pedir investigação na origem inicial e não subsídio, e havendo pode o País importador estabelecer alíquotas para fazer equilibrar o preço no mercado interno e desta forma não prejudicar os produtores nacionais.

Acredito que esta lei não terá praticidade exatamente porque o Conselho Nacional de Política Agrícola não tem atribuições deliberativas e sim construtivas e propor qualquer cidadão pode. O problema é que esta assumindo ou decidindo a respeito do estabelecimentos de alíquotas, principalmente se alguém leva em conta mais do que os interesses particulares do que os interesses da sociedade.

No caso do Ministro da Agricultura ele leva quase sem pré em conta os seus interesses próprios e quase nunca os interesses da sociedade brasileira.

Portanto não sei qual a importância de votar esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Continua em discussão o projeto.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - (fora do microfone)... se o Ministro da Agricultura não deve ser o árbitro disto.

O SR. OSMAR DIAS - Eu responde: este atual, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Pergunto se a restrição é contra a pessoa física ou quanto ao fato dele ser representante do Paraná?

O SR. OSMAR DIAS - Não, a pessoa física não tem nada haver com isso, com os problemas dele. A única coisa que levanto é que historicamente o atual Ministro tem sido favorável às importações e autorizado as importações, e não tem tomado nenhuma iniciativa de pedir investigação da origem, nem do trigo importado, nem do milho importado e nem do milho importado.

Portanto fico bastante preocupado de que esta lei possa inclusive dar mais força a quem já tem muita força para decidir o que não poderia estar decidindo.

O SR. JEFFERSON PERES - Sr. Presidente, ao que parece, pelo que disse o Senador Osmar Dias, a lei é inócua. Apenas dá o direito de propor sem que o Conselho de Política aduaneira seja obrigada a acatar não a política aduaneira.

Agora quanto ao fato de que o Ministro da Agricultura, ou seja, José ou João, ividentemente que uma lei é algo institucional, independe das pessoas que ocupam os cargos. Não é por aí. O importante é saber se a lei realmente beneficia, tem algum efeito ou se é inócua.

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, peço a palavra por ter sido citado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias e logo depois o Senador Jonas Pinheiro.

O SR. OSMAR DIAS - Não baseiei o meu depoimento no fato de não ser o João Ministro, de ser o José, mas baseiei-me sobretudo pelo fato de que já participei do Conselho Nacional de Política Agrícola e o Conselho Nacional de Política Agrícola pode decidir, pode propor, pode dizer pode escrever o que quiser, que não tem nenhum valor porque é consultivo. Então essa lei é inócua em função disso, vamos esquecer, pelo menos por hora que o Ministro não é o João.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro, depois o Senador Geraldo Mello.

O SR. JONAS PINHEIRO - Sr. Presidente, acho que poderia contribuir para acabar com essa celeuma, uma vez que a Medida Provisória nº 926, reeditada várias vezes, a última do dia 1º de março de 1995, essa medida provisória eu fui o Presidente da Comissão Mista que a analisou e aprovamos, veja só o que aprovamos: A medida Provisória diz:

Dispõe sobre aplicação dos direitos previstos no acordo **antidumping** e no acordo de subsídio e direito compensatório e das outras providências.

Pois bem! Esta lei, prezado Senador Lauro Campos, Relator da matéria, bem como o Sr. Senador Osmar Dias e os demais Srs. Senadores, trata exatamente da matéria que estamos esperando há muito tempo. Veja-se que na segunda Lei agrícola - a de nº 8.864 - nós conseguimos estabelecer, em três ou quatro linhas, esse direito compensatório. Talvez pelo tamanho do artigo, não tenha sido obedecida. Mas essa Medida Provisória, aprovada pela Comissão Mista que a analisou e aprovada no Plenário do Congresso Nacional, vem responder todos esses fatos dos direitos compensatórios, não só na parte agrícola mas também nos manufaturados. Tudo aquilo que, na sua origem, recebe subsídio ou se pratica **dumping**, já está contido nesta lei oriunda dessa Medida Provisória.

Sr. Presidente, perguntaram-me se essa Medida Provisória foi aprovada. A resposta é sim e ela já é lei. Como lei, ela trata desse caso com muito mais atenção. Portanto, eu não diria que seria inócua, por causa do Ministro da Agricultura, mas diria que é inócua, porque uma lei mais abrangente já a aprovou. Por isto, sou contra a outra.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - O Senador Lauro Campos, na Relatoria, chegou a analisar isso?

O SR. LAURO CAMPOS - O efeito da Medida Provisória não foi analisado.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Se V. Ex^a desejar, nós poderemos tirá-la de pauta para que V. Ex^a a analise e possa adaptar o seu Relatório, se V. Ex^a achar melhor.

O SR. LAURO CAMPOS - Nesse caso, eu gostaria de analisar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Gilberto Miranda) - Então, a matéria está retirada de pauta para que V. Ex^a possa revê-la, com as observações do Senador Jonas Pinheiro.

Muito obrigado aos Srs. Senadores.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h35min)

MESA

Presidente

José Sarney - PMDB - AP

1º Vice-Presidente

Teotônio Vilela Filho - PSDB - AL

2º Vice-Presidente

Júlio Campos - PFL - MT

1º Secretário

Odacir Soares - PFL - RO

2º Secretário

Renan Calheiros - PMDB - AL

3º Secretário

Levy Dias - PPR - MS

4º Secretário

Ernandes Amorim - PDT - RO
(licenciado até o dia 19-5-95)

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares - PP - SE
José Eduardo Dutra - PT - SE
Luiz Alberto de Oliveira - PTB - PR
Ney Suassuna - PMDB - PB

CORREGEDOR

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma - PL - SP

CORREGEDORES SUBSTITUTOS

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS
2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE
3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Élcio Alvares

Vice-Líderes

José Roberto Arruda
Wilson Kleinübing
Ramez Tebet

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Ronaldo Cunha Lima
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvan Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão
Francelino Pereira

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPR

Líder

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PDT

Líder

Júnia Marise

LIDERANÇA DO PP

Líder

Bernardo Cabral
Vice-Líder

João França

LIDERANÇA DO PT

Líder

Eduardo Suplicy

Vice-Líder

Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Valmir Campelo

Vice-Líder

Marluce Pinto

LIDERANÇA DO PL

Líder

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PPS

Líder

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSB

Líder

Ademir Andrade

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente:
Vice-Presidente:

Titulares

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Elcio Alvares
2. Fancelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. Lúcio Alcântara
2. Pedro Piva

1. Epitácio Cafeteira

1. Emília Fernandes

1. Osmar Dias

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

PMDB

PFL

PSDB

PPR

PTB

PP

PT

PDT

Membro Nato

Romeu Tuma (Corregedor)

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella

1. Arlindo Porto

1. Antônio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Presidente: Senador Gilberto Miranda

Vice-Presidente: Senador Pedro Piva

(27 titulares e 27 suplentes)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Gilvan Borges		Jáder Barbalho
Gilberto Miranda		Mauro Miranda
Ney Suassuna		Flaviano Melo
Onofre Quinam		Ronaldo Cunha Lima
Carlos Bezerra		Pedro Simon
Fernando Bezerra		Casildo Maldaner
Ramez Tebet		Gerson Camata
	PFL	
Francelino Pereira		Joel de Hollanda
Vilson Kleinübing		Josaphat Marinho
Jonas Pinheiro		Waldeck Ornelas
Edison Lobão		Romero Jucá
Freitas Neto		José Bianco
João Rocha		Elcio Alvares
Carlos Patrocínio		Alexandre Costa
	PSDB	
Beni Veras		Carlos Wilson
Jefferson Peres		Lúdio Coelho
Pedro Piva		Sérgio Machado
Geraldo Melo		Lúcio Alcântara
	PPR	
Esperidião Amin		Leomar Quintanilha
Epitácio Cafeteira		Lucídio Portella
	PT	
Lauro Campos		José Eduardo Dutra
Eduardo Suplicy		
	PP	
João França		Bernardo Cabral
Osmar Dias		José Roberto Arruda
	PTB	
Valmir Campelo		Marluce Pinto
Arlindo Porto		Luiz Alberto de Oliveira
	PDT	
Sebastião Rocha		Darcy Ribeiro

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Presidente: Senador Beni Veras

Vice-Presidente: Senador Carlos Wilson

(29 titulares e 29 suplentes)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Carlos Bezerra		Nabor Júnior
Gilvan Borges		Onofre Quinan
Pedro Simon		Humberto Lucena
Casildo Maldaner		José Fogaça
Ronaldo Cunha Lima		Fernando Bezerra
Mauro Miranda		Couinho Jorge
		Ramez Tebet
	PFL	
Romero Jucá		Guilherme Palmeira
Jonas Pinheiro		José Bianco
Antônio Carlos Magalhães		Hugo Napoleão
José Alves		Elcio Alvares
Alexandre Costa		Freitas Neto

Waldeck Ornelas

Joel de Hollanda

José Agripino

Beni Veras
Lúcio Alcântara
Carlos Wilson

PSDB

Artur da Távola
Geraldo Melo
Jefferson Peres
Lúdio Coelho

Leomar Quintanilha
Lucídio Portella

PPR

Esperidião Amin
Epitácio Cafeteira

Marina Silva
Benedita da Silva

PT

José Eduardo Dutra

Antônio Carlos Valadares
Osmar Dias

PP

João França
José Roberto Arruda

Emília Fernandes
Valmir Campelo

PTB

Marluce Pinto
Luiz Alberto de Oliveira

Júnia Marise

PDT

Sebastião Rocha

PSB+PL+PPS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Presidente: Senador Iris Rezende

Vice-Presidente: Senador Lúcio Alcântara

(23 titulares e 23 suplentes)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
Iris Rezende		Jáder Barbalho
Ronaldo Cunha Lima		Pedro Simon
Roberto Requião		Gilvan Borges
José Fogaça		Carlos Bezerra
Ramez Tebet		Gilberto Miranda
Ney Suassuna		Casildo Maldaner
	PFL	
Guilherme Palmeira		Carlos Patrocínio
Edison Lobão		Antonio Carlos Magalhães
José Bianco		Hugo Napoleão
Elcio Alvares		José Agripino
Francelino Pereira		Freitas Neto
Josaphat Marinho		Romero Jucá
	PSDB	
José Ignácio Ferreira		Sérgio Machado
Lúcio Alcântara		Beni Veras
Jefferson Peres		Artur da Távola
	PPR	
Esperidião Amin		Leomar Quintanilha
	PT	
Lauro Campos		Benedita da Silva
	PP	
Bernardo Cabral		Antônio Carlos Valadares
	PTB	
Luiz Alberto de Oliveira		Arlindo Porto
	PDT	
Júnia Marise		Sebastião Rocha

Ademir Andrade PSB

Romeu Tuma PL

Roberto Freire PPS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Presidente: Senador Roberto Requião

Vice-Presidente: Senadora Emília Fernandes

(27 titulares e 27 suplentes)

Titulares

José Fogaça
Coutinho Jorge
Iris Rezende
Roberto Requião
Gerson Camata
Jáder Barbalho

PMDB

Suplentes

Ramez Tebet
Onofre Quinan
Humberto Lucena
Flaviano Melo

PFL

Vago
Waldeck Ornelas
Hugo Napoleão
Joel de Hollanda
José Bianco
Élcio Alvares

PSDB

Artur da Távola
Carlos Wilson
Sérgio Machado

PPR

Vago
Leomar Quintanilha

PT

Marina Silva
José Eduardo Dutra

PP

José Roberto Arruda
João França

PTB

Emília Fernandes
Marluce Pinto

PDT

Darcy Ribeiro

Júnia Marise

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães

Vice-Presidente: Senador Bernardo Cabral

(19 titulares e 19 suplentes)

Titulares

Nabor Júnior
Flaviano Melo
Casildo Maldaner
Pedro Simon
Humberto Lucena

PMDB

Suplentes

Mauro Miranda
Fernando Bezerra
Ronaldo Cunha Lima
Gerson Camata
Iris Rezende

PFL

Guilherme Palmeira

Jonas Pinheiro

Antônio Carlos Magalhães
Hugo Napoleão
José Agripino

Edison Lobão
João Rocha
José Alves
Wilson Kleinübing

PSDB

Geraldo Melo
Artur da Távola
Lúcio Coelho

José Ignácio Ferreira
Carlos Wilson
Pedro Piva

PPR

Epitácio Cafeteira

Lucídio Portella

PT

Benedita da Silva

Marina Silva

PP

Bernardo Cabral

Antônio Carlos Valadares

PTB

Marluce Pinto

Emília Fernandes

PDT

Sebastião Rocha

Darcy Ribeiro

PSB + PL + PPS

Romeu Tuma

Ademir Andrade

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

Presidente: Senador José Agripino Maia

Vice-Presidente: Senador Arlindo Porto

(23 titulares e 23 suplentes)

Titulares

Nabor Júnior
Mauro Miranda
Onofre Quinan
Gerson Camata
Fernando Bezerra

PMDB

Suplentes

Roberto Requião
Ney Suassuna
Coutinho Jorge
Gilberto Miranda
Carlos Bezerra

PFL

Freitas Neto
Joel de Hollanda
José Agripino
Romero Jucá
Wilson Kleinübing
João Rocha

Carlos Patrocínio
Josaphat Marinho
Jonas Pinheiro
Guilherme Palmeira
Waldeck Ornelas
José Alves

PSDB

José Ignácio Ferreira
Lúcio Coelho

Pedro Piva
Geraldo Melo

PPR

Lucídio Portella

Leomar Quintanilha

PT

José Eduardo Dutra

Marina Silva

PP

José Roberto Arruda

Osmar Dias

PTB

Arlindo Porto

Emília Fernandes

PDT

Ademir Andrade

PSB

Romeu Tuma

PL

Roberto Freire

PPS

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

Presidente: Senador Alexandre Costa

Vice-Presidente: Antônio Carlos Valadares

(17 titulares e 9 suplentes)

Titulares

PMDB

Coutinho Jorge
Gilberto Miranda
Flaviano Melo
Humberto Lucena
Jáder Barbalho

PFL

Josaphat Marinho
Carlos Patrocínio
José Alves
Alexandre Costa

Suplentes

Gilvan Borges
Nabor Júnior

João Rocha
Francelino Pereira

PSDB

Pedro Piva
Sérgio Machado

José Ignácio Ferreira

PPR

Leomar Quintanilha

Lucídio Portella

PT

Eduardo Suplicy

Lauro Campos

PP

Antônio Carlos Valadares

João França

PTB

Luiz Alberto de Oliveira

Valmir Campelo

PDT

Darcy Ribeiro

PSB + PL + PPS



EDIÇÃO DE HOJE: 400 PÁGINAS